

INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS POLICIAIS E SEGURANÇA INTERNA



Bruno Filipe Salvador da Silva Branco

Aspirante a Oficial de Polícia

Dissertação Final de Mestrado Integrado em Ciências Policiais

XXIII Curso de Formação de Oficiais de Polícia

A Violência Associada ao Futebol: Estudo de Factores-Chave Intervenientes no Fenómeno.

Breve Comparação com Países Europeus

Orientador:

Intendente Luís Manuel André Elias

LISBOA, 27 DE ABRIL DE 2011



INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS POLICIAIS E SEGURANÇA INTERNA



Bruno Filipe Salvador da Silva Branco

Aspirante a Oficial de Polícia

Dissertação Final de Mestrado Integrado em Ciências Policiais

XXIII Curso de Formação de Oficiais de Polícia

A Violência Associada ao Futebol: Estudo de Factores-Chave Intervenientes no Fenómeno.

Breve Comparação com Países Europeus

Orientador:

Intendente Luís Manuel André Elias

LISBOA, 27 DE ABRIL DE 2011

"Sei que o meu trabalho é uma gota no oceano, mas sem ele, o oceano seria menor."

Madre Teresa de Calcutá

AGRADECIMENTOS

Findamos esta etapa conscientes que a realização deste trabalho seria impossível de concretizar sem a ajuda preciosa de algumas pessoas que, ao longo dos vários meses, tudo fizeram para que o barco chegasse a bom porto. Resta-nos agradecer encarecidamente a todos eles.

Em especial, um muito obrigado...

...ao ISCPSI, e a todo o pessoal, policial e não policial, que por esta casa passou ao longo destes cinco anos e que contribuiu para uma exigente formação académica e profissional...

... ao Sr. Intendente Luís Elias, pelo apoio, partilha de saberes e valiosa orientação deste trabalho...

...ao Sr. Comissário João Pestana, por ter sido incansável durante todo o processo de pesquisa e observação, pelos sábios conselhos e transmissão de conhecimentos, pelo interesse demonstrado na prossecução dos objectivos do trabalho...

... ao Sr. Subcomissário Sérgio Soares, pela disponibilidade manifestada nos vários jogos de futebol, pela transmissão de ensinamentos, pela preciosa ajuda nos contactos realizados...

...a todos os *spotters* da Unidade Metropolitana de Informações Desportiva de Lisboa, pela grande paciência, pelos ensinamentos transmitidos, por terem tornado a observação dos jogos muito mais fáceis, fazendo aumentar, em muito, o meu interesse pela temática...

... ao Sr. Comissário Rodrigo Cavaleiro, pela experiência transmitida, pelos sapientes ensinamentos e por ter sido fulcral ao permitir o envio dos questionários para os diferentes PNIF's europeus...

...ao PNIF, em especial ao Agente Rodrigo Oliveira, por ter enviado e recebido os questionários, mantendo-se em contacto permanente e facilitando o nosso trabalho durante essa fase...

...aos Oficiais da 3ª Divisão Policial, em especial ao Sr. Subcomissário Óscar Sanches e ao Sr. Subintendente Costa Ramos, pela transmissão de longos anos de experiência no comando do policiamento dos principais estádios de Lisboa...

...ao meu curso, XXIII CFOP, por ter transformado cinco anos de sacrifícios em alegria, convívio, união e companheirismo, inigualáveis com qualquer outro curso universitário...

...à minha família, em especial aos meus pais, pelo apoio e força em todos os momentos, pela compreensão dos meus longos períodos de ausência e por estarem sempre presentes...

...por último, à Marta, por ter sido a minha trave mestra ao longo de todo este duro percurso, por me ter apoiado em todas as alturas, pela paciência neste último ano e por me fazer acreditar que os sonhos se podem tornar realidade.

RESUMO

Com a crescente globalização do fenómeno da violência associada ao desporto, em particular ao futebol, urge a necessidade da Polícia de Segurança Pública, como entidade com função preponderante para o combate desta efeméride, reflectir sobre esta problemática. Na prossecução dessa necessidade, a identificação de factores-chave que contribuem, directamente, para a dinâmica comportamental do fenómeno mencionado afigura-se de importância basilar, de modo a poderem ser traçadas linhas de combate eficazes e direccionadas para o centro do problema. Tomámos então a liberdade de aprofundar os nossos conhecimentos acerca da legislação em vigor, relacionada com a violência associada ao desporto, bem como, da dinâmica dos grupos de adeptos e a sua relação com os clubes. Além disso, procedemos a uma análise acerca do policiamento desportivo desenvolvido pela PSP, comparando os factores estudados com países europeus de referência. É imperioso mudar o rumo que o fenómeno vem assumindo, estando certos que a responsabilidade de tal mudança recai sobre múltiplos agentes e requer soluções que exigem coragem e propósitos vinculados.

Palavras-Chave: Violência, Futebol, Polícia, Grupos Organizados de Adeptos

ABSTRACT

With the increasing globalization of the phenomenon of violence associated with sports, particularly football, it is urgent that Public Security Police, as an entity with preponderant role in fighting against this violence and have a depth reflection of this vast problem. In pursuit of this need, the identification of key factors which directly contribute to the behavioral dynamics of the mentioned phenomenon appear to be of fundamental importance so that effective combat lines may be traced and directed to the center of the problem. We therefore took the liberty to deepen our knowledge regarding legislation related to violence associated with sports as well as the dynamics of groups of fans and their relationship with clubs. Additionally, the policing of sports events by PSP were analyzed comparing factors studied in some European countries taken as examples. It is imperative to change the direction that the phenomenon has assumed, being certain that the responsibility for such changes lies with multiple agents and requires solutions that demand courage and marked objectives.

Keywords: Violence, Football, Police, Hooligans

LISTA DE ABREVIATURAS

ARD - Assistente de Recinto Desportivo

CESD - Conselho para a Ética e Segurança no Desporto

CI - Corpo de Intervenção

COMETLIS - Comando Metropolitano de Lisboa

DN - Direcção Nacional da Polícia de Segurança Pública

DT - Divisão de Trânsito

DUXXI - Directivo Ultras XXI

DV - Diabos Vermelhos

EIR - Equipa de Intervenção Rápida

ESIM - Elaborated Social Identity Model

FCP - Futebol Clube do Porto

GNR - Guarda Nacional Republicana

GOA - Grupo Organizado de Adeptos

GOC - Grupo Operacional Cinotécnico

IDP - Instituto de Desporto de Portugal

JL - Juventude Leonina

LPFP - Liga Portuguesa de Futebol Profissional

NIP - Núcleo de Informações Policiais

NN - No Name Boys

PNIF - Ponto Nacional de Informações sobre Futebol

PSP - Polícia de Segurança Pública

SAID - Secção de Análise de Informações Desportivas

SCP - Sporting Clube de Portugal

SLB - Sport Lisboa e Benfica

SPD - Secção de Policiamentos Desportivos

SPN - Secção de Pesquisa de Notícias

TV - Torcida Verde

UEP - Unidade Especial de Polícia

UMID - Unidade Metropolitana de Informações Desportivas

URID - Unidade Regional de Informações Desportivas

ÍNDICE

| | |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| INTRODUÇÃO | 1 |
| Capítulo I - METODOLOGIA | 5 |
| Capítulo II - O REGIME JURÍDICO DA VIOLÊNCIA ASSOCIADA AO DESPORTO | 7 |
| 2.1. A Influência do Conselho Europeu | 7 |
| 2.1.1. Os Documentos Adoptados pelo Comité Permanente da Convenção Europeia | 8 |
| 2.1.2. Os Documentos do Conselho da União Europeia | 11 |
| 2.2. A Lei 39/2009 de 30 de Julho | 12 |
| 2.2.1. A Qualificação dos Espectáculos Desportivos | 13 |
| 2.2.2. Os Regulamentos de Prevenção da Violência | 14 |
| 2.2.3. Os Regulamentos de Segurança e de Utilização dos Espaços Públicos | 14 |
| 2.2.4. O Coordenador de Segurança | 15 |
| 2.2.5. Assistentes de Recinto Desportivo | 15 |
| 2.2.6. As Forças de Segurança | 17 |
| 2.2.7. Grupo Organizado de Adeptos | 17 |
| 2.2.8. Recinto Desportivo | 19 |
| 2.2.9. Regime Sancionatório | 21 |
| 2.3. Aplicabilidade do Regime Jurídico da Violência Associada ao Desporto | 26 |
| Capítulo III - OS GRUPOS (ORGANIZADOS) DE ADEPTOS | 30 |
| 3.1. Os Grupos de Adeptos Portugueses | 30 |
| 3.1.1. A Formação das Primeiras Claque | 30 |
| 3.1.2. As Estruturas Organizativas dos Grupos Organizados de Adeptos | 32 |
| 3.1.3. A Adopção da Subcultura Ultra e as Práticas de Violência | 33 |
| 3.1.4. Os Grupos (Organizados) de Adeptos e a Relação com a Direcção dos Clubes (o caso do SLB e do SCP) | 35 |
| Capítulo IV - O POLICIAMENTO DESPORTIVO | 38 |
| 4.1. As Entidades Responsáveis pelos Policiamentos Desportivos | 38 |
| 4.1.1. A Coordenação e Cooperação Policial: O Ponto Nacional de Informações sobre Futebol | 38 |
| 4.1.2. Os Elementos Policiais Não Uniformizados - Spotters | 40 |
| 4.1.3. O Efectivo Policial Uniformizado | 42 |
| 4.2. Técnicas e Tácticas Utilizadas nos Policiamentos Desportivos | 44 |

| | |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| 4.2.1. O Modelo Elaborado da Identidade Social do Comportamento das Multidões (ESIM) como Base Teórica para o Modelo de Policiamento | 44 |
| 4.2.2. O Modelo de Policiamento de "Baixo Perfil" | 46 |
| 4.3. Crítica ao Panorama Actual dos Policiamentos Desportivos | 48 |
| Capítulo V - E NA EUROPA? | 49 |
| 5.1. A Legislação. Análise de Resultados | 50 |
| 5.2. O Policiamento Desportivo. Análise de Resultados | 51 |
| 5.3. Os Grupos Organizados de Adeptos. Análise de Resultados | 53 |
| 5.4. Os Clubes de Futebol. Análise de Resultados | 54 |
| CONCLUSÃO | 57 |
| BIBLIOGRAFIA | 62 |
| Livros | 62 |
| Teses e Dissertações | 62 |
| Artigos Científicos | 63 |
| Sítios da Internet | 66 |
| Diplomas Legais e Jurisprudência | 67 |
| ANEXOS | 70 |
| Anexo A - Enquadramento Histórico | 71 |
| 1. As Origens do Desporto: o Caso Particular do Futebol | 71 |
| 2. O Futebol em Portugal | 80 |
| 3. O Fenómeno da Violência Associada ao Futebol | 82 |
| Anexo B - Subculturas Associadas a Adeptos de Futebol | 85 |
| 1. A Noção de Claque | 85 |
| 2. O Hooliganismo | 85 |
| 3. O Movimento Ultra | 87 |
| Anexo C - Questionário Internacional Aplicado | 91 |
| 1. Questionário Internacional | 91 |
| 2. Resposta dos Países Europeus | 99 |
| Anexo D - Entrevistas Realizadas | 108 |
| 1. Entrevista ao Sr. Dr. Fanha Vieira | 108 |
| 2. Entrevista ao Sr. Subintendente Costa Ramos | 117 |
| 3. Entrevista ao Sr. Comissário Rodrigo Cavaleiro | 123 |
| 4. Entrevista ao Sr. Comissário João Pestana | 132 |

| | |
|-------------------------------------------------------------------------|------------|
| 5. Entrevista ao Sr. Subcomissário Sérgio Soares | 140 |
| 6. Entrevista ao Sr. Daniel Samico | 148 |
| Anexo E - Relatórios de Observação aos Policiamentos Desportivos | 153 |
| 1 - Relatório de Observação do jogo S.L. Benfica vs Lyon Olympique | 153 |
| 2 - Relatório de Observação do jogo F.C. Porto vs S.L. Benfica | 155 |
| 3 - Relatório de Observação do jogo Sporting C.P. vs F.C. Porto | 157 |
| 4 - Relatório de Observação do jogo S.L. Benfica vs Schalke 04 | 159 |
| 5 - Relatório de Observação do jogo S.L. Benfica vs S.C. Braga | 162 |
| 6 - Relatório de Observação do jogo Sporting C.P. vs Naval 1º de Maio | 164 |
| 7 - Relatório de Observação do jogo Sporting C.P. vs S.C. Braga | 166 |
| 8 - Relatório de Observação do jogo Sporting C.P. vs Paços de Ferreira | 168 |
| 9 - Relatório de Observação do jogo S.L. Benfica vs VFB Estugarda | 170 |
| 10 - Relatório de Observação do jogo F.C. Porto vs S.L. Benfica | 172 |
| 11 - Relatório de Observação do jogo Sporting C.P. vs S.L. Benfica | 175 |
| 12 - Relatório de Observação do jogo Sporting C.P. vs Rangers F.C. | 178 |
| 13 - Relatório de Observação do jogo S.L. Benfica vs Sporting C.P. | 180 |

INTRODUÇÃO

O desporto há muito que adquiriu uma importância significativa na sociedade portuguesa, com a realização semanal de milhares de espectáculos desportivos das mais variadas modalidades, mas onde, indiscutivelmente, o futebol é rei.

O caminho percorrido ao longo de séculos, na formação de uma modalidade tão popular como é o futebol, não se afigurou fácil, sendo a sua ancestralidade reclamada por uma série de povos do mundo. Certo é que o futebol pré-histórico estaria muito longe do que é jogado hoje em dia, apresentando regras mais liberais e objectivos que, facilmente, faziam prever confrontos sangrentos entre os seus jogadores. Já o futebol moderno deve o seu advento às *Public Schools*, escolas inglesas particulares e elitistas, por altura do século XIX, vindo a sua popularidade crescendo até aos dias de hoje¹.

Indubitavelmente, o futebol, mais do que qualquer outra modalidade em Portugal, goza de uma mediatização crescente, sendo, diariamente, abordado por todas as variantes da comunicação social.

Além da realização, todas as semanas, de um número elevadíssimo de jogos de futebol, ocorrem jogos que colocam frente-a-frente equipas com massas associativas de grandes dimensões. Evidentemente que uma assistência de milhares de adeptos coloca preocupações em termos de seguridade, cabendo às forças de segurança (Guarda Nacional Republicana e Polícia de Segurança Pública) o garante do normal desenrolar dos encontros e a protecção de todos os adeptos.

Contudo, a ocorrência de confrontos físicos e de desordem generalizada tem sido uma constante nas últimas épocas desportivas. Apesar de Portugal (felizmente) não ter níveis de violência com as proporções observadas em outros países do Mundo², é também afectado por este fenómeno, havendo casos de violência associada ao futebol que em nada dignificam o nosso país. Tem-se observado que, na larga maioria das vezes, a violência é traduzida em acções que procuram o mediatismo dos meios de comunicação social, desejando elevar o estatuto dos Grupos Organizados de Adeptos (GOA), como é o caso do apedrejamento dos autocarros com bolas de golfe, ou o arremesso de maçãs a jogadores de equipas rivais. Preocupantes também são as situações que se observaram num passado muito recente, com confrontos graves entre elementos de claques de futebol e a polícia, da qual resultaram feridos e elevados danos materiais. Apresentamos como exemplo: os confrontos entre adeptos das claques do Sporting Clube de Portugal (SCP) e do Atlético de Madrid, nas imediações do estádio, na "infernál" tarde de 18 de Março de 2010; a violência despoletada nas bancadas do estádio de Alvalade, com

¹ No Anexo A apresentamos uma breve história do desporto e, em particular, do futebol.

² Conforme podemos confirmar no Anexo A.

confrontos graves entre a polícia e a principal claque do SCP, no dia 21 de Fevereiro de 2011, enquanto decorria o jogo Sporting-Benfica; ou a "batalha campal" verificada no dia 3 de Abril deste mesmo ano, entre adeptos do Sport Lisboa e Benfica (SLB) e a polícia, horas antes de se iniciar o jogo que viria a sagrar o Futebol Clube do Porto (FCP) campeão nacional de futebol.

Pese embora os níveis de violência apresentados serem muito elevados, apenas em 1996, na final da Taça de Portugal entre o SLB e o SCP, um adepto do Sporting perdeu a vida, após ter sido disparado um *very-light* proveniente da bancada benfiquista.

Se tivermos presente estes actos desviantes e em particular os ilícitos criminais praticados por adeptos de diferentes clubes desportivos ocorridos na actual época desportiva, nomeadamente nos jogos que colocaram frente-a-frente as principais equipas de futebol profissional do país (Sport Lisboa e Benfica, Sporting Clube de Portugal e Futebol Clube do Porto), reparamos que a violência associada ao futebol tem tomado proporções alarmistas no nosso país, constituindo-se um problema das sociedades actuais, um pouco por todo o mundo. É também, por decorrência lógica, uma fonte de preocupação para as forças de segurança.

À Polícia de Segurança Pública (PSP) – fruto, não só das suas competências, mas também, da sua presença nas cidades onde os principais clubes têm os seus estádios – estão conferidas especiais responsabilidades no controlo deste fenómeno, sendo-lhe exigido esforços suplementares para garantir a manutenção da ordem e tranquilidade públicas. Nesse sentido, a polícia tem tomado um conjunto de medidas que permitam fazer face ao fenómeno, tentando reduzir os actos de violência associada ao futebol. A realização deste trabalho pretende assim contribuir com um aprofundamento teórico e prático do problema, procurando apoiar a PSP nesta árdua tarefa.

No nosso entender, a pertinência da análise e estudo de uma temática em torno da violência associada ao futebol e, mais especificamente, dos principais factores que concorrem para esse fenómeno deve-se, principalmente, à escassez de estudos que relacionem as várias vertentes, bem como, do crescente relevo que essa violência tem para o salutar desenrolar de um evento desportivo.

Como fenómeno social que é a violência associada ao futebol apenas se desenvolve com a presença de condições adequadas. Os factores que proporcionam tais condições não se revestem de igual importância, antes pelo contrário, são passíveis de qualificação numa escala de determinismo. O mesmo é dizer que existem actores e circunstâncias específicos, susceptíveis de alterar de forma muito marcante as dinâmicas de violência associada ao futebol.

A identificação de alguns desses factores chave, e da forma como o seu comportamento suscita alterações profundas nas dinâmicas de violência associada ao

desporto, podem constituir-se como um conhecimento relevante no combate a esta fonte de insegurança.

Deste modo, propomo-nos explorar e interligar um conjunto de factores que consideramos mais relevantes, nomeadamente: a legislação nacional e a sua aplicabilidade; os grupos organizados de adeptos e a sua relação com os clubes; e as técnicas e tácticas de actuação levadas a cabo pela Polícia de Segurança Pública.

O cariz global deste fenómeno suscitou elevado número de estudos em diversos países e, em particular, em países da Europa com forte tradição futebolística, nomeadamente no Reino Unido, Holanda, Itália, Alemanha e Espanha. Como é natural, países com um nível de violência associado ao futebol mais elevado foram desenvolvendo diferentes formas de actuação e de abordagem ao problema. Assim, tão evidentes verosimilhanças permite-nos, por método de confrontação/comparação, apurar a validade dos resultados do estudo, designadamente quais os factores chave e quais as consequências de eventuais alterações neles provocadas, habitualmente designadas de "boas práticas", tendo em conta exemplos de outros países europeus.

De acordo com o problema de estudo anteriormente apresentado, os objectivos a atingir com a realização deste trabalho são:

- Compreender o alcance da legislação nacional e a sua aplicabilidade por parte dos organismos responsáveis;
- Estudar a organização e cultura por detrás dos grupos organizados de adeptos, bem como, a relação destes com os clubes que apoiam, nomeadamente, os casos do Benfica e Sporting;
- Conhecer a metodologia de actuação usada pela PSP no âmbito do policiamento desportivo, com especial incidência no controlo dos grupos organizados de adeptos por parte dos elementos dos *Spotters*;
- Comparar os factores estudados com as características de alguns países europeus, de modo a identificar um conjunto de "boas práticas".

Considerando o ora exposto, propomo-nos ao longo do estudo verificar as seguintes hipóteses:

- a) Portugal apresenta uma lei moderna e adaptada à nossa realidade, mas com uma aplicação pouco eficaz dos normativos;
- b) A maioria dos actos de violência ocorridos nos eventos desportivos são despoletados por elementos afectos a grupos organizados de adeptos;
- c) As tácticas policiais usadas pela PSP estão adequadas à realidade e seguem as sugestões de especialistas internacionais.

Nesse sentido, estruturámos o nosso trabalho em cinco capítulos. O primeiro capítulo consiste numa abordagem às técnicas metodológicas adoptadas para o desenvolvimento

do estudo. No capítulo seguinte, relacionado com o regime jurídico da violência associada ao futebol, pretendemos aferir o alcance da legislação nacional e as influências europeias que estiveram na base da sua redacção, analisando a aplicabilidade dos normativos sancionatórios lá expostos e reconhecendo a sua importância para o fenómeno em causa.

No terceiro capítulo faremos um breve estudo acerca das diversas subculturas inerentes aos grupos de adeptos de futebol, confrontando-as com a organização e estruturação das claques portuguesas, nomeadamente, das do Benfica e Sporting. Pretendemos ainda neste capítulo perceber os níveis de relação existentes entre as claques desses dois clubes com os respectivos órgãos dirigentes dos clubes.

No quarto capítulo centrar-nos-emos no policiamento desportivo, fazendo uma breve abordagem às entidades que mais directamente estão envolvidas no processo e, seguidamente, compreendendo as técnicas e tácticas utilizadas pela PSP nos policiamentos desportivos. O quinto e último capítulo consiste na análise dos inquéritos internacionais, fazendo menção às medidas adoptadas por alguns congéneres europeus para reduzir a violência, procurando apresentar algumas sugestões de medidas para a realidade portuguesa, tendo por base as "boas práticas" desses países.

CAPÍTULO I - METODOLOGIA

No que respeita à metodologia adoptada, este trabalho está assente num processo de pesquisa e redacção com uma duração de, sensivelmente, seis meses, o que implica, logo à partida, uma estruturação dos métodos de investigação a desenvolver.

Tendo em conta os objectivos do estudo, torna-se forçoso desenvolver o nosso trabalho em duas vertentes: uma mais teórica, atendendo à literatura mais significativa acerca da matéria; e outra mais prática, adquirindo um conhecimento no terreno do fenómeno em causa.

Numa abordagem mais teorizada, recorreremos à pesquisa documental, bibliográfica e legislativa, nacional e internacional, orientando a nossa recolha de acordo com um critério de adequação ao tema e às hipóteses de estudo.

Além disso, realizámos uma observação participante dos policiamentos desportivos dos principais jogos de futebol do Benfica e Sporting (inseridos em competições nacionais e internacionais), num total de 13 observações³, cujos relatórios poderão ser consultados no Anexo E. A observação foi feita recorrendo ao acompanhamento de equipas de *spotters* e de outros dispositivos policiais responsáveis pela segurança nos estádios. Aproveitámos, ainda, o intercâmbio de *spotters* internacionais, que acompanhavam as equipas estrangeiras ao nosso país, para ter um contacto com a sua realidade, trocando opiniões e questionando acerca das práticas desenvolvidas nos seus países. Consideramos que as vantagens concedidas por este modelo de observação são a facilidade e rapidez de acesso a dados e informações sobre o comportamento dos elementos pertencentes às claques de futebol, bem como, ter uma noção, no terreno, das dificuldades e problemas colocados sistematicamente às forças de segurança.

Contudo, não sustentámos a presente investigação unicamente na observação. Recorreremos também à entrevista por ser a técnica que nos permite a recolha de testemunhos mais directos e pessoais dos fenómenos estudados. Foram, assim, realizadas entrevistas⁴ (anexo D) a especialistas nacionais e a pessoas que intervêm

³ Procederemos à observação dos seguintes jogos:

- nacionais: F.C.Porto vs S.L.Benfica (7 de Novembro de 2010); Sporting C.P. vs F.C.Porto (27 de Novembro de 2010); S.L.Benfica vs S.C.Braga (13 de Dezembro de 2010); Sporting C.P. vs Naval 1º de Maio (03 de Janeiro de 2011); Sporting C.P. vs S.C.Braga (08 de Janeiro de 2011); Sporting C.P. vs Paços de Ferreira (15 de Janeiro de 2011); F.C.Porto vs S.L.Benfica (2 de Fevereiro de 2010); Sporting C.P. vs S.L.Benfica (21 de Fevereiro de 2011); S.L.Benfica vs Sporting C.P. (2 de Março de 2011)

- internacionais: S.L.Benfica vs Lyon Olympique (2 de Novembro de 2010); S.L.Benfica vs Schalke 04 (7 de Dezembro de 2010); S.L.Benfica vs VFB Estugarda (17 de Fevereiro de 2011); Sporting C.P. vs Rangers F.C. (24 de Fevereiro de 2011)

⁴ Foi-nos então possível proceder à entrevista das seguintes pessoas: o Vice-Presidente do Instituto de Desporto de Portugal, Dr. José Eduardo Fanha Vieira; o Comandante da 3ª Divisão Policial do Comando Metropolitano de Lisboa, Sr. Subintendente Francisco José Soares da Costa Ramos; o Chefe do Ponto Nacional de Informações sobre Futebol, Sr. Comissário Rodrigo Miguel da Costa Cavaleiro; o Chefe do Núcleo de Informações Policiais do Comando Metropolitano de Lisboa, Sr. Comissário João

directamente nos factores em estudo, com o objectivo de extrair alguns ensinamentos e opiniões pessoais acerca do fenómeno da violência associada ao futebol.

Recorremos de igual modo à análise de conteúdo de um questionário (Anexo C). O questionário foi distribuído utilizando a estrutura de cooperação internacional do Ponto Nacional de Informações de Futebol (PNIF) da Polícia de Segurança Pública, tendo sido enviados para 34 países europeus⁵, sendo-nos possível obter respostas de 16 congéneres⁶. O objectivo da sua realização centra-se na análise da percepção que os inquiridos (especialistas na área da violência associada ao desporto) têm acerca de quatro tópicos chave, semelhantes aos temas centrais abordados nos capítulos. Assim, numa primeira fase, tentámos aferir a percepção que têm acerca da sua legislação e do modo como ela é aplicada. De seguida, inquirimos acerca da característica das metodologias usadas nos policiamentos desportivos. Por último, centramos as perguntas nos grupos organizados de adeptos e na sua relação com a polícia, aferindo também as opiniões dos inquiridos acerca do comportamento dos seus clubes de futebol. A análise dos questionários foi desenvolvida no sentido de realizar uma comparação qualitativa das respostas efectuadas. Isto é, não pretendemos trabalhar numericamente os resultados, mas sim, por método de comparação directa, confrontar as respostas de alguns países que, em determinados assuntos, são reconhecidos como exemplos.

Franca da Fonseca Pestana; o Chefe da Unidade Metropolitana de Informações Desportivas do Comando Metropolitano de Lisboa, Sr. Subcomissário Sérgio José Duarte Soares; e um membro da direcção da Juventude Leonina, Sr. Daniel Samico.

⁵Foram enviados questionários para: Alemanha, Áustria, Bélgica, Bulgária, Chipre, Croácia, Dinamarca, Eslováquia, Eslovénia, Espanha, Estónia, Finlândia, França, Grécia, Holanda, Hungria, Inglaterra, Irlanda, Itália, Letónia, Liechtenstein, Lituânia, Luxemburgo, Malta, Noruega, Polónia, República Checa, Roménia, Rússia, Jugoslávia, Suécia, Suíça, Turquia e Ucrânia.

⁶Os países que responderam foram: Bélgica, Chipre, Croácia, Grécia, Espanha, Holanda, Inglaterra, Itália, Lituânia, Luxemburgo, Malta, Roménia, Rússia, Suécia, Suíça, Turquia.

CAPÍTULO II - O REGIME JURÍDICO DA VIOLÊNCIA ASSOCIADA AO DESPORTO

O fenómeno da violência associada ao futebol há muito que assumiu dimensões marcadamente internacionais. As constantes deslocações de adeptos, para assistirem aos jogos das suas equipas obrigou a que se começasse a pensar numa abordagem da segurança, no contexto dos jogos de futebol, num âmbito internacional, e não unicamente nacional. No discurso proferido pelo Ministro da Administração Interna, Dr. Rui Pereira (2007), numa conferência em Bruxelas acerca do tema "Rumo a uma estratégia da UE contra a violência no desporto", o mesmo afirmou que:

"É indispensável adoptar uma estratégia contra a violência associada ao futebol, de âmbito local, nacional e europeu. Essa estratégia deve ser, no essencial, preventiva e comportar, como dimensões, o domínio sócio-educativo, as parcerias público-privadas, (entre todos os agentes com responsabilidades na segurança dos espectáculos desportivos), a valorização do papel dos adeptos e grupos ordeiros (através de incentivos da auto-regulação - self-policing) e a erradicação de uma insignificante mas perturbadora minoria de "adeptos" e grupos violentos." (p. 4)

Indo de encontro aos objectivos europeus, a legislação portuguesa, que regula e combate a violência manifestada nos eventos desportivos, visa respeitar um conjunto de normas e recomendações internacionais, assistindo-se a uma mudança de paradigma legislativo, com a transferência de alguns poderes de segurança pública, até então, exclusivos do Estado central, para o promotor do espectáculo desportivo.

No presente capítulo, analisaremos a moldura legislativa portuguesa, particularmente a Lei n.º 39/2009 de 30 de Julho, aferindo o alcance das resoluções e recomendações do Conselho da Europa no nosso ornamento jurídico. Seguidamente, e servindo-nos da opinião de pessoas reconhecidas como especialistas na matéria, faremos uma breve análise à aplicabilidade actual do disposto no regime legal.

2.1. A Influência do Conselho Europeu

Um dos objectivos da União Europeia é garantir aos cidadãos "um elevado nível de protecção num espaço de liberdade, segurança e justiça, mediante a instituição de acções em comum entre os Estados-Membros no domínio da cooperação policial e judiciária em matéria penal e a prevenção e combate do racismo e da xenofobia", conforme vem determinado no artigo 29.º do Tratado da União Europeia. Nesse domínio, é reconhecido ao Conselho da União Europeia, no artigo 34.º do mesmo diploma, a capacidade de tomar medidas e promover a cooperação dos Estados-Membros:

- a) adoptando "posições comuns que definam a abordagem da União em relação a uma questão específica", nomeadamente no referente à violência no contexto do futebol;
- b) adoptando "decisões-quadro para efeitos de aproximação das disposições legislativas e regulamentares", servindo de base à formulação dos diferentes diplomas legais nos vários países;
- c) elaborando convenções e recomendações aos diferentes Estados, tendo como objectivo uma maior cooperação e modos de actuação idênticos.

Dentro das suas funções, o Conselho adopta uma panóplia de documentos com vista a aconselhar os Estados-Membros acerca das boas práticas de actuação. De entre os inúmeros diplomas adoptados, apresentamos de seguida as recomendações e resoluções europeias que consideramos, pelo assunto que versam, mais pertinentes, de modo a facilitar a aproximação aos diplomas legais portugueses.

2.1.1. Os Documentos Adoptados pelo Comité Permanente da Convenção Europeia

As recomendações são decisões internacionais adoptadas por um conjunto específico de órgãos (nomeadamente o "Comité Permanente da Convenção Europeia sobre a Violência e Excessos dos Espectadores, do Conselho da Europa"), nomeados pelos Estados-Membros, e que aconselham os diferentes Estados a implementar as *guidelines* emitidas nas recomendações. Quer isto dizer que as recomendações não têm qualquer relevância legal, sendo que a sua transposição para a esfera jurídica nacional é opcional para cada Estado-Membro.

- *Recomendação (1999) sobre Stewarding*

Considerando que a missão da polícia deve estar direccionada mais eficazmente para a manutenção da ordem pública e para a prevenção e detecção de crimes, foi adoptado, em 1999, pelo Comité Permanente, um conjunto de directrizes que visavam o desenvolvimento de um sistema de *stewarding* para os eventos desportivos com grande assistência de espectadores.

Nessa recomendação vêm indicados alguns princípios para a implementação do *stewarding*. Resumidamente, de modo a não nos tornarmos demasiado exaustivos, os *stewards* são os principais responsáveis por facultar as informações que os espectadores necessitem, ao mesmo tempo que garantem a sua segurança no estádio. A sua função passa por ajudar todos os espectadores, respondendo a quaisquer reclamações, e auxiliar a polícia e os serviços de emergência em incidentes ou quaisquer outras situações em que sejam necessários.

- *Recomendação Rec 6(2001) do Comité de Ministros aos Estados-membros sobre a prevenção do racismo, xenofobia e intolerância racial no desporto*

Esta recomendação visa aconselhar os Governos a adoptarem políticas e medidas eficazes destinadas a prevenir e combater comportamentos racistas, xenófobos, discriminatórios ou intolerantes em todos os desportos, em particular no futebol. Para tal, é anexo à recomendação *guidelines* que contêm alguns tópicos relacionados com: a responsabilidade da prevenção; medidas legislativas a implementar e medidas a tomar quer nos recintos de jogo, quer pelos vários órgãos e instituições com responsabilidade nesta matéria.

Importa salientar dois pontos fundamentais. O primeiro, refere-se à co-responsabilização em matéria de prevenção do racismo, atribuída, tanto a autoridades públicas (poder legislativo, tribunais, polícia, órgãos governamentais responsáveis pela pasta do desporto) como a organizações não-governamentais (associações de futebol, federações, associações ou ligas de clubes, associações de jogadores, grupos organizados de adeptos, etc.). O segundo ponto reporta-se à recomendação aos governos para garantirem que nos seus sistemas legais são dados os mais adequados e eficazes meios jurídicos de combate ao racismo no desporto. Esses meios poderão passar pela adopção de uma lei específica que regule a luta contra a violência no desporto e que preveja sanções penais e não penais, mais rígidas para os ofensores, como a exclusão ou a proibição de acesso aos estádio.

São ainda apresentadas nesta recomendação medidas a adoptar pelos diferentes organismos responsáveis pela prevenção do racismo, que passam, entre outros, pelo desenvolvimento de acções de sensibilização e adopção de normas que regulamentem os acessos ao estádio e o comportamento a adoptar dentro dos mesmos.

- *Recomendação Rec 1(2002) sobre directrizes para a venda de ingressos em jogos de futebol internacionais*

Tendo em consideração o crescente de jogos de futebol a nível internacional, urge a necessidade de tornar o processo da venda de bilhetes o mais coerente e idêntico possível entre os diferentes países, observando os princípios da justiça, equidade e transparência, e não descurando os limites e requisitos de segurança necessários.

São assim formulados alguns princípios acerca da política de venda de ingressos baseados nos seguintes requerimentos:

a) separação eficaz e eficiente de adeptos rivais, com separação física entre eles e concentrando adeptos da mesma equipa na mesma secção do estádio;

- b) prevenção da venda ilegal de ingressos, providenciando um mecanismo legal mais eficaz e medidas de segurança implementadas nos ingressos e nos torniquetes;
 - c) troca de informação acerca dos adeptos banidos dos estádios ou com penas por cumprir (nos países onde tal seja permitido por lei);
 - d) colocação da identificação nominal do adepto no respectivo título de ingresso.
- *Recomendação Rec 1(2003) sobre o papel das medidas sociais e educativas na prevenção da violência no desporto e manual sobre a prevenção no desporto*

A presente recomendação é elaborada após o Comité Permanente tomar consciência: num primeiro plano, da violência e do mau comportamento entre os espectadores dos eventos desportivos, nomeadamente nos jogos de futebol, e da sua deslocação, cada vez mais frequente, do interior dos estádios para os centros urbanos; num segundo plano, das melhorias significativas na redução da violência, observadas após a implementação de algumas medidas e recomendações internacionais, adoptadas pelos diferentes Estados, e que permitiram alterações ao nível do direito penal e contra-ordenacional contribuindo para uma aplicação legislativa mais penosa, justa e eficiente.

Urgiu, assim, a necessidade de colocar um maior ênfase na prevenção do vandalismo associado ao desporto, num âmbito global, a fim de complementar as medidas de segurança adoptadas até então. Foi assim recomendado aos diferentes membros da Convenção que tomassem as medidas preventivas (sociais e educativas) que visassem melhorar o acolhimento e acompanhamento dos adeptos, tendo como princípios os apresentados no *Manual sobre Prevenção da Violência no Desporto*.

Nesse manual são fixados vários objectivos que visam:

- a criação de uma política de "fan coaching"⁷ e "fan embassies"⁸;
- incentivar os clubes a desenvolver relações mais estreitas com os seus adeptos;
- permitir às autoridades nacionais e locais, bem como a outros organismos, o desempenho de um papel importante no desenvolvimento de medidas de política de prevenção da violência.

⁷ O *fan coaching* consiste na implementação de assistentes sociais que desenvolvam actividades educativas dirigidas especificamente aos adeptos. É parte integrante de uma política de prevenção da violência, tendo como base o trabalho com os adeptos. Este programa apresenta resultados positivos em países como Bélgica, Holanda e Alemanha.

⁸ As *fan embassies* são adoptadas aquando da realização de torneios de futebol internacionais e consistem num ponto de referência para que adeptos dum mesmo país se concentrem, e onde lhes é facilitada a oportunidade de falar com pessoas da sua própria língua e que tenham as condições necessárias para resolver as suas dificuldades e/ou dúvidas.

2.1.2. Os Documentos do Conselho da União Europeia

- *Decisão do Conselho de 25 de Abril de 2002 relativa à segurança por ocasião de jogos de futebol com dimensão internacional*⁹

Fruto do aumento do número de adeptos que se deslocam ao estrangeiro para assistir a desafios de futebol, foi necessário que os órgãos competentes reforçassem a cooperação e o intercâmbio de informações para, quer evitar perturbações da ordem pública, quer permitir que todos os países envolvidos façam uma avaliação eficaz do risco.

A Decisão de 2002 visou criar um Ponto Nacional de Informações sobre Futebol cuja finalidade era a de proceder ao intercâmbio de informações policiais sobre jogos de futebol com dimensão internacional. Nesta decisão são definidas as atribuições e os procedimentos a adoptar por cada PNIF.

A Decisão de 2002 foi alterada pela Decisão 2007/412/JAI em alguns dos seus artigos, resultado das experiências reunidas pelos vários PNIF's, permitindo-lhes actuar de forma mais estruturada e profissional, e assegurando a elevada qualidade no intercâmbio de informações.

Por ser uma unidade de extrema importância para a Polícia de Segurança Pública, o PNIF será alvo de um estudo mais pormenorizado no capítulo referente à actuação policial.

- *Resolução do Conselho de 17 de Novembro de 2003 relativa à utilização, pelos Estados-Membros, da proibição de acesso aos recintos onde se desenrolam desafios de futebol de dimensão internacional*¹⁰

A resolução relativa à proibição de acesso aos recintos foi aprovada pelo Conselho da União Europeia e pretende aconselhar os Estados-Membros a adoptar algumas disposições.

Numa escala nacional, convida os Estados a "analisar a possibilidade de introduzir disposições tendo em vista a criação de um mecanismo que proíba aos indivíduos já condenados por actos de violência em jogos de futebol o acesso aos estádios onde se realizem esses jogos" (JO C 281 de 22.11.2003, p. 2).

Num âmbito internacional, a resolução aconselha esses mesmos Estados a ampliar as disposições anteriores a determinados desafios de futebol noutros Estados-Membros, usando como vias de comunicação os mecanismos de cooperação internacional existentes para a troca de dados referentes aos indivíduos com proibição de acessos.

⁹ JO L 121 de 8.5.2002

¹⁰ JO C 281 de 22.11.2003

- *Resolução do Conselho de 3 de Junho de 2010 relativa a um manual actualizado com recomendações para a cooperação policial internacional e medidas de prevenção e controlo da violência e dos distúrbios associados aos jogos de futebol com dimensão internacional em que, pelo menos, um Estado-Membro se encontre envolvido*¹¹

A resolução publicada pelo Conselho da União Europeia em 2010 vem actualizar as recomendações do manual de 2006 sobre a cooperação policial internacional e as medidas a tomar nos jogos internacionais. Apesar do documento se centrar principalmente na cooperação policial internacional, também faz referência à interacção da polícia com outros intervenientes-chave, como o organizador do evento.

Neste manual são apresentadas recomendações sobre várias temáticas. Tendo presente os objectivos do trabalho, apresentamos, de forma sumária, as ideias principais a reter acerca de alguns dos conteúdos mais importantes.

Dessa forma, no âmbito da gestão das informações por parte das forças de segurança internacionais, vem o manual definir com maior rigor a missão e os objectivos dos PNIF, definindo de igual modo as regras e os procedimentos para o intercâmbio de informações.

No capítulo seguinte, são definidos os procedimentos a efectuar no respeitante à preparação dos jogos internacionais, nomeadamente, dos pedidos de apoio aos países visitante. O intercâmbio de elementos policiais especializados visa permitir uma comunicação mais eficaz com os adeptos estrangeiros, recolhendo informação no terreno acerca das suas intenções, transmitindo-as para as forças de segurança responsáveis pela segurança do evento, de modo a que as medidas tomadas sejam equilibradas e ajustadas às intenções dos adeptos.

São ainda apresentadas recomendações sobre a cooperação entre as diversas polícias internacionais (tornando os procedimentos organizativos semelhantes entre os diferentes países) e entre a polícia e outras entidades, tais como: os organizadores do evento (equivalente, no nosso país, ao promotor do espectáculo desportivo); as autoridades judiciais e o Ministério Público e os adeptos. Além destes pontos, são também abordados conteúdos referente à política de comunicação social e a estratégia de comunicação e de relacionamento com os órgãos de comunicação social.

2.2. A Lei 39/2009 de 30 de Julho

O anterior regime jurídico, a Lei n.º 16/2004 de 11 de Maio, apresentava um objecto de aplicação que visava exclusivamente manifestações de violência associada ao desporto. Com a entrada em vigor da Lei n.º 39/2009 de 30 de Julho, o âmbito de aplicação do

¹¹ JO C 165 de 24.6.2010

diploma foi alargado, englobando o combate à violência, ao racismo, à xenofobia e à intolerância nos espectáculos desportivos, com o objectivo de realizar os mesmos com total segurança. Com a ampliação do objecto de aplicação do quadro jurídico assistimos assim ao "despertar de uma consciência das entidades competentes em matéria desportiva" para esta problemática. (Santos, 2009, p. 1)

Com excepção feita aos casos previstos em disposições legais próprias, a presente lei é aplicada a todos os espectáculos desportivos (de qualquer modalidade ou escalão), independentemente de estarem inseridos em competições desportivas profissionais ou não profissionais. No entanto, e dada a panóplia de espectáculos desportivos que têm lugar por todo o país, não se afigura muito preciso o real alcance deste normativo.

2.2.1. A Qualificação dos Espectáculos Desportivos

Os espectáculos desportivos são qualificados de acordo com a sua natureza. Nesse sentido, os critérios de classificação são distintos, consoante se trate de espectáculos de natureza nacional ou internacional. Assim, consideram-se de risco elevado, os jogos de natureza internacional que observem uma das alíneas do n.º 1 do artigo 12.¹² da lei em estudo. Já os de natureza nacional, terão de observar uma das alíneas do n.º 2¹³.

Todos os espectáculos desportivos em que não se observe nenhum dos pressupostos de qualificação de risco elevado, sejam de natureza internacional ou nacional, são classificados de risco normal. A qualificação do espectáculo desportivo será fundamental para a determinação do efectivo policial¹⁴ e privado (segurança privada)¹⁵ a destacar para a segurança do encontro.

¹² São classificados de risco elevado os jogos de natureza internacional que observem um dos seguintes tópicos: correspondam à fase final de um campeonato europeu ou mundial (apenas nas modalidades definidas pelo Conselho de Ética e Segurança no Desporto); sejam declarados como tal pelas organizações internacionais, com base em incidentes ocorridos anteriormente; se preveja que os adeptos visitante venham a ultrapassar 10% da capacidade do recinto desportivo ou que sejam em número igual ou superior a 2000 pessoas; se disputem em recintos desportivos presumivelmente repletos ou em que o número provável de espectadores seja superior a 30000 pessoas.

¹³ No que se refere aos espectáculos de natureza nacional, são considerados de risco elevado aqueles que, de igual modo, observem um dos seguintes tópicos: forem definidos como tal pelo CESD (consultadas as forças de segurança, a respectiva federação desportiva e a liga profissional, caso se trate de modalidade de natureza profissional); forem disputados com o objectivo de apuramento numa competição por eliminatórias, nas duas eliminatórias antecedentes da final; se preveja que o número de adeptos ultrapasse os 80% do recinto desportivo; o número provável de adeptos visitantes perfaça 20% do número previsto de espectadores; em encontros anteriores, os adeptos dos clubes intervenientes tenham ocasionado incidentes graves; os espectáculos desportivos sejam decisivos para ambas as equipas, estando em jogo a conquista de um troféu, acesso a provas internacionais ou mudança de escalão divisionário.

¹⁴ Decreto-Lei n.º 238/92 de 29 de Outubro

¹⁵ Portaria n.º 1522-C/2002 de 20 de Dezembro

2.2.2. Os Regulamentos de Prevenção da Violência

É função do Organizador do Espectáculo Desportivo¹⁶, em matéria de regulamentação que previna os actos de violência, a aprovação de "regulamentos internos em matéria de prevenção e punição das manifestações de violência, racismo, xenofobia e intolerância nos espectáculos desportivos" (artigo 5.º, n.º 1). Esses regulamentos têm de ser aprovados pelo Conselho de Ética e Segurança no Desporto¹⁷ (CESD) e conter, necessariamente: a indicação dos procedimentos preventivos a observar na organização dos espectáculos desportivos; a enumeração tipificada das situações de violência com as respectivas sanções a aplicar e a discriminação dos objectos susceptíveis de gerar actos de violência. A não observância da adopção dos regulamentos implica a impossibilidade de o organizador beneficiar de qualquer tipo de apoio público. (artigo 5.º, n.º 5)

2.2.3. Os Regulamentos de Segurança e de Utilização dos Espaços Públicos

Para que o espectáculo desportivo decorra sem incidentes, o promotor do espectáculo desportivo¹⁸ é detentor duma função basilar, visto ser da sua responsabilidade a aprovação de "regulamentos internos em matéria de segurança e de utilização dos espaços de acesso público" (artigo 7.º, n.º1). Sendo a segurança uma matéria de responsabilidade partilhada, os regulamentos devem ser discutidos e ajustados com as entidades que, directa ou indirectamente, têm funções de segurança pública (tais como, as forças de segurança, a Autoridade Nacional de Protecção Civil, os serviços de emergência médica e o organizador da competição desportiva) de modo a que venham a ser, posteriormente, validados pelo CESD.

No artigo 7.º, n.º 2, vêm mencionadas um conjunto de medidas¹⁹ que deverão ser expressamente referidos nos regulamentos, sob pena de não aprovação por parte do

¹⁶ Para efeitos da presente lei, entende-se por Organizador da Competição Desportiva "a federação da respectiva modalidade, relativamente às competições não profissionais ou internacionais que se realizem sob a égide das federações internacionais, as ligas profissionais de clubes, bem como as associações de âmbito territorial, relativamente às respectivas competições" (artigo 3.º, al. j)).

¹⁷ O Conselho de Ética e Segurança no Desporto é uma secção dependente do Conselho Nacional de Desporto (organismo dependente do Instituto de Desporto de Portugal) cuja missão vem definida no artigo 4.º da Lei n.º 39/2009. A sua função passa pela promoção e coordenação da adopção de medidas de combate às manifestações de violência, racismo, xenofobia e intolerância nos espectáculos desportivos, bem como, a avaliação da sua execução.

¹⁸ No artigo 3.º, al. i) da lei n.º 39/2009 de 30 de Julho, o "Promotor do espectáculo desportivo" é definido como "as associações de âmbito territorial, clubes e sociedades desportivas, bem como as próprias federações e ligas, quando sejam simultaneamente organizadores de competições desportivas"

¹⁹ Essas medidas passam por: a) Separação física dos adeptos, nas competições desportivas profissionais ou nas não profissionais consideradas de risco elevado; b) Controlo das vendas de título de ingresso, recorrendo a tecnologia para assegurar o fluxo de entrada de adeptos, impedindo a reutilização do mesmo ingresso e a detecção de títulos de ingresso falsos; c) Existência de um anel de segurança¹⁹, onde é proibida a venda, consumo e distribuição de bebidas alcoólicas, substâncias estupefacientes ou psicotrópicas; d) Adopção de um sistema de controlo de acessos e de um método para detectar o consumo de bebidas alcoólicas, de estupefacientes e de substâncias psicotrópicas; e)

CESD, e consequente impossibilidade de realização de espectáculos desportivos no respectivo recinto desportivo. Muitas das medidas vão ao encontro das recomendações internacionais sobre a venda de ingressos em jogos internacionais de futebol (já mencionado neste capítulo).

2.2.4. O Coordenador de Segurança

Não obstante as responsabilidades em matéria de segurança do recinto desportivo atribuídas aos promotores do espectáculo (artigo 8.º, n.º 1, al. a)), a este compete designar um coordenador de segurança para os espectáculos desportivos integrados em competições desportivas de natureza profissional ou não profissional consideradas de risco elevado (artigo 8.º, n.º1, al. f) e artigo 10.º, n.º10). Nesses casos, é atribuído aos coordenadores de segurança a responsabilidade operacional pela segurança no interior do recinto e nos anéis de segurança, sem qualquer atropelo pelas competências próprias dos órgãos de polícia criminal. Conforme vem descrito no artigo 10.º, o coordenador de segurança passa a coordenar pessoal devidamente treinado e qualificado, denominados de Assistentes de Recinto Desportivo (ARD), que funcionam na dependência operacional de toda a estrutura de segurança e contribuem para que o espectáculo desportivo decorra num ambiente confortável e seguro.

Com a Lei 39/2009 foi ainda atribuída uma nova directiva no sentido de exigir aos promotores uma lista com a designação dos respectivos coordenadores de segurança, lista esta que deverá ser comunicada ao CESD antes do início de cada época desportiva.

2.2.5. Assistentes de Recinto Desportivo

A figura do Assistente de Recinto Desportivo vem definida na lei como sendo "o vigilante de segurança privada especializado, directa ou indirectamente contratado pelo promotor do espectáculo desportivo, com as funções, deveres e formação definidos na legislação aplicável ao exercício da actividade de segurança privada" (artigo 3.º, al.c)).

Os ARD's são coordenados pelo coordenador de segurança e compete-lhes fazer cumprir as condições de acesso e de permanência dos adeptos nos recintos desportivos, juntamente com as forças de segurança. É-lhes ainda reconhecida a autoridade para efectuar revistas pessoais de prevenção e segurança, na área definida para o controlo de

Vigilância de grupos de adeptos (não sendo obrigatoriamente organizados), nomeadamente, nas deslocações, fora do recinto próprio do promotor do espectáculo desportivo, para assistir a competições desportivas de natureza profissional ou não profissional consideradas de risco elevado (embora não esteja discriminada a forma como essa vigilância deve ser efectuada, fica em aberto a possibilidade de utilização de forças de segurança ou segurança privada, para esse efeito).

acessos, com o objectivo de impedir a entrada de objectos ou substâncias proibidas e que sejam susceptíveis de vir a gerar actos de violência.

Os ARD's são introduzidos pela Portaria 1522-B/2002 de 20 de Dezembro que define também as suas funções específicas e o seu âmbito de actuação, actuando em conformidade com o Decreto-Lei n.º35/2004 de 21 de Fevereiro, alterada pela Lei n.º 38/2008 de 8 de Agosto, relativa ao regime jurídico do exercício da actividade de segurança privada. Desta portaria salienta-se a criação dos ARD's "com o objectivo de garantir a segurança e o conforto dos espectadores nos recintos desportivos e anéis de segurança" (artigo 1.º), obedecendo a um conjunto definido de funções/deveres, dos quais destacamos: a vigilância do recinto e anéis de segurança; o controlo de acessos, recorrendo à revista pessoal de prevenção e segurança, e controlo de títulos de ingresso; a vigilância e controlo de adeptos nos diferentes sectores, impedindo a obstrução de vias de acesso e/ou de emergência; a disponibilidade de prestar qualquer esclarecimento referente às instalações, saídas de emergência e informações relativas à própria organização; a inspecção das instalações desportivas, antes e após o espectáculo, no sentido de detectar alguma inconformidade com os regulamentos. Além destas funções, os ARD's devem canalizar as suas tarefas para o cumprimento das necessidades dos espectadores, auxiliando-os e proporcionando o seu bem-estar e segurança.

A Lei n.º 39/2009 vem prever a figura do ARD nos recintos desportivos, regulamentando algumas das suas funções e inserindo-o numa estrutura de segurança, contudo, não define em que situação é obrigatória a sua utilização. Tal informação é definida na Portaria n.º 1522-C/2002 de 20 de Dezembro, onde é fixada a obrigação de recorrer aos ARD's nas "competições profissionais de futebol que decorram em recintos desportivos com lotação igual ou superior a 25000 espectadores e cujas instalações obedeçam ao Regulamento das Condições Técnicas e de Segurança nos Estádios" (artigo 2.º). O recurso à segurança privada nas restantes competições fica ao critério dos promotores do recinto desportivo.

Nesta Portaria é ainda definido que, em jogos de risco elevado, o número de assistentes de recinto desportivo obedecerá ao rácio de 1 assistente por cada 300 espectadores, sendo de 1 assistente por cada 400 espectadores nos jogos de risco normal, sem prejuízo do número mínimo obrigatório definido na certificação de cada estádio. As contas aos espectadores fazem-se com base no número de ingressos vendidos até setenta e duas horas antes do início de cada espectáculo desportivo. Havendo a estimativa de lotação superior a 80% do recinto desportivo, o número de ARD's sofre um acréscimo de 20%.

2.2.6. As Forças de Segurança

Em qualquer dos espectáculos desportivos, as forças de segurança são predominantes para que o mesmo ocorra sem quaisquer incidentes. No diploma que estabelece o regime jurídico do combate à violência nos espectáculos desportivos, é-lhes reconhecida a autoridade de, em qualquer momento do espectáculo, assumir, na totalidade, a segurança no recinto desportivo, desde que exista risco para as pessoas e instalações. Isto é, sempre que o comandante do policiamento considerar que está em causa a integridade física de pessoas e bens, de modo grave, este pode assumir toda a segurança do recinto, ficando o coordenador de segurança na sua dependência funcional (artigo 13.º, n.º4). Ainda, cabe também ao comandante do policiamento informar o Director Nacional da PSP ou o Comandante-geral da Guarda Nacional Republicana (consoante seja PSP ou GNR) sempre que as condições para que o espectáculo se realize em segurança não estejam reunidas, cabendo ao último informar o organizador da competição desportiva das medidas de segurança a implementar pelo promotor do espectáculo desportivo (artigo 13.º, n.ºs 1 e 2). Além destas responsabilidades, o comandante do policiamento é o único responsável pela decisão de evacuação, total ou parcial, do recinto desportivo (artigo 13.º, n.º 5).

Partindo-se do princípio de que é responsabilidade do Estado o policiamento das áreas exteriores aos recintos desportivos, o regime aplicável ao interior dos recintos desportivos é complementado com o constante no Decreto-Lei 238/1992 de 29 de Outubro, nomeadamente a definição da responsabilidade dos organizadores e a eventual participação do Estado.

2.2.7. Grupo Organizado de Adeptos

Os grupos organizados de adeptos são a maior preocupação para toda a estrutura de segurança responsável pelo recinto desportivo, principalmente nos estádios com maior número de espectadores. A secção relativa aos GOA foi criada para congregar todo um conjunto de medidas, algumas já existentes no anterior normativo jurídico, que abrangem todas as obrigações e actividades que se prendem com este agrupamento social específico. A lei em estudo define-os como o "conjunto de adeptos, filiados ou não numa entidade desportiva"²⁰, tendo por objecto o apoio a clubes, a associações ou a sociedades desportivas" (artigo 3.º, al.g)).

²⁰ Entendemos por *entidade desportiva* os clubes, federações desportivas, ou outros organismos com intervenção na área do desporto.

No artigo 14.º assistimos a uma ampliação e introdução de novas directrizes relativamente ao apoio a grupos organizados de adeptos. Nesse âmbito, apenas os GOA que se constituam como associação e se registem junto do CESD podem ser objecto de apoio por parte do promotor do espectáculo desportivo. Este artigo passa pela concessão de facilidades de utilização ou cedência de instalações (sendo o promotor responsável pela fiscalização das mesmas, garantindo que não sejam depositados quaisquer materiais ou objectos proibidos) ou, ainda, apoio financeiro, técnico ou material (mediante a celebração de protocolos que, sempre que solicitados, terão de ser facultados às forças de segurança e ao CESD). O artigo proíbe ainda o apoio dos promotores a grupos que adoptem comportamentos que incitem à violência, ao racismo, à xenofobia, à intolerância social e a qualquer outra forma de discriminação ou manifestação de ideologia política.

Em relação ao incumprimento do disposto no artigo, o promotor será penalizado com a realização dos espectáculos desportivos à porta fechada (sanção aplicada pelo Instituto do Desporto de Portugal, sob proposta do CESD). Assiste-se assim a uma alteração significativa relativamente ao anterior normativo legal, uma vez que a penalização pelo incumprimento, na anterior Lei n.º 16/2004, seria a impossibilidade de promover qualquer espectáculo desportivo.

O registo dos GOA junto do promotor é definido no artigo 15.º, tendo sido criado especificamente para definir todo o processo a que deve obedecer o registo dos indivíduos que integram os grupos organizados de adeptos. Dessa forma, os GOA devem manter um registo actualizado, junto do promotor do espectáculo desportivo, de todos os elementos que o constituem. Este, por sua vez, tem o dever de enviar cópia do registo ao CESD, que o deverá disponibilizar de imediato às forças de segurança. O incumprimento, por parte dos elementos responsáveis dos GOA, do disposto no artigo 15.º implica a impossibilidade de aceder ao interior de qualquer recinto desportivo, mediante decisão do Instituto de Desporto de Portugal (IDP), sob proposta do CESD, enquanto a situação de incumprimento se mantiver.

Fruto da preocupação em torno dos grupos organizados, também o acesso dos mesmos aos recintos desportivos é alvo de especificação no artigo 16.º. Além de haver uma obrigatoriedade, por parte do promotor do espectáculo, em reservar uma ou mais áreas específicas para os filiados dos GOA que lhe estão afectos, existe também a proibição de cedência ou venda de bilhetes a grupos organizados em número superior ao de filiados nesses grupos e identificados no registo, nas competições desportivas de natureza profissional ou não profissional consideradas de risco elevado. Em cada um dos bilhetes cedidos ou vendidos aos GOA, deve constar o nome do titular filiado²¹.

²¹ Tal ainda não acontece, não sendo cumprido o disposto neste artigo.

Relativamente ao incumprimento das regras dispostas no artigo, o promotor do espectáculo desportivo é punido com a realização de espectáculos desportivos à porta fechada enquanto se mantiver a situação de incumprimento.

A formação de grupos organizados de adeptos permite a utilização, nos recintos desportivos, de material que, de outra forma, seria proibido. Com o actual normativo jurídico, veio regulamentar-se uma actividade que já era levada a cabo pelos adeptos mais entusiastas mas que se mantinha à margem da lei, o que provocava muita polémica nas diferentes formas de abordagem a esses grupos. Com a inclusão do artigo 24.º, é permitido aos GOA, excepcionalmente: utilizar instrumentos produtores de ruídos (como por exemplo os megafones e os tambores) mediante autorização do promotor do espectáculo desportivo e artifícios pirotécnicos que permita a libertação de fumo (denominados por "potes de fumo"), sendo necessária autorização e monitorização da força de segurança, da Autoridade Nacional de Protecção Civil e do promotor do espectáculo desportivo. Na primeira das situações, reparamos que ao promotor do espectáculo desportivo é-lhe conferido um poder discricionário na autorização das condições especiais de permanência de GOA no recinto desportivo. Tal facto pode vir a criar situações de conflito entre os diferentes GOA, alegando tratamento diferenciado e dualidade de critérios. Assim, na nossa opinião, deveria a lei explicitar com maior detalhe as situações em que o promotor deve ou não autorizar, podendo mesmo apresentar um conjunto de critérios eliminatórios, como por exemplo, a ocorrência anterior de incidentes cometidos pelo GOA que pretende a autorização.

Pese embora venha explícito na legislação o tratamento dispensado aos GOA, foi por nós constatado nos diferentes momentos de observação que ainda se verifica uma enorme discrepância no seu controlo na entrada para as bancadas. Por exemplo, em alguns recintos desportivos, somente aos GOA é autorizada a entrada de tarjas, bandeiras de dimensões relevantes e outros materiais enquanto, em outros, tais artigos são igualmente autorizados a claques não legalizadas.

2.2.8. Recinto Desportivo

A secção relativa ao recinto desportivo patenteia uma preocupação crescente com o bem-estar, comodidade e segurança de todos os espectadores do espectáculo desportivo. Numa vertente de bem-estar e comodidade, os artigos 17.º e 20.º determinam que: em primeiro lugar, os recintos, onde se realizem competições desportivas de natureza profissional ou não profissional consideradas de risco elevado, sejam dotados de lugares sentados, individuais e numerados, podendo mesmo haver lugar a sectores também utilizados para separar fisicamente os espectadores; em segundo lugar, os mesmos

recintos devem ser dotados de lugares e acessos apropriados para as pessoas com deficiência e ou incapacidade. De maneira a ter um controlo da emissão e venda dos títulos de ingresso, os organizadores terão de obedecer às regras impostas pelo artigo 26.º, designadamente, as características do referido título, a limitação mínima e máxima dos respectivos preços, ou mesmo as competições onde é obrigatório a uniformização dos postos de emissão e venda, através de sistemas informáticos.

Numa vertente de segurança e protecção dos espectadores, consideramos essencial a aplicação dos artigos 18.º, 22.º e 23.º. O artigo 18.º obriga a que, nos recintos onde se realizem competições desportivas de natureza profissional ou não profissional consideradas de risco elevado, seja instalado um sistema de videovigilância que permita o controlo visual (tanto por parte do promotor como das forças de segurança) de todo o recinto desportivo e respectivo anel de segurança. Por sua vez, os artigos 22.º e 23.º abordam as condições de acesso e permanência de espectadores no recinto desportivo, determinando qual das entidades responsáveis pela segurança (ARD's ou forças de segurança) têm legitimidade para intervir, mediante as diferentes situações.

Referente às condições de acesso de espectadores ao recinto desportivo, as forças de segurança são responsáveis pelo afastamento imediato do recinto desportivo dos adeptos que não cumpram as condições enumeradas no artigo 22.º, n.º1, al. c) e d)²².

Quanto às condições de permanência dos espectadores no recinto desportivo, as forças de segurança intervêm quando os adeptos não acatem os comportamentos de acordo com as regras definidas no artigo 23.º²³.

No que concerne aos assistentes de recinto desportivo, estes podem afastar de imediato os espectadores que não respeitem algumas das condições de acesso previstos no artigo 22.º²⁴.

Do ponto vista das condições de permanência dos espectadores, os ARD têm legitimidade para o afastamento imediato dos adeptos que, obstruam as vias de acesso e evacuação, especialmente as vias de emergência, acedam às áreas de acesso reservado

²² Artigo 22.º, n.º 1, al. c) - "Não estar sob a influência de álcool, estupefacientes, substâncias psicotrópicas ou produtos de efeito análogo, aceitando submeter -se a testes de controlo e despistagem, a efectuar sob a direcção dos elementos da força de segurança";

Artigo 22.º, n.º 1, al. d) - "Não transportar ou trazer consigo objectos ou substâncias proibidos ou susceptíveis de gerar ou possibilitar actos de violência".

²³ Tais como: não ostentem cartazes, bandeiras, entoem cânticos ou pratiquem actos com mensagens ofensivas, racistas, xenófobas, intolerantes, que incitem à violência ou a qualquer outra forma de discriminação, ou que traduzam manifestações de ideologia política; não ultrajem ou faltem ao respeito que é devido aos símbolos nacionais, através de qualquer meio de comunicação com o público; não circulem de um sector para outro; não arremessam quaisquer objectos no interior do recinto desportivo.

²⁴ Essas condições passam por o respeito das seguintes regras: posse de título de ingresso válido; observância das normas do regulamento de segurança e de utilização dos espaços de acesso público; não ostentar cartazes, bandeiras, símbolos ou outros sinais com mensagens ofensivas, de carácter racista ou xenófobo; não entoar cânticos racistas ou xenófobos ou que incitem à violência.

ou não destinadas ao público ou circulem de um sector para outro. (artigo 23.º, n.º 1, al.b), f) e g))

Além das condições expostas, os adeptos têm ainda de consentir na revista de prevenção e segurança a efectuar pelos ARD, bem como, submeter-se a testes de controlo de alcoolemia (a efectuar pelas forças de segurança), não podendo apresentar uma taxa superior a 1,2 g/l, sob pena de não poderem assistir ao espectáculo desportivo.

2.2.9. Regime Sancionatório

O regime sancionatório previsto na Lei n.º 39/2009 abrange os três tipos de punições possíveis. Em primeiro lugar, versa sobre as infracções de âmbito criminal que serão posteriormente aplicadas pelos tribunais. Numa segunda secção, foca os ilícitos de mera ordenação social e a aplicação de possíveis sanções acessórias. Por último, especifica quais as infracções que poderão ser sancionadas disciplinarmente.

Por ser um capítulo de fulcral importância, será aprofundado em pormenor cada uma das diferentes possibilidades de punição.

2.2.9.1. Crimes

Um importante contributo da Lei 39/2009 para o combate à violência associada ao desporto vem patente na secção que criminaliza um conjunto de comportamentos e acções comuns, principalmente nos adeptos de futebol. Muitos dos artigos presentes nessa secção vêm especificar alguns comportamentos já previstos na lei geral (Código Penal) considerados crimes semi-públicos, constituindo-os como crimes públicos, não sendo assim necessário a apresentação de queixa por parte do lesado. Essa alteração contribui de forma positiva para o levantamento dos autos por parte das forças de segurança, pois evita que, caso o lesado não quisesse apresentar queixa, o processo fosse arquivado, beneficiando o infractor.

Os crimes previstos na Lei n.º39/2009 são:

a) Distribuição e venda de títulos de ingresso falsos ou irregulares (artigo 27.º)

Foi um artigo introduzido no actual normativo jurídico e que pune a venda de ingressos, falsos ou sem autorização, com pena de prisão até três anos ou com pena de multa.

b) Distribuição e venda irregulares de títulos de ingresso (artigo 28.º)

Pune aqueles que vendam títulos de ingresso de modo a provocar sobrelotação do recinto ou que retirem vantagem patrimonial sem que estejam autorizados.

c) Dano qualificado no âmbito de espectáculo desportivo (artigo 29.º)

Neste artigo é punido aquele que, inserido num grupo de adeptos, provoque danos em equipamentos de utilização colectiva, como por exemplo transportes públicos.

d) Participação em rixa na deslocação para ou de espectáculo desportivo (artigo 30.º)

Com o disposto no artigo 30.º, é punida a pessoa que estiver envolvida em rixa entre duas ou mais pessoas cujos danos resultem em morte ou ofensa à integridade física dos envolvidos, risco de ofensa à integridade física ou perigo para terceiros ou alarme ou inquietação entre a população.

e) Arremesso de objectos ou de produtos líquidos (artigo 31.º)

A aplicação deste artigo apenas tem lugar quando do arremesso de objecto ou produto líquido se crie perigo para a vida ou a integridade física de outra pessoa.

f) Invasão da área do espectáculo desportivo (artigo 32.º)

Assiste-se a uma diferente punição, consoante o resultado da invasão da área do espectáculo desportivo. Se da invasão não resultar consequências para o normal desenrolar do espectáculo, o invasor é punido com uma pena de prisão até um ano ou com pena de multa. Se houver perturbação do normal curso do espectáculo, particularmente, suspensão, interrupção ou cancelamento do mesmo, o agente virá a ser punido com pena de prisão até dois anos ou com pena de multa.

g) Ofensas à integridade física actuando em grupo (artigo 33.º)

Este artigo vem punir os agentes que, actuando em grupo, no interior do recinto desportivo, ofendam a integridade física de terceiros.

h) Crimes contra agentes desportivos específicos (artigo 34.º)

Todos os crimes previstos nos artigos 29.º, 30.º e 31.º, vêm agravadas as suas penas, nos seus limites, mínimo e máximo, até um terço, se forem praticados contra os praticantes, treinadores, árbitros e restantes elementos que, de alguma maneira, estejam relacionados com a realização do espectáculo.

Nos dois últimos artigos aqui apresentados (artigo 33.º e 34.º), o tribunal fica ainda obrigado a comunicar a decisão de aplicação das sanções aos órgãos de polícia criminal (artigo 38.º). Esta é uma medida que aparenta ser de extrema importância pois permite uma melhor fundamentação aquando da caracterização de adeptos e de GOA's no que respeita aos respectivos níveis de risco.

Nesta secção da lei vem ainda prevista a possibilidade de ser aplicada a pena acessória de privação do direito de entrar em recintos desportivos, nos crimes previstos nos artigos 29.º, 30.º e 31.º. Além da impossibilidade de entrar nos recintos desportivos, os agentes que virem ser aplicada esta pena terão de se apresentar a uma autoridade judiciária ou a órgãos de polícia criminal, em dias e horas preestabelecidos. Se houver fortes indícios da prática dos crimes apresentados, o juiz tem legitimidade para impor ao arguido uma medida de coacção de interdição de acesso a recintos desportivos onde se

realizem as modalidades em que ocorreram os factos, ou mesmo a proibição do arguido se aproximar de qualquer recinto desportivo, durante os 30 dias anteriores à data do espectáculo e no dia da realização do mesmo.

Seguindo o raciocínio lógico plasmado no diploma, seria de todo relevante que o regime previsto no artigo 38.º fosse extensível aos artigos 35.º e 56.º uma vez que tal informação se afigura imprescindível para um acatamento da decisão por parte do infractor. Contudo, tal não vem previsto no diploma, ficando as forças de segurança dependentes da livre iniciativa dos tribunais.

2.2.9.2. Ilícitos de mera ordenação social

A lei prevê a categorização dos actos que constituem contra-ordenação em três níveis de gravidade, variando ao nível da sanção pecuniária. Assim, as coimas variam entre: os 500€ e os 1000€ nas contra-ordenações leves; os 1000€ e os 2000€ nas contra-ordenações graves e os 2000€ e os 3500€ nas contra-ordenações muito graves.

As práticas que constituem contra-ordenação leve vêm previstas nas alíneas c) e h) do artigo 39.º e dizem respeito à introdução, venda, aluguer ou distribuição de almofadas feitas de material leve não contundente e ao arremesso de objectos, desde que não criem perigo para a vida ou a integridade física de outras pessoas (que, como já abordado no trabalho, constitui crime).

As contra-ordenações graves referem-se a actos que, pela sua prática, colocam em causa a segurança e concentração dos atletas e adeptos. São exemplo, a introdução, transporte e venda de bebidas cujos recipientes não sejam fabricados de material leve não contundente, a utilização de buzinas alimentadas a baterias ou outros dispositivos sonoros instalados de forma fixa e a utilização de dispositivos luminosos tipo luz laser.

Por último, as acções mais gravosas, previstas no artigo 39.º, são as que constituem contra-ordenação muito grave, nomeadamente: a venda ou consumo de bebidas alcoólicas dentro do anel ou perímetro de segurança²⁵; a prática de actos ou comportamentos que, de algum modo, incitem à violência ou a qualquer forma de racismo ou xenofobia e a introdução ou utilização de engenhos explosivos ou pirotécnicos (petardos e tochas luminosas, por exemplo).

No caso específico dos engenhos explosivos ou pirotécnicos assiste-se a uma incongruência por parte da legislação portuguesa. Ora, a Lei n.º 39/2009 apenas é aplicável, temporalmente, aquando da realização de espectáculos desportivos, e

²⁵ Relativamente à venda e consumo de bebidas alcoólicas nas imediações do recinto desportivo, tal é de difícil fiscalização uma vez que, no caso dos estádios do Benfica e Sporting, não existe uma definição clara dos perímetros do anel de segurança. Se tivermos em consideração o estádio do Sporting, deparamo-nos com a existência de um centro comercial dentro do próprio edifício, o que, ao existir uma definição clara do anel de segurança, iria ser obrigatoriamente incluído no seu interior o que originaria a proibição de bebidas alcoólicas dentro do mesmo.

especialmente, nas imediações do estádio, desde que dentro do anel ou perímetro de segurança. Se olharmos com atenção para a Lei n.º 39/2009 verificamos que a posse e utilização dos engenhos explosivos ou pirotécnicos é sancionado com uma contra-ordenação muito grave. Por outro lado, pela lei específica das armas e munições a posse e utilização de tais engenhos é sancionado criminalmente com uma pena que vai de 2 a 8 anos (art.º 86, nº1, al. a, da Lei n.º 5/2006 de 23 de Fevereiro). Quer isto dizer que, se um indivíduo for interceptado pela polícia na via pública na posse de tais engenhos, é detido com base na lei geral, por sua vez, se tal interceptação ocorrer no interior do estádio, apenas é elaborado Auto de Notícia por Contra-Ordenação. No nosso entender, a sanção prevista na Lei n.º 39/2009 deveria ser de âmbito criminal (à semelhança da Lei das Armas) visto que o potencial de risco para a integridade física dos adeptos é elevadíssimo caso os engenhos venham a ser deflagrados. Não nos podemos esquecer que num estádio estão reunidas milhares de pessoas e a simples deflagração de uma tocha pode despoletar graves riscos de ofensa à integridade física, ou mesmo, riscos de incêndio.

Além das coimas previstas para cada contra-ordenação, foi criada, no novo normativo jurídico, a possibilidade de o responsável pela aplicação das coimas aplicar a sanção acessória de interdição de acesso a recintos desportivos por um período não superior a um ano, aos agentes que forem considerados culpados pela prática dos actos constantes na alínea d) do artigo 39.º (prática de actos ou incitamento à violência). Na nossa opinião, a aplicação da sanção acessória deveria ser ampliada a outras contra-ordenações que, pela sua gravidade, podem pôr em causa a segurança dos adeptos e atletas, como é o caso do arremesso de objectos ou a utilização de engenhos explosivos ou pirotécnicos.

Em matéria de ilícitos contra-ordenacionais, verificou-se ainda uma alteração em relação ao anterior normativo jurídico no tocante à instrução dos processos. Se anteriormente, com a Lei n.º 16/2004, eram as autoridades policiais que verificavam a ocorrência as responsáveis pela instrução dos processos, com a actual lei, tal responsabilidade foi transferida para o IDP. Quanto à aplicação das coimas, a tarefa é partilhada entre os governadores civis, no continente, e o membro do Governo Regional responsável pela área do desporto, nas Regiões Autónomas, nas competições não profissionais, e pelo IDP, nas competições profissionais.

2.2.9.3. Ilícitos Disciplinares

A última modalidade prevista no regime sancionatório da Lei n.º 39/2009 corresponde aos ilícitos disciplinares, sendo da responsabilidade tanto do organizador da competição desportiva como do IDP ou Governo Civil.

Estão previstas três medidas disciplinares punitivas, variando a sua aplicação consoante a gravidade da infracção cometida. A primeira, e mais leve, corresponde à sanção de multa e é aplicada de acordo com os regulamentos dos organizadores da competição desportiva ou dos promotores do espectáculo desportivo para os casos de: agressões, sobre os espectadores ou elementos da comunicação social, que não apresentem especial gravidade; ameaças ou coacção sobre agentes desportivos, elementos das forças de segurança, coordenador de segurança, ARD's ou outras pessoas autorizadas a permanecer na área do espectáculo desportivo e, por último, ocorrência de distúrbios que provoquem a interrupção não definitiva ou o atraso no início ou reinício do espectáculo desportivo. Nesta última situação, caso os distúrbios provoquem danos nas infra-estruturas de tal modo graves que coloquem em causa as condições de segurança, o recinto desportivo permanece interdito até à regularização da situação.

Gradualmente, segue-se à sanção de multa a sanção de realização de espectáculos desportivos à porta fechada e, a mais grave de todas, a sanção de interdição do recinto desportivo, com consequente perda dos efeitos desportivos dos resultados obtidos nas competições desportivas relacionadas com os actos alvos de punição e, ainda, a perda de pontos, total ou parcial, nas classificações desportivas. As duas sanções disciplinares mais graves são aplicadas, após a instauração dos procedimentos disciplinares por parte do organizador da competição desportiva, aos clubes, associações ou sociedades desportivas que sejam intervenientes no espectáculo desportivo em que os sócios, adeptos ou simpatizantes cometam alguma das infracções previstas nos nºs 2 e 3 do artigo 46.º.

As infracções cuja sanção é a realização de espectáculos desportivos à porta fechada correspondem a: agressões sobre agentes desportivos, elementos das forças de segurança, coordenador de segurança, ARD's ou outras pessoas autorizadas a permanecer na área do espectáculo desportivo; distúrbios ou invasão da área do espectáculo desportivo que levem à interrupção não definitiva ou ao atraso no início ou reinício do espectáculo desportivo ou agressões sobre adeptos ou elementos da comunicação social que, pela sua natureza ou pelo tempo de incapacidade, provoquem lesões de especial gravidade.

Na sanção mais grave incorrem as entidades já mencionadas cujos seus apoiantes pratiquem um das infracções previstas no n.º 2 do artigo 46.º. Assim, o adepto que agredir agentes desportivos, elementos das forças de segurança, o coordenador de segurança, ARD's ou outras pessoas autorizadas a permanecer na área do espectáculo desportivo, de tal modo que o árbitro dê por findo ou não autorize o início ou reinício do jogo, ou que das agressões resultem lesões especialmente graves, além das sanções

previstas a nível pessoal (criminal ou contra-ordenacional), vai também ser responsável pela aplicação da sanção disciplinar mais gravosa ao seu clube. Igual responsabilidade é partilhada com o adepto que invada a área do espectáculo desportivo não permitindo o início ou a conclusão do jogo.

2.3. Aplicabilidade do Regime Jurídico da Violência Associada ao Desporto

Na nossa opinião, a lei que temos vindo a estudar apresenta um conjunto de normativos que vão ao encontro das directivas internacionais, estando também adaptado à realidade portuguesa. Como é referido pelo Comissário João Pestana²⁶, a Lei n.º 39/2009 de 30 de Julho afigura-se uma "lei moderna, actual, bem conseguida e completa"²⁷. Pese embora algumas dificuldades de implementação, explanadas seguidamente, o actual normativo jurídico "respeita na íntegra os compromissos internacionalmente assumidos", sendo que, "as soluções que o legislador colocou à disposição" se afiguram "suficientes" (entrevista Dr. Fanha Vieira).

Contudo, apesar de existir um conjunto de medidas legais que cumprem as directivas internacionais mais relevantes, as mesmas não estão, actualmente, a ser aplicadas na sua totalidade. Se tivermos presente os comentários proferidos nas entrevistas, depressa nos apercebemos que a opinião é unânime. Segundo o Comissário Pestana, "no que diz respeito aos Grupos Organizados de Adeptos e algumas sanções que os organizadores das competições, promotores, e mesmo as autoridades administrativas e judiciais têm e que a lei lhes atribui, mais de 60/70% da lei não está a ser aplicada, como tal, também não temos como saber se a sua aplicação é boa ou se é má, porque, pura e simplesmente, ela não está a ser usada". O facto de algumas disposições legais não estarem a ser aplicadas provoca que outras normas previstas no regime jurídico não sejam, também elas, aproveitadas. Isto é, a lei, para funcionar convenientemente, tem de funcionar de forma integrada e em toda a sua extensão.

Actualmente, impera no seio dos GOA um certo sentimento de impunidade, uma vez que, eles próprios são alvo de processos, criminais ou contra-ordenacionais, sendo que, no fim de todo o processo, na maioria das vezes não lhes são aplicadas as coimas e sanções devidas. Segundo o Chefe do Núcleo de Informações Policiais do Comando Metropolitano de Lisboa (NIP/COMETLIS):

²⁶ Proferidas em sede de entrevista, anexa ao presente relatório.

²⁷ A mesma opinião é partilhada por os restantes entrevistados que se pronunciaram sobre o assunto.

"Eu acho que uma aplicação eficiente da lei iria concorrer de forma valiosa e eficaz para a diminuição dos níveis de violência. Neste momento, existe uma percepção muito grande de impunidade no seio dos GOA e dos adeptos mais violentos. E existe por, efectivamente, existir mais impunidade agora que existia há alguns anos, pela razão de que, neste momento, está-se a assistir a um fenómeno curioso. Passo a explicar. Actualmente, a polícia tem actuado e tem feito muita documentação de actos contrários à lei (detenções, autos de notícia, participações), e eles sabem isso, são chamados a participar nesses processos, quer seja na qualidade de arguidos ou de suspeitos, e chegam ao fim e percebem que nada é feito. Portanto estamos a pôr a nu uma fragilidade." (entrevista Comissário João Pestana)

Já para o Vice-Presidente do Instituto de Desporto de Portugal, a má aplicação das normas muito se deve à última instância de aplicação da lei, isto é, os tribunais:

"Por fim, temos aqui, no meu entender, o elo mais problemático, que é a parte ligada à última instância de aplicação da lei, os tribunais. E aí, claramente, ainda não há uma cultura por parte dos Srs. Magistrados, sejam do Ministério Público, seja Magistratura Judicial, para este problema (...) Se calhar o Estado deveria fazer um esforço de sensibilizar os magistrados para esta situação e efectivamente dar-se aqui um contributo, porque algumas vezes a lei é aplicada e ninguém sabe, logo, o alarme social não é de tal forma relevado. Por outro lado, a maior parte das pessoas a quem nós aplicamos as coimas, recorrem e chegam ao tribunal e (...) saem com uma multa que nunca é paga, ou levam uma admoestação." (entrevista Dr. Fanha Vieira)

Por exemplo, se olharmos para as competências atribuídas aos tribunais, nomeadamente, as previstas no artigo 36.º, deparamo-nos com um forte poder de impor ao arguido a medida de coacção de interdição de acesso a recintos desportivos, sempre que existam fortes indícios do cometimento de práticas criminais previstas na lei n.º 39/2009. Porém, não compete unicamente aos tribunais a aplicação desta medida. Podemos extrair da lei três modos distintos de aplicar as interdições: como "pena acessória de privação do direito de entrar em recintos desportivos"²⁸; como "medida de coacção de interdição de acesso a recintos desportivos"²⁹; ou como "sanção acessória"³⁰. A utilização das duas primeiras é da responsabilidade dos tribunais e são aplicadas no âmbito de um processo-crime, quer seja como pena acessória, quer como uma medida de coacção, enquanto o processo decorre. Já a aplicação da terceira é da responsabilidade do IDP, nas competições desportivas de natureza profissional, ou do Governo Civil do distrito, nas restantes competições, e corresponde a uma sanção acessória aplicada aquando da condenação por um processo contra-ordenacional. Contudo, a falta de sensibilidade das diversas entidades para a aplicação destas prerrogativas permite que estas medidas não sejam aplicadas. Como afirma o Chefe da Unidade Metropolitana de Informações Desportivas (UMID) do COMETLIS:

²⁸ Previsto no artigo 35.º da Lei n.º 39/2009 de 30 de Julho

²⁹ Previsto no artigo 36.º da Lei n.º 39/2009 de 30 de Julho

³⁰ Previsto no artigo 42.º da Lei n.º 39/2009 de 30 de Julho

"Se, por um lado, deveria haver mais condenações dos indivíduos, mesmo as penas de multa e de prisão, por outro lado, temos ainda uma situação mais grave, que é a não aplicação, tanto das medidas de coação, enquanto se está a desenvolver o processo, como depois a aplicação efectiva de medidas de interdição a esses adeptos, caso eles sejam condenados." (entrevista Subcomissário Sérgio Soares)

Ou então, e conforme afirma o Subintendente Costa Ramos, as que são aplicadas não são do conhecimento da própria polícia. Acerca desse assunto, o Chefe do PNIF português acrescenta que já se começa a ter conhecimento de algumas aplicações, embora escassas, que, seguramente, não passarão a casa das dezenas. Podemos mesmo afirmar que as poucas interdições de acesso a recintos desportivo estão a ser aplicadas de forma casuística e quase episódica. São ainda aplicadas sem que haja qualquer conhecimento, posterior e atempado, por parte da polícia, o que, não trazendo anexas a obrigatoriedade de apresentação à hora do jogo numa esquadra de polícia, nada garante que esse adepto não assista ao jogo.

Na nossa opinião, a débil aplicação das interdições de acesso aos recintos desportivos é, talvez, um dos grandes responsáveis pela ocorrência de actos de violência nos estádios e imediações, uma vez que, como é do conhecimento da polícia, grande parte das acções de violência são praticadas ou iniciadas por um conjunto de indivíduos já conhecido e cadastrado³¹. Se tivermos em atenção os estudos desenvolvidos pelo Home Office britânico, reparamos na elevadíssima eficácia destas medidas. Um dos estudos teve como objectivo analisar as *banning orders* aplicadas em Inglaterra entre 2000 e 2007, de modo a verificar a sua eficácia. De entre os resultados obtidos³², destacamos a elevadíssima percentagem de indivíduos, cerca de 92%, que cumpriram essa sanção e que, a partir do momento em que o prazo de interdição terminou, voltaram a assistir aos espectáculos desportivos, tornando-se adeptos sem qualquer risco, isto é, deixaram de ser identificados e associados a qualquer desordem pública ou acto de incivilidade dentro do estádio (Home Office, 2010).

Como podemos verificar existe uma aplicação eficaz desta sanção noutros países, já em Portugal assiste-se a uma utilização pouco efectiva dos normativos legislativos por

³¹ Numa entrevista ao Jornal "A Bola" (no dia 1 de Abril de 2011), o Comissário João Pestana, referindo-se aos acontecimentos ocorridos no jogo Sporting-Benfica, realizado no dia 21 de Fevereiro de 2011, divulgou um conjunto de dados acerca dos indivíduos prevaricadores: "A PSP documentou 20 adeptos nos incidentes embora o total tenha andado pelos 50. Desses 20: 15 tinham antecedentes de situações de violência associada ao desporto nos dois anos anteriores; 8 haviam sido identificados ou detidos em duas ou mais situações nos últimos dois anos; 4, em quatro ou mais situações. Das 34 ocorrências no desporto praticadas, sempre de 2008 a 2010, por estes mesmos 20 adeptos, 16 foram crime Não são coincidências. As situações de violência têm rastilho em pequenos núcleos de agitadores que incendeiam os ânimos. Desde então, até ontem, esta amostra de 15 adeptos somou mais 17 ocorrências ao currículo, todas participadas pela PSP".

³² Acresce a essa excelente eficácia a percentagem de detenções que originam a aplicação desta sanção. Na temporada de 2009/2010 foram detidos 1225 adeptos ingleses (em jogos da Premier League), do qual resultou a aplicação de *banning orders* a 339 desses adeptos (cerca de 28%).

parte das instituições responsáveis pela sua aplicação (promotor do espectáculo, organizador da competição, IDP, CESD, Tribunais ou Polícia). Acontece também que, dado o curto espaço temporal de aplicação da lei, as diferentes instituições/entidades ainda possuem diferentes formas de interpretação dos artigos, nomeadamente, quem tem a real atribuição de competências para aplicar determinadas normas ou qual o alcance temporal e espacial em que é exequível a sua aplicação³³.

Além disso, é necessário ter em consideração que uma acção ilícita praticada por um adepto pode ser alvo de um processo que decorre em duas instâncias distintas, e em paralelo. Isto é, a prática de um crime ou contra-ordenação (à luz da Lei n.º 39/2009) vai originar um processo criminal ou contra-ordenacional, que será instruído nas entidades competentes (tribunais e IDP ou Governo Civil). Contudo, em paralelo a esse processo, poderá decorrer um processo de natureza disciplinar, independentemente das sanções e condenações que advenham do outro processo³⁴.

É também nosso entender que os organizadores das competições desportivas deveriam utilizar com mais regularidade as sanções previstas nos seus regulamentos disciplinares, bem como, prever nos seus regulamentos medidas punitivas mais graves e pesadas. Por exemplo, se tivermos em conta o preceituado no Regulamento Disciplinar da Liga Portuguesa de Futebol Profissional (LPFP), verificamos que estão previstos nos seus artigos sanções a aplicar aos clubes pelos comportamentos dos seus adeptos. Tais sanções variam entre a multa, perda de pontos desportivos, jogos à porta fechada e/ou interdição do recinto desportivo. Todavia, se olharmos para o preconizado nos artigos 140.º a 151.º, deparamo-nos com uma difícil aplicação das medidas mais gravosas, sendo necessário ocorrerem actos cujo resultado tenha, directamente, consequências no normal decurso do jogo. Consideramos então que actos de extrema violência, praticados por adeptos de um clube, no exterior do recinto desportivo, e relacionados com o espectáculo desportivo, deveriam ser, também eles, alvo das sanções disciplinares mais gravosas, a aplicar aos clubes. Facto que revela, na nossa opinião, um excessivo peso dos clubes como força de pressão junto do poder político e das instâncias administrativas.

³³ O Subintendente Costa Ramos, aquando da nossa entrevista, apresentou-nos um exemplo disso mesmo: "nós tivemos um caso, muito recente, (...), onde a Comissão de Ética para a Segurança no Desporto tem uma interpretação da aplicação da lei e logo a seguir num tribunal, num mesmo caso, foi aplicado de forma diferente. Têm interpretações diferentes".

³⁴ No entanto, apesar das nossas observações verificarem a existência de actos que incorreriam numa sanção disciplinar, tal não foi aplicado aos clubes.

CAPÍTULO III - OS GRUPOS (ORGANIZADOS) DE ADEPTOS

No capítulo alusivo aos Grupos Organizados de Adeptos, não poderíamos abordar o tema sem ter presente algumas noções, basilares e de extrema importância, acerca das claques de futebol.

Um dos factores que mais influencia a ocorrência de comportamentos exacerbados de violência é a existência de grupos de adeptos (com diferentes níveis de organização) com uma filosofia de apoio ao clube caracterizada pela adopção de símbolos, cânticos e comportamentos próprios. Estes grupos são, vulgarmente, conhecidos por claques de futebol. Podemos distinguir duas subculturas de adeptos: a primeira, denominada *hooligan*, é de origem inglesa e predominante no norte da Europa; a segunda é a subcultura *ultra*, de origem italiana e presente maioritariamente nos países do sul europeu. Estas subculturas apresentam diferentes formas de organização, comportamentos de apoio específicos e formas de violência distintas³⁵.

No decorrer do presente capítulo procederemos ao estudo da actualidade dos Grupos Organizados de Adeptos portugueses, baseando-nos nas observações realizadas, enquanto método de pesquisa preferencial, e nas entrevistas efectuadas a alguns elementos que, pela sua proximidade ao tema, demonstraram ser uma fonte de informação primordial. Pretendemos deste modo apresentar uma imagem do panorama actual dos GOA, bem como, da sua directa relação no tocante ao fenómeno em análise.

3.1. Os Grupos de Adeptos Portugueses

3.1.1. A Formação das Primeiras Claques

O surgimento das primeiras claques, direccionadas maioritariamente ao apoio dos clubes de futebol, ocorreu na segunda metade da década de setenta, com alguns jovens, sócios dos maiores clubes portugueses, a assistirem aos espectáculos de futebol numa zona específica do estádio.

O fenómeno da formação das claques portuguesas deve a sua origem aos jovens adeptos do Sporting Clube de Portugal. Influenciados por um grupo de estudantes regressados do Brasil, os irmãos João e Gonçalo Rocha (filhos do então Presidente João Rocha) reuniram alguns dos seus colegas do Colégio São João de Brito e passaram a assistir aos jogos da equipa leonina, fundando a Juventude Leonina (mais conhecida por Juve Leo ou JL), em 1976. Pertence assim à Juventude Leonina a distinção de mais

³⁵ No Anexo B procedemos a um estudo mais pormenorizado acerca das subculturas de adeptos.

antiga claque, ou associação de adeptos, de entre os clubes nacionais (Marivoet, 1992). Após a criação da Juventude Leonina, seguiram-se a formação dos Diabos Vermelhos (DV), no Sport Lisboa e Benfica, e dos Dragões Azuis, no Futebol Clube do Porto, ambos em 1982. Nos primeiros anos da década de 80, assiste-se a um crescimento de grupos de adeptos, ainda sem quaisquer preocupações com o reconhecimento oficial por parte das direcções dos clubes ou com o modo como estruturavam a sua organização. O período áureo das claques portuguesas ocorre nos anos de 1984/85, com o surgimento de novas claques (algumas fruto da separação de outros grupos) e com as claques existentes a verem o número de membros a aumentar para números recorde. Em jeito de exemplo, são criadas, nestes dois anos: a Fúria Azul e os Esquadrões Azuis, ambos do Belenenses; a Torcida Verde (TV), do Sporting, os Super Dragões, do Porto; a Raça Benfiquista, do Benfica; a Juventude Bracarense, do Braga; o VIII Exército e a Juventude Vitoriana, ambos do Setúbal.

A partir de 1982, deparamo-nos com um "empenhamento das claques em serem reconhecidas, de forma oficial, pelas direcções dos respectivos clubes", muito devido às "relações familiares com dirigentes dos respectivos clubes" por parte de alguns membros das claques, facto este que permitiu "um estreitamento de relações entre ambos, bem como uma sensibilização para a sua existência" (Marivoet, 1992, p. 146). Esta forte ligação veio a criar laços de relação que se estendiam a participações activas nas campanhas eleitorais dos clubes, o que deixava desagradado alguns adeptos, criando divergência de opinião no seio das claques. Tal facto levou à ruptura de certos membros e criação de novas claques num só clube.

O aparecimento de mais de uma claque num só clube veio provocar uma preocupação acrescida nas direcções dos clubes. Se, por um lado, essa situação já era, por si só, incompreensível, por outro, veio obrigá-las a seleccionar qual das claques receberia o seu apoio. Essa decisão não se tornou mais fácil com o aumento dos conflitos entre as claques e os restantes adeptos.

Durante os anos oitenta e noventa, devido à dinâmica presente nas coreografias e cânticos de apoio aos clubes, as claques foram alvo de pequenos focos de discórdia por parte dos adeptos "tradicionais", havendo mesmo registo de pequenas brigas nas bancadas. Porém, os finais da década de 90 acabaram por se afigurar mais calmos. Se, por um lado, as práticas mais hostis e violentas cometidas pelas claques revelavam ser uma clara intolerância nos recintos desportivos, por outro lado, o apoio "fervoroso e incansável" que, jogo após jogo, transmitiam às suas equipas, e o seu esforço em estimular os restantes adeptos na obtenção de um ambiente festivo e colorido, contribuiu para que tenha havido uma aceitação por parte dos adeptos tradicionais, levando a uma

"institucionalização da subcultura *ultra* nos estádios de futebol" (Marivoet, 1992, 2009; Pilz, 2010).

Os incidentes de Heysel Park³⁶, em 1985, vieram despertar as atenções da comunidade nacional e internacional para o problema das claques, havendo a necessidade de serem criadas as primeiras medidas de prevenção da violência relacionada com o desporto no geral, e, em particular, no futebol. Assiste-se assim, em Portugal, a uma tentativa das direcções dos principais clubes controlarem os seus grupos de apoio. Se "algumas conseguiram estabelecer um controlo apertado nas suas claques, substituindo as antigas direcções de jovens, ou enfraquecendo a sua autonomia", noutras, "as claques não aceitaram o controlo", chegando-se mesmo "a situações de ruptura que levaram à perda do apoio e reconhecimento oficial", vindo a originar vários conflitos e acesas discussões no seio das mesmas, originando ruptura entre os seus elementos e o consequente surgimento de novas claques dentro do mesmo clube (Marivoet, 1992, 2009).

3.1.2. As Estruturas Organizativas dos Grupos Organizados de Adeptos

A maioria dos GOA apresenta uma estrutura organizativa muito semelhante, com uma direcção composta por 5 a 12 elementos, consoante a dimensão das claques. De forma geral, os elementos da direcção apresentam uma faixa etária entre os 20 e os 25 anos, nas claques com menor dimensão, e entre os 30 e os 45 anos, nas claques com maior dimensão, encontrando-se cada um responsabilizado por uma função específica, variando entre as relações públicas, a organização e distribuição dos ingressos, o planeamento das coreografias, a recolha de fundos monetários, entre outros. De um modo geral, todos os grupos detêm um líder, ou presidente, que adquire esse estatuto "pela antiguidade e empenhamento" ao longo dos anos. (Marivoet, 1992)

Os grupos organizados de adeptos mais conhecidos, como são o caso da Juventude Leonina e dos No Name Boys (NN), organizam-se ainda por núcleos³⁷, espalhados em

³⁶ No estádio de Heysel, em Bruxelas, no dia 29 de Maio de 1985, numa final da Taça dos Campeões e que opunha as equipas do Liverpool e da Juventus, um muro desmorona-se, fruto dos confrontos iniciados pelos adeptos ingleses, causando 39 mortes 400 feridos. Como consequência, os clubes ingleses foram proibidos de participar nas competições europeias num período de cinco anos. (Coelho & Pinheiro, 2002)

³⁷ Actualmente, com mais ou menos acção, a Juve Leo apresenta os seguintes núcleos: Juve Leo Barreiro, Juve Leo Beira Baixa, Juve Leo Braga, Juve Leo Coimbra, Juve Leo Condeixa, Juve Leo Damaia, Juve Leo Figueira da Foz, Juve Leo Firma Forte, Juve Leo Forte da Casa, Juve Leo Holanda, Juve Leo Invicta, Juve Leo Leiria, Juve Leo Luxemburgo, Juve Leo Mangualde, Juve Leo Margem Sul, Juve Leo Mealhada, Juve Leo Moita, Juve Leo Mortágua, Juve Leo Norte, Juve Leo Odivelas, Juve Leo Oeiras, Juve Leo Oliveira do Bairro, Juve Leo Portela, Juve Leo Samora Correia, Juve Leo Setúbal, Juve Leo Tomar, Juve Leo Suiça.

vários pontos do país. Cada um desses núcleos contém um responsável que faz a ligação com a direcção da claque, de onde são emanadas as directivas a cumprir.

3.1.3. A Adopção da Subcultura Ultra e as Práticas de Violência

A maioria dos grupos organizados de adeptos portugueses identificam-se com o fenómeno *Ultra*. No início dos anos 90, a maioria das claques existentes viriam a adoptar essa filosofia, continuando a surgir novos grupos que, seguindo os moldes do estilo italiano, foram acompanhando a vanguarda do movimento, quer seja na sua forma de estar, quer nos seus cânticos e coreografias. Nos dados apresentados por Salomé Marivoet (2009), eram identificáveis, em 2003, 43 claques *ultra*, havendo apenas uma cujos órgãos dirigentes assim não os consideravam, os No Name Boys (NN). Contudo, e independentemente de se considerarem ou não *ultras*, a sua maneira de ver o futebol e o modo como expressavam o seu apoio era em tudo semelhante às características dessa subcultura.

A maioria dos grupos organizados de adeptos portugueses apresenta uma predisposição para a defesa dos interesses institucionais e desportivos, muito semelhante ao movimento italiano. É usual vermos inscritos nas suas faixas ou bandeiras os dizeres "*Ultras contra o Futebol Moderno*", ou, "*Ultras contra Cálcio Moderno*", tratando-se claramente de uma demonstração de desagrado, própria do movimento *ultra*, pelo rumo negocial em que o futebol está inserido, referindo-se aos direitos televisivos³⁸, aos preços elevados dos títulos de ingresso, ou mesmo aos espectáculos em horários desadequados (Saramago, 2010). Também criticam constantemente as acções mais repressivas por parte das forças de segurança, ficando as suas acções marcadas por actos de violência e confrontos contra a polícia, fazendo, por sua vez, aumentar o sentimento de insegurança nos estádios de futebol e manchando a imagem dos GOA's.

Segundo Marivoet (2009), "a violência que se manifesta no desporto português, especialmente no futebol, sugere um aumento da tensão nos jogos, decorrentes, não só da intensa rivalidade, mas também do aumento da desconfiança na justiça dos campeonatos" (p.1). Além disso, a tradicional rivalidade existente entre os grandes clubes é suficiente para que as suas claques se envolvam em confrontos, sejam físicos ou verbais, e apostem numa demonstração crescente de força, durante o desenrolar dos espectáculos desportivos, marcados pela utilização abundante de engenhos pirotécnicos e cânticos ofensivos e provocatórios. Nas actividades de observação que levámos a cabo, constatámos que a hostilidade provocada pela acérrima rivalidade entre os principais

³⁸ Ainda nesta época desportiva a Juve Leo criou cânticos de protesto contra os direitos televisivos e as horas a que os jogos decorrem.

clubes é motivo para que os jogos disputados entre si sejam encarados pelas claques como alturas privilegiadas para o cometimento de actos de vandalismo. Como já foi abordado, os grupos organizados de adeptos aproveitam estes espectáculos desportivos, mais comentados na comunicação social, para demonstrar, em território rival, a sua força, aproveitando todos os momentos para hostilizar o adversário. Segundo Tânia Nogueira (2008):

"a subcultura *ultra*..., funciona antes como uma espécie de guerrilha urbana, sendo utilizadas "esperas" ao "inimigo" na tentativa de conquistar território, baseando-se também em acções de vandalismo e de destruição dos bens públicos, estas últimas surgindo também como uma forma de demarcar território; e ainda, através de um conjunto de acções que têm por objectivo a atenção dos espectadores" (p. 28).

Torna-se por demais evidente que, quanto maior for a aderência a actos de violência no seio do grupo, mais fortalecida sai a coesão entre os seus elementos. Essa ideia é reforçada tendo em conta as palavras de Salomé Marivoet (2009):

Se nos lembrarmos que os grupos de adeptos são, maioritariamente, compostos por homens, que se identificam fortemente com o estereótipo tradicional de masculinidade (que os impele a vingarem-se quando a sua honra foi ofendida), e que a dimensão mimética das partidas envolve altos níveis de provocação, reforçada pela emoção vivida por grandes grupos de homens, particularmente na subcultura *ultra*, onde tudo é "sensacionalista", não é difícil entender como as solidariedades mecânicas são activadas em cada um dos grupo de oposição. Na verdade, a coesão do grupo parece ser reforçada pela crescente oposição ou confronto...³⁹ (p. 9)

Actualmente, e considerando as declarações feitas por um dos líderes da claque do SCP aquando da nossa entrevista, podemos dizer que a prática de actos de vandalismo e de incivildades tomou um curso autónomo em relação às afinidades entre as direcções dos clubes. Tal facto vai ao encontro das linhas da subcultura *ultra*, onde a "luta se tornou o lema da mobilização de novos confrontos" (Marivoet, 2009).

Tendo em consideração a observação efectuada em alguns jogos do Sporting Clube de Portugal e do Sport Lisboa e Benfica, foi-nos possível constatar que a violência cometida e/ou relacionada com os grupos organizados de adeptos esteve circunscrita a um conjunto de espectáculos desportivos, marcadamente emotivos e com uma grande rivalidade. Referimo-nos especificamente aos jogos que opuseram as equipas do SLB, do SCP e do FCP e onde os comportamentos de violência estiveram presentes.

As formas de violência observadas expressavam um ódio e uma rivalidade bastante pesada, com recurso a: "emboscadas" às caixas de segurança que faziam o acompanhamento de adeptos adversários, praticadas por um número reduzido de

³⁹ Tradução do autor do trabalho.

elementos⁴⁰; apedrejamentos aos autocarros das equipas⁴¹; cânticos ofensivos e provocatórios e mesmo actos de vandalismo cometidos, quer no percurso para o estádio, quer no interior do mesmo, com destruição de património (p.e. casas de banho, cadeiras do estádio, etc.).

No entanto, nos espectáculos desportivos que opuseram as equipas de Lisboa (SCP e SLB) com outras consideradas mais pequenas, constatámos que os actos de violência ocorridos respeitavam a actos isolados, cometidos por um conjunto muito limitado de apoiantes (nunca superior a 10 elementos), que não estavam directamente ligados ao "núcleo" das respectivas claques, e que se concentravam principalmente no confronto com a polícia e no arremesso de objectos para o interior do recinto de jogo – embora existam suspeitas que tenham o apoio e/ou gozem da complacência das lideranças formais e informais dos GOA. Consideramos assim que são elementos que, servindo-se do nome das claques para obter uma espécie de impunidade (embora falsa), provocam desacatos e comportamentos desviantes, que facilmente são *transportados* para outros elementos, aumentando assim a sua força. Apesar de tudo, a nossa observação permitiu verificar que existe nos GOA dos principais clubes nacionais um certo culto de prática reiterada de incivildades, conjugada com o consumo de álcool e drogas, acompanhada por um forte sentimento de união, de impunidade e de anonimato no seio do grupo, o que potencia actos de violência, de hostilização de GOA rivais e de confrontação com a polícia.

Outra das manifestações de incivildade verificada com bastante frequência, consistia na utilização de engenhos pirotécnicos (principalmente petardos, tochas e potes de fumo) que, pela perigosidade que apresentam, quer para a pessoa que o maneja, quer para as pessoas que se encontram perto dele, são alvo de fortes medidas de prevenção e repressão por parte das forças de segurança, tendo feito esforços acrescidos na tentativa de identificação e levantamento dos respectivos autos de contra-ordenação aos elementos que utilizam este material.

3.1.4. Os Grupos (Organizados) de Adeptos e a Relação com a Direcção dos Clubes (o caso do SLB e do SCP)

Baseando a nossa análise nos casos particulares dos clubes de futebol do Sport Lisboa e Benfica e Sporting Clube de Portugal, depressa nos apercebemos da existência

⁴⁰ Por exemplo, nos jogos disputados entre o F.C. Porto e o S.L. Benfica, nos dias 07 de Novembro de 2010 e 02 de Fevereiro de 2011, e no jogo entre o Sporting C.P. e o S.L. Benfica, no dia 21 de Fevereiro de 2011.

⁴¹ Por exemplo, nos jogos já mencionados entre o F.C. Porto e o S.L. Benfica.

de diferentes modos de interacção entre as direcções dos clubes e as suas claques de apoio.

Se no SCP, os órgãos dirigentes do clube e os líderes dos GOA's (Juventude Leonina, Torcida Verde e Directivo Ultras XXI) têm uma relação de diálogo, havendo um reconhecimento por parte da direcção para a existência dos seus grupos de apoio, no Benfica tal não acontece. Não existe qualquer aceitação por parte da direcção do clube da existência das claques de apoio, muito derivado pela constante recusa em se legalizarem junto do CESD.

Relativamente à relação existente no Sporting, foi o próprio clube a pressionar os dirigentes das claques no sentido de se legalizarem, sob pena de perderem todos os seus benefícios: "uma das primeiras coisas que a direcção do SCP exigiu, mal isso saiu, numa das reuniões que nós tivemos, foi quererem logo as claques todas legalizadas. E as três claques, numa reunião que fizemos, decidiram ser todas legalizadas. Queremos andar dentro da lei" (entrevista Daniel Samico). O diálogo entre as duas partes (direcção do clube e GOA's) é constante, com a realização sistemática de reuniões, tendo sido ainda celebrado um protocolo⁴² entre a direcção e as claques, por iniciativa da direcção, onde estão devidamente reconhecidos os grupos de apoio, e onde vêm textualizados um conjunto de direitos e deveres de ambas as partes. Afigura-se assim um método transparente de facilitação de apoios à claque, que decorre em vários níveis, desde títulos de ingresso mais baratos para os sectores no estádio reservados para esse fim, cedência de infra-estruturas para a colocação de material utilizado nas coreografias e outro tipo de apoios técnicos e logísticos.

Mais complicada é a relação que existe no Benfica e onde a principal dificuldade é imposta pela recusa das claques em se legalizarem junto do CESD. Se os No Name Boys argumentam que querem continuar a manter o seu anonimato, fazendo jus ao seu nome, já os Diabos Vermelhos (DV) seguem as linhas da mais numerosa claque benfiquista, mantendo-se também à margem da lei. O facto de se manterem ilegais provoca que as relações com o clube se tornem, também elas, ilícitas, não podendo receber benefícios ou apoios de qualquer natureza. Tal facto vai ser responsável pela afirmação por parte do clube de que não existem grupos organizados de adeptos no Benfica.

Contudo, assistimos com bastante evidência à sua existência, com coreografias que carecem de organização e com uma massa humana bastante numerosa: "pior é haver claques que são perfeitamente identificadas (...) presencialmente ou pela televisão, e verificamos um determinado número de adeptos sempre no mesmo local do estádio, e

⁴² Conforme vem previsto no artigo 14.º, n.º2 da Lei n.º 39/2009 de 30 de Julho

não é considerado uma claque, no entanto, aquilo é claramente um grupo organizado de adeptos sem qualquer tipo de registo." (Subintendente Costa Ramos)

Na opinião dos nossos entrevistados, todos eles reconhecem que a legalização das claques do Benfica se torna impreterível, de modo a tornar as relações com o clube mais transparentes e legais. Com a realização das nossas observações, foi-nos possível verificar que as claques do Benfica são tratadas pela polícia como um grupo organizado de adepto perfeitamente reconhecível, com o simples entrave que não existe informação acerca do número de associados. Ainda, verificámos que o Benfica reserva sectores no estádio para as suas claques, claramente identificáveis, e transporte para alguns jogos, como foi o caso dos jogos disputados no Porto⁴³, em que foi o clube a reservar e pagar dois comboios para transportar os seus adeptos (com a particularidade de o primeiro comboio estar afecto aos No Name Boys e o segundo aos Diabos Vermelhos). Também o Benfica, através da empresa de segurança privada que lhes presta serviço, direcciona a revista pessoal, em todos os espectáculos de futebol que ocorrem no estádio da Luz para os sectores que são perfeitamente reconhecidos como sendo afectos às claques (como já tratado no capítulo II, importa ter presente que essa revista apenas é obrigatória para os grupos organizados de adeptos).

Segundo o Vice-Presidente do IDP, acerca da existência de claques não legalizadas, o mesmo afirma que os clubes "sabem que esse problema existe" e que tal só é possível de combater se se inverter "o apoio que dão a estes grupos, desmesurado, e que nós sabemos que é feito em função do poder que esses próprios sócios têm nas assembleias-gerais". Torna-se assim imperioso que a aplicação de sanções previstas na lei a quem não está registado e a quem presta algum tipo de apoio ilícito comece a ser utilizado com maior premência, sob pena de se agravar o sentimento de «marginalidade» e de impunidade dos GOA e de se legitimar de certa forma uma subcultura de anomia e incumprimento, no fundo, os desígnios máximos do fenómeno *Ultra*.

⁴³ Jogos realizados nos dias 7 de Novembro de 2010 e 2 de Fevereiro de 2011

CAPÍTULO IV - O POLICIAMENTO DESPORTIVO

4.1. As Entidades Responsáveis pelos Policiamentos Desportivos

4.1.1. A Coordenação e Cooperação Policial: O Ponto Nacional de Informações sobre Futebol

Conforme já por nós estudado no capítulo II, a Decisão do Conselho de 25 de Abril de 2002⁴⁴, relativa à segurança por ocasião de jogos de futebol com dimensão internacional, veio sujeitar os países dos Estados-Membros à criação de um ponto de informações de futebol capaz de reforçar a cooperação e o intercâmbio entre as diversas forças policiais, fortalecendo a segurança transnacional em matéria de violência relacionada com os espectáculos desportivos. Foi então formalizada a criação de um Ponto Nacional de Informações sobre Futebol "destinado a funcionar como um ponto de contacto central e único no quadro do intercâmbio de informações pertinentes relativas aos jogos de futebol com dimensão internacional, bem como no desenvolvimento da cooperação policial internacional em matéria de jogos de futebol" (JO L 121 de 25.4.2002, p. 1).

Pese embora a missão genérica afecta aos vários pontos venha mencionada na Decisão do Conselho de 25 de Abril de 2002, com as alterações assentes na Decisão do Conselho de 12 de Junho de 2007⁴⁵, a Resolução do Conselho de 3 de Junho de 2010⁴⁶ apresenta-nos um manual com recomendações para a cooperação policial internacional, onde nos é apresentado, com alguma especificidade, diferentes princípios a que os PNIF devem atender.

Cabe então ao PNIF fornecer uma via privilegiada de comunicação com os restantes países europeus, sendo bastante profícuo aquando da realização de jogos com equipas estrangeiras ou na deslocação das selecções a torneios de cariz internacional. Nesse sentido, cabe a esta secção apoiar as polícias locais por ocasião de jogos nacionais ou internacionais, mantendo actualizada uma análise dos riscos dos clubes e das selecções para que possam ser divulgadas às forças policiais e aos PNIF interessados nessa análise.

Além de informações mais gerais, respeitantes a uma descrição das várias dimensões do jogo ou evento, com incidência nos eventuais riscos de segurança e nas possíveis respostas operacionais e tácticas para responder de forma adequada às questões de segurança, é passível de ser incluído no intercâmbio entre os PNIF informações de cariz mais pessoal, cumprido com as legislações nacionais relativas

⁴⁴ JO L 121 de 25.04.2002

⁴⁵ JO L 155 de 12.06.2007

⁴⁶ JO C 165 de 24.6.2010

à protecção de dados. Nesse contexto, entende-se por informações de cariz pessoal as informações respeitantes a adeptos "avaliados como representando um risco potencial para a segurança pública em torno do evento, incluindo pessoas que tenham anteriormente provocado ou participado em actos de violência ou distúrbios relacionados com jogos de futebol" (JO C 165 de 24.6.2010, p. 4).

Os princípios basilares do intercâmbio de informações policiais, recomendados no manual, distinguem as funções dos PNIF, aquando da realização de um jogo ou torneio, consoante seja do país organizador ou do país de apoio (da equipa visitante).

Assim, e referente ao PNIF do país organizador, este necessita que lhe sejam transmitidas as informações que achar pertinente para um planeamento eficaz, nomeadamente: a análise de risco dos adeptos visitantes; informações actuais e exactas atinentes às deslocações de adeptos de risco e de não risco; informações sobre a venda de títulos de ingresso ou quaisquer outras informações relevantes para a segurança do evento. Cabe então ao PNIF do país de apoio facultar, atempadamente e com o maior rigor possível, toda a informação solicitada, recebendo de igual forma algum esclarecimento útil para os seus adeptos e equipa (como por exemplo, esclarecimento acerca da legislação aplicável no outro país e a política de segurança das suas autoridades).

Apesar do maior fluxo de intercâmbio informacional ocorrer na antecedência dos jogos, também no decorrer dos mesmos o PNIF do país de apoio necessita de manter actualizadas as suas análises de risco, transmitindo qualquer alteração aos seus congéneres, bem como, recolher novas informações acerca do regresso dos adeptos.

Em Portugal, a Decisão do Conselho da União Europeia, que visou a criação dos PNIF's nos vários países, só veio a ter repercussões no nosso ornamento jurídico na Lei n.º53/2007 de 31 de Agosto (Lei Orgânica da PSP), com a criação formal⁴⁷ do PNIF português, conferindo-lhe assim dignidade jurídica e inserindo-o no Departamento de Informações Policiais da Direcção Nacional (DN) da Polícia de Segurança Pública. Sendo um ponto central de contacto com congéneres europeus e abarcando todo o território nacional, o PNIF solicita aos diversos Comandos, através das suas Unidades Metropolitanas ou Regionais de Informações Desportivas (UMID/URID), que actuem junto das equipas de futebol e dos respectivos adeptos da sua área, no sentido de proceder a uma recolha de informações actualizada e o mais fidedigna possível.

No âmbito do intercâmbio de elementos policiais, especializados e familiarizados com a dinâmica da violência levada a cabo pelos adeptos mais problemáticos, os convites para delegações policiais estrangeiras acompanharem as equipas nas deslocações a

⁴⁷ No artigo 3.º, n.º 3, al. d) da Lei n.º 53/2007 de 31 de Agosto

outro país é efectuado pelos respectivos PNIF, sendo que, maioritariamente, as delegações são provenientes dos Comandos onde estão sediadas as equipas (normalmente, elementos da UMID/URID).

Em consonância com a Resolução do Conselho, a nível nacional, o PNIF funciona como um ponto central de conhecimentos, divulgando diversa informação pelos Comandos que necessitam.

4.1.2. Os Elementos Policiais Não Uniformizados - *Spotters*

A crescente utilização de elementos policiais não uniformizados - *Spotters* - empenhados nos dispositivos policiais afectos aos eventos desportivos tem sido revelador de extrema utilidade e eficácia. Embora o uso destes elementos, para jogos internacionais, venha plasmado, pela primeira vez, na Recomendação relativa a Cooperação Policial n.º 88/1, só após o Euro 2004, houve uma estratégia clara de utilização dum modelo de policiamento desportivo em que fossem inseridos elementos não uniformizados e dotados de missões específicas. A partir dessa data, a sua utilização passou então a figurar em praticamente todos os espectáculos de futebol da primeira liga.

Actualmente na PSP, os *spotters* encontram-se afectos às Unidades Metropolitanas ou Regionais de Informações Desportivas, nos Comandos que apresentem necessidade de possuir uma unidade desta especificidade. Nos restantes Comandos, são elementos da investigação criminal que, esporadicamente, desempenham estas funções.

Cingindo-nos à UMID do COMETLIS, esta foi criada pela NEP/AOS/NI/05/01 de 4 de Outubro de 2006, estando na dependência directa do Chefe da Área de Operações e Segurança, delegada no Chefe do Núcleo de Informações. Esta UMID está subdividida em três secções específicas: Secção de Análise de Informações Desportivas (SAID); Secção de Pesquisa de Notícias (SPN) e em Secções de Policiamentos Desportivos (SPD). Os elementos pertencentes à unidade desempenham funções no âmbito das primeiras duas secções, sendo que, todos eles, e com o apoio de uma bolsa⁴⁸ de *spotters*, reforçam a SPD.

Não esquecendo as obrigações genéricas de qualquer elemento policial, o trabalho do *spotter* passa por, na antevisão do espectáculo desportivo, recolher informações relevantes sobre a organização dos GOA e de possíveis comportamentos menos próprios. A sua actuação não está (nem deve estar) condicionada apenas ao acompanhamento e controlo dos GOA no dia do espectáculo desportivo.

⁴⁸ A bolsa de *spotters* consiste num conjunto de elementos policiais, com formação em *spotting*, que exercem funções noutras divisões/serviços do Comando e que reforçam a unidade em dia de policiamentos desportivos.

Estando as UMID/URID inseridas nos núcleos de informações dos respectivos Comandos, depressa percebemos que grande parte do seu trabalho (menos visível mas de fulcral importância) é desenvolvido no sentido da obtenção do máximo de conhecimentos acerca dos grupos de adeptos, das suas formas de estar e comportar, e das suas relações com grupos rivais. Embora privilegiem a obtenção de informações de modo directo e observável, não descuram as notícias divulgadas nos meios de comunicação social ou na Internet (cada vez com maior importância nas relações interpessoais e, portanto, uma ferramenta de divulgação de informação potentíssima e de extrema utilidade para o conhecimento prévio de possíveis acções, violentas ou não, dos GOA). Quanto maior for o volume informacional, mais adequada à realidade será a análise de risco. Além disso, um conhecimento prévio dos adeptos de risco tornar-se-á relevante, nos dias de jogo, uma vez que permite ao comandante efectuar um policiamento mais eficaz e direccionado para o problema.

Numa vertente mais operacional, a actividade do *spotter* diferencia-se dos elementos uniformizados (mais ostensivos) e baseia-se numa interacção, harmoniosa e mediadora, com os adeptos. Apesar de se apresentar não uniformizado, o *spotter* identifica-se com um colete policial, sendo facilmente reconhecido como tal. Contudo, o facto de não se apresentar fardado é um factor de aproximação e de ganho de confiança por parte dos adeptos⁴⁹.

No decorrer do policiamento desportivo, os *spotters* desempenham um conjunto de tarefas, incidindo sobre os grupos organizados de adeptos. Assim, quando é necessário efectuar a "caixa de segurança" aos adeptos dos GOA, ou a adeptos considerados de risco, e em articulação com o restante dispositivo policial (nomeadamente, com o Corpo de Intervenção e com as Equipas de Intervenção Rápida), fazem o acompanhamento dos mesmos nos seus trajectos de e para o estádio, vigiando possíveis locais susceptíveis de perigo para a caixa.

Já no estádio, a vigilância recai sobre as áreas utilizadas por parte dos adeptos de risco, nomeadamente zonas de diversão, áreas de restauração e bebidas ou as sedes dos GOA. A sua presença nesses locais, por um lado, emprega um efeito dissuasor para o cometimento de actos impróprios, por outro, face à sua maior facilidade em dialogar com os adeptos, serve como mediador, não deixando que pequenas desordens ou frustrações descambem para situações de ordem pública.

⁴⁹ Nos vários jogos observados, o facto de estes elementos serem reconhecidos como *spotters* era um motivo de aproximação por parte dos adeptos (principalmente afectos a GOA), consubstanciando-se numa espécie de policiamento de proximidade ao nível das operações de segurança em espectáculos desportivos. Tal já não se verificava com os elementos fardados com os quais a interacção e relacionamento são mais distantes por parte dos GOA.

Durante o espectáculo desportivo, encarregam-se de vigiar e controlar os adeptos dos GOA, identificando os focos de problemas e os adeptos que cometem alguma infracção à lei. Na presença de alguma infracção, o *spotter* informa o seu superior, que avalia os possíveis impactos provocados por uma intervenção, sendo que qualquer intervenção na bancada será previamente autorizada pelo comandante do policiamento. Se for possível identificar o transgressor, procedem em conformidade com os procedimentos policiais, levantando os autos *a posteriori*.

Aquando da realização de jogos com equipas europeias, é usual o envio de equipas policiais para colaborar com os outros países. Essa troca de informações e a possibilidade de observação da metodologia de trabalho de congéneres europeus permite uma avaliação dos nossos pontos fortes e das nossas vulnerabilidades, permitindo uma evolução nas estratégias de policiamento e em diferentes abordagens na interacção com adeptos de risco.

4.1.3. O Efectivo Policial Uniformizado

Em qualquer dos policiamentos desportivos da liga principal de futebol e nas competições internacionais participam diversas valências policiais uniformizadas, tais como, a Divisão de Trânsito (DT), o Corpo de Intervenção (CI) e o Grupo Operacional Cinotécnico (GOC), ambos da Unidade Especial de Polícia (UEP), as Equipas de Intervenção Rápida (EIR's) e o restante efectivo policial recrutado em sistema de remunerado, sendo que uma das maiores dificuldades do comandante do policiamento respeita, efectivamente, à eficaz articulação de comando entre essas valências.

Se a Divisão de Trânsito apresenta um papel activo, e de grande importância, para a normal circulação do trânsito, fazendo cortes de vias e mantendo as zonas mais sensíveis limpas de tráfego, já o Corpo de Intervenção é uma unidade especial de reserva, actuando apenas em situações graves de alteração de ordem pública. Quanto às EIR's, são, igualmente, secções de reserva, actuando quando existe pequenas alterações da ordem – nomeadamente no segundo e terceiro níveis de intervenção⁵⁰ - ou quando é necessário reforçar o efectivo policial nalguma situação, sendo estas, um vector importantíssimo na segurança e manutenção da ordem, tanto nos acessos como no

⁵⁰ Como adiante abordaremos, de acordo com a doutrina policial definida pela PSP, na preparação do Euro 2004: o 1.º nível de intervenção consiste num nível de actuação de prevenção em situações de normalidade; o 2.º nível de intervenção consubstancia-se na actuação de carros-patrolha, brigadas de prevenção criminal e das EIR's para pequenas alterações de ordem pública com poucos intervenientes; o 3.º nível operacionaliza-se através da intervenção das EIR's e carros-patrolha para dirimir desordens públicas com maior número de intervenientes; o 4.º nível traduz-se na intervenção do Corpo de Intervenção da UEP face a desordens violentas com elevado número de participantes; o 5.º nível consiste nos incidentes tático-policiais com a participação de todas as valências dos Comandos Territoriais e as diversas subunidades operacionais da UEP.

interior do recinto desportivo. Em relação aos restantes elementos policiais, estes preenchem a maioria do efectivo no estádio e suas imediações. Destaca-se a missão do comandante de policiamento, de comando, controlo e supervisão de todas as valências policiais empenhadas nos policiamentos desportivos, sendo factor crucial para que a estes elementos seja exigida uma postura profissional, eficaz e eficiente.

Uma das dificuldades, por nós constatada, prende-se com a realização do serviço de policiamento por parte de alguns elementos sem formação adequada na área da violência associada ao desporto. Ora, com a adopção de um normativo legislativo específico para este fenómeno, foi dado o primeiro passo para o combate cabal e eficaz a estes comportamentos, competindo à PSP a adopção da melhor estratégia. Na nossa opinião, o actual sistema de convocação dos agentes, designadamente em escala corrida de serviço remunerado, não fomenta a motivação e o empenho, descurando mesmo os conhecimentos dos elementos nesta matéria.

Ao olharmos com maior atenção para os policiamentos desportivos de grande lotação na área da 3ª Divisão do COMETLIS (realizados nos estádios de futebol do SLB e do SCP), reparamos que o efectivo é nomeado de modo arbitrário (com excepção dos oficiais). Além disso, e o que anteriormente era uma excepção, actualmente é necessário recorrer a outras divisões do COMETLIS para o reforço ao policiamento, não existindo preocupação pelas capacidades, qualidades e conhecimentos dos elementos. É assim tratado como um pedido de remunerado igual a tantos outros, desprezando as especificidades do serviço.

Em virtude do grande número de efectivo que é necessário empregar para fazer face aos policiamentos desportivos de grande lotação, concordamos que os mesmos sejam realizados em sistema de remunerado, visto ser impossível à PSP nomear todo este efectivo em serviço normal. Contudo, consideramos que a PSP não pode negligenciar as suas funções, sendo necessário assegurar a segurança pública com alguns elementos em serviço normal.

Para que o policiamento destes eventos ocorra da melhor forma, é necessário possuir alguns conhecimentos relativos, quer ao espaço físico onde o policiamento ocorre⁵¹, quer à própria dinâmica dos policiamentos desportivos (com uma legislação específica e onde os adeptos apresentam comportamentos distintos dos restantes policiamentos). Para tal, sugerimos uma proposta no sentido de manter alguma regularidade nos elementos que efectuem policiamentos aos estádios de futebol (especialmente na categoria de oficiais e chefes), um pouco à semelhança do que ocorre no Comando Metropolitano do Porto, com a utilização dos Pelotões Operacionais (com formação em ordem pública e que

⁵¹ Em muitas das observações realizadas foi possível verificar que existiam elementos policiais que não conheciam minimamente o estádio onde iriam efectuar o policiamento.

efectuam o policiamento de todos os jogos realizados na Estádio do Dragão). Estamos cientes que o grande número de jogos efectuados pela 3ª Divisão Policial do COMETLIS torna o sistema ineficaz, por sobrecarregar em demasia os elementos policiais. Contudo, acreditamos que, ao abrir a escala de remunerados da 3ª Divisão a elementos que apenas queiram efectuar policiamentos desportivos, se consiga criar uma *bolsa* de elementos policiais a quem seja facultada formação específica acerca da temática da violência associada ao desporto principalmente ao nível de oficiais e chefes.

Entraríamos então num sistema de rotatividade de elementos policiais, afectos a uma determinada função, específica, no policiamento, criando assim alguma rotina de actuação, o que, aliada à motivação, interesse e proactividade, certamente iria contribuir para o aumento do número de autos levantados nos policiamentos e, por sua vez, para uma redução dos actos de violência próprios dos espectáculos desportivos.

4.2. Técnicas e Táticas Utilizadas nos Policiamentos Desportivos

4.2.1. O Modelo Elaborado da Identidade Social do Comportamento das Multidões (ESIM) como Base Teórica para o Modelo de Policiamento

Para Pilz (2009) muitos *ultras* europeus consideram que o comportamento da polícia é desproporcional e arbitrário, tratando os adeptos das claques como cidadãos de "segunda classe", sem direitos nem oportunidade de expressar a sua opinião, mostrando-se inflexíveis e incondescendentes. Quando se tem a missão de assegurar a ordem, tendo como actores de insegurança GOA's afectos à subcultura *ultra*, é necessário ter a noção que os geradores de violência representam uma minoria dentro das claques, não sendo profícuo generalizar os seus comportamentos tratando todos de igual forma.

As pesquisas mais recentes sobre a dinâmica comportamental das multidões vieram demonstrar que o comportamento colectivo, durante um evento público, é determinado pela "identidade social"⁵² dos grupos envolvidos.

Estudos recentes tiveram como objectivo a compreensão cuidadosa da interacção entre os manifestantes e a polícia, tendo sido observado um padrão semelhante em diferentes eventos com multidões. A observação desse padrão de interacção levou à formulação do Elaborated Social Identity Model⁵³ (modelo ESIM) que enfoca o surgimento e o desenvolvimento do conflito nas multidões. O ESIM vem mostrar que os elementos pertencentes a uma multidão, assim como têm uma identidade idiossincrática pessoal (ou

⁵² Podemos entender a "identidade social" como a cultura do grupo, isto é, a maneira como os grupos se unem em torno da compreensão específica que cada elemento faz das características comuns que partilha com os outros elementos do grupo. (Stott & Adang, 2003; Stott, 2009)

⁵³ Modelo Elaborado da Identidade Social.

seja, uma identidade única a cada indivíduo), têm também uma série de "identidades sociais". Esta noção de identidade social é fluida e dinâmica.

Como já foi dito, os sujeitos não possuem uma única e singular identidade, mas são aptos a se definirem em vários níveis de abstracção. Por exemplo, quando os sujeitos agem a partir de uma qualquer identidade social (um homem, um católico, um socialista), os seus comportamentos são determinados pelas crenças comuns do grupo (masculino, catolicismo e socialismo) ao contrário de crenças e valores pessoais. Quer isto dizer que os indivíduos não perdem as suas personalidades no seio da multidão, nem os seus comportamentos reflectem uma deformação na sua personalidade. Eles mudam sim, de uma identidade dita pessoal para uma colectiva. Um sujeito não perde o controlo, mas muda as suas concepções individuais para concepções compartilhadas e colectivas.

Esta teoria sugere então que a mudança de identidade do grupo é consequência da alteração dos comportamentos dos seus elementos, provocado por mudança de contextos externos ao grupo. Estas mudanças podem ser originadas, entre outras, pela própria acção policial. O ESIM é assim capaz de definir os processos sociais e psicológicos que determinam os impactos positivos e negativos que as tácticas policiais podem ter sobre as multidões. (Stott & Adang, 2003; Stott, 2009)

As pesquisas desenvolvidas têm sugerido que um uso indiscriminado da força durante um evento, por parte da polícia, pode ser gerador de impactos negativos sobre a dinâmica comportamental da multidão, "contribuindo para uma escalada generalizada nos níveis de desordem pública" (Stott & Adang, 2003; Stott, 2009). O uso desproporcional da força e das tácticas policiais cria processos psicológicos no seio da multidão que origina que aqueles que se deslocam para a multidão de forma pacífica e sem qualquer intenção conflituosa comecem a adoptar comportamentos mais agressivos (Stott & Adang, 2003; Stott, 2009). Nesse sentido a estratégia e as tácticas usadas pela polícia devem ser orientadas no sentido de evitar, proactivamente, a produção dessas alterações comportamentais.

Ao direccionarmos o nosso estudo para o futebol, podemos verificar que os adeptos pertencentes a claques encaram a luta e a possibilidade de união contra os adversários como uma espécie de obrigação moral, indo muito para além da paixão, fidelidade e dedicação ao movimento. Esses actos de violência podem ocorrer em face de inúmeros factores, intimamente ligados ao evento desportivo, onde se destaca a acção da polícia.

Esta teoria apresenta evidências consideráveis acerca dos seus benefícios práticos para uma abordagem de policiamento. Apercebendo-se de tais benefícios, em 2001, o Home Office do Reino Unido⁵⁴ financiou um programa de estudos de policiamento dos

⁵⁴ Ministério da Administração Interna Inglês.

adeptos de futebol ingleses, liderada pela Universidade de Liverpool. Era objectivo do estudo desenvolver um modelo de "boas práticas" policiais referente à vigilância e interacção com grupos de adeptos de alto risco. Subsequentemente, o modelo foi implementado no Euro 2004 pela Polícia de Segurança Pública Portuguesa, tendo os bons resultados alcançados servido de estímulo para que fosse adoptado por outras forças policiais europeias.

4.2.2. O Modelo de Policiamento de "Baixo Perfil"

O modelo adoptado pela PSP, no Euro 2004, e que ainda hoje serve de base para a actuação policial, propõe que, para minimizar a desordem, o policiamento deva ser "gradual, dinâmico, orientado pela informação, concebido para evitar a intervenção indiscriminada e para facilitar as intenções dos adeptos" (Stott, 2008, p. 178). Nesse sentido, o modelo de policiamento de "baixo perfil" assenta na capacidade de mudança do seu perfil, consoante a dinâmica comportamental dos adeptos, baseando-se na informação reunida pelos agentes acerca do comportamento da multidão. (Stott, 2008; Adang & Brown, 2008)

Segundo Stott (2008), o policiamento de *baixo perfil* é orientado "por uma filosofia de *gestão da ordem pública* caracterizada pela preocupação com a facilitação dos comportamentos legítimos dos adeptos e com a intervenção não confrontacional antes da desordem", sendo de evitar exhibições prematuras da polícia de intervenção (p. 176 e 177).

O modelo está dirigido para uma progressão gradual de quatro níveis de força, consoante a necessidade e proporcionalidade para fazer cessar os níveis de risco.

O primeiro, e mais importante, nível operacional, corresponde ao contacto inicial com as multidões de adeptos, com o propósito de recolha de informações sobre o nível geral do risco e monitorização de todos os adeptos. Este contacto deve ser feito por pequenos grupos de polícias⁵⁵ (cerca de 2 a 4 elementos policiais), apenas identificados com um colete policial, e dispersos pela multidão. Nesta fase, os elementos policiais devem ser capazes de definir com clareza os limites de tolerância policial em relação aos comportamentos anti-sociais que, normalmente, acontecem, bem como, identificar, monitorizar e debilitar os adeptos com intenções claras de confronto ou cometimento de acções ilícitas. A comunicação com os adeptos deve ser revestida de "altos níveis de interacção interpessoal positiva", com uma postura descontraída e simpática, e conversando com os adeptos acerca das suas preocupações e/ou intenções. Podem também ser utilizadas pequenas patrulhas fardadas, com o intuito de realizar alguma

⁵⁵ Na sua maioria, os elementos policiais são *spotters* com conhecimentos acerca do comportamento e modo de interacção com os adeptos.

prevenção, mostrando à multidão que, caso necessário, existem meios para intervir. (Stott, 2008)

Nas situações em que o risco é identificado e validado, então deve ocorrer uma mudança no modelo tático policial, ocorrendo uma escalada na implementação dos meios policiais. Na ocorrência de qualquer incremento de força policial, deve ser utilizada a informação dos elementos à civil sobre os indivíduos que estão a constituir o risco, incidindo sobre esses a actuação policial.

Num segundo nível do incremento da força é comunicado firmemente aos indivíduos os seus limites de tolerância, havendo, ao mesmo tempo, um aumento da visibilidade policial e da sua capacidade de usar a força, sob a forma patrulhas apeadas, carros-patrulha e EIR's, ainda que, sem qualquer ostensividade. Nesta fase é importante que os *spotters* passem a mensagem, aos adeptos mais conscientes, que o comportamento dos seus colegas constitui um problema e que a polícia terá que intervir se a constituição do risco não for cessada. Pretende-se assim impor um "auto-policiamento", de modo que os próprios adeptos possam controlar os mais problemáticos. Caso não cesse o problema, a polícia deve intervir de modo proporcional e incidir apenas nos adeptos desordeiros, de forma rápida e eficaz. Assim que o problema esteja anulado, deve voltar a implementar-se o primeiro nível de força.

Caso a utilização destes meios não seja suficiente para fazer cessar a ameaça, então deve ser realizada uma nova escalada de força, com a utilização do CI/UEP. Esta escalada de força apresenta-se muito sensível e deve ser realizada apenas quando existe certezas acerca da fonte do problema. Assim sendo, a polícia passará a imagem de eficácia e profissionalismo, ganhando o respeito da maioria dos adeptos. Caso contrário, e tendo por base teórica o modelo ESIM, uma actuação indiscriminada e desproporcional junto da multidão pode fazer aumentar os níveis de desordem.

Similarmente ao segundo e terceiro nível de força, a implementação do CI/UEP deve ser focalizada, visando a eliminação de factores de risco situacionais, com o objectivo de minimizar o risco diminuir os focos de tensão. Uma utilização maciça do CI apenas deve ocorrer quando haja certezas e evidências claras que todos (ou a grande maioria) dos elementos da multidão estão a provocar desordem. Assim que os objectivos tiverem sido conseguidos, devem ser feitos esforços para que se restabeleça os níveis normais de força.

Nas palavras de Stott (2008), o policiamento de *baixo perfil* é capaz de manter a proporcionalidade e evitar as "formas indiscriminadas de intervenção policial", residindo a sua eficácia na sua "capacidade para gerar (ou, pelo menos, manter) percepções partilhadas entre os adeptos da legitimidade das suas relações colectivas ou intergrupais com a polícia" (p. 177). Por outras palavras, este modelo evita activamente "as formas de

dinâmica intergrupal e psicologia colectiva que o ESIM propõe serem necessárias para ocorrer um motim" (p. 178).

4.3. Crítica ao Panorama Actual dos Policiamentos Desportivos

Além das críticas já apontadas anteriormente, nomeadamente, as que visavam a nomeação do efectivo policial em serviço de remunerado, identificámos um conjunto de tópicos que, na nossa opinião, deveriam ser alvo de alterações, apoiando-nos, para tal, nos diversos espectáculos desportivos observados ao longo do período de elaboração deste estudo, nas entrevistas e em contactos com diversos peritos policiais. Desde logo, acreditamos que se deveria apostar numa uniformidade em termos de procedimentos policiais em todos os Comandos da PSP. Essa uniformidade deveria incidir, principalmente, nos meios humanos e materiais, empregues nos policiamentos, bem como, nas técnicas e táticas policiais utilizadas, com especial atenção para o *spotting*. Essa reflexão deveria ser fruto de um trabalho conjunto entre os Comandos de Polícia que têm a seu cargo a segurança dos estádios de futebol mais importantes do país, numa tentativa de adopção de um modelo de "boas práticas" uniforme a nível nacional.

Fruto da nossa observação, acreditamos também que o sistema de *Stewarding* presente nos estádios de futebol não cumpre a 100% com os objectivos da sua criação. Muito se deve a um não reconhecimento da sua autoridade dentro dos estádios, e a uma sobreposição de funções com a polícia que, no nosso entender, provoca uma desvalorização das suas reais funções. Assim, acreditamos que, uma definição mais clara dos procedimentos operacionais dentro dos estádios, iria contribuir para um maior respeito pela figura do *steward* e, por sua vez, numa diminuição, a longo prazo, do efectivo policial dentro do estádio.

Por último, somos da opinião que deveria existir uma maior incidência na avaliação dos procedimentos desportivos. À semelhança de outros países europeus, como é o caso da Inglaterra, os policiamentos de espectáculos desportivos deveriam ser alvo de avaliações frequentes, por parte de oficiais da PSP externos ao policiamento, com o intuito de identificar as vulnerabilidades e os pontos fortes de cada policiamento, de modo a que seja possível alterar os procedimentos e, assim, melhorar os níveis de segurança nos estádios.

CAPÍTULO V - E NA EUROPA?

Da sequela de graves incidentes ocorridos no passado (como é o caso dos confrontos ocorridos em Heysel Park⁵⁶ e em Hillsborough⁵⁷) brotaram alterações significativas no modo de encarar o fenómeno, tendo, os países em causa, tido a necessidade de mudar a estratégia de combate a este problema social. Após a proibição dos clubes ingleses em participar nas competições europeias, o alarme social em Inglaterra fez-se notar. Tendo presente as palavras do Comissário Rodrigo Cavaleiro, quando aborda a necessidade que a Inglaterra sentiu em alterar a sua política de segurança desportiva, o mesmo afirma que:

"...as coisas atingiram uma gravidade tal, que proporcionou um contexto favorável à concertação entre várias autoridades tendo em vista uma mudança efectiva. Houve uma mobilização colectiva, uma consciência da nação em como algo tinha de ser feito para mudar porque, sentia-se algum temor dos países que recebiam adeptos ingleses, quando havia jogos com clubes daquele país. Conjugara-se os esforços de vários actores, desde as autoridades policiais, a vontade política, e outros intervenientes colaboraram nesse sentido." (entrevista Comissário Rodrigo Cavaleiro)

Verificamos assim que, no caso inglês, só depois do caos provocado pelos desastres é que surgiu a iniciativa de pensar na segurança em torno do desporto, tendo emergido alterações a nível legislativo, da actuação policial e até da segurança dos próprios estádios, com o desenvolvimento de estruturas que garantissem uma maior segurança (na sua vertente de *safety*). (Coelho & Pinheiro, 2002)

Desse modo, um dos objectivos fundamentais do estudo, desenvolvido no presente capítulo, é o de perceber, de modo sumário, a amplitude que o fenómeno da violência associada ao futebol atinge noutros países da Europa, e quais as soluções que esses mesmos países utilizam para fazer face ao problema.

Nesse sentido, foi utilizado como instrumento de recolha de dados o inquérito por questionário. As perguntas foram construídas de modo imparcial, recorrendo a perguntas fechadas, tentando que o inquirido respondesse o mais aproximado possível à sua realidade. Apenas em perguntas específicas foi dada oportunidade ao inquirido de responder de forma aberta, com o propósito de, nessa matéria, aprofundar ainda mais a conjuntura actual desse país.

Analisaremos de seguida o conteúdo dos questionários (Anexo C), de modo a termos uma percepção mais aproximada da realidade vivida nos países europeus que

⁵⁶ Ver nota de rodapé n.º 35.

⁵⁷ Em Hillsborough (Inglaterra), a 15 de Abril de 1989, numa final da Taça FA, que opunha o Liverpool ao Nottingham Forest, 951 pessoas morreram e mais de 200 ficaram feridas, consequência da compressão de inúmeros adeptos contra as grades de segurança. Desta tragédia resultou a supressão das grades de segurança e na imposição de que os estádios passassem a ter exclusivamente lugares sentados. (Coelho & Pinheiro, 2002)

responderam ao solicitado. De salientar que as respostas obtidas não traduzem a opinião oficial da força policial de cada país mas sim a opinião de especialistas que trabalham nos diversos PNIF europeus.

5.1. A Legislação. Análise de Resultados

Para análise da temática do quadro legislativo de cada país foi utilizado uma secção do questionário constituída por um conjunto de 8 questões de resposta fechada.

Da análise efectuada aos 16 questionários europeus (anexo C) foi-nos possível constatar que a grande maioria dos países apresenta legislação especificamente dedicada ao tema da prevenção da violência no desporto (excepção feita à Lituânia, Luxemburgo e Rússia) e que, tal como em Portugal, essa legislação obedece às principais recomendações europeias. Dos países que responderam afirmativamente em relação à existência de legislação específica, apenas a Grécia reconheceu que a sua legislação não segue as principais recomendações europeias.

Questionados acerca da opinião relativamente à legislação existente no seu país⁵⁸, a grande maioria dos inquiridos declara que os seus países apresentam uma legislação recente (exceptuando-se a Inglaterra, a Lituânia e a Rússia que dizem ter uma legislação já antiga). Quanto à adequabilidade da legislação relativamente à realidade do fenómeno da violência associada ao desporto, apenas a Rússia e a Bélgica referem ter uma legislação pouco adequada à sua realidade. Todos os restantes apresentam um quadro legislativo adaptado ao fenómeno da violência associada ao desporto com que se deparam nos seus países. Sobre os níveis de dificuldade sentidos na aplicação dos normativos legais, cinco dos países (Lituânia, Rússia, Grécia, Holanda e Bélgica) exprimem a sua opinião dizendo que a legislação é de difícil aplicação. Os restantes afirmam que não sentem qualquer dificuldade para fazer cumprir o exposto.

Com mais ou menos dificuldade na aplicação da lei, apenas Chipre, Lituânia e Rússia, dizem não ter uma aplicação eficaz da lei. Os demais afirmam que a sua legislação é aplicada eficazmente, com a grande maioria a indicar os Tribunais e as Autoridades Administrativas como os responsáveis pelos bons resultados obtidos.

De entre as medidas punitivas consagradas nos diferentes diplomas legais, os inquiridos apontam a aplicação de coimas e as interdições de acesso aos recintos desportivos como os mais úteis e eficazes para a redução da violência no desporto.

⁵⁸ De referir que, acerca da questão que pretendia aferir a opinião dos países para a legislação existente, nas vertentes de antiguidade, adequabilidade e facilidade de aplicação, Luxemburgo não respondeu, pelo que não deve ser tido em conta na análise da resposta.

Se tivermos em consideração a medida sancionatória de interdição de acesso aos recintos desportivos aplicados noutros países europeus, deparamo-nos com números de interdições elevadíssimos. Nas respostas obtidas através do questionário, três países indicaram não aplicar esta medida (Lituânia, Luxemburgo e Rússia) e apenas um país indicou que tinha menos de dez *banning orders* aplicadas aos adeptos de risco (Chipre). Nos restantes terão sido aplicadas, na última temporada desportiva, mais de 30 interdições aos adeptos.

Ainda acerca das *banning orders*, e de modo a termos uma noção mais aproximada da realidade sentida em alguns países europeus, apresentamos, em jeito de exemplo, alguns dados divulgados, tanto por entidades oficiais, como por órgãos de comunicação social:

- As autoridades alemãs estimavam que, em 2008, estavam em vigor na União Europeia cerca de 8000 *banning orders*, das quais, 2000 eram no seu país (Conseil Fédéral, 2008);
- Em Janeiro de 2010, vigoravam 645 interdições de acesso aos estádios de futebol suíços⁵⁹; nos primeiros dez meses de 2007, existiam, na Bélgica, 1073 adeptos sancionados com *banning orders*⁶⁰;
- Também em 2007, estavam em vigor, em Itália, cerca de 1400 interdições de acesso aos estádios⁶¹; a mesma fonte noticiosa indica que, em França, na temporada 2009/2010, vigoravam 828 interdições, administrativas e judiciais;
- O relatório elaborado pelo Home Office britânico acerca das detenções e *banning orders* aplicadas no seu país indica que, na temporada de 2009/2010 estavam a cumprir a sanção de interdição 3248 adeptos de Inglaterra e País de Gales (Home Office, 2010).

5.2. O Policiamento Desportivo. Análise de Resultados

Nesta secção do questionário pretendemos ter uma noção do policiamento que é desenvolvido noutros países, nomeadamente, verificar as diferenças relativamente ao número de elementos policiais destacados para a segurança do evento desportivo, o tipo de formação que lhes é ministrado, e o modo como se articula o comando das diversas valências presentes no terreno.

Conforme vem estabelecido nas recomendações internacionais, os países podem destacar elementos policiais à civil, com formação específica na área da violência

⁵⁹ Dados não oficiais divulgados pelo jornal "Tribune de Genève" e disponível em <http://www.tdg.ch>.

⁶⁰ Dados não oficiais disponíveis no site de informações belga www.lesoir.be

⁶¹ Dados não oficiais disponíveis em <http://www.sport.fr/>.

associada ao desporto (*spotters*), para o controlo e monitorização dos grupos organizados de adeptos. Contudo, dos países inquiridos, cinco dizem não ter equipas de *spotters* (Chipre, Lituânia, Luxemburgo, Rússia e Espanha).

Em relação ao número de elementos policiais responsáveis pela segurança de um jogo de risco elevado, e tendo presente que os números apresentados são muito flexíveis, visto os elementos serem nomeados consoante os níveis de risco e estes variarem de jogo para jogo, as respostas variam consideravelmente. Se por um lado, temos países como a Rússia e a Turquia que destacam para um jogo de risco elevado mais de 2500 elementos policiais, por outro lado temos países que, a existir efectivo policial, o número não ultrapassa os 50 elementos (caso da Holanda e Lituânia). Os restantes países⁶² balizam-se no intervalo dos 200 a 500 elementos policiais.

Questionados acerca da formação que era dada aos elementos policiais na área da violência associada ao desporto, a grande maioria (excepção da Croácia e da Grécia) respondeu que, aos seus elementos policiais, era ministrada formação específica, com especial abordagem nas temáticas de Ordem Pública e Direito. Em relação à formação ministrada aos *spotters*, dos países que afirmaram ter estes elementos policiais, apenas a Grécia, Malta e Suécia indicaram que os mesmos não tinham qualquer tipo de formação. Dos países que facultaram resposta quanto à formação dos *spotters*⁶³, os mesmos afirmaram que a formação destes elementos é em tudo similar aos dos restantes elementos policiais, com a diferença que lhes é acrescida formação de Informações Desportivas e Psicologia.

Na questão relativa ao sistema em que é efectuado o serviço policial, 9 dos 15 países⁶⁴ indicaram que os elementos policiais eram nomeados durante as horas de serviço, sem qualquer remuneração extra. Já o Chipre e a Turquia declararam que os elementos são nomeados durante as folgas, sendo-lhes pago as horas do serviço. Os restantes países (Croácia, Inglaterra e Roménia e Rússia) apresentam um sistema misto, com elementos de serviço e outros escalados nas horas de folga, mediante pagamento extra (apenas a Rússia afirma que, apesar destes elementos serem destacados das horas de folga, o serviço não é efectuado mediante remuneração extra).

Relativamente à articulação de comando das diversas valências policiais (Corpo de Intervenção, Trânsito, *Spotters*, Investigação Criminal, etc...), todos afirmam que essa articulação existe, sendo que, apenas a Bélgica e a Turquia não o fazem recorrendo a uma sala de situação com acesso a sistema vídeo.

⁶² Não responderam a esta questão: Inglaterra, Bélgica, Luxemburgo e Malta.

⁶³ Apenas responderam a esta questão: Bélgica, Croácia, Inglaterra, Itália, Roménia, Suíça e Turquia.

⁶⁴ Luxemburgo não respondeu a esta questão.

5.3. Os Grupos Organizados de Adeptos. Análise de Resultados

Na secção do questionário especificamente dedicada às claques de futebol, pretendemos, num conjunto de sete questões, apreciar qual a amplitude e importância que estes grupos têm noutros países, assim como, o modo como as forças policiais actuam com o objectivo de controlar os adeptos de risco, antes, durante e após os eventos desportivos.

Nesse sentido, todos os países responderam ter claques de futebol a apoiar as equipas principais, exceptuando o Luxemburgo que, curiosamente, afirmou que a única claque existente no seu país era de apoio à selecção nacional. Em relação aos seus direitos/deveres, apenas a Grécia e a Itália afirmaram que os que a lei lhes confere são distintos dos de um adepto singular, com os restantes países a negarem quaisquer diferenças legislativas entre adeptos.

Já em relação aos benefícios que os clubes lhes facultam, todos os países declaram que os clubes facilitam na obtenção de títulos de ingresso (quer sejam mais baratos, quer tenham prioridade na obtenção dos mesmos), havendo ainda alguns que facultam salas, dentro do estádio, para usufruto das claques. Dos restantes exemplos obtidos, destacamos a Holanda quando indica que os adeptos apenas têm direito a descontos nos bilhetes se viajarem nos autocarros disponibilizados pela claque, aquando das deslocações a outros estádios.

Nas deslocações em território nacional de um grupo numeroso de adeptos, 15 dos 16 países⁶⁵ dizem que a polícia faz o acompanhamento de adeptos de risco, baixando para 10 países quando o grupo é constituído por adeptos considerados "normais". Os locais de concentração variam consoante o jogo, havendo momentos em que a polícia aceita fazer o acompanhamento desde o local de concentração dos adeptos, ou então predefine com as claques um local, normalmente, mais perto do destino final.

Em relação às entidades responsáveis pelo controlo e monitorização das claques de futebol, estas variam consoante o momento temporal e espacial relativamente ao jogo. Isto é, assiste-se, em alguns países, a uma partilha de responsabilidade nesta matéria. Deste modo, e tendo apenas em consideração as deslocações dos adeptos, de e para o estádio, todos os países dizem que essa responsabilidade é atribuída à polícia, havendo sete desses países⁶⁶ em que os elementos policiais são acompanhados por equipas de *spotters*. Apenas a Holanda e a Roménia afirmam que, além dessas forças policiais, equipas de *stewards* fazem também o acompanhamento dos adeptos. O cenário altera-se um pouco quanto ao controlo das claques no interior do estádio. Nessa situação,

⁶⁵ Excepção da Suíça.

⁶⁶ São eles: Croácia, Grécia, Holanda, Inglaterra, Itália, Roménia e Suíça.

assistimos, em alguns países, a uma transferência de responsabilidade da polícia para os *stewards*. Segundo as respostas obtidas, quatro países⁶⁷ dizem que apenas estão presentes no interior do estádio *stewards*; dois países⁶⁸ afirmam haver uma responsabilidade partilhada entre *spotters* e *stewards* e na Inglaterra e Croácia, estão presentes no interior do estádio todas as entidades responsáveis pela segurança. Nos restantes países, a responsabilidade, ou é partilhada entre os *stewards* e a polícia⁶⁹, ou então fica na total dependência dos últimos⁷⁰.

Inquiridos se estavam previstos nos estádios locais específicos para os grupos organizados de adeptos, apenas a Inglaterra e a Itália responderam negativamente. Isto é, aos adeptos pertencentes às suas claques não são reservados sectores específicos nos estádios, encontrando-se junto aos adeptos singulares. Contudo, apesar de em Itália não terem locais específicos no estádio, separam fisicamente os adeptos das claques de futebol nos jogos de risco elevado. Tal acontece igualmente noutros 11 países⁷¹. Apenas a Inglaterra, Malta e Rússia declaram não separar fisicamente os adeptos das claques nos jogos de risco elevado.

5.4. Os Clubes de Futebol. Análise de Resultados

A última secção do questionário ficou reservada para a imagem e responsabilidade imputada aos clubes.

Relativamente à questão que pretendia aferir qual o alcance dos comentários prestados pelos clubes, e a reacção que têm no comportamento dos adeptos, sete dos 16 países responderam que os comentários servem de apaziguadores, acalmando os adeptos. Por outro lado, 4 dos países afirmaram que os adeptos ficam mais violentos após algumas declarações públicas por parte dos clubes.

Se das declarações dos clubes resultarem acções de violência por parte dos adeptos, 10 dos países têm previsto medidas punitivas, de modo a responsabilizar os clubes pelas suas acções.

Uma das incumbências, determinantes, que os clubes devem realizar é o controlo e penalização dos adeptos que cometam actos ou comportamentos violentos e ilícitos. Nesse sentido, questionados os países se a legislação estipula obrigações aos clubes nesta matéria, a maioria respondeu afirmativamente. Apenas Itália, Luxemburgo, Rússia, Suíça e Turquia, responderam que a sua legislação nada estipula nesse sentido. Dos

⁶⁷ São eles: Holanda, Grécia, Lituânia e Roménia.

⁶⁸ São eles: Bélgica e Suíça.

⁶⁹ No caso da Espanha, Itália, Luxemburgo e Rússia.

⁷⁰ Como acontece no Chipre, Malta, Suécia e Turquia.

⁷¹ Nesta questão, a Suíça não respondeu.

países que responderam afirmativamente, só a Bélgica e a Croácia disseram que, apesar de vir estipulado na lei tais obrigações, regra geral, as mesmas não são cumpridas pelos clubes. Nos casos em que os clubes não cumpram o previsto na lei, apenas a Roménia (de entre os países que responderam afirmativamente à existência de legislação que estipula obrigações aos clubes na prevenção e punição dos adeptos desordeiros) afirma não haver qualquer penalização para os clubes que não cumpram com o estipulado.

Unânime foi também a resposta à questão que pretendia aferir a opinião dos inquiridos relativamente à partilha ou transferência para os clubes da responsabilidade pelo comportamento dos adeptos no interior e imediações dos estádios. Nesta questão, unicamente a Roménia declarou não concordar com tal ideia, com os restantes países⁷² a concordar com a partilha e/ou transferência da responsabilidade dos comportamentos dos adeptos nas imediações e interior do estádio.

A última pergunta do questionário, de resposta aberta, pretendia extrair algumas ideias e/ou boas práticas dos congéneres europeus relativamente a essa partilha de responsabilidades. Destacamos as respostas de quatro países que, pelo seu historial de violência associada ao futebol, sentiram a necessidade de adoptar medidas para pôr cobro a tais actos. Apresentaremos seguidamente algumas das boas práticas apontadas pela Espanha, Inglaterra e Holanda.

Assim, Espanha proíbe a venda de títulos de ingresso a adeptos que tenham sido associados a incidentes relacionados com o futebol⁷³. Em situações que os clubes vendam bilhetes a esses adeptos, e caso eles venham a ser associados a um qualquer incidente, o clube é punido. Outra das medidas apresentadas respeita às revistas de segurança realizadas no acesso ao estádio. Nesses casos, e visto essa revista ser responsabilidade do clube organizador, caso ocorram incidentes com engenhos pirotécnicos (deflagração de tochas, potes de fumo, petardos, etc...) os clubes serão, também, punidos.

Já em Inglaterra, toda a segurança (nas vertentes *safety and security*) no interior do estádio é da responsabilidade do organizador - clubes de futebol. Estes, são assim responsabilizados quando existe alguma desordem ou comportamento impróprio de algum adepto. Os próprios *stewards* são possuidores de autoridade (que lhes é reconhecida pelos adeptos) para fazer cessar os comportamentos que possam colocar em causa o bom desenrolar do espectáculo desportivo.

Por último, tendo como exemplo as práticas de sucesso apresentadas pela Holanda, deparamo-nos com uma grande responsabilização dos clubes pelo comportamento dos

⁷² Excepção da Lituânia e Luxemburgo, que não responderam a esta questão.

⁷³ Na nossa opinião, tal só será possível se estiver em vigor a obrigação de emissão de títulos de ingresso nominais.

adeptos. Segundo o especialista holandês que respondeu ao questionário, quando, num estádio de futebol, os adeptos da equipa da casa, deflagram algum engenho pirotécnico ou começam com cânticos que, de alguma forma, possam ser considerados racistas, xenófobos ou propulsores de comportamentos violentos, o clube faz uso do sistema sonoro do estádio para avisar os seus adeptos da conduta imprópria. Após o encontro, o próprio clube irá investigar quais os adeptos que iniciaram tais comportamentos, punindo-os de seguida. Se a federação de futebol notar que o clube não está a tomar as acções necessárias e adequadas, aplica medidas punitivas ao próprio clube. Essas medidas podem ir desde multas pecuniárias a punições relacionadas com o próprio jogo (como por exemplo, proibir a venda de bebidas alcoólicas ou a presença de adeptos da equipa adversária).

CONCLUSÃO

Um pouco por todo o Mundo, as principais entidades responsáveis pela organização dos campeonatos de futebol, quer sejam nacionais, quer sejam internacionais, têm desenvolvido esforços na promoção do "Fair-Play" entre clubes, jogadores e adeptos. De há uns anos a esta parte, a própria UEFA tem vindo a desenvolver uma campanha intitulada *Respect* que visa garantir que a ética desportiva é respeitada por jogadores, dirigentes e adeptos⁷⁴.

O desporto em geral deve assentar a sua existência no respeito mútuo e na adopção de comportamentos responsáveis por parte de todos os intervenientes, seguindo as regras de civismo socialmente aceites pelas diferentes culturas.

Contudo, ao debruçarmo-nos em pormenor sobre alguns factores que são responsáveis por toda a dinâmica comportamental que gira em redor do fenómeno da violência associada ao desporto, em particular ao futebol, concluímos que a actual realidade vivida no nosso país (e no Mundo em geral) está longe de seguir os puros ideais do desportivismo.

Desde os primórdios do futebol que são conhecidos actos de violência a ele associado. Num passado não muito distante, ocorreram incidentes graves, com a existência de dezenas de mortos e feridos, que provocaram alterações profundas no mundo do futebol (como é o caso dos confrontos ocorridos em Heysel Park, na Bélgica, e em Hillsborough, na Inglaterra)⁷⁵.

Em Portugal, apesar dos acontecimentos de violência não poderem ser comparados aos ocorridos noutros países, não podem ser ignorados, devendo ser feitos estudos com o intuito de identificar as principais causas da sua ocorrência, afim de se poder caminhar para métodos de prevenção mais eficazes.

Actualmente, relativamente à análise da evolução da violência associada ao desporto, em particular ao futebol, pensamos que a mesma não traduz fidedignamente o alcance real do fenómeno em estudo. Consideramos que, havendo em Portugal um ponto nacional de informações de futebol, o mesmo deverá ser responsável pela centralização de informação e de dados estatísticos. Para tal, deverá ser criada uma rotina e uniformização de procedimentos, nos diferentes Comandos de Polícia, de modo a que o PNIF possa trabalhar estatisticamente os dados.

⁷⁴ Como incentivo à adopção de condutas comportamentais exemplares, a UEFA atribui uma recompensa, às três federações melhor classificadas no ranking "fair play", que consiste na possibilidade de inscrever mais uma equipa na UEFA Europa League. São ainda premiadas as equipas e adeptos que se distingam com comportamentos excepcionalmente desportivos em determinadas competições. (<http://pt.uefa.com/uefa/socialresponsibility/respect>)

⁷⁵ Estes incidentes, conforme já foi descrito anteriormente, foram catalisadores de alterações profundas em Inglaterra. Essas alterações foram possíveis graças a uma consciencialização de vários actores responsáveis pela segurança, como as autoridades policiais ou mesmo o poder político.

Fruto do estudo desenvolvido, acreditamos que deveria haver uma maior aposta neste ponto de informações de futebol, por parte da PSP, facultando mais meios e dando-lhes a capacidade de desenvolver um trabalho mais profundo, nomeadamente, na análise sistemática de dados estatísticos acerca da evolução da violência, com especial incidência no número de autos de contra-ordenação, autos de notícia e autos de detenção levantados pela polícia e, igualmente importante, da quantidade e especificidade das sanções aplicadas a esses processos, com o objectivo de poder ser extraída estatística acerca da aplicabilidade das normas previstas no regime jurídico. Além dos dados estatísticos, seria de todo importante terem a capacidade de desenvolver uma análise do perfil, quer dos adeptos de risco, quer do histórico dos antecedentes dos comportamentos violentos dos GOA, de modo a que essa informação fosse utilizada para a avaliação da ameaça em torno desses elementos. Ainda, e porque a violência associada ao desporto não é exclusiva da área da responsabilidade da PSP, deveria ser criado um mecanismo de cooperação com a GNR, de modo a que fossem facultados os dados criminais e contra-ordenacionais oriundos dos espectáculos desportivos, para poderem ser incluídos na estatística nacional do PNIF, indo assim ao encontro de uma perspectiva mais alargada e global do fenómeno.

Acerca do regime jurídico que versa sobre a violência associada ao desporto, mais concretamente, sobre a Lei n.º 39/2009 de 30 de Julho, e findo o estudo desenvolvido, consideramos que a mesma se afigura uma lei moderna, adaptada à realidade do fenómeno no nosso país e que respeita as principais recomendações internacionais e o patenteado nas resoluções e convenções do Conselho da Europa. Além disso, apresenta um conjunto de medidas e um regime sancionatório que segue os bons exemplos do praticado noutros países europeus, como é exemplo a previsão de aplicabilidade de interdições de acesso aos recintos desportivos.

Contudo, concluímos com o nosso trabalho que a maioria dos normativos previstos na legislação não estão a ser aplicados convenientemente e com a eficácia desejada, como é exemplo as sanções previstas no regime sancionatório. Se tivermos em linha de conta o que é praticado em alguns dos países que estudámos, verificamos que nestes a aplicação das sanções é feita de forma regular e consistentemente, estando previstas medidas para retirar a total experiência do futebol aos adeptos mais problemáticos. Findo o estudo, somos da opinião que é de fulcral importância a aplicação de mais interdições de acesso a recintos desportivos, e de uma fiscalização eficaz das mesmas por parte das forças de segurança. Para tal, é necessária uma melhor circulação da informação, entre as diversas entidades (PSP, GNR, IDP, CESD e tribunais), em tempo útil, de forma a garantir um trabalho de excelência. Embora não tenha sido possível ser conclusivo quanto à duração das *banning orders* aplicadas noutros países, aos adeptos mais

desordeiros, esse aspecto, na nossa opinião, não pode ser despiciendo, tendo em conta a gravidade dos actos e o efeito dissuasor dos comportamentos mais violentos.

Ainda relacionado com a Lei n.º 39/2009, em algumas das normas não está a ser realizada qualquer fiscalização por parte das entidades competentes, não sendo assim assegurada a veracidade de tal cumprimento, como é o caso do registo dos Grupos Organizados de Adeptos junto do Conselho para a Ética e Segurança no Desporto. Presentemente, nada nos garante que o número de associados dos GOA corresponde à realidade, uma vez que não temos conhecimento que essa fiscalização esteja a ser cumprida. Aliás, com as observações realizadas, acreditamos mesmo que os números de associados no CESD são manifestamente inferiores aos reais. Tal só será possível contornar quando for aplicado o previsto na lei sobre os títulos de ingresso nominais. Tal medida pressionaria os adeptos a registarem-se junto dos grupos organizados, sob pena de não gozarem dos benefícios facultados pelos clubes, tais como a redução do preço do bilhete.

Este estudo permitiu ainda concluir que uma aplicação legislativa mais eficaz, com uma obrigatoriedade dos GOA registarem-se e actualizarem na base de dados referente aos seus associados, uma utilização das interdições de acesso aos recintos desportivos sobre os adeptos mais problemáticos e uma maior responsabilização dos clubes sobre o comportamento dos seus apoiantes, com sanções pecuniárias mais altas e medidas que retirem, de algum modo, algum do efeito festivo por detrás dos espectáculos desportivos⁷⁶, contribuiria fortemente para uma redução dos actos de violência por detrás dos jogos de futebol. Estas últimas medidas mencionadas seriam aplicadas pelas autoridades judiciais e fiscalizadas pela própria polícia, e serviriam para desencorajar os adeptos a cometerem actos violentos. Ao mesmo tempo incentivava os clubes a adquirirem mecanismos de controlo dos seus adeptos. Nesse sentido, acreditamos que tal só será possível se houver uma maior informação e sensibilização junto das entidades que, directamente, contribuem para a aplicação da lei, tais como: o IDP e o CESD (nos casos de processos contra-ordenacionais) e os tribunais, mais concretamente os Magistrados do Ministério Público e os Juízes⁷⁷.

Consideramos, também, que a alteração do clima de violência que se faz notar nos estádios de futebol só ocorrerá quando houver um envolvimento muito maior, e de forma mais evidente, por parte das federações, ligas, clubes e dirigentes. Na nossa opinião, deveriam ser redigidas, nos Programas do Governo, medidas concretas para a

⁷⁶ Lembramos aqui as medidas apresentadas pela Bélgica para punir os clubes, que visavam retirar alguma da festividade associada ao futebol: proibição de venda de bebidas alcoólicas nas imediações do estádio; proibição de adeptos de outras equipas assistirem aos jogos; entre outros.

⁷⁷ Esta sensibilização está a começar a ser promovida pelo COMETLIS junto, quer do DIAP de Lisboa, quer em acções junto dos formandos do CESD.

prevenção da violência associada ao desporto, a serem cumpridas por todas as entidades já referenciadas no trabalho, mas com um envolvimento objectivo e claro dos clubes (principais responsáveis pelos comportamentos dos seus associados e simpatizantes).

Tendo em ponderação as técnicas e tácticas utilizadas pela Polícia de Segurança Pública nos policiamentos de espectáculos desportivos de grande escala, consideramos que as mesmas estão adequadas à realidade vivida actualmente nos estádios de futebol. Apartando os vários momentos do policiamento, achamos que o policiamento efectuado fora do recinto desportivo está de acordo com os estudos mais recentes realizados por investigadores europeus, seguindo as linhas de policiamento internacional. Dentro do recinto desportivo constatámos que existe pouca clarificação das funções que pertencem aos ARD's e as que pertencem aos elementos policiais. Consideramos então que seria importante, não só clarificar as funções de cada um, de modo a não haver duplicação de esforços, como passar a ser da responsabilidade efectiva do promotor (como vem previsto na lei) a segurança no interior do recinto, o que iria provocar uma maior responsabilização dos clubes no âmbito da segurança.

Também relacionado com o policiamento desportivo, pensamos que terão de se fazer esforços acrescidos de modo a reduzir o número de elementos policiais presentes no estádio, indo ao encontro das boas práticas adoptadas noutros países da Europa. Assistimos, actualmente, a um empenhamento desmesurado de meios, humanos e materiais, sendo frequentemente utilizados, em jogos considerados de risco elevado, um efectivo policial superior a 500 elementos⁷⁸. Dado os níveis de risco por detrás de alguns espectáculos desportivos existe também a necessidade de empregar meios aéreos, tais como o helicóptero da protecção civil. Não dizemos com isto que existe um empenhamento desadequado, mas sim que, actualmente, os níveis de risco associados aos jogos de futebol das principais equipas portuguesas a isso obrigam, havendo necessidade de destacar um efectivo policial mais numeroso. Após a realização deste estudo, estamos convictos que só será possível reduzir os meios policiais se, em primeiro lugar, se conseguir reduzir os níveis de agressividade e de violência.

Destacamos ainda a extrema importância das Unidades Metropolitanas/Regionais de Informações de Futebol, quer no trabalho desenvolvido na antecedência dos espectáculos desportivos, com a recolha de informações e de clarificação de procedimentos com elementos dos GOA, quer na actividade desenvolvida no dia do jogo,

⁷⁸ A utilização dos meios policiais nos eventos desportivos está muito longe de se cingir ao recinto desportivo e imediações. Grande parte dos meios utilizados são direccionados para: o acompanhamento de claques; protecção das equipas, antes e após os jogos, com o acompanhamento das mesmas nas suas deslocações; protecção e vigilância de vias-rápidas, por onde passam as equipas e claques; entre outras missões específicas para cada espectáculo desportivo.

com um papel fundamental no controlo, monitorização e impedimento da escalada de violência por parte dos adeptos mais problemáticos. Quando essa escalada é impossível de conter, o conhecimento prévio dos adeptos de risco permite, com maior facilidade, pôr termo ao problema e levantar os processos de responsabilização contra-ordenacional e/ou criminal.

Em termos europeus, como já tivemos a oportunidade de referir no capítulo V, Portugal segue as linhas traçadas no âmbito do combate à violência no desporto, tendo ainda um longo caminho a percorrer para que consiga igualar países de referência, como a Inglaterra, Holanda ou Bélgica.

Temos em acreditar que seria de cabal importância criar um grupo de trabalho ao nível inter-ministerial, com experiência operacional do terreno – envolvendo polícias, magistrados, peritos do IDP e CESD, académicos, dirigentes desportivos, representantes dos adeptos -, que estude a fundo a problemática em questão, numa vertente muito prática, como a implementação de medidas de permitam a aplicação eficaz da lei e o combate rigoroso aos comportamentos violentos dos adeptos de risco, apresentando as suas conclusões à tutela.

Com a realização deste trabalho tivemos como objectivo contribuir com informação relevante para os actores responsáveis pela segurança nos policiamentos desportivos, ajudando a dar mais um passo no combate a uma problemática que, embora não se possa considerar em crescente, tem-se tornado mediatizada com cenas lamentáveis de violência.

Como amantes do futebol, e do desporto em geral, desejamos poder assistir aos espectáculos desportivos sem termos preocupações acrescidas com a nossa segurança, olhando para o futebol como uma oportunidade de convívio, de amizade e de descontração.

Porque, no final, quer se ganhe, quer se perca, tudo o que importa é o Desportivismo e o Fair-Play.

ISCPSI, 27 de Abril de 2011

Bruno Filipe Salvador da Silva Branco
Aspirante a Oficial de Polícia
n.ºs 229/152485

BIBLIOGRAFIA

Livros

- Carvalho, A. M. (1985). *Violência no desporto*. Lisboa: Livros Horizonte, lda.
- Coelho, J. N., & Pinheiro, F. (2002). *A Paixão do Povo. História do Futebol em Portugal*. Porto: Edições Afrontamento.
- Dunning, E., Murphy, P. & Williams, J. (1992). *The roots of football hooliganism. An historical and Sociological study*. London: Routledge.
- IFC. (2004). *REPORT ON EURO 2004*. Middlesbrough: The Independent Football Comission.
- Meirim, J. M. (1994). *A violência associada ao Desporto*. Lisboa: Editorial Ministério da Educação.
- Nunes, A. B., & Valério, N. (1996). *Contribuição para a História do Futebol em Portugal*. Lisboa: Gabinete de História Económica e Social.
- Saramago, J. (2010). *Handbook of Spotting*. Lisboa: Disponível no Centro de Recursos Didáticos da PSP.
- Serpa, H., & Serpa, V. (2004). *História do Futebol em Portugal*. Portugal: CTT Correios de Portugal.
- Sociology, Department. (2001, Janeiro). *Football and Football Hooliganism. Centre for the Sociology of Sport*. University of Leicester.
- Sousa, M. d. (1997). *História do Futebol. Origens. Nomes. Números e Factos*. Mem-Martins: SporPress.

Teses e Dissertações

- Chagas, A. (2000). *Prevenção da violência e medidas de polícia no policiamento nos estádios de futebol* (Vol. Monografia Final de Curso). Lisboa: ISCPSI.
- Lopes, R. d. (2006). *Policiamento a Claques de Futebol - Estudo descritivo e exploratório dos procedimentos utilizados pela PSP* (Vol. Monografia final de curso). Lisboa: ISCPSI.

- Lucas, A. (1997). *Controlo de multidões nos estádios de Futebol* (Vol. Monografia final de curso). Lisboa: ISCPSI.
- Melo, R. A. (2007). *O Impacto do Euro 2004 na Percepção da Marca Portugal*. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa: Instituto Superior de Economia e Gestão.
- Monteiro, A. (2007). *Desporto: da Excelência à Virtude*. Aveiro: Universidade do Minho.
- Ramalho, G. (2001). *Futebol e Polícia - necessidade de mudança* (Vol. Monografia final de Curso). Lisboa: ISCPSI.
- Silva, N. (2003). *Sistema de Segurança Integrada nos Estádios de Futebol – O Stewarding* (Vol. Monografia final de curso). Lisboa: ISCPSI.

Artigos Científicos

- Adang, O. (2008). A estratégia de segurança das cidades-sede da Eurocopa 2008 está no caminho certo. *Manutenção de ordem pública* . retirado a 28 de Novembro de 2010 de <http://www.policestudies.net>.
- Adang, O., & Brekelmans, T. (2001). Police evaluation of public order management: a model.
- Adang, O., & Brown, E. (2008). *Policing football in Europe: Experiences from peer review evaluation teams*. Netherlands: Politieacademie Apeldoorn.
- Adang, O., & Cuvelier, C. (2001). *Policing Euro 2000: International police co-operation, information management and police deployment*. Apeldoorn: Police Academy of the Netherlands.
- Adang, O., & Stott, C. (2004). *Preparing for Euro 2004: Policing international football matches in Portugal*. Lisboa: PSP.
- Almeida, M. A., Marques, R. F., & Gutierrez, G. L. (2007). Esporte: um fenômeno heterogêneo: estudo sobre o esporte e suas manifestações na sociedade contemporânea. *Movimento* , 13, pp. 225-242.
- Almeida, P. (2008). Etnografia Euro 2004: Grupos de Adeptos. In C. Sousa, & J. Jesuino, *Identidade e Emoções em Eventos Desportivos: o caso do Euro 2004* (pp. 205-236). Lisboa: Instituto Piaget.

- Bandeira, G. A. (2010). Um Currículo de Masculinidades nos Estádios de Futebol. *Revista Brasileira de Educação* , 15, pp. 342-351.
- Claussen, D. (2006). Sobre a estupidez no futebol. *Análise Social* , XLI, pp. 583-592.
- Conseil Fédéral. (2008). *Violence lors de manifestations sportives: mesures de prévention*. Suisse: Office Fédéral du Sport. retirado a 12 de Dezembro de 2010 de <http://www.baspo.admin.ch>.
- Dubey, J.-P., & Châtelain, P. (2002). La place de la Suisse dans les dispositifs de prévention du hooliganisme. *Revue Internationale de Criminologie et de Police Technique et scientifique* , LV.
- Dunning, E., Murphy, P. & Williams, J. (1992). *The roots of football hooliganism. An historical and Sociological study*. London: Routledge.
- Freitas, C. M. (2005). As classes sociais na sociedade do espetáculo: o olhar dos torcedores de futebol. *Revista Portuguesa de Ciências do Desporto* , V, pp. 329-334.
- Jary, M. (2007). Futebol, Sociabilidade e Psicologia de Massas: Ritos, Símbolos e Violência nas Ruas de Goiânia. *Pensar a Prática* .
- Malatesta, D., & Jaccoud, C. (2002). Crime et sécurité dans le sport. *Revue Internationale de Criminologie et de Police Technique et scientifique* , LV.
- Marcacci, M. (2002). Les violences sur les stades suisses dans une perspective historique. *Revue Internationale de Criminologie et de Police Technique et scientifique* , LV.
- Marivoet, S. (1992). Violência nos Espectáculos de Futebol. *Sociologia - Problemas e Práticas* , nº12, pp. 137 - 153.
- Marivoet, S. (2008). Determinantes da Produção do Euro 2004 nas Manifestações de Identidade. In C. Sousa, & J. Jesuino, *Identidade e Emoções em Eventos Desportivos: o caso do Euro 2004* (pp. 71-98). Lisboa: Instituto Piaget.
- Marivoet, S. (2009). Subcultures of Football Fans and Violent Hostilities. *9th ESA Conference 2009, ESA - European Sociology Association e ISCTE-IUL, FCSH-UNL, ICSUL e APS*. Lisboa.
- Mignon, P. (2002). Une autre exception française: un football sans hooligans? *Revue Internationale de Criminologie et de Police Technique et scientifique* , LV.

- Negrão, F. (1998). Os Sistemas de Informação Policial: como conciliar Segurança e Liberdade? *Os Direitos dos Cidadãos face aos Sistemas de Informação Policial* (pp. 63-71). Lisboa: Autoridade de Controlo Comum.
- Nogueira, T. (2008, Abril/Junho). A violência associada ao desporto: em especial ao futebol. *Polícia Portuguesa*, pp. 20-29.
- Nuytens, W. (2002). La violence dans les stades de football. Eléments d'étiologie à partir du cas des autonomes du Racing Club de Lens. *Revue Internationale de Criminologie et de Police Technique et scientifique*, LV.
- Office, H. (2010, Novembro). Statistics on football-related arrests & banning orders: Season 2009-10. Londres, Inglaterra: Home Office (retirado a 18 de Março de 2011 de <http://www.homeoffice.gov.uk>).
- Pereira, P. J. (2002). Estratégia e tática policial na prevenção da violência no desporto. In A. Fraga (Ed.), *Forças de segurança e investigação científica : um espaço de reflexão* (pp. 85-139). Lisboa: Conselho Consultivo para a Formação das Forças e Serviços de Segurança.
- Pereira, R. (2007). *Rumo a uma Estratégia Europeia Contra a Violência Associada ao Desporto*. retirado a 28 de Novembro de 2010 de <http://www.eu2007.pt>
- Pilz, G. A. (2010). *International Conference on Ultras. Overview of the Ultra culture phenomenon in the Council of Europe member states in 2009*. Hanover: Leibniz University.
- Pimenta, C. A. (2000). Violência entre Torcidas Organizadas de Futebol. *São Paulo em Perspectiva*, 14, pp. 122-128.
- Rouquette, M.-L. (1999). Massas, normas e violência. *Ciência e Saúde Coletiva*, IV, pp. 201-204.
- Sousa, C. (2008). Identidade e Emoções nos Adeptos Portugueses. In C. Sousa, & J. Jesuino, *Identidade e Emoções em Eventos Desportivos: o caso do Euro 2004* (pp. 129-166). Lisboa: Instituto Piaget.
- Souza, H. N. (2008). *A Violência nos Estádios de Futebol: Os resultados obtidos no Mineirão após a proibição do consumo de bebidas alcoólicas*. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais.
- Stott, C. (2008). Policiamento da "Doença Inglesa" no Euro 2004. In C. Sousa, & J. Jesuino, *Identidade e Emoções em Eventos Desportivos: o caso do Euro 2004* (pp. 167-204). Lisboa: Insituto Piaget.

- Stott, C. (2009). *Crowd Psychology & Public Order Policing: An Overview of Scientific Theory and Evidence*. Liverpool: University of Liverpool.
- Stott, C., & Adang, O. (2003). *Crowd Psychology and Public Order Policing During Football Tournaments with an International Dimension*. Lisboa.
- Stott, C., & Adang, O. (2003). *Policing Football Matches with an International Dimension in the European Union: understanding and managing risk*. Liverpool: The University of Liverpool.
- Stott, C., & Adang, O. (2003a). *Policing Football in the European Union: Understanding and Managing risk. Second preliminary report of the European study of crowd police relations*. Liverpool: The University of Liverpool.
- Stott, C., & Adang, O. (2004, Junho). Disorderly conduct? *The Psychologist* , 17 , 6, 318-319.
- Stott, C., Adang, O., Livingstone, A., & Schreiber, M. (2008). TACKLING FOOTBALL HOOLIGANISM: A Quantitative Study of Public Order, Policing and Crowd Psychology. *Psychology, Public Policy, and Law* . American Psychological Association.
- Tsoukala, A. (2002). Le hooliganisme et la protection de la sécurité intérieure en Europe. Quels enjeux? *Revue Internationale de Criminologie et de Police Technique et scientifique* , LV.
- Vieira, R. A., & Siqueira, G. R. (2008). Violência entre Torcidas nos Estádios de Futebol: uma Questão de Saúde Pública. *Saúde e Sociedade de São Paulo* , 17, pp. 54-62.
- Viseu, J. (2004). Os novos negócios do Desporto. *Revista Portuguesa de Gestão do Desporto* . Aveiro.

Sítios da Internet

- BBC News. (n.d.). Retrieved Dezembro 24, 2010, from http://news.bbc.co.uk/onthisday/hi/dates/stories/may/29/newsid_2733000/2733979.stm
- Bleacher Report, Inc. (n.d.). *Bleacher Report*. Retrieved Dezembro 24, 2010, from Bleacher Report: <http://bleacherreport.com/articles/118667-boca-juniors-river-plate-a-look-into-one-of-world-footballs-greatest-rivalries>

- Edisport, S.A. (2010, Novembro 07). *Jornal Record*. Retrieved Dezembro 24, 2010, from http://www.record.xl.pt/Futebol/Nacional/1a_liga/Benfica/interior.aspx?content_id=481422
- Expresso Sojornal SA. (2010, Maio 04). *Expresso*. Retrieved Dezembro 24, 2010, from <http://aeiou.expresso.pt/futebol-fc-porto-benfica-laurentino-dias-condena-incidentes-e-defende-reflexao=f580458>
- Pestana, J. (2011, Abril 1). Violência no Desporto precisa de aplicação da lei de forma eficaz. 10-11. (M. C. Pereira, Interviewer) *A Bola*.
- Presslivre, S.A. . (n.d.). *Correio da Manhã*. Retrieved Dezembro 24, 2010, from <http://www.cmjornal.xl.pt/detalhe/noticias/sport/fc-porto/macac-atiradas-contra-moutinho>
- Soares, P. (2011, Abril 5). "Spotters": viagem ao mundo alucinante da violência no futebol. *A Bola*, 10-11.
- Zuljan, R. (2001, Janeiro 12). *On War*. Retrieved Dezembro 24, 2010, from Wars of the World: <http://www.onwar.com/aced/data/sierra/soccer1969.htm>

Diplomas Legais e Jurisprudência

➤ Nacional

- Decreto -Lei n.º 396/82 de 21 de Setembro - classificação de espectáculos e divertimentos públicos
- Decreto-Lei n.º 238/1992 de 29 de Outubro - regime de policiamento e da satisfação dos encargos daí decorrentes no que se refere aos espectáculos desportivos realizados em recintos desportivos
- Decreto-Lei n.º 309/2002 de 16 de Dezembro - instalação e financiamento de recintos desportivos
- Decreto-Lei n.º 79/2004 de 6 de Abril - direito de livre entrada em recintos desportivos
- Decreto-Lei n.º 35/2004 de 21 de Fevereiro - regime jurídico da actividade de segurança privada

- DIP2009DNL00051P30 (Departamento de Informações Policiais da Direcção Nacional da PSP Agosto 07, 2009) - Análise comparativa entre a Lei 16/2004 e a Lei 39/2009
- Lei n.º 39/2009 de 30 de Julho - Estabelece o regime jurídico do combate à violência, ao racismo, à xenofobia e à intolerância nos espectáculos desportivos, de forma a possibilitar a realização dos mesmos com segurança.
- Lei n.º 53/2007 de 31 de Agosto - aprova a orgânica da Polícia de Segurança Pública
- *Manual do Provedor dos Adeptos de Futebol*. Lisboa: Liga Portuguesa Futebol.
- NEP AOS/NI/05/01 - Unidade Regional de Informações Desportivas: Organização, Funcionamento e Doutrina
- NEP OPSEG/DEPOP/01/03 - Serviços Remunerados
- NEP OPSEG/DEPOP/01/12 - Relatórios de Policiamentos Desportivos
- Portaria n.º 1522-B/2002 de 20 de Dezembro - introduz a figura do assistente de recinto desportivo, no âmbito da actividade de segurança privada
- Portaria n.º 1522-C/2002 de 20 de Dezembro - fixa as situações em que é obrigatório o recurso à segurança privada nos recintos desportivos, bem como as condições do exercício de funções pelos assistentes de recinto desportivo.
- Portaria n.º 181/2010 de 26 de Março - regime de formação do coordenador de segurança
- Regulamento Disciplinar da Federação Portuguesa de Futebol.
- Regulamento Disciplinar da Liga Portuguesa de Futebol - Época 2010/11

➤ Internacional

- Decisão 2002/348/JAI, alterada pela Decisão 2007/412/JAI - Decisão do Conselho de 25 de Abril de 2002 relativa à segurança por ocasião de jogos de futebol com dimensão internacional
- JO C 165 de 24.6.2010 - Resolução do Conselho de 3 de Junho de 2010 relativa a um manual actualizado com recomendações para a cooperação policial internacional e medidas de prevenção e controlo da violência e dos distúrbios associados aos jogos de futebol com dimensão internacional em que, pelo menos, um Estado-Membro se encontre envolvido

- JO C 281 de 22.11.2003 - Resolução do Conselho de 17 de Novembro de 2003 relativa à utilização, pelos Estados-Membros, da proibição de acesso aos recintos onde se desenrolam desafios de futebol de dimensão internacional
- Recomendação (1999) sobre stewarding
- Recomendação Rec 1(2002) sobre directrizes para a venda de ingressos em jogos de futebol internacionais
- Recomendação Rec 1(2003) sobre o papel das medidas socioeducativas na prevenção da violência no desporto e manual sobre a prevenção no desporto
- Recomendação Rec 6(2001) do Comité de Ministros aos Estados-membros sobre a prevenção do racismo, xenofobia e intolerância racial no desporto
- Tratado da União Europeia

ANEXOS

Anexo A - Enquadramento Histórico

1. As Origens do Desporto: o Caso Particular do Futebol

1.1. Origens do Desporto em Portugal

Fazer uma pesquisa histórica acerca do aparecimento e desenvolvimento do desporto no nosso país denota ser uma tarefa algo incompleta, qualquer que seja a extensão do trabalho desenvolvido. É escassa a documentação histórica existente até ao século XIV, agravando-se ainda mais quando se pretende historiar sobre o desporto em Portugal. País onde, até meados do séc. XIX, permaneceu à margem do desenvolvimento da educação física, não mostrando grande interesse em documentar os desenvolvimentos desportivos que iam ocorrendo ao longo dos tempos.

Porém, tudo leva a crer que durante "a ocupação romana da Península Ibérica, [...], em tempos remotos, se praticaram desportos em que participaram gentes lusas. Não nos podemos esquecer que os romanos incentivaram e fizeram evoluir a comercialização do desporto através do mundo mediterrâneo e de todo o Império, pelo que é pouco provável que a antiga Lusitânia tivesse fugido a essa regra." (Sousa, 1997: p. 65)

Durante séculos, as práticas desportivas existentes foram um exclusivo das classes mais abastadas do reino. Apenas a nobreza reunia condições (tempo e dinheiro) para "acederem ao luxo de se exercitarem". Conforme afirmam João Nuno Coelho e Francisco Pinheiro (2002), "durante a Idade Média, os seus períodos de lazer (falamos da nobreza) eram ocupados com exercícios de armas, abundando os torneios e os tavolados, que excitavam os espectadores. Estes eram os desportos da época, praticados no intervalo das guerras e que serviam de preparação para o combate" (p. 44). Manuel de Sousa (1997) acrescenta ainda que "a paixão posta nos torneios era tão intensa que fazia lembrar as cenas reais de guerra" (Sousa, 1997: p.68). Podemos então afirmar que as origens do desporto medieval estariam, sem qualquer dúvida, intimamente ligados aos jogos de guerra, servindo de treino para os militares, e de entretenimento para os populares.

Os desportos mais documentados da época, fruto da sua popularidade, seriam talvez os equestres, como é exemplo o *Livro Primeiro da Montaria* de D. João I ou a *Arte de bem Cavalgar Toda a Sela*, de D. Duarte. As actividades equestres seriam das modalidades mais populares e que mais massas moviam. Eram frequentes a realização de exercícios a cavalo, como por exemplo as tradicionais corridas e saltos, bem como, as tão portuguesas touradas.

Dois outros desportos muito apreciados pelos portugueses eram a *justa* e a *péla*. O historiador Oliveira Marques define a justa "como sendo um combate entre dois cavaleiros de espada ou de lança" (citado em Sousa, 1997, p. 68). Mais que um desporto, a justa passou a ser um espectáculo muito prezado, sendo obrigatório em todas as festividades do séc. XV, e assumindo muitas vezes um cariz mais teatral ou de demonstração de elegância, com os cavaleiros vestidos de maneira exótica e com os seus cavalos devidamente ornamentados. A péla consistia no arremesso de uma bola com o intuito de derrubar um qualquer obstáculo ou pessoa. Era uma modalidade tida como muito violenta e que ia ao encontro dos gostos de D. João I (séc. XVI), que a encarava como um bom treino para as tropas.

Em inícios do séc. XVII, com toda a "balbúrdia que se vivia na Capital e de resto por todo o País", a esgrima foi-se enraizando entre a população, proliferando durante o domínio filipino (Sousa, 1997, p. 69). Em muitos casos, "as espadas eram utilizadas para lavar a honra através dos tradicionais duelos, embora a lei proibisse esse costume por o considerar bárbaro" (Coelho & Pinheiro, 2002, p. 44).

Bem mais brando e pacífico era o jogo da barra. Era então uma actividade desportiva que consistia no lançamento, o mais longe possível, de um varão de ferro. Não raras vezes, ao invés do varão de ferro, eram arremessadas pedras ou balas de canhão. Eram jogos muito parecidos com os actuais lançamentos da vara e do peso.

Estranho foi o aparecimento tardio dos desportos náuticos em terras lusas, "por incrível que pareça sendo Portugal um país com uma enorme Costa marítima, no século XIX, a grande maioria da população não sabia nadar" (Sousa, 1997, p. 71). Mais precoce ainda foi o desenvolvimento do remo e da vela, com a primeira regata em Portugal a ser realizada apenas no ano de 1850. Nos anos que se seguiram foram criadas algumas associações navais, quer para a prática de vela, quer para a de remo, tendo levado ao desenvolvimento destas modalidades.

Também durante a segunda metade do século XIX, a halterofilia foi ganhando espaço no desporto em Portugal. Introduzida em terras lusas por artistas do Circo Price, esta modalidade, juntamente com a ginástica acrobática e de aparelhos, "ganhou foros de modalidade prioritária", graças à fundação do Real Ginásio Clube Português. Contudo, foi na Casa Pia de Lisboa que a instrução da educação física se tornou prioridade nas escolas portuguesas, tendo como pano de fundo interesses militares. Em 1860, com a abertura de uma classe de ginástica no Circo Price, a educação física ministrada na Casa Pia sofreu um forte impulso. Foi esta classe gímnica que esteve na origem do Real Ginásio Clube Português, mais tarde fundido no, ainda existente, Ginásio Clube Português (1875). Concordamos com Manuel de Sousa (1997) ao se "considerar o

G.C.P., como um dos marcos mais importantes, senão o mais importante, da história da ginástica em Portugal" (p. 74).

Ainda no século XIX, outras modalidades desportivas foram sendo impulsionadas pelas diferentes classes sociais da época, como é exemplo o tiro, o ténis e o ciclismo. Quanto ao primeiro, existem notícias que relatam a sua prática a partir de 1810 na Sociedade de Tiro aos Pombos da Real Tapada da Ajuda. Deve-se ao rei D. Luís e, posteriormente, a seu filho D. Carlos, a organização de algumas provas, o que tornou esta prática como uma atracção predilecta da corte, sendo praticado por homens "influentes e endinheirados", como é o caso de José de Alvalade, fundador do Sporting Clube de Portugal e do primeiro campo de tiro em Portugal, no Lumiar. No que se refere ao ténis, este era um desporto da elite portuguesa e, por isso, considerado "chique", tendo sido inserido em Portugal pela alta sociedade britânica instalada em Lisboa e no Porto. Deve-se a Guilherme Pinto Basto (ligado também à origem do futebol em Portugal) a "nacionalização" do ténis, convidando alguns amigos da aristocracia portuguesa a jogarem umas partidas. "O próprio rei D. Carlos tornou-se um adepto entusiasta, não faltando às reuniões, onde, a pretexto do jogo, se mostravam sinais de riqueza da aristocracia portuguesa" (Coelho & Pinheiro, 2002, p. 46). Contudo, se o tiro e o ténis entretinham a alta sociedade, no povo o entusiasmo virava-se para a velocipedia (ciclismo). Foi uma modalidade introduzida em Portugal por Herbert Dagge por alturas da década de 80 do século XIX.

É certo que ao longo da história foram aparecendo algumas modalidades em Portugal, contudo, ao povo era vedado quase por completo a prática de tais actividades. Coelho e Pinheiro (2002) chegam mesmo a afirmar que:

"Apesar da existência destas modalidades, o povo estava praticamente arredado de qualquer tipo de actividade desportiva. Era de tal forma preocupante esta situação que em diversos sectores da vida social portuguesa começou a generalizar-se a crítica a um país que não se preocupava com a saúde do seu povo, quando por toda a Europa a prática desportiva se tornara usual entre as populações. Verificaram-se, a propósito, alguns casos insólitos: no último quartel do século XIX, os deputados da Nação impediram a introdução da ginástica nas escolas femininas, por a considerarem imoral e atentatória dos bons costumes. Nas escolas masculinas só foi permitida a introdução da ginástica devido a alguma complacência dos deputados." (p. 46)

Finalmente, em 1902, o Governo Português "decreta a ginástica obrigatória nos liceus no país" tendo acordado da profunda letargia em que se encontrava, não sem antes ser alvo de duras críticas por parte do historiador e ensaísta de política social, Oliveira Martins, conhecedor da influência que as importações dos costumes estrangeiros tinham entre os nossos governantes e que faz o contraponto entre Inglaterra e Portugal:

"o sport salva-os do embrutecimento, remam, patinam, jogam o cricket, o football, montam correm, caçam a raposa em casa, o tigre na Índia, o búfalo na América, o elefante no Cabo, a cavalo em avestruzes, à falta dos thorough bred's que galgam as sebes, saltam rios, no steeple chase permanente, que é o programa da sua existência. Splendid fellows! Educam-nos desde o princípio para isso. O fim que têm em vista não é produzir instrumentos intelectuais, é formar indivíduos healthy and active, sadios e hérules, bravos e bons ingleses, úteis, serviçais, verdadeiros, honest gentlemen, e cristãos sem cogitações metafísicas, antipáticas à raça." (citado em Sousa, 1997, p. 77).

Conforme podemos constatar, o desenvolvimento do desporto em Portugal foi um processo longo, árduo e de grande persistência por parte dos homens que acreditavam que a actividade física era um bem essencial para a saúde e bem-estar das populações. Seguidamente iremos debruçar-nos sobre a difícil tarefa de encontrar com certeza os primórdios do futebol no mundo.

1.2. Os Primórdios do Futebol

Para entendermos as origens do futebol necessitamos de fazer uma viagem em busca da história remota dos diversos antecessores deste desporto universal. Foram muitos os povos que admitiram ser os precursores do futebol. Todavia, tais afirmações acerca da originalidade da sua prática, defendidas por inúmeros historiadores, carecem de rigor científico e de prova documental que corroborem as suas teses, entrando muitas vezes no campo das especulações. Com certeza, podemos afirmar que o futebol moderno teve origem numa Inglaterra em absoluto desenvolvimento de ideias e costumes, na segunda metade do século XIX.

Contudo, muitos séculos antes começaram-se a praticar "jogos" com bolas. Um pouco por todo o mundo, numa época em que as comunicações eram inexistentes, vários povos foram desenvolvendo jogos em que assentavam as suas bases num objecto esférico.

O "futebol" pré-histórico: China e Japão

Teorias defendidas por alguns antropólogos permitem afirmar que "as primeiras formas de futebol primitivo remontam à pré-história"⁷⁹. Alguns defensores destas teorias, entre os quais o Dr. Jules Rimet (patrocinador da primeira Taça do Mundo de Futebol e presidente da Federação Internacional da Futebol Association, FIFA), defendem que as primeiras partidas de futebol aconteceram no Extremo Oriente, mais concretamente na China e no Japão. Existem referências abundantemente documentadas que indicam com notável clareza que, por altura dos festejos dos aniversários do Imperador Cheng-Ti, cujo

⁷⁹ A base destas teorias reside na descoberta de inscrições nas paredes das grutas habitadas por "trogloditas" da ilha da Nova Guiné, na zona de Kerven. Nessas gravuras estão esculpidos homens a correr atrás de objectos de forma arredondada que se assemelham a bolas.

reinado durou de 32 a.C. a 6 d.C.), se praticava uma vertente de "bola-pé", denominada de *T'su-Chun*. No entanto, conforme afirmam João Coelho e Francisco Pinheiro (2002) "este período da pré-história do futebol, a que alguns autores chamaram de "proto-futebol" ou "futebol pré-industrial", está envolto em muitos mistérios e lendas, sendo difícil separar a realidade da ficção" (p.16). Uma das mais conhecidas lendas diz que foi o Imperador chinês Huang-Ti (221-207 a.C.) o primeiro a treinar as suas tropas utilizando para tal um "jogo da bola", resumindo-se esse jogo à disputa de uma bola por dois grupos de homens com o objectivo de a transportarem em sentidos opostos.

Ainda na China, durante a dinastia Han (206 a.C.-24 d.C.), surgiram lugares construídos de formas rectangulares, com o propósito único da prática do *Cu-Jiu* ou do *Ta-Jiu* (*Ta* significa chutar e *Jiu* bola cheia com cabelos).

No Japão, foram encontrados documentos que comprovam a prática de tais jogos algures no século VI a.C., sendo mesmo considerados como um dos passatempos favoritos da corte há 2600 anos (Sousa, 1997; Coelho & Pinheiro, 2002). No entanto, é no *Kemari*, desporto praticado ao ar livre, em espaços amplos e cercados por paliçadas que mantinham a bola em jogo, que os japoneses acreditam estar a origem do futebol. Os cantos do campo eram simbolicamente assinalados por quatro árvores especiais: um pinheiro, uma cerejeira, uma amendoeira e um salgueiro, que representavam quatro virtudes distintas: amizade, galanteria, fraternidade e cortesia. Os jogos da bola eram então muito apreciados pelo povo chinês e japonês.

O Episkiros Grego e o Harpastum Romano

Em qualquer destes dois povos, nos hábitos de lazer e de preparação militar, eram utilizados diferentes jogos com bolas. Na Grécia, a sua chegada deu-se pelas mãos dos Lídios (antiga região e reino situado na parte ocidental da Ásia Menor). Conta a história que depois da queda da Frígia a Lídia conseguiu a sua supremacia, por volta do século VII a.C.. Creso, último rei da Lídia, seria bastante influente entre todas as cidades gregas, firmando tratados com Esparta e outros estados da península grega. Seria um espartano, chamado Timócrates, que escreveria um "tratado" sobre a bola e que viria a influenciar os próprios gregos.

Aos jovens gregos era dada uma dura preparação com o objectivo de os transformar em resistentes e saudáveis guerreiros. Para esse fim, jogavam o tradicional *Episkiros*, que, segundo eles, seria o antepassado do actual futebol, pese embora fosse um jogo de lançamento da bola, o que demonstrava estar muito longe do futebol moderno. Todavia, e concordando com Manuel de Sousa (1997), "não se podem descurar as práticas desportivas na antiga Grécia, concretamente os jogos com bola, como podendo estar na origem, remota, dos jogos mais tarde trazidos para a zona ocidental da Europa" (p. 11).

Já as legiões romanas, aquando da invasão da Grécia, por volta de 200 a.C. "interessaram-se vivamente por um jogo baptizado de *harpastum*, no qual duas equipas tentavam apoderar-se da bola, transportando-a ou lançando-a além da linha que assinalava o limite do campo inimigo. Este desporto agradou tanto aos Romanos que se tornou a forma de entretenimento preferida durante os acampamentos militares, desenvolvendo ao mesmo tempo qualidades de resistência, vigor e combatividade" (Coelho & Pinheiro, 2002, p. 17).

Foram posteriormente os romanos que incentivaram e fizeram evoluir a comercialização do *harpastum* através de todo o mundo mediterrâneo. Segundo o distinto médico grego-romano Galeno (129-199 d.C.), o *harpastum* seria a resposta socioeconómica à incapacidade dos estratos sociais mais pobres adquirirem material para outro tipo de jogos, uma vez que apenas necessitavam de uma bola. Era assim considerado um jogo completo, que trabalhava todos os músculos do corpo (talvez por isso fosse praticado pelos militares entre os intervalos das acções militares). (Sousa, 1997)

O Soule francês

Quando as legiões romanas de Júlio César invadiram as Gálias, transmitiram aos povos indígenas do Norte da Europa a paixão pelo jogo. Começou-se também a arquitectar uma tradição que, anos mais tarde, nas províncias da Normandia e da Bretanha, se denominou de *soule* ou *choule* e que é levado para as ilhas britânicas em 1066 pelas mãos dos Normandos, chefiados pelo Guilherme o Conquistador (Coelho & Pinheiro, 2002).

O *soule* deriva do *harpastum* romano e consistia em "duas metas e duas equipas de jogadores, cujo número não estava regulamentado. Como metas ou portas se elegia uma parede, um rio, um lado de um bosque ou ainda um sulco traçado no solo. Cada equipa tinha a obrigação de defender a sua meta e atacar a meta contrária (ou seja levar a bola ao extremo do campo inimigo ao mesmo tempo que impedia o franqueamento do seu campo)" (Sousa, 1997, p. 21). Tratava-se de uma espécie de futebol que, desprovido de quaisquer regras, se convertia num campo de batalha, tal era a violência do jogo⁸⁰. Era assim mais parecido com o rugby do que propriamente com o futebol, embora os franceses acreditem ser este o jogo que estaria na origem do futebol moderno.

⁸⁰ Devido aos níveis de violência do jogo e à indisciplina dos soldados, os monarcas franceses Filipe V e Carlos V decretariam a sua proibição, em 1319 e 1369, respectivamente.

O Giocco del Calcio italiano

Em finais do século XV, desenvolveu-se e reformulou-se a prática dos jogos romanos, principalmente na região italiana de Florença, surgindo o *Giocco del Calcio*. Este assumia um cariz mais aristocrático, envolvendo as melhores famílias da região, que faziam questão de transformar cada jogo em autênticos acontecimentos festivos, não faltando as pequenas orquestras para abrilhantar o encontro. Alguns relatos apontam mesmo os papas Clemente VII, Leão IX e Urbano VIII a "arregaçar as batinas" e a praticar o *calcio*. (Sousa, 1997)

O *calcio* (que ainda hoje dá nome ao campeonato italiano de futebol) era praticado entre Janeiro e Março nas principais praças de Florença, em honra do Duque ou das pessoas mais importantes da cidade. Para melhor compreendermos o jogo, seguiremos a descrição de Manuel de Sousa (1997), que nos dá uma visão pormenorizada do modo como se praticava esta modalidade desportiva:

"Jogava-se num espaço rectangular limitado por postes sustentados por vigas de duas aunas de altura (1,176 m). O terreno de jogo, ocupava toda a praça: 137 x 50 metros. A linha lateral formava a linha de golo; quem conseguisse ultrapassar com a bola aquela meta, marcava um *caccia*. A bola era jogada, indistintamente, com os pés e as mãos, mas, quando impulsionadas pelas mãos, à altura de um homem, o lançador era punido com um *falli* (castigo). Dois *falli* correspondiam a um ponto do qual beneficiava o adversário. A *caccia* e os *falli* obrigavam a trocar de campo. Cada equipa admitia no seu seio 27 jogadores (...)." (p. 23)

Era um jogo de extrema violência, sendo permitido agarrar e até mesmo rasteirar, e que quase sempre acabava em desacatos entre os participantes.

À semelhança dos franceses, também os italianos defendem a tese de que o *calcio* é o precursor do futebol moderno, embora entre este e o primeiro, apenas se assemelhe a utilização de uma bola⁸¹.

As ilhas britânicas

Mais trágicas são as opiniões dos historiadores britânicos para reivindicar a paternidade definitiva do futebol pré-moderno. Segundo algumas opiniões, unânimes por sinal, tudo terá começado com um ataque, violento e atroz, por parte dos Vikings, em pleno século VIII, a Kingston-on-Thames, na costa inglesa. Face a tal investida, os ingleses responderam, tendo capturado e matado o chefe inimigo. Para libertar todo o ódio que sentiam, decapitaram-no e atravessaram toda a aldeia dando pontapés à sua cabeça. Nos anos que se seguiram, para comemorar importante vitória, os ingleses enchiam uma bexiga de porco [que simbolizava a cabeça do chefe Viking] e faziam o

⁸¹ Na nossa opinião, e através das descrições dadas pelos diferentes autores (Coelho & Pinheiro, 2002; Sousa, 1997; Serpa & Serpa, 2004), seria um jogo mais próximo do rugby do que do futebol.

caminho pela aldeia aos pontapés no "esférico". (Sousa, 1997; Coelho & Pinheiro, 2002; Serpa & Serpa, 2004)

Século após século a tradição foi-se transformando numa manifestação folclórica e numa festa tipicamente popular, a que viriam a baptizar de *Hurling to the Countrie*. Na sua essência, esta manifestação consistia na reunião de vários rapazes, provenientes de diferentes aldeias, que se dividiam em equipas e se defrontavam num jogo de bola através dos largos campos. Não existiam limites do campo, sendo frequente transporem ribeiras e rios, atravessarem amplos campos de cultivo e disporem as *balizas* (chamamos-lhe balizas mas, no entanto, eram simbolicamente representadas por casas, aldeias ou freguesias de algum dos cavalheiros) separadas por vários quilómetros de distância (o que provocava o desenrolar do encontro durante vários dias). Ganhava a equipa que primeiro alcançasse o objectivo determinado, não havendo regras definidas para o fazer. Era então um jogo extremamente violento, como o demonstra a descrição de Richard Carew, em *Survey of Cornwall*, publicado em Londres em 1602: "...Para demonstrar o que o *hurling* é de facto, você deve vê-los a regressarem a casa, como se retirassem de um campo de batalha, com as cabeças ensanguentadas, ossos partidos e deslocados, e essas feridas servem para abreviar os seus dias..." (citado em Sousa, 1997, p. 20). Com tanta violência, fica a sensação de que este futebol (primitivo) não era mais do que uma desculpa para o confronto físico.

Com o intuito de diminuir os níveis de violência, entenderam os ingleses alterar algumas das poucas regras existentes. Assim, o campo de jogo foi limitado a um terreno com cem jardas (noventa metros), onde existiam duas balizas nos seus topos, figuradas por dois paus espetados no solo à distância de três a quatro metros. O número de elementos também foi limitado entre os quinze e os trinta por equipa. Segundo Richard Carew (citado em Sousa, 1997):

"os lançadores estão sujeitos ao cumprimento de muitas leis, como a de terem de lançar de homem para homem, e não dois sobre um homem de cada vez; que o lançador em oposição à bola não deve bater, nem lançar-se abaixo da cintura; que aquele que possui a bola deve bater apenas no peito dos outros; que não deve passar a bola para um jogador fora de jogo, isto é, não pode lançá-la para nenhum dos seus camaradas que permaneçam próximo da meta, mas só ele mesmo a pode levar.(...) À mínima falha a estas leis, os lançadores consideram isso como uma causa justa para irem presos pelas orelhas..." (p. 19)

Mais civilizados eram os jogos praticados nas escolas aristocráticas, como por exemplo o *field game*, criado no colégio de Edon, em 1520, e que seria uma mistura entre o futebol moderno e o rugby. Foi precisamente nos colégios ingleses que o futebol moderno iria *nascer*.

O princípio do futebol moderno

Se muitas dúvidas ainda persistem acerca dos precursores do futebol, existindo um infundável número de desportos que reclamam para si tal feito, nenhuma interrogação restam sobre a origem e principal evolução do denominado Futebol Moderno (o futebol tal como o conhecemos actualmente). O seu advento surge no século XIX, em Inglaterra, num percurso iniciado nas *Public Schools*, escolas particulares elitistas, e que continuaram no mundo industrial.

Na primeira metade do século XIX, o jogo enfrentou dificuldades de sobrevivência, tendo tido as *Public Schools* um papel preponderante na sua manutenção. Nessas escolas, profundamente elitistas e destinadas aos filhos dos aristocratas, "as diferentes variantes do jogo reflectiam a desorganização e desordem reinantes, sendo praticadas de acordo com os hábitos vigentes e os espaços disponíveis em cada escola, mas cujos denominadores comuns eram a dureza, a agressividade, o domínio dos mais velhos sobre os mais jovens, resultando isto numa prática desportiva semelhante à levada a cabo pelas classes populares", e, por isso, nada digna da elite aristocrata que aí estudava (Coelho & Pinheiro, 2002, p. 20). No entanto, por volta de 1830, a mentalidade e filosofia do ensino inglês vai sofrer algumas alterações, abrindo as portas das escolas elitistas aos filhos dos burgueses e havendo uma maior preocupação relativamente à necessidade de maior rigor e disciplina educativa.

Com essa transformação começou a olhar-se para o futebol como um actor importante na criação de uma elite com capacidades físicas, intelectuais e morais. Para tal, as escolas inglesas necessitaram de formular as primeiras regras escritas do futebol, que regulamentassem o desporto no sentido de lhe retirar alguma da agressividade e dureza. Chegar a um consenso acerca das regras do jogo entre as várias escolas não se vislumbrou nada fácil, isto porque, até então, cada uma jogava o futebol de acordo com as regras e os espaços que tinha à disposição. Em 1846, surgem as primeiras regras do futebol, introduzidas pela escola de Cambridge. Anos mais tarde, em 1862, nove estudantes da mesma escola, encontraram-se para definir um conjunto de novas regras, que ficaram conhecidas como as "Regras de Cambridge". Seriam estas regras que iriam ter grande importância na autonomização do futebol em relação ao rugby e na criação do *Football Association*.

O número de praticantes ia aumentando significativamente ao longo da primeira metade do século XIX, bem como o surgimento dos primeiros clubes, que se iam organizando para se defrontarem entre si. Com condições favoráveis reunidas, a 26 de Outubro de 1863, na taberna dos Maçons Livres (Freemasons Tavern), na Great Queen Street, em Lincoln's Field, em Londres, quinze representantes de escolas e clubes, de Londres e arredores, reuniram-se à procura de consenso sobre as regras básicas e os

regulamentos do jogo e fundando-se a *Football Association*. Dois meses mais tarde são aprovadas as 14 regras básicas do futebol e as novas leis do jogo são registadas oficialmente na publicação *Bell's Life*.

Até finais de 1870, o futebol foi mantendo a sua actividade recreativa maioritariamente aristocrática, altura em que chegou às classes sociais emergentes do desenvolvimento industrial. Embora o impacto deste fenómeno desportivo fosse desconhecido, estavam lançadas as bases para o seu desenvolvimento e proliferação por toda a Europa. Segundo os historiadores João Coelho e Francisco Pinheiro (2002), "a velocidade com que este desporto viajou da Inglaterra para o continente europeu, e aí se estabeleceu como desporto internacional, foi verdadeiramente notável", tendo-se proliferado por quase todos os países europeus entre 1870 e 1890 (p. 26).

2. O Futebol em Portugal

Também neste capítulo histórico, acerca da chegada do Futebol a Portugal, nos encontramos envoltos em discórdia e contradições. Apesar de alguns fazerem referência a um *jogo* realizado na Camacha, ilha da Madeira, em 1875, para a maioria dos historiadores que exploraram a temática da História do Futebol em Portugal (Nunes & Valério, 1996; Sousa, 1997; Coelho & Pinheiro, 2002; Serpa & Serpa, 2004), não restam dúvidas que a introdução da modalidade no nosso país veio de Inglaterra, pela mão de alguns portugueses que foram educados nos melhores colégios daquele país. Terão sido então os irmãos Pinto Basto (pertencentes a uma das melhores famílias de Lisboa) que trouxeram a bola para o nosso país, depois de regressarem dos seus estudos em Londres, em 1886. Foi uma dessas bolas que rolou na Parada de Cascais, numa tarde de Domingo de Outubro de 1888, num encontro organizado por Guilherme Pinto Basto (o grande mentor da introdução e desenvolvimento do futebol moderno em Portugal) e que ficou para a história como o primeiro jogo de futebol em Portugal devidamente organizado.

Desde o início, o futebol foi adoptado por uma classe elitista de aristocratas e burgueses, sendo visto como uma actividade selecta, inacessível às classes mais pobres. Os jogos eram disputados por grupos de amigos (distintos) que se juntavam para exercitar o corpo, imperando a lógica do desportivismo.

O sucesso do primeiro encontro originou uma segunda partida, três meses mais tarde, nos terrenos do, agora, Campo Pequeno. Organizado de novo por Guilherme Pinto Basto, este pretendia atribuir um carácter mais sério ao encontro, convidando jogadores da colónia inglesa e utilizando as regras vigentes no futebol inglês (muito mais desenvolvido, que contava já com algumas épocas realizadas). Foi precisamente o contacto com as colónias de ingleses a residir na zona de Lisboa que permitiu a Guilherme Pinto Basto e

aos seus amigos desenvolver o gosto por esta modalidade e permitir o desenvolvimento do futebol no nosso país.

Numa altura em que dava os primeiros passos, o futebol português sofre um forte abanão devido ao *Ultimatum* britânico de 1890⁸², tendo havido um certo distanciamento em relação ao futebol, considerado um desporto inglês e, por isso, pouco popular naquela altura.

Anos mais tarde, o futebol vai ficando mais popular, surgindo novos grupos e clubes e, muito importante, jogando-se em vários estabelecimentos de ensino. Entre 1892 e 1894, o futebol vai também descobrir novas zonas do país, espalhando-se por outras cidades.

Seguindo uma lógica de evolução, com a realização de mais jogos, foram-se formando os primeiros clubes de futebol, como é o caso do Foot-Ball Club Lisbonense e o Carcavellos Club (este último constituído por colonos ingleses). No entanto, e para que a verdade seja respeitada, não foram estes os primeiros a praticar futebol. Nessa altura, já o Ginásio Clube Português assumira a prática do futebol, embora tenha sido o Club Lisbonense o primeiro clube português unicamente focado na prática futebolística.

Os principais clubes da actualidade começam a formar-se nos inícios do século XX, como é o caso do Futebol Clube do Porto, do Sport Lisboa e Benfica e do Sporting Clube de Portugal. O primeiro a tentar constituir-se como clube foi a equipa do Porto em 1893, no entanto, conforme afirmam os investigadores do Instituto Superior de Economia e Gestão, Ana Bela Nunes e Nuno Valério, "embora esse seja hoje o ano oficialmente assumido como de fundação do clube, há que dizer que ele só iniciou realmente a sua actividade em 1906" (Nunes & Valério, 1996, p. 10). Entretanto, já as equipas de Lisboa iniciavam as suas actividades. Apesar de 1904 ser reconhecido como o ano de fundação do Sport Lisboa e Benfica, tal dado histórico não está completamente correcto. Em 1904 é fundado o Sport Lisboa e, dois anos mais tarde, acaba por se dividir, tendo dado origem ao Sport Lisboa e Benfica.

Já o Sporting Clube de Portugal data a sua fundação para o ano de 1906, depois de ver fundido os clubes do Sport Club de Belas e do Campo Grande F Club. Com a formação de novos clubes, surge na sociedade lisbonense um maior interesse pela modalidade, havendo mesmo crónicas desportivas na principal imprensa da capital que destacam acontecimentos futebolísticos internacionais, onde existiam já competições bem organizadas (Coelho & Pinheiro, 2002).

⁸² A disputa com a Grã-Bretanha sobre os territórios sitos entre Angola e Moçambique, nos quais hoje se situam a Zâmbia, o Zimbábue e o Malawi (espelhados no Mapa Cor-de-Rosa) levou ao ultimato britânico de 1890. Portugal protestou mas seguiu-se a inevitável cedência e recuo, deixando um legado de humilhação nacional e frustração, causando sérios danos à imagem do governo monárquico português.

Mesmo com a existência de alguns clubes de futebol, as primeiras épocas desportivas realizam-se de modo muito desorganizado e sem um conjunto de normas que regulassem, por exemplo, as trocas de clubes por parte dos jogadores, havendo conhecimento de jogadores que, numa mesma época, alinharam por mais do que uma equipa. Urge então a necessidade de regulamentar os campeonatos, sendo criada a Liga Portuguesa de Football, em 1908. Porém, a falta de organização e o exacerbado clubismo presente nos órgãos directivos ditaram o desaparecimento desta Liga. Não ficando indiferentes ao interesse suscitado nos primeiros campeonatos de Lisboa, após várias reuniões, foi fundada a Associação de Futebol de Lisboa (23 de Setembro de 1910). Após esta, outros distritos seguiram os mesmos passos, como é o caso de Portalegre (1911) e Porto (1912).

Com organizações regionais nos principais distritos do país, era então a altura de formar uma associação de cariz nacional. Desse modo, em 1914 é fundada a União Portuguesa de Futebol (designação mais tarde mudada para Federação Portuguesa de Futebol) com objectivos iniciais de: organizar encontros anuais das selecções de Lisboa e Porto; oficializar Portugal na FIFA (Fédération Internationale de Football Association); e dar autorização para a realização de jogos entre clubes portugueses e estrangeiros. (Sousa, 1997)

Em 1983 surgiu a Liga de Futebol Profissional, "resultante da necessidade sentida por muitos dos dirigentes em se agruparem numa associação patronal susceptível de conciliar as suas aspirações, bem como aumentar a capacidade reivindicativa e interventiva dos clubes" (Sousa, 1997, p. 101).

3. O Fenómeno da Violência Associada ao Futebol

A partir do momento em que o futebol se difundiu e desenvolveu por todo o mundo, foi ganhando crédito, aumentando a competição e a rivalidade entre equipas e influenciando os comportamentos dos apoiantes mais acérrimos. Há mesmo quem considere que a violência entre grupos organizados passou a ser uma preocupação social "uma vez que assumiu característica de acontecimento banal, débil e vazio", tornando-se também "um incómodo aos interesses em torno do evento desportivo". (Pimenta, 2000, p. 125)

Muitas são as teorias que tentam explicar a violência em geral e, especialmente, a violência associada ao desporto. Porém, surge a questão do motivo que leva a que a generalidade das manifestações se restringir ao futebol, sendo as ocorridas noutras modalidades uma fracção ínfima do todo. Segundo o Dr. Rui Pereira (Ministro da Administração Interna), num discurso proferido numa conferência em Bruxelas, a

violência associada ao futebol é "uma forma específica de comportamento anti-social" e que "tem a particularidade de ocorrer no contexto de competições, que, pela forte carga emotiva que geram, acabam por servir, com frequência de pretexto ou oportunidade situacional para comportamentos desviantes"⁸³. Essa ideia sai reforçada com o texto da *Convenção Europeia sobre a Violência e os Distúrbios dos Espectadores por ocasião de Manifestações Desportivas e nomeadamente Jogos de Futebol* ao considerar a violência como um "fenómeno social actual de grande envergadura cujas origens são essencialmente exteriores ao desporto, e que o desporto é frequentemente o palco de explosões de violência"⁸⁴.

De entre os fenómenos violentos destacamos a utilização de códigos e símbolos de filiação aos grupos, usados para incentivar a violência, quer física, quer verbal. Pimenta (2000) afirma mesmo que, à medida que os actos de agressividade aumentam, proporcionalmente, cresce a procura e a filiação ao movimento do grupo. É evidente que o futebol atrai jovens aos estádios, e, por vezes, fruto do resultado da partida ou pelo inconformismo com as decisões do árbitro, despoletam acções mais hostis e violentas.

De à uns tempos a esta parte, a violência associada ao futebol, mais propriamente a ocorrida entre adeptos dos grupos organizados, vem ganhando uma parte significativa na agenda social, em especial nos meios de comunicação. Este não é um fenómeno recente, havendo inúmeros exemplos ao longo da história do futebol mundial de acções violentas de extrema impetuosidade. (Pimenta, 2000; Coelho & Pinheiro, 2002)

De entre os inúmeros acontecimentos trágicos ocorridos ao longo dos anos, destacamos aqueles que, na nossa opinião, consideramos mais violentos ou que tiveram repercussões sociais mais visíveis os ocorridos no Peru (em 1964), na Argentina (em 1968), em El Salvador e Honduras (em 1969), na Colômbia (em 1982), na Bélgica (em 1985) e em Inglaterra (em 1989), e que seguidamente apresentamos uma breve descrição do sucedido:

- A 24 de Maio de 1964, em Lima, Peru, um golo anulado à selecção da casa, no último minuto e que teria apurado os peruanos para os Jogos Olímpicos de Tóquio, num jogo frente à Argentina, originou fortes confrontos entre os adeptos. A polícia lançou gás lacrimogénico para a bancada norte e, obedecendo à administração do estádio, trancou os portões de saída com fortes cadeados. Do terrífico massacre resultaram 318 mortos e meio milhar de feridos, a maior parte esmagadas por adeptos atordoados pelo gás. Face a estas decisões, os adeptos continuaram a violência nas

⁸³ Discurso consultado a 28 de Novembro de 2010, em: <http://www.eu2007.pt/NR/rdonlyres/0CF505CA-20B9-4379-A0C8-7AF672E5494/0/20071129DiscursodoMAviolencianodesporto.pdf>

⁸⁴ Resolução da Assembleia da República n.º 11/87 de 10 de Março

ruas da cidade, tendo sido decretada a lei marcial durante os 30 dias seguintes. (Coelho & Pinheiro, 2002)

- Em Buenos Aires, no dia 23 de Junho de 1968, um desastre no jogo que opunha o River Plate ao Boca Juniors originou 71 mortos e 150 feridos. São muitas as hipóteses lançadas para justificar o ocorrido, havendo quem atribua a culpa ao facto de uma das portas de saída estar trancada e, os adeptos que vinham mais atrás, não se apercebendo do sucedido, esmagaram os primeiros. Outra das hipóteses justifica o que aconteceu com o lançamento de tochas e bandeiras queimadas entre os adeptos rivais, levando ao pânico geral entre os espectadores. (Coelho & Pinheiro, 2002; Bleacher Report, Inc.)
- Talvez o acontecimento mais grave de toda a história do futebol tenha ocorrido em 1969, em El Salvador e Honduras. Num jogo a contar para o Campeonato do Mundo do México, que opunha as selecções desses dois países, El Salvador sai vencedor por 3-2 e, face ao resultado do encontro, agravado pelo clima de tensão já existente entre os dois países, os adeptos hondurenhos despoletaram um ataque sobre os adeptos salvadorenhos que viviam nas Honduras. Como represália, o Governo de El Salvador decretou guerra às Honduras, lançando um forte ataque armado que durou cerca de uma semana, altura em que a intervenção da Organização dos Estados Americanos sanou com o conflito. (Zuljan, 2001; Coelho & Pinheiro, 2002)
- Num jogo em Cali, cidade colombiana, a fuga em massa de centenas de pessoas resultou em 22 mortos e mais de 160 feridos. Tudo leva a crer que as pessoas estariam a tentar sair da bancada apressadamente por estar um grupo de jovens adeptos a urinar da bancada superior, o que levou ao pânico na bancada inferior. (Coelho & Pinheiro, 2002)
- No estádio de Heysel, em Bruxelas, no dia 29 de Maio de 1985, uma hora antes da final da Taça dos Campeões, entre o Liverpool e a Juventus, um muro desmorona-se fruto dos confrontos iniciados pelos adeptos ingleses, causando 39 mortes e ferimentos em mais de 400 pessoas. Como consequência, os clubes ingleses foram proibidos de participar nas competições europeias num período de cinco anos. (BBC News; Coelho & Pinheiro, 2002)
- A 15 de Abril de 1989, em Hillsborough (Sheffield), horas antes da final da Taça FA, que opunha o Liverpool ao Nottingham Forest, 95 pessoas morreram e mais de 200 ficaram feridas consequência da compressão de inúmeros adeptos contra as grades de segurança por parte de uma multidão desejosa de entrar no estádio. Desta tragédia resultou a supressão das grades de segurança e na imposição de que os estádios passassem a ter exclusivamente lugares sentados. (Coelho & Pinheiro, 2002)

Anexo B - Subculturas Associadas a Adeptos de Futebol

1. A Noção de Claque

O fenómeno da violência associada ao futebol há muito que vem preocupando as forças de segurança, um pouco por todo o Mundo. Um dos factores que mais influencia a ocorrência de comportamentos exacerbados de violência é a existência de grupos de adeptos (com diferentes níveis de organização) com uma filosofia de apoio ao clube caracterizada pela adopção de símbolos, cânticos e comportamentos próprios. Estes grupos são, vulgarmente, conhecidos por claques de futebol.

Muitos deles constituem-se como associações fortemente estruturadas e com uma organização bem definida, usufruindo de espaço próprio, partilha de tarefas, planificação das actividades a desenvolver para o apoio aos respectivos clubes e mesmo a quotização dos elementos afectos à claque.

Contudo, importa salientar que a definição de claque de futebol aqui abordada nada tem em comum com a grande maioria dos adeptos presentes no estádio. Embora facilmente confundível, as claques de futebol apresentam-se mais organizadas e com objectivos comuns mais definidos, ultrapassando o simples apoio ao clube num espaço físico plenamente definido. Não se confunde assim com a grande maioria dos espectadores que se juntam nos estádios sem quaisquer laços sociais comuns.

2. O Hooliganismo

Ainda antes da Primeira Guerra Mundial ocorreram actos de violência relacionados com o futebol, revestidos sob a forma (espontânea e não organizada) de invasões de campo ou mesmo agressões a árbitros, jogadores ou adeptos adversários (Frosdick & Marsh, citado em Lopes, 2006).

A presença de grupos de adeptos perfeitamente definidos e destacados de entre os restantes espectadores é notada pela generalidade dos autores nos finais do século XIX e início do século XX (Dunning *et al.*, 1992: 356-380).

Surge então por essa altura uma nova designação para definir o conjunto de jovens que se envolviam em desordens relacionadas com os encontros futebolísticos e que começavam a atingir proporções alarmantes na sociedade britânica, o *hooliganismo* (Dunning *et al.*, 1992: 64).

Nesse sentido, a expressão *hooligan* significa "jovem violento e barulhento, rufia e desordeiro" que é responsável por causar problemas através da violência. Com o passar

dos anos, principalmente após a Segunda Guerra Mundial, o fenómeno de depressa adquiriu um carácter regular (Pereira, 2002, p. 101). A terminologia, fruto de uma crescente "mediatização de características sensacionalistas", foi-se direccionando para o conjunto de indivíduos pertencente às claques que se destacavam através de actos de vandalismo e que passaram a ter um reconhecimento nunca antes obtido (Seabra, 1999 citado em Lopes, 2006, p. 5).

Segundo Dunning, Murphy e Williams (1992) a subcultura *hooligan* veio emergir em Inglaterra por altura dos anos 70, frutos dos confrontos entre jovens skinheads, provocados pela rivalidade existente entre os bairros das áreas urbanas mais pobres e carentes.

A crescente mediatização permitiu que, quer os jovens, quer os próprios grupos, elevassem a sua reputação, o que provocou um encorajamento na adesão de novos elementos às "claques", tornando mais simples o recrutamento de jovens *hooligan*. Segundo Javaloy (1996), citado em Pereira (2002), podem ser definidas várias etapas no desenvolvimento do *hooligan*. Numa primeira fase, o sujeito apresenta "predisposição pessoal" e "vulnerabilidade à dependência", isto é, caracteriza-se por ser um indivíduo com baixa auto-estima e com falta de estímulos e de oportunidades para experimentar níveis elevados de excitação e adrenalina. Essas características pessoais vão contribuir para que, ao assistir a um desafio de futebol, e vendo os *hooligan* ou envolvendo-se acidentalmente com eles, o sujeito descubra "o carácter agradável da experiência de elevado grau de excitação". Seguidamente, o sujeito, ao interagir com os restantes *hooligan* em alguns incidentes mais violentos, vai reter uma importante fonte de gratificação. Uma vez inserido no grupo, o indivíduo vai tendo um "protagonismo crescente na actividade *hooligan*", através das, cada vez mais frequentes, participações em confrontos com a polícia ou com outros grupos de adeptos. Numa fase mais avançada do processo de desenvolvimento do *hooligan*, ocorre a progressiva evolução na actividade, manifestada através do interesse em, efectivamente, tornar-se um verdadeiro *hooligan*, planificando as viagens de acompanhamento do clube (incluindo a outros países) e envolvendo-se nas actividades mais violentas. Por fim, e segundo Javaloy (1996), o culminar do desenvolvimento do *hooligan* dá-se com o "estabelecimento do compromisso", altura em que o sujeito consegue um alto estatuto no grupo, "planificando toda a sua vida em torno do *hooliganismo*" e liderando alguns dos combates, aderindo plenamente à violência no futebol (Pereira, 2002, p. 101-102). Ainda relacionado com o desenvolvimento dos elementos *hooligan*, Dunning (1999) acrescenta que a utilização da violência no contexto dos espectáculos desportivos constitui, por si só, um "meio central de formação de identidades, de obtenção de *status* ou reputação e de obtenção de prazer" (citado em Nogueira, 2008: 26).

Embora, um pouco por toda a Europa, a violência relacionada com os espetáculos desportivos não fosse totalmente desconhecida, a insistência da imprensa inglesa nesta temática contribuiu para que o *hooliganismo* se comesse a desenvolver noutras zonas da Europa, fruto da cobertura mediática que ia sofrendo e da capacidade de influência nos jovens de outros países (Murphy, Williams & Dunning, 1994, citados em Lopes, 2006). Em meados dos anos setenta, a subcultura *hooligan* foi tornando-se cada vez mais evidente em países do Norte da Europa (principalmente: Bélgica, Holanda e Alemanha), como forma de resistência ao comportamento provocador dos *hooligan* ingleses, aquando da sua deslocação por ocasião das competições ou espetáculos desportivos internacionais (Marivoet, 2009).

Como afirmam Stott, Adang, Livingstone e Schreiber (2008), os incidentes ocorridos em Heysel⁸⁵ foram causadores de uma resposta rígida por parte da UEFA, uma vez que, para marcar uma posição repressiva sobre qualquer acto de violência, proibiram todos os clubes de futebol inglês a participar nas competições europeias, por um período de cinco anos. Os mesmos autores referem-se a Dunning quando afirmam que, mais do que qualquer outro acontecimento, foi o acidente de Heysel que fixou na consciência das pessoas de todo o mundo a ideia do *hooliganismo* como uma English disease.

Nos finais dos anos setenta, alguns britânicos afectos à cultura *hooligan* começaram a adoptar um estilo distinto, denominado de *casual*. A subcultura casual rapidamente trespassou para outros países da Europa, chegando nos primeiros anos da década de oitenta a países como Alemanha, Holanda e Bélgica. A este novo estilo, designado por alguns autores por "estilo moderno", está associado o uso de roupas de marca, nomeadamente, Armani, Stone Island, Burberry, Ralph Lauren ou Lacoste. Segundo Salomé Marivoet (2009), o comportamento público dos *casual's* teve um crescimento muito cauteloso e discreto, contrastando deste modo com os "old-fashioned *hooligans* and skinheads" e com os tradicionais adeptos de futebol, optando por uma premeditação estratégica e baseando-se nas novas tecnologias para coordenar as suas acções de violência e confronto (preferencialmente, opção pela luta corpo-a-corpo com "combates" previamente marcados com os seus adversários).

3. O Movimento Ultra

Por volta da década de setenta, surge em Itália uma nova subcultura associada às manifestações de apoio levada a cabo por adeptos nos espetáculos desportivos. Falamos da subcultura *Ultra*.

⁸⁵ Os contornos e consequências deste incidente já foram por nós mencionados no Anexo A.

Como afirmam alguns autores, a subcultura *ultra* deve as suas origens a Itália e surgiu graças ao contexto político-social que então aí se vivia, marcado por lutas políticas e críticas sociais, principalmente entre conservadores, muito ligados a organizações de extrema-direita, e militantes de movimentos políticos de esquerda. Segundo Podaliri e Balestri, inicialmente ligada aos membros de organizações de extrema-esquerda envolvidas na "luta urbana" e nas manifestações mais violentas, a subcultura *ultra* rapidamente se estendeu aos apoiantes dos movimentos de extrema-direita (citado em Marivoet, 2009). Recorrendo novamente a Podaliri e Balestri, podemos afirmar que o Movimento *ultra* surgiu devido às influências do *hooliganismo* britânico, e da sua mediatização, aliado com o modelo organizacional próprio dos partidos extremistas utilizado pelos jovens adeptos de futebol italianos (citado em Lopes, 2006).

Um pouco à semelhança do *hooliganismo*, a subcultura *ultra* foi auferindo alguma visibilidade (muito devido às suas formas de manifestação de apoio ao clube), levando à sua expansão a outros países europeus, com especial incidência nos países mais a sul, como é o caso da França, Espanha e Portugal. Apesar de ter surgido nos anos setenta, apenas na década de noventa as "claques" portuguesas adoptaram a subcultura *ultra*. (Marivoet, 2009)

Relativamente à organização e principais características do movimento, como afirma Gunter Pilz (2010), autor de um estudo acerca do fenómeno da subcultura *ultra* nos países dos Estados-Membro do Conselho da Europa, estas não são uniformes por toda a Europa. As últimas investigações levadas a cabo por Pilz constataam diferenças entre os principais grupos *ultra* da Europa, nomeadamente no que diz respeito às "estruturas, regras, principais pontos de destaque e até mesmo quanto ao que o termo *ultra* significa para eles".

No entanto, apesar de os diferentes grupos *ultra* europeus apresentarem diferenças significativas, é possível traçar características comuns às várias organizações. Contrariamente à subcultura casual, que tende a movimentar-se em grupos menos estruturados e onde a liderança é exercida na premeditação da ocorrência de confrontos com grupos rivais, os *ultras* tendem a organizar-se em estruturas hierarquizadas e capazes de formarem verdadeiras associações desportivas (Marivoet, 2009; Pilz, 2010), muito embora essas estruturas difiram significativamente dentro de cada país europeu. Utilizando o estudo de Pilz, podemos desde logo traçar algumas diferenças nas suas estruturas organizativas. Assim, enquanto uns manifestam uma estrutura mais formal, assente em regras fixas, taxas de adesão, quotas mensais e uma hierarquia mais rígida e bem definida, outros grupos evidenciam uma maior informalidade, com estruturas organizativas mais soltas, sem regulamentos ou códigos de conduta.

As decisões tomadas em prol do grupo são, frequentemente, tomadas em sede de "comité executivo", normalmente composto por um grupo de três a quatro pessoas a quem é atribuída uma função específica (por exemplo, a condução dos cânticos durante o jogo, vulgarmente denominado de kapo ou a organização das viagens e a distribuição de ingressos) e que lideram o "núcleo duro" do grupo (variando entre os 20 e os 50 elementos). (Pilz, 2010)

A filiação de novos elementos ao grupo afigura-se bastante fácil, bastando aparecer no local de reunião, ou no sector da bancada destinado ao grupo, e alinhar nas actividades e cânticos incitados pelo kapo. Mais difícil é o acesso ao "núcleo duro", tendo que conquistar a sua atenção e ganhar reconhecimento e respeito, adoptando a verdadeira filosofia *ultra*. Para os elementos que aceitam pertencer a um movimento deste género, ser um *ultra* significa perfilhar uma nova atitude perante a vida, tornando-se "extremo" em todos os dias da semana, e não apenas nos dias dos jogos. O que importa não é apenas o resultado do jogo, mas sim, o seu apoio constante e as actividades desenvolvidas antes, durante e depois de cada espectáculo desportivo, onde as próprias viagens atrás do clube servem de mote para marcar uma imagem do grupo. A sua forma de estar na vida assenta num sentido de comunidade muito forte entre os elementos.

Segundo Pilz:

"what counts is solidarity (in the sense of unity on the terraces, especially in the group, mutual support and loyalty to the club), masculinity (in the sense of courage, strength, endurance, fearlessness, chivalry and "being a power"), triumphant success (choreographed displays on the terraces, fan singing, chanting, banners, clothing, etc) and territorial sovereignty (as a claim by fan groups to hold power in every part of a stadium or town that they have symbolically taken over). For some *Ultras* the group is partly also a kind of surrogate family, which mainly consists of "brothers".⁸⁶ (Pilz, G., 2010, p. 9)

Numa tentativa de delinear um denominador comum das características da maioria dos grupos *ultra* da Europa (particularmente os de países do sul), podemos descrevê-los como extremamente apaixonados pelos seus clubes, fascinados e motivados na organização de um ambiente original e deslumbrante nos estádios de futebol, através de coreografias e de efeitos visuais e acústicos. Uma das principais características dos grupos *ultras* é a demonstração de apoio aos clubes através de coreografias vistosas, cânticos de apoio e o recurso a diversos materiais, entre os quais grandes bandeiras, faixas, e mesmo engenhos pirotécnicos (como por exemplo, tochas, potes de fumo e petardos). Para Pilz, é importante olhar para a utilização destes engenhos por parte dos

⁸⁶ Na nossa tradução: "Para eles, o que conta é a solidariedade (no sentido de união no estádio, especialmente entre o grupo, apoio mútuo e fidelidade ao clube), a masculinidade (no sentido de coragem, força, resistência, destemidez, bravura e "ser um poder"), sucesso triunfante (exibir coreografias, canções, gritos, bandeiras, roupas, etc) e a soberania territorial (como uma reivindicação dos grupos para manter o poder em todas as partes do estádio ou cidade que têm assumido simbolicamente). Para alguns *Ultras*, em parte, o grupo é também uma espécie de substituto da família, considerando-se como "irmãos". "

grupos, não como uma manifestação de violência ou provocação, mas como uma parte importante da demonstração de apoio ao clube, muitas das vezes englobado numa exibição coreografada ou num cântico. (Marivoet, 2009; Pilz, 2010; Lopes, 2006)

Apesar da sua utilização ser proibida na maioria dos países europeus⁸⁷, estão a ser realizados esforços por parte de equipas de especialistas no sentido de desenvolver alternativas à utilização, por parte dos grupos, de engenhos pirotécnicos. Um dos exemplos apresentados no estudo de Gunter Pilz é o projecto que está a ser desenvolvido na Alemanha e que junta, quer os adeptos, quer a polícia, na tentativa de trabalharem em conjunto na obtenção de uma solução para a utilização legal e sem perigo destes objectos. Uma das ideias apresentadas pelo autor passa por dar formação adequada a alguns dos elementos dos grupos, tornando-os aptos a deflagrarem os engenhos sem perigo para eles ou para terceiros. Ao olharmos para a legislação portuguesa, deparamo-nos com a permissão para a deflagração autorizada de potes de fumos, por parte dos grupos organizados de adeptos⁸⁸. Contudo, a utilização desse normativo por parte dos grupos organizados não está a ser realizado com frequência, sendo que, na maioria dos casos, preferem actuar à margem da lei, deflagrando os engenhos de modo indisciplinado e sem autorização.

Porém, pese embora os objectivos dum grupo *ultra* seja o apoio incondicional ao clube, a sua actuação não é totalmente livre de violência. Praticamente em todos os grupos europeus existe um conjunto de indivíduos que se concentram unicamente no cometimento de actos de vandalismo, arremessando objectos, abordando grupos de adeptos adversários (através de confrontos físicos, roubo de material de apoio dos grupos adversários ou ataques aos seus autocarros ou comboios) ou envolvendo-se em acções de cariz política, utilizando, nesses casos, o grupo, como uma protecção.

No campo da violência, contrariamente aos *hooligan*, que fazem dos actos de violência uma forma de "expressão emocional com a ênfase no prazer experimentado pelos autores", a violência cometida pelos *ultras* demonstra ser mais reactiva e emocional, usando-a como um meio para atingir um fim (por exemplo, marcar um território) (Pilz, 2010). Por exemplo, os sectores que lhes estão destinados no estádio são considerados território próprio, sendo proibidos à polícia. Apesar de em Portugal ser reconhecida à polícia a autoridade de entrar em qualquer desses sectores, por vezes (felizmente raras), o grupo une-se no sentido de se manifestar massivamente contra a sua presença, resultando em confrontos físicos.

⁸⁷ Como já pudemos verificar no capítulo II, Portugal não é excepção, proibindo a sua utilização nos recintos desportivos.

⁸⁸ Artigo 24.º da Lei n.º 39/2009 de 30 de Julho

Anexo C - Questionário Internacional Aplicado

1. Questionário Internacional

QUESTIONNAIRE

This questionnaire is integrated within the scope of the Final Masters Dissertation in Police Sciences, taught at the Institute of Police Sciences and Internal Security (an institute that graduates Portuguese Public Security Police Officers).

The information gathered is solely for the use of this final dissertation under the theme: "Violence associated to football: a study of key factors. A brief comparison with other European countries".

The questionnaire has the intention to seek the opinion of police personnel specialized in the prevention of violence associated to football in different European countries. All the information is treated as confidential and does not reflect the official opinion of its country.

Country:

City:

Safety Force:

1. Legislation

1.1. Does there exist in your country specific legislation regarding the prevention of violence in sport?

☐ Yes

☐ No

1.1.1. If so, are the main european recommendations applied in those decrees? (namely: stewarding; the sale of tickets; prevention of racism and xenophobia; or the role of social and educational measures in the prevention of violence in sport)

☐ Yes

☐ No

1.2. Taking into consideration the levels of violence associated to sport, how do you consider the existing legislation to be in your country? (select the most appropriate answer)

- ☐ Old, but adequate and easy to apply
- ☐ Old yet adequate but difficult to apply
- ☐ Old, inadequate yet easy to apply
- ☐ Old, inadequate and difficult to apply
- ☐ Recent, adequate and easy to apply
- ☐ Recent, adequate but difficult to apply
- ☐ Recent, inadequate yet easy to apply
- ☐ Recent, inadequate and difficult to apply

1.3 Do you consider that there exists efficient enforcement of legislation?

- ☐ Yes
- ☐ No

1.3.1. Which entity/ service best applies sentences?

- ☐ Courts (crimes)
- ☐ Local Authorities (misdemeanors)
- ☐ Private Entities (disciplinary infractions)

1.4. Approximately how many stadium access prohibitions were applied to football supporters during home games in the main championships last season?

- ☐ None
- ☐ 0 to 10
- ☐ 11 to 20
- ☐ 21 to 30
- ☐ 31 to 40
- ☐ 41 to 50
- ☐ more than 50

1.4.1. Which entity (ies) issued the prohibitions?

- ☐ Courts (crimes)
- ☐ Local Authorities (misdemeanors)
- ☐ Private Entities (disciplinary infractions)
- ☐ Others:

1.5. Of all measures/ punishments under law and applied to fans, which are considered the most efficient in reducing violence associated to sport?

- ☐ Temporary separation within the sports stadium
- ☐ Fines
- ☐ Ban entrance to the sports ground
- ☐ Prison sentences

2. Policing at Games

(For the purpose of the present questionnaire in spite of the Spotters being police officers, these will be considered as independent)

2.1. Are there in your country Spotters with the specific purpose of monitoring and controlling Organized Supporters Groups?

- ☐ Yes
- ☐ No

2.2. Approximately how many Spotters and Stewards are called for the safety of a high risk game?

Police Officers:

Spotters:

Stewards:

2.3. Does there exist specific training for Police Officers, Spotters and Stewards?

Police Officers: ☐ Yes ☐ No

Spotters: ☐ Yes ☐ No

Stewards: ☐ Yes ☐ No

2.3.1. If so, what type of training does there exist?

Police Officers

N.º of training hours:

Main themes addressed:

- ☐ Psychology
- ☐ Law
- ☐ Public Order
- ☐ Sports Information
- ☐ Others:

Spotters

N.º of training hours:

Main themes addressed:

- ☐ Psychology
- ☐ Law
- ☐ Public Order
- ☐ Sports Information
- ☐ Others:

Stewards

N.º of training hours:

Main themes addressed:

- ☐ Psychology
- ☐ Law
- ☐ Public Order
- ☐ Sports Information
- ☐ Others:

2.4. Is the service rendered by police officers during their normal working hours or on days off with extra pay?

- ☐ During working hours
- ☐ Days off with extra pay
- ☐ Other:

2.5. In a major sports event, how is the coordination of different areas addressed: Public Order; Spotters; Criminal Investigation; Traffic; Stewards. (select the most adequate options)

- ☐ Specific room with Access to video system
- ☐ Merely through communication systems
- ☐ There exists no communication
- ☐ Other:

2.6. Has the police some legal preventive power specific for sports events so as to prevent the occurrence of violence?

- ☐ Yes
- ☐ No

3. Organized Supporters Groups

3.1. Are there Organized Supporters Groups in your country?

☐ Yes

☐ No

3.1.1. If so, do the clubs give these groups any benefits?

☐ Yes. Which benefits?

☐ No

3.2. Does the law confer rights and/ or duties to these groups that differ from those given to individual supporters?

☐ Yes

☐ No

3.3. Should there be a massive travel of supporters in national territory, what type of monitoring is made by police?

➤ Monitoring of:

☐ No supporters

☐ "Normal" supporters

☐ "Risk" supporters

☐ Others:

➤ Monitoring through:

☐ Supporters local meeting point

☐ Pre-defined meeting point appointed by police officers and closer to the destiny

☐ Other:

3.4. Indicate, in the different moments presented, who is responsible for the control and monitoring of organized supporters groups:

| | Police Officers | Spotters | Stewards | None |
|-----------------------------|--------------------------|--------------------------|--------------------------|--------------------------|
| Travel to and from Stadium: | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| Near Stadium: | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| Inside Stadium: | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |

3.5. Do the members of the organized supporters groups have specific places in the stadium?

☐ Yes

☐ No

3.5.1. If so, are these specific places physically separated from the remaining supporters?

High risk games: ☐ Yes ☐ No

Other game: ☐ Yes ☐ No

4. Football Clubs

4.1. Public speeches made by football leaders and technical staff influence the behavior of supporters. How do you classify the behavior of club leaders, coaches and players?

☐ Responsible for violent behavior

☐ Not responsible for violent behavior

☐ Responsible for calming down the most violent supporters

☐ Others:

4.1.1. Do there exist measures that punish them if their behavior results in violent actions?

☐ Yes

☐ No

4.2. Considering that clubs should have an important role in controlling and penalizing violent/illicit behavior of supporters, indicate if the legislation/system stipulate obligations to clubs regarding this matter?

☐ Yes

☐ No

4.2.1. If so, do clubs comply with these obligations?

☐ Yes

☐ No

4.2.1.1. If not, are fines applied to clubs that do not comply?

☐ Yes

☐ No

4.3. Do you think that the responsibility for the behavior of fans inside the stadium and nearby should be shared or transferred to the clubs?

☐ Yes

☐ No

4.3.1. If so, in which way? (if your country already has measures that blame the clubs, indicate which, otherwise, indicate the measures that you consider should be applied.)

Answer:

Thank you for your cooperation!

2. Resposta dos Países Europeus

Abreviaturas dos Países que Responderam:

| | | | |
|---------------|------------------|------------------|---------------|
| Bélgica - BEL | Grécia - GRC | Lituânia - LTU | Rússia - RUS |
| Chipre - CYP | Holanda - NLD | Luxemburgo - LUX | Suécia - SWE |
| Croácia - HRV | Inglaterra - GBR | Malta - MLT | Suíça - CHE |
| Espanha - ESP | Itália - ITA | Roménia - ROM | Turquia - TUR |

Secção 1 - Legislação

1.1. Existe, no seu país, legislação especificamente dedicada ao tema da prevenção da violência no desporto?

| | BEL | CYP | HRV | ESP | GRC | NLD | GBR | ITA | LTU | LUX | MLT | ROM | RUS | SWE | CHE | TUR |
|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|
| Sim | X | X | X | X | X | X | X | X | | | X | X | | X | X | X |
| Não | | | | | | | | | X | X | | | X | | | |

1.1.1. Em caso afirmativo, as principais recomendações europeias vêm aplicadas nesse(s) diploma(s)? (nomeadamente: o stewarding; a venda de ingressos; a prevenção do racismo e xenofobia; ou o papel das medidas sociais e educativas na prevenção da violência no desporto)

| | BEL | CYP | HRV | ESP | GRC | NLD | GBR | ITA | LTU | LUX | MLT | ROM | RUS | SWE | CHE | TUR |
|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|
| Sim | X | - | X | X | X | X | X | X | - | - | X | X | - | | X | X |
| Não | | - | | | | | | | - | - | | | - | X | | |

1.2. Tendo em consideração os níveis de violência associada ao desporto, como considera a legislação existente no seu país?

[Legenda: Antiga - A1; Recente - A2; Adequada - B1; Não Adequada - B2; Fácil de Aplicar - C1; Difícil de Aplicar - C2]

| | BEL | CYP | HRV | ESP | GRC | NLD | GBR | ITA | LTU | LUX | MLT | ROM | RUS | SWE | CHE | TUR |
|----------|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|
| A,B,C | | | | | | | X | | | - | | | | | | |
| A,B,C1 | | | | | | | | | X | - | | | | | | |
| A, B1,C | | | | | | | | | | - | | | | | | |
| A,B1,C1 | | | | | | | | | | - | | | X | | | |
| A1,B,C | X | | X | X | | | | X | | - | X | X | | X | X | X |
| A1,B,C1 | | | | | X | X | | | | - | | | | | | |
| A1,B1,C | | | | | | | | | | - | | | | | | |
| A1,B1,C1 | | X | | | | | | | | - | | | | | | |

1.3. Considera que existe uma aplicação eficaz da legislação?

| | BEL | CYP | HRV | ESP | GRC | NLD | GBR | ITA | LTU | LUX | MLT | ROM | RUS | SWE | CHE | TUR |
|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|
| Sim | X | | X | X | X | X | X | X | | X | X | X | | X | X | X |
| Não | | X | | | | | | | X | | | | X | | | |

1.3.1. Qual a entidade/serviço que mais aplica as penas?

| | BEL | CYP | HRV | ESP | GRC | NLD | GBR | ITA | LTU | LUX | MLT | ROM | RUS | SWE | CHE | TUR |
|---------------------------|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|
| Tribunais | X | X | X | | | | X | X | X | X | X | | - | X | | |
| Autoridade Administrativa | | | | X | X | | | X | | | | X | - | | X | X |
| Ent. Privadas | | | | | | X | | | | | | | - | | | |

1.4. Aproximadamente, qual o número de interdições de acesso aos estádios que foram aplicadas, na última época, aos adeptos dos clubes do principal campeonato do seu país?

| | BEL | CYP | HRV | ESP | GRC | NLD | GBR | ITA | LTU | LUX | MLT | ROM | RUS | SWE | CHE | TUR |
|---------|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|
| <0 | | | | | | | | | X | X | | | X | | | |
| 0 a 10 | | X | | | | | | | | | | | | | | |
| 11 a 20 | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 21 a 30 | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 31 a 40 | | | X | | X | | | | | | X | | | | | |
| 41 a 50 | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 41 a 50 | | | | | | | | | | | | | | | | |
| >50 | X | | | X | | X | X | X | | | | X | | X | X | X |

1.4.1. Qual a(s) entidade(s) que as emite(m)?

| | BEL | CYP | HRV | ESP | GRC | NLD | GBR | ITA | LTU | LUX | MLT | ROM | RUS | SWE | CHE | TUR |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------|----------------|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|----------------|----------------|-----|
| Tribunais | X | X | X | | | X | X | | - | - | X | | - | | | |
| Autoridade Administrativa | | | X | X | X | | | X | - | - | | X | - | | X | X |
| Ent. Privadas | | | | | | X | | | - | - | X | | - | | | |
| Outras | X ^a | X ^b | | | | | | | - | - | | | - | X ^c | X ^d | |
| a - Administrative court in the Ministry of Interior; b - Police; c - Prosecutor; d - Football association. | | | | | | | | | | | | | | | | |

1.5. De todas as medidas/punições consagradas na sua legislação, e aplicadas aos adeptos, qual/quais considera mais eficaz(es) na redução da violência associada ao desporto?

| | BEL | CYP | HRV | ESP | GRC | NLD | GBR | ITA | LTU | LUX | MLT | ROM | RUS | SWE | CHE | TUR |
|-------------------------------------|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|
| Afastamento temporário dos estádios | | | | | | | | | X | - | | | | | X | |
| Coimas | X | | | X | X | X | | | | - | X | | X | | X | X |
| Interdições de acesso aos estádios | X | X | X | | | X | X | X | | - | X | X | | X | X | |
| Pena de Prisão | | X | X | | X | | | X | | - | X | | X | | X | |

Secção 2 - Policiamento dos Jogos

2.1. Existe, no seu país, *Spotters* com funções específicas de monitorização e controlo de Grupos Organizados de Adeptos?

| | BEL | CYP | HRV | ESP | GRC | NLD | GBR | ITA | LTU | LUX | MLT | ROM | RUS | SWE | CHE | TUR |
|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|
| Sim | X | | X | | X | X | X | X | | | X | X | | X | X | X |
| Não | | X | | X | | | | | X | X | | | X | | | |

2.2. Aproximadamente, qual o número de elementos policiais e stewards são nomeados para a segurança de um jogo de risco elevado?

| | BEL | CYP | HRV | ESP | GRC | NLD | GBR | ITA | LTU | LUX | MLT | ROM | RUS | SWE | CHE | TUR |
|----------|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|
| Polícias | - | 300 | 500 | 300 | 400 | 0 | - | 200 | 50 | - | - | 500 | 300 | 125 | 250 | 250 |
| Spotters | - | 0 | 10 | - | 20 | 0 | - | 4 | 0 | - | - | 10 | 0 | 6 | 10 | 4 |
| Stewards | - | 0 | 350 | 350 | 200 | - | - | 500 | 100 | - | - | 200 | 300 | 70 | 250 | 100 |

2.3. Existe formação específica para os Elementos Policiais, Spotters ou Stewards?

| | | BEL | CYP | HRV | ESP | GRC | NLD | GBR | ITA | LTU | LUX | MLT | ROM | RUS | SWE | CHE | TUR |
|----------|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|
| Polícia | Sim | X | - | | X | | X | X | X | X | - | X | X | X | X | X | X |
| | Não | | - | X | | X | | | | | - | | | | | | |
| Spotters | Sim | X | - | X | | | X | X | X | - | - | | X | | | X | X |
| | Não | | - | | X | X | | | | - | - | X | | X | X | | |
| Stewards | Sim | X | - | X | | | X | X | X | X | - | | | | X | - | X |
| | Não | | - | | X | X | | | | | - | X | X | X | | - | |

2.3.1. Em caso afirmativo, que tipo de formação?

| | | BEL | CYP | HRV | ESP | GRC | NLD | GBR | ITA | LTU | LUX | MLT | ROM | RUS | SWE | CHE | TUR |
|--------------------------------------|------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|-----|-----|-----|----------------|-----|-----|-----|-----|----------------|-----|-----|-----|-----|-----|
| P o l i c i a | Nº horas: | - | - | - | 30 | - | - | - | - | 16 | - | - | 80 | 40 | - | 50 | 3 |
| | Psicologia | | | - | | - | | X | X | | - | | X | | | X | X |
| | Direito | X | X | - | X | - | | X | X | X | - | | X | X | | X | X |
| | O. Pública | X | X | - | X | - | X | X | X | X | - | X | X | X | X | X | X |
| | Inf. Desp. | | X | - | | - | | X | | | - | | X | | | X | X |
| | Outras: | | | - | | - | X ^a | | | | - | X ^b | | | | | |
| S p o t t e r s | Nº horas: | 14 | - | 10 | - | - | - | - | - | - | - | - | 40 | - | - | 50 | 3 |
| | Psicologia | X | - | | - | - | - | X | X | - | - | | X | - | - | X | X |
| | Direito | X | - | X | - | - | - | X | X | - | - | | X | - | - | X | X |
| | O. Pública | X | - | X | - | - | - | X | X | - | - | | X | - | - | | X |
| | Inf. Desp. | X | - | X | - | - | - | X | | - | - | | X | - | - | X | X |
| | Outras: | | - | | - | - | - | | | - | - | X ^c | | - | - | | |
| S t e w a r d s | Nº horas: | 18 | - | 15 | - | - | - | - | - | 4 | - | - | - | - | 40 | 20 | 10 |
| | Psicologia | X | - | | - | - | - | X | X | X | - | | - | - | X | | X |
| | Direito | X | - | X | - | - | - | X | X | | - | | - | - | X | X | X |
| | O. Pública | X | - | X | - | - | - | X | X | | - | | - | - | X | X | X |
| | Inf. Desp. | X | - | X | - | - | - | X | X | X | - | | - | - | | X | X |
| | Outras: | | - | | - | - | - | | | | - | X ^d | - | - | | | |
| | | a - Pro active spotting based training in Israel; b - on-going in-service training; c - spotters are police officers only; d - MFA stewards few available only in VIP stand | | | | | | | | | | | | | | | |

2.4. O serviço prestado pelos elementos policiais é efectuado durante as horas de serviço ou nas horas de folga mediante pagamento?

| | BEL | CYP | HRV | ESP | GRC | NLD | GBR | ITA | LTU | LUX | MLT | ROM | RUS | SWE | CHE | TUR |
|---------|-----|----------------------------------|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|----------------|-----|-----|-----|
| Serviço | X | | X | X | X | X | X | X | X | - | X | X | X | X | X | |
| Folgas | | X | X | | | | X | | | - | X | | | | | X |
| Outro: | | | | | | | | | | - | | | X ^a | | | |
| | | a - Days off without extra pays. | | | | | | | | | | | | | | |

2.5. Num evento desportivo de grandes dimensões, como se articula a coordenação das diversas valências envolvidas: Ordem Pública; Spotters; Investigação Criminal; Trânsito; Stewards.

| | BEL | CYP | HRV | ESP | GRC | NLD | GBR | ITA | LTU | LUX | MLT | ROM | RUS | SWE | CHE | TUR |
|-------------------|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|
| Sala c/ CCTV | | X | X | X | X | X | X | X | X | X | X | X | X | X | X | |
| Apenas sistema de | X | | | | | | X | | | | X | | X | | | X |

| | | | | | | | | | | | | | | | | |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|
| comunicação | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Não existe articulação | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Outro: | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 2.6. A polícia é possuidora de algum poder legal preventivo, específico para os eventos de carácter desportivo, para evitar a ocorrência de violência? | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | BEL | CYP | HRV | ESP | GRC | NLD | GBR | ITA | LTU | LUX | MLT | ROM | RUS | SWE | CHE | TUR |
| Sim | X | X | X | X | X | X | X | X | X | | X | X | X | | X | X |
| Não | | | | | | | | | | X | | | | X | | |

Secção 3 - Grupos Organizados de Adeptos

| | | | | | | | | | | | | | | | | |
|---------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|----------------|-----|-----|-----|-----|-----|-----|
| 3.1. Existem Grupos Organizados de Adeptos no seu país? | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | BEL | CYP | HRV | ESP | GRC | NLD | GBR | ITA | LTU | LUX | MLT | ROM | RUS | SWE | CHE | TUR |
| Sim | X | X | X | X | X | X | X | X | X | X ^a | X | X | X | X | X | X |
| Não | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | a - 1 official supporter group for our national team. | | | | | | | | | | | | | | | |

| | | | | | | | | | | | | | | | | |
|----------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|
| 3.1.1. Em caso afirmativo, os grupos têm alguns benefícios por parte dos clubes? | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | BEL | CYP | HRV | ESP | GRC | NLD | GBR | ITA | LTU | LUX | MLT | ROM | RUS | SWE | CHE | TUR |
| Sim | X | X | X | X | X | X | X | X | X | | | | X | X | X | X |
| Não | | | | | | | | | | X | X | X | | | | |
| Em caso afirmativo, que tipo de benefícios? | | | | | | | | | | | | | | | | |
| BEL | Only one club for a group of Ultra's, gives reduced entry prices, a room in the stadium. | | | | | | | | | | | | | | | |
| CYP | They get special price for the tickets, discount in team shops, money for watching about bad behavior in their ultras stand. | | | | | | | | | | | | | | | |
| HRV | Rewarded ticket sales, organized travel to the sport venue, meeting with players. | | | | | | | | | | | | | | | |
| ESP | Free o cheaper tickets, rooms inside the stadiums. | | | | | | | | | | | | | | | |
| GRC | Cheaper tickets, organized travels, cheaper accessories. | | | | | | | | | | | | | | | |
| NLD | When traveling in coach they get a discount for the match. | | | | | | | | | | | | | | | |
| GBR | Access to match tickets prior to general public sale / meetings with the club officials. | | | | | | | | | | | | | | | |
| ITA | Supporters Card "Tessera del Tifoso". | | | | | | | | | | | | | | | |
| LTU | Tickets. | | | | | | | | | | | | | | | |
| LUX | ----- | | | | | | | | | | | | | | | |
| MLT | ----- | | | | | | | | | | | | | | | |
| ROM | ----- | | | | | | | | | | | | | | | |
| RUS | All in all economical benefits: tickets, club accessories are discounted, have right to buy tickets on a priority basis. | | | | | | | | | | | | | | | |
| SWE | Better price on tickets, special stands. | | | | | | | | | | | | | | | |
| CHE | Organized travels, space for choreographies. | | | | | | | | | | | | | | | |
| TUR | Tickets. | | | | | | | | | | | | | | | |

3.2. A lei confere a estas claques direitos e/ou deveres distintos dos de um adepto singular?

| | BEL | CYP | HRV | ESP | GRC | NLD | GBR | ITA | LTU | LUX | MLT | ROM | RUS | SWE | CHE | TUR |
|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|
| Sim | | | | | X | | | X | | | | | | | | |
| Não | X | X | X | X | | X | X | | X | X | X | X | X | X | X | X |

3.3. No caso de uma deslocação maciça de adeptos, em território nacional, que tipo de acompanhamento é efectuado pela polícia?

| | BEL | CYP | HRV | ESP | GRC | NLD | GBR | ITA | LTU | LUX | MLT | ROM | RUS | SWE | CHE | TUR |
|--|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|
|--|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|

a) Acompanhamento de adeptos:

| | | | | | | | | | | | | | | | | |
|----------|---|---|----------------|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Nenhum | | | | | | | X | | | | | | | | | |
| Normais | | X | | X | X | X | X | X | X | | X | | X | | X | |
| de Risco | X | X | X | X | X | X | X | X | X | X | X | X | X | X | | X |
| Outros: | | | X ^a | | | | | | | | | | | | | |

b) Acompanhamento a partir de um local:

| | | | | | | | | | | | | | | | | |
|------------------------|----------------|---|----------------|---|---|----------------|---|---|---|---|----------------|---|----------------|----------------|---|---|
| Definido pelos adeptos | | X | X | X | | X | | | X | | | X | | X | | X |
| Definido pela polícia | | X | | X | X | X | X | X | X | X | | | | | X | |
| Outro: | X ^b | | X ^c | | | X ^d | | | | | X ^e | | X ^f | X ^g | | |

a - guest supporters if is needed to prevent attacking by domestic risk supporters;
b - spotters and maybe motorway and railway police will be close with them;
c - escort of organized risk supporters travel;
d - overviews with the movement of all supporter groups during the competition;
e - before, during and after matches;
f - overviews with the movement of all supporter groups during the competition;
g - gathering at pubs.

3.4. Indique, nos diferentes momentos apresentados, quem é responsável pelo controlo e monitorização dos grupos organizados de adeptos:

| | BEL | CYP | HRV | ESP | GRC | NLD | GBR | ITA | LTU | LUX | MLT | ROM | RUS | SWE | CHE | TUR |
|--|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|
|--|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|

a) Nas deslocações de e para o Estádio:

| | | | | | | | | | | | | | | | | |
|----------|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Polícia | X | X | X | X | X | X | X | X | X | X | X | X | X | X | X | X |
| Spotters | | | X | | X | X | X | X | | | | X | | | X | |
| Stewards | | | | | | X | | | | | | X | | | | |
| Nenhum | | | | | | | | | | | | | | | | |

b) Nas imediações do Estádio:

| | | | | | | | | | | | | | | | | |
|----------|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Polícia | X | X | X | X | X | X | X | X | X | X | X | X | X | X | X | X |
| Spotters | | | X | | X | X | X | X | | | | X | | | X | |
| Steward | | | | | | X | | | | | | X | | | | |

| | | | | | | | | | | | | | | | | |
|----------------------------|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| s | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Nenhum | | | | | | | | | | | | | | | | |
| c) No interior do Estádio: | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Polícia | | X | X | X | | | X | X | | X | X | | X | X | | X |
| Spotters | X | | X | | | | X | | | | | | | | X | |
| Stewards | X | | X | X | X | X | X | X | X | X | | X | X | | X | |
| Nenhum | | | | | | | | | | | | | | | | |

3.5. Os elementos dos grupos organizados de adeptos têm locais específicos no estádio?

| | BEL | CYP | HRV | ESP | GRC | NLD | GBR | ITA | LTU | LUX | MLT | ROM | RUS | SWE | CHE | TUR |
|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|
| Sim | X | X | X | X | X | X | | | X | X | X | X | X | X | X | X |
| Não | | | | | | | X | X | | | | | | | | |

3.5.1. Se sim, os locais afectos a esses grupos estão separados fisicamente dos restantes adeptos?

| | BEL | CYP | HRV | ESP | GRC | NLD | GBR | ITA | LTU | LUX | MLT | ROM | RUS | SWE | CHE | TUR |
|---------------------------|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|
| a) Jogos de risco elevado | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Sim | X | X | X | X | X | X | | X | X | X | | X | | X | - | X |
| Não | | | | | | | X | | | | X | | X | | - | |
| b) Outros jogos | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Sim | - | X | X | X | | X | | - | X | X | | X | | - | - | |
| Não | - | | | | X | | X | - | | | X | | X | - | - | X |

Secção 4 - Clubes de Futebol

4.1. As declarações públicas de dirigentes desportivos e técnicos influenciam o comportamento dos adeptos. Como classifica o comportamento dos dirigentes, treinadores e jogadores?

| | BEL | CYP | HRV | ESP | GRC | NLD | GBR | ITA | LTU | LUX | MLT | ROM | RUS | SWE | CHE | TUR |
|-------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|-----|-----|-----|-----|----------------|-----|-----|-----|-----|-----|----------------|-----|-----|-----|
| Responsável | X | X | | | | | | | | | | X | | | | X |
| Indiferente | | | X | X | | | | | | X | | | | | | |
| Provocador | | | | | X | X | | X | X | | X | | | X | X | |
| Outros: | | | | | | | X ^a | | | | | | X ^b | | | |
| Outros: | a - If football club officials make inflammatory statements they are liable to criminal law sanctions or disciplinary action by the club or the National Football Association. It is also the case that the individuals may seek to reduce the impact of high risk matches through responsible comments; b - sometimes responsible as for violent behavior as for calming down. | | | | | | | | | | | | | | | |

4.1.1. Existem medidas que os responsabilizem se dos seus comportamentos resultarem acções de violência?

| | BEL | CYP | HRV | ESP | GRC | NLD | GBR | ITA | LTU | LUX | MLT | ROM | RUS | SWE | CHE | TUR |
|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|
| Sim | X | X | X | X | X | | X | | X | | X | X | | | | X |
| Não | | | | | | X | | X | | X | | | X | X | X | |

4.2. Considerando que os clubes devem ter um papel determinante no controlo e penalização dos comportamentos violentos/ilícitos dos seus adeptos. Indique se a legislação/sistema estipula obrigações aos clubes nesta matéria?

| | BEL | CYP | HRV | ESP | GRC | NLD | GBR | ITA | LTU | LUX | MLT | ROM | RUS | SWE | CHE | TUR |
|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|
| Sim | X | X | X | X | X | X | X | | X | | X | X | | X | | |
| Não | | | | | | | | X | | X | | | X | | X | X |

4.2.1. Em caso afirmativo, é cumprido pelos clubes?

| | BEL | CYP | HRV | ESP | GRC | NLD | GBR | ITA | LTU | LUX | MLT | ROM | RUS | SWE | CHE | TUR |
|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|
| Sim | | X | | X | X | X | X | | X | - | X | X | - | X | - | |
| Não | X | | X | | | | | X | | - | | | - | | - | X |

4.2.1.1. Em caso negativo, são aplicadas penalizações aos clubes que não cumprem?

| | BEL | CYP | HRV | ESP | GRC | NLD | GBR | ITA | LTU | LUX | MLT | ROM | RUS | SWE | CHE | TUR |
|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|
| Sim | X | X | X | X | X | X | X | - | X | - | X | X | - | | - | - |
| Não | | | | | | | | - | | - | | | - | X | - | - |

4.3. Considera que a responsabilidade pelo comportamento dos adeptos no interior e imediações dos estádios deverá ser partilhada ou transferida para os clubes?

| | BEL | CYP | HRV | ESP | GRC | NLD | GBR | ITA | LTU | LUX | MLT | ROM | RUS | SWE | CHE | TUR |
|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|
| Sim | X | X | X | X | X | X | X | X | - | - | X | | X | X | X | X |
| Não | | | | | | | | | - | - | | X | | | | |

4.3.1. Em caso afirmativo, de que forma? (se o seu país já tiver medidas que responsabilizem os clubes, indique quais, caso contrário, indique que medidas considera que poderiam ser aplicadas.)

| | |
|-----|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| BEL | In Belgium the organizer is responsible for the public order football, when somebody from the club or a supporter commits a crime against the football law it's treated the same way. We would like to see that our football association also takes measures against the clubs when they're problems with pyrotechnics, racist behavior. |
| CYP | We do not have stewarding system yet in Cyprus, so everything done by police. We hope that we will have stewarding system from the next season and the team will be responsible inside the stadium and also around the stadium at least from the stadium food print area and inside. |
| HRV | Clubs should take care to sale the tickets to non-risk supporters, to organize stewarding service inside of the supporters group. |
| ESP | Not to sale tickets to those supporters or groups of supporters who have participated in incidents (in case they do it, and those supporters take part in incidents, clubs should be fined). Carry out the necessary checks and controls at the entrances to avoid supporters introduce to the stadium what is forbidden according to the law (pyrotechnics, weapons, etc); in consequence, when supporters introduce forbidden items to the stadium means that the controls have failed, so clubs should be fined. |
| GRC | In case of confrontation of supporters, the club should be punished with some (depending the size of clashes) closed doors matches |
| NLD | When there is discriminating lyrics song by supporters the clubs has to speak and warn the supporters. After the match the club will investigate which supporters are responsible and then punish them. If the F.A. think the clubs hasn't done enough the club will receive a high fine or punishment (like matches without selling beer or no away supporters) This procedure will be almost the same when supporter throw stuff, fight of use flares. The first responsibility is for the club. |
| GBR | In the UK the organizers - the club - are responsible for managing safety and security inside the stadium. |
| ITA | Administrative penalties. |
| LTU | We don't have measures that blame the clubs. |
| LUX | ----- |
| MLT | Supporters' abusive conduct is to be sanctioned by the courts yet the clubs should also be held responsible for their supporters' actions and penalized by the MFA (ie. fines, loss of points in extreme cases). |
| ROM | ----- |
| RUS | Club should assist police in investigation, impose economical punishments. If club doesn't do its best, it could be punished by FA. |
| SWE | The organizers are responsible for what happens inside the stadium. They have to pay a fine to the Football Association if problems occur. |
| CHE | Coordination between clubs and police, close cooperation, etc. |
| TUR | The clubs should determine supporters who have violence and prevent to access them. |

Anexo D - Entrevistas Realizadas

1. Entrevista ao Sr. Dr. Fanha Vieira

Nome: José Eduardo Fanha Vieira

Função: Vice-Presidente do Instituto de Desporto de Portugal

Entrevistador: Aspirante Bruno Filipe Branco

Data: 28/02/2011

Local: sede do IDP

a) Como considera, na actualidade, o fenómeno da violência associada ao desporto?

Devo dizer que a primeira nota é mesmo essa: a violência é associada ao desporto. A violência não é no desporto, nem está intrínseca. Pelo contrário, o desporto é, rigorosamente, o oposto à violência: é a transparência, o *fair play*, são as regras. Portanto, é tudo aquilo que representa um valor, e não o desvalor que a violência a ele se lhe associa.

Em relação ao estado actual eu diria que, não obstante alguns problemas que vão surgindo em Portugal, quando olhamos para o quadro europeu, não se pode dizer que em Portugal a violência associada ao desporto seja um problema grave. É um problema, sem dúvida, porque há incidentes. Mas são incidentes que salvo um ou outro caso esporádico, o impacto e a dimensão que têm, felizmente, é diminuta, tendo em conta o quadro doutros países até da união europeia.

De qualquer forma, temos de compreender toda a transformação que o fenómeno da violência associada ao desporto teve, principalmente o futebol, desde à 25 anos para cá, sensivelmente. Podemos até tentar balizar nos acontecimentos de Heysel. Até para ser mais simples, vamos centrar-nos no futebol e na mutação e despertar das consciências que isso levou. Num primeiro momento, em 1989, vai culminar numa Convenção do Conselho da Europa, ao qual Portugal ratificou e que deu origem à primeira legislação sobre violência. Fomos caminhando e em 1998 temos uma primeira grande revisão da legislação. Essa lei de 1998 foi uma lei particularmente importante por vir actualizar um conjunto de medidas preventivas e também por adoptar outras medidas mais repressivas. Com um ligeiro interregno em 2004, onde, enfim, a lei 16/2004 estava mais virada para um grande evento, que era o Euro2004, e não tanto para o nossa realidade interna. E isso veio ser suprido já em 2009.

Continuando, depois deste primeiro marco, temos algumas situações que nós podemos sempre apontar como contribuintes de alguma forma para que o fenómeno da violência associada ao desporto tivesse uma repercussão maior. E a primeira delas, desde logo, foi a própria dimensão que o desporto profissional atingiu, e o futebol muito em particular. A dimensão económica, em primeiro lugar, que veio gerar maior pressão sobre todos os actores (jogadores, treinadores, organizadores da competição e, também, sobre aqueles que dirigem os clubes). Este é um fenómeno que ainda continua, ainda persiste, mas, que, por sua vez, levou a que o desporto tivesse uma maior dimensão social. Em particular, uma maior visibilidade. Basta olhar para Portugal, que por acaso juntamente com a Espanha são países diferentes do quadro da União Europeia, e vemos três jornais diários de desporto. Portanto há uma visibilidade muito grande, e ao haver esta visibilidade, muitas vezes, aquilo que se sucede é que o desporto é utilizado enquanto um palco de excelência para determinadas manifestações, que, de outra forma, provavelmente, passariam completamente despercebidas. Por causa desta dimensão social, a própria imprensa vai pegando nisto e amplificando todas estas situações. No fundo entramos um bocadinho, naquilo que um autor inglês dizia que era a espiral da violência.

Estes são alguns dos factores que nos podemos apontar para que este fenómeno tivesse, de alguma forma, tomado algumas proporções. Mas também temos que ter em linha de conta que o próprio fenómeno em si, no seu conceito, se foi alargando. Se antes tínhamos o fenómeno da violência associado ao confronto físico, hoje, aliás como a nossa própria lei, e a generalidade dos textos da União Europeia reflectem, já não é só a violência nesse sentido mais restrito, enquanto confronto físico, mas num sentido mais amplo, abarcando ainda outros comportamentos, como o racismo, a xenofobia, a intolerância e outras formas de discriminação. Portanto há um leque muito maior do que a sua conceptualização inicial. Essa também é uma nota a ter em conta. Estes, quanto a mim, são alguns dos fenómenos fundamentais que, ainda hoje, olhamos com grande facilidade e identificamo-los como podendo dar origem a comportamento ou uma situação de violência associada ao desporto.

b) Considera que os conflitos ocorridos nas últimas épocas entre o Benfica, Sporting e Porto contribuem para que ocorra uma imitação de actos mais violentos por parte de adeptos de outros clubes mais pequenos?

Nós temos de olhar sempre com alguma prudência para uma abordagem casuística, ou seja, não podemos partir de um determinado episódio e a partir daí generalizarmos.

Mas sabemos que existem alguns confrontos, alguns focos, alguns espectáculos onde, sistematicamente ocorrem confrontos. Nestes é que podemos entrar numa análise que já não é casuística, mas que reflectimos porque é que acontece. Que há alguns jogos, alguns confrontos onde, de uma forma mais regular, acontecem alguns episódios de violência.

Eu estava-me a recordar do Sporting-Benfica⁸⁹. Entre eles não foi um confronto entre claques. Foi um confronto entre um grupo organizado de adeptos do próprio clube com a Polícia de Segurança Pública. Portanto, não se tratou sequer de um incidente de hostilização com um grupo de adeptos contrário. Foi uma situação interna. Podemos tentar analisar e perceber porque é que isso aconteceu...pela situação que o clube vive...com intranquilidade. No fundo, qualquer coisa serviria como escapatória para dar azo a uma daquelas situações. Agora, mais grave, é quando os próprios responsáveis policiais, e aí sim vale a pena a reflexão, dizem que alguns dos indivíduos envolvidos naquela acção são indivíduos bem conhecidos, e com um longo historial. Bom, aí já me parece uma reflexão para sabermos o que é que não está a funcionar para permitir que um conjunto de indivíduos, seguramente limitado visto terem sido identificados, terem na ideia a impunidade e continuarem a liderar esse movimento e a provocar essas situações. Portanto, partindo do particular para generalizar não me parece correcto.

Como disse, não obstante os incidentes verificados, não é um problema como têm a Holanda, a Bélgica, como continua em certa medida a ter a Inglaterra, como tem a Alemanha, onde a violência aparece associado a grupos de extrema-direita, com confrontos que nada têm a ver com o espectáculo que está a decorrer, com marcações de conflitos. Aliás, posso contar um episódio que se passou comigo. Ia ver um jogo do Feyenoord com o Sporting, na Holanda, e eu estava em Amesterdão e quando ia para Roterdão, de comboio, parei em Den Haag, e entrou uma claque do Den Haag. O Den Haag não ia jogar, nem tinha nada a ver com o encontro. Eu fiquei curioso e impressionado e um indivíduo, que estava a minha frente, meteu conversa e eu perguntei para onde é que eles iam, ao que ele respondeu que tinham marcado um encontro, num descampado, com a claque do Feyenoord. Nós não temos nada disso, nem podemos nem queremos ter. E temos de tomar todas as medidas.

Agora, penso que não vale a pena passar a mensagem nem estar numa situação alarmista. Por outro lado, também não podemos perder de vista o fenómeno e, obviamente, trabalhar em conjunto para que todos os intervenientes actuem em conformidade para o limitar, para o confinar na medida do possível aos mínimos.

⁸⁹ O jogo mencionado ocorreu no dia 21 de Fevereiro de 2011 e ficou marcado por confrontos entre o Grupo Organizado de Adeptos Juventude Leonina e a Polícia.

c) Relativamente à Lei 39/2009, considera que existe uma aplicação eficaz da lei, ou acha que a aplicação da lei está a ser insuficiente e ineficaz?

Bom, uma lei não é uma Panaceia, não vem curar todos os males. Aquilo que se me oferece dizer é que temos de olhar em primeiro lugar para as soluções legislativas e ver se elas são adequadas ou não à nossa realidade. E depois olharmos para o papel de cada uma das entidades e para as competências que lhes atribui. E aí então podemos fazer um balanço.

Quanto ao quadro legal, quanto aquilo que foram as soluções que o legislador colocou à disposição, eu penso que elas são as suficientes. Aliás, neste quadro legal, é preciso ter em linha de conta que Portugal respeita na íntegra os compromissos internacionalmente assumidos. Também temos aqui um dever nosso de colocar algumas soluções que são fundamentais.

Este quadro legal, podemos dividi-lo em duas grandes linhas. Uma primeira que diz respeito a um conjunto de medidas e políticas preventivas, onde o Estado, no fundo, indicou ou proporcionou aos outros autores um caminho a percorrer... com o Estado obviamente ao lado (é preciso não esquecer que a luta contra a violência é um imperativo constitucional, está no artigo 79, n.º2 da CRP) e em colaboração com os outros agentes envolvidos, mas onde lhes aponta um caminho. Já vamos ver é se esse caminho está a ser percorrido por eles ou não.

Depois temos uma outra parte que é um conjunto de medidas repressivas. E essas medidas repressivas levaram não só há qualificação de determinados comportamentos como ilícito criminal, depois outros como de mera ordenação social, e por último também com ilícitos disciplinares.

Agora, a lei está a ser bem aplicada? Temos que olhar efectivamente para este quadro de responsabilidades que cada um tem.

Vamos começar pelo Governo, que já tomou uma primeira responsabilidade, que foi propor um conjunto de medidas e um quadro normativo para os diversos agentes se movimentarem.

Depois, temos a Administração Pública Desportiva, e nesta parte temos duas entidades com um caminho diverso. Em primeiro lugar vou tratar do IDP. Que muita gente continua a dizer que nada faz. O IDP não aplica a lei. E seria curioso que essas mesmas pessoas fossem ler quais é que são as competências do Instituto, face a esta lei, para saber se efectivamente o instituto está ou não está a cumprir. E não são muitas as competências que o IDP tem. Aliás, se nós tomarmos em consideração o teor da lei, e começamos a ver as competências do IDP, a maior parte delas são para aplicar sanções mas sob proposta de uma outra entidade, que é o CESD. Portanto, em termos de

competência própria, por sua própria iniciativa, o IDP não tem nenhuma competência. Uma grande competência que tem é instruir os processos de contra-ordenação, nuns casos aplicar as coimas e noutros enviar para os Governadores Cíveis aplicarem a coima. Mas para fazer a instrução do processo é óbvio que tem de ter os Autos de Notícia. Portanto, quando eu ouço pessoas a dizer..."e o IDP não faz... e porque é que o IDP não actua"...eu respondo que o IDP, enquanto entidade da administração pública, só pode fazer aquilo que a lei lhe atribui. Não pode fazer aquilo que a lei não prevê expressamente.

Já quanto ao CESD⁹⁰, que veio suceder ao CNVD⁹¹, esse sim tem um conjunto de competências muito mais amplas. Penso que poderíamos olhar para a forma como essas competências estão a ser exercidas e verificar se é necessário ou não reforçar a capacidade de actuação. Não é dar mais competências, mas dar mais meios, maior capacidade de poder actuar, e, estabelecendo um paralelismo, de igual modo ao que acontece na luta contra a dopagem no desporto, onde indubitavelmente a Autoridade Anti-dopagem de Portugal, tem muito mais capacidade de intervir, e com poder muito mais disciplinador, do que o CESD, nestas matérias.

E depois temos os organizadores da competição em primeiro lugar, federações desportivas, e a liga, no caso do futebol. Não obstante o esforço que quer um quer outro têm feito, o que é certo é que nós também, deste lado, estamos de acordo que devem aplicar sanções mais pesadas. Aliás, diria eu, eles devem ser a linha da frente, devem ser os primeiros. Porque são os responsáveis pelas respectivas competições. E sendo eles os responsáveis, fico de alguma forma surpreso que os organizadores venham lamentar-se por não serem aplicadas determinado tipo de sanções, quando eles próprios as podiam ter no seu estatuto e aplicá-las eles mesmo. Porque se o fenómeno é estritamente desportivo, e, por exemplo, determinados clubes apoiarem os seus clubes de adeptos em contrário à lei, não se pode vir dizer, que isto é inadmissível, mas esperando sempre que seja o Estado a actuar, e nunca quem tem a primeira responsabilidade, que são aqueles que organizam a competição. Portanto, acho que aí há um trabalho ainda para ser feito, em conjunto.

Depois, penso que temos aqui sempre na posição mais ingrata as autoridades policiais. E porquê? Ora porque não actuam, ora porque actuam em excesso. É sempre um papel muito ingrato e injusto, e que muitas vezes é transmitido porque as pessoas não percebem, não sabem o que é estar no terreno. Eu acompanhei já por diversas vezes a PSP e os Spotters no terreno. Aliás, quando foi feito um projecto de lei, tive o cuidado de acompanhar diversas acções e ver o que é lidar com toda aquela gente. Eu até acho que,

⁹⁰ Conselho para a Ética e Segurança no Desporto.

⁹¹ Conselho Nacional contra a Violência no Desporto.

por exemplo, temos autoridade policial a mais. Acho que devia haver menos, e maior responsabilização. Continua a fazer-me muita confusão aquelas caixas para enquadrar praticantes como se fosse um pastor a guiar uma série de ovelhas tresmalhadas que a qualquer momento vão irromper. E isso que era uma situação de excepção, e esta parte é preocupante, está a passar a ser uma situação de rotina. E aí devemos lutar contra isso, sem dúvida nenhuma.

Por fim, em último lugar, temos aqui, no meu entender, o elo mais problemático, que é a parte ligada à última instância de aplicação da lei, os tribunais. E aí, claramente, ainda não há uma cultura por parte dos Srs. Magistrados, sejam do Ministério Público, seja Magistratura Judicial, para este problema. Também é um problema recente, não é temática que entre na formação de origem. Se calhar o Estado deveria fazer um esforço de sensibilizar os magistrados para esta situação e efectivamente dar-se aqui um contributo, porque algumas vezes a lei é aplicada e ninguém sabe, logo, o alarme social não é de tal forma relevado. Por outro lado, a maior parte das pessoas a quem nós aplicamos as coimas, recorrem e chegam ao tribunal e dizem estar desempregados, e depois, ou saem com uma multa que nunca é paga, ou levam uma admoestação, ou levam uma coima pelo mínimo, que muitas vezes até é o próprio grupo a que pertencem que vai lá pagá-la.

Por último, ainda nesta matéria, e eu guardei para o fim, existem os clubes de futebol, que são os promotores do espectáculo, onde sabem que esse problema existe, e muitos sabem o que é que lá têm, e que quanto a mim têm um caminho a seguir, ao inverterem quase o apoio que dão a estes grupos, desmesurado, e que nós sabemos que é feito em função do poder que esses próprios sócios têm nas assembleias-gerais. Nós sabemos qual é que é a causa, a relação causa-efeito. Mas, ou fazem uma inversão, quanto a esta matéria, e vão por outros caminhos que a lei também aprova, como privilegiar a família, bilhetes mais baratos, levar mais pessoas aos estádios, mais casais, mais crianças, apostar no desporto como uma continuidade, ou então podem vir a ter uma surpresa desagradável. Mas eu diria que a lei é uma lei que nalguns pontos ainda pode e tem espaço para ser convenientemente implementada.

d) Noutros países, nomeadamente Alemanha e Inglaterra, as interdições de acesso a recintos desportivos a adeptos mais problemáticos são aplicadas constantemente. Em Portugal, essa medida é muito pouco aplicada. Na sua opinião, deveria haver uma aplicação mais insistente dessa medida?

É como eu lhe disse, claro. Nós temos precisamente o mesmo caminho. Ou seja, temos a medida de coação e a sanção acessória. Em qualquer dos casos temos de ver, por um lado, quem é que a propõe.

Por exemplo, a medida de coação, diz a lei, é aplicada "se houver fortes indícios". Ora quem pode dar a montante a esses fortes indícios, são as autoridades policiais, que comunicam ao MP, e o MP pondera se a propõe ao magistrado que depois a decreta ou não.

Agora nós temos de olhar e pensar se temos estado todos conscientes da tramitação para a aplicação deste artigo. Provavelmente não, mas valerá a pena ter. Porque eu estou absolutamente de acordo que, quando se aplicar quer a montante a medida de coação quer depois a sanção acessória, pelo n.º de contra-ordenações que são para lá enviados, e neste caso é ao magistrado também que compete aplicar, não iriam só existir os 2 ou 3 casos em 202 (segundo os números fornecidos pelo Ponto Nacional). Mas o que se passa para a generalidade daqueles que deviam ser objecto é um sentimento de impunidade, e de poderem continuar a fazer. Agora, a lei tem os mecanismos, tem, diz como e que devem ser aplicados, diz. Agora quem está no terreno e tem o dever de os implementar, tem de fazer uso deles.

e) Claques como os No Name Boys ou os Diabos Vermelhos, do Benfica, ainda não estão associadas junto do CESD. Na sua opinião, considera que a fiscalização e controlo nas claques não associadas, e nos seus clubes, está a ser realizada eficazmente, ou considera que deveria haver uma maior insistência nesse sentido?

Eu acho que sim. Em primeiro lugar o cenário evoluiu bastante entre GOA registados. Mas ainda assim, não obstante esse número ter subido, também temos a noção que, pelo menos na minha óptica, muitos deles dão um número absolutamente inferior em relação aquele que é a realidade.

Eu acho que a própria lei também prevê mecanismos que os organizadores da competição devem cumprir. Nós temos que qualificar isto no sítio próprio, e não é a administração pública que tem de fazer este trabalho em primeiro lugar, nem as autoridades policiais, são quem está no terreno. E a lei diz, por exemplo, com muita clareza, que há um sector que todos nós identificamos para um determinado grupo de adeptos. Eu gostava que o organizador da competição fosse verificar se foram cumpridos

todos os pressupostos, nomeadamente, que cruzasse com aquilo que são os elementos registados, quantos bilhetes é que foram emitidos, se foram emitidos nomativamente, que é obrigatório, e se foi entregue a respectiva lista dos adeptos que, por exemplo, se deslocaram para ver esse jogo. Basta começar pelo que está na lei, que é o mais fácil, e depois aplicassem as sanções. Não se pode é olhar para o lado e dizer que a culpa é do Governo, do Estado, ou até mesmo das autoridades policiais, e nunca admitir que a culpa também é dos organizadores das competições, que têm o dever de o fazer.

Agora, esta parte não está a ser cumprida e nós sabemos porquê. Porque aqueles indivíduos que na última sexta-feira⁹² eram apontados como problemáticos, e com um longo historial, com a aplicação do sistema previsto na lei, teriam grandes dificuldades em fazer o acompanhamento á equipa. Portanto o problema é só isso.

Quando se diz "a claque do Benfica não está---", ora, a claque do Benfica não quer estar. Dizem que são só sócios, mas, por coincidência, encontraram-se todos no mesmo sítio, todos os jogos? Têm lugares cativos lá comprados? É tapar o Sol com a peneira. Mas em primeira instância, deveriam ser as próprias entidades desportivas responsáveis a lidar com o assunto. Até porque, mais uma vez, é verdade que a sanção ao incumprimento é aplicada pelo IDP, mas desde que seja proposta por parte do CESD. Mas eu estou convencido que se o organizador da competição, no caso do futebol a Liga, tivesse mecanismo de rigor e sanções desportivas a aplicar ao respectivo clube, já não seria necessário o Estado actuar nesta medida limite.

f) Na sua opinião, a filiação das clagues é um bom método para ter um controlo sobre as mesmas, ou considera que algo mais poderia ser feito?

Eu julgo sobretudo que o objectivo quando nós a identificamos é porque a maior parte dos problemas advém destes adeptos. E aquilo que é o objectivo da lei é facilitar ás autoridades policiais essa identificação e respectiva actuação. Não é por um estado de polícia, um estado persecutório, é precisamente para limitar os factores de risco que aqui estão associados, e algumas pessoas.

⁹² Refere-se à conferência organizada pela LPFP no dia 25 de Fevereiro de 2011, em Oeiras, e subordinado ao tema: "Futebol – Um espectáculo seguro?".

g) Os autos de contra-ordenação levantados pela polícia nos jogos de futebol profissional são processados e aplicados pelo IDP. Contudo, a instrução do processo ainda está a ser efectuada pela polícia. Existe algum mecanismo de comunicação entre a Polícia e o IDP de modo a facilitar o trabalho de ambos e a trocar feedbacks sobre o trabalho desenvolvido?

Existe. Aliás, temos colaborado até na área da formação. Por exemplo ainda amanhã tenho uma reunião de trabalho com o COMETLIS, só sobre contra-ordenações. Portanto, estamos a agilizar onde vimos com alguma regularidade que problema é que os autos podem ter. Às vezes acontece que a autoridade policial e a forma como redige o auto não permite, após a instrução, a aplicação de uma sanção. Mas devo dizer que isso é a excepção. Eu diria que 90% dos processos que aqui entram são sancionados. Agora, os números de autos que depois nos tribunais são aplicados, já não temos esse controle.

h) Como vice-presidente do IDP, que medidas gostaria de ver tomadas de modo a reduzir a violência no desporto?

Eu acho que valia a pena rever algumas circunstâncias, alguns pontos da lei, e não deixarei de propor. Julgo que a lei conforme está, é uma lei recente, que não deve ser alterada de ânimo leve. Antes, devemos zelar pela sua efectiva aplicação, mas deste breve espaço de tempo em que a lei está em vigor, julgo que, num ponto ou outro, deveria ser interessante introduzir algumas alterações.

Por exemplo, no reforço dos poderes das autoridades policiais, para fazerem revistas, não só, obviamente, a quem vai ver o espectáculo desportivo, mas também, a todos aqueles que prestam serviço no dia do jogo. Esta é uma das medidas que irei propor. A segunda é que, antes do próprio jogo, a polícia pudesse proceder a uma revista no recinto desportivo. Quando entendessem, fundadamente, que poderiam ter sido introduzidos ou já lá estarem determinados objectos. Portanto, eu acho que são duas pequenas medidas, mas que podem ter um impacto bastante grande.

Noutras eu acho que não é necessária a revisão. O que é necessário, efectivamente, é uma mudança de cultura, sobretudo por parte dos clubes que disputam a competição profissional. E depois um maior trabalho e articulação com os tribunais e magistrados. Também me parece particularmente importante que isso venha a acontecer para existir uma percepção real que a lei é aplicada, não a sensação que hoje temos, nem sempre correcta, que aquilo que rege é a lei da impunidade.

2. Entrevista ao Sr. Subintendente Costa Ramos

Nome: Francisco José Soares da Costa Ramos

Função: Comandante da 3ª Divisão Policial do COMETLIS

Entrevistador: Aspirante Bruno Filipe Branco

Data: 15/03/2011

Local: 3ª Divisão Policial do COMETLIS

a) Como classifica a evolução da violência associada ao futebol nos últimos anos?

Na minha opinião, não tem sofrido grandes alterações, tem tido avanços e recuos, de acordo com conjunturas, com atitudes dos dirigentes dos clubes. Basicamente, com situações conjunturais, mas não tem tido, na minha opinião, uma evolução favorável. Basta nós recordarmos que, há 7/8 anos, houve incidentes graves nos estádios de Lisboa, e, há relativamente pouco tempo, o mesmo tipo de incidentes também aconteceram, logo, não me parece que haja qualquer evolução positiva na forma comportamental das claque.

b) Como classifica o comportamento dos adeptos?

Um dos maiores obstáculos que nos deparamos tem a ver com a forma como os adeptos, principalmente os que consideramos de risco, e que, por força da lei não ser cumprida integralmente, nós temos alguma dificuldade em controlar, e também em aplicar sobre eles as medidas que estão previstas e que, de facto, até agora não têm sido aplicadas, ou têm sido aplicadas de forma que não trazem resultados. O mau comportamento do adepto, contribui para a dificuldade de um policiamento, e não é sancionado, ou não é sancionado de forma que ele possa ser banido da proximidade dos estádios. Nós temos algumas interdições, se calhar mais do que aquelas que a própria polícia tem conhecimento, porque os tribunais aplicam-nas de forma mitigada. Isto é, há tribunais que aplicam ao adepto a interdição de assistir ao jogo do seu clube, seja no estádio do clube, seja fora. Só que isso não é transmitido às forças de segurança, por aquilo que eu sei, ou não é transmitido em tempo útil, e é transmitido com total desconhecimento, porque muitas vezes o adepto nem está registado no CESD. É enviada sem qualquer tipo de fotografia, portanto, eu diria que é quase uma decisão inócua, no sentido em que não é fiscalizável. É fiscalizável quando o adepto é conhecido das forças de segurança.

c) Os clubes deveriam ser mais responsabilizados pelos comportamentos dos seus adeptos? De que maneira?

As declarações dos dirigentes desportivos, na maioria das vezes, nunca são para apaziguar os ambientes, normalmente, são sempre para provocar ou potenciar possíveis alterações de ordem entre os adeptos.

Por isso, com certeza que considero que deveriam ser mais responsabilizados. Eu acho que nesse aspecto a lei é um bocado branda. Se ela fosse aplicada, em toda a sua extensão, com certeza que nós não assistíamos àquilo que vamos assistindo ao longo dos tempos dentro dos estádios. Muitos dos adeptos que já estão referenciados, e que estão referenciados como participantes em diversas situações de alterações de ordem (de rixas, de arremesso de tochas, de potes de fumo), se ela fosse aplicada de uma forma célere, seria muito positivo. E a lei tem lá tudo.

Em penso que a lei é adequada. Como disse aqui há dias, nós gostaríamos que a lei fosse aplicada de outra forma, de uma forma mais efectiva. Agora, também penso que a polícia devia promover uma maior proximidade com todas as entidades que estão associadas ao desporto, porque há formas, inclusivamente, de interpretar a lei.

Nós tivemos um caso, muito recente, num seminário que eu participei organizado pela Liga Portuguesa de Futebol, onde a comissão de ética para a segurança no desporto tem uma interpretação da aplicação da lei e logo a seguir um tribunal, num mesmo caso, foi aplicado de forma diferente. Têm interpretações diferentes.

No exterior dos complexos desportivos é entendido que deve ser aplicado o código penal, e portanto é crime a posse de artefactos pirotécnicos e, no interior dos estádios e complexos desportivos, é uma contra-ordenação. E uma decisão judicial veio no sentido que mesmo fora dos complexos desportivos é contra-ordenação, não há crime nenhum ali.

Depois há o problema dos anéis de segurança. No estádio da luz sabemos onde começa e termina o complexo desportivo, no estádio de Alvalade não se sabe. A polícia tem que definir, e eu estou a trabalhar nesse sentido com o comando, no sentido de definir o perímetro de segurança para depois aplicar a lei. E dentro desse perímetro temos de inserir o interface, o campo número 5, os cafés onde está a boina verde, que é um local de concentração de adeptos, e até adeptos ligados à extrema-direita. Estamos a trabalhar sobre isso no sentido de definir os perímetros que são também importantes para a aplicação da lei.

- d) Na sua opinião, relativamente aos actores de segurança nos estádios, existe um equilíbrio entre Assistentes de Recinto Desportivo e polícias, ou acha que deveria haver um aumento de ARD's, em detrimento do número de polícias?

Esta filosofia de policiamento vai no sentido de tudo o que é aplicado a nível internacional. Agora a questão que me parece aqui importante tem a ver com a cultura, e nós estamos a importar um modelo de segurança nos estádios que não está acompanhado dos instrumentos, das normas que são aplicadas noutros países. Noutros países os stewards, por nós chamados de ARD, são uma autoridade e são respeitados como tal. Há países na Europa, por exemplo na Alemanha, que a polícia não entra dentro do estádio a não ser que haja alteração de ordem, doutra forma em policiamento pró-activo não entra dentro do estádio. Todo o interior do estádio tem uma segurança privada, e um ARD transmite uma ordem a um adepto, o adepto acata, se não acatar tem sanções. Em Portugal não é assim, os ARD não são obedecidos, portanto há sempre uma necessidade maior das forças policiais estarem muito próximas deles e fazerem uma segurança quase que mista, porque a nossa cultura não é, de facto, ainda de obedecer ao steward.

- e) Considera que, se fossem aplicados pelo IDP as interdições de acesso aos recintos desportivos, a violência nos estádios diminuiria?

Eu acho que sim. Se elas forem aplicadas e tiverem uma fiscalização efectiva, até mesmo no sentido de, não só interditar o acesso ao adepto, mas depois a fiscalização ser efectiva, isto é, obrigar, como há países que obrigam, no decurso daquele jogo, mal antes de ele começar, aquele adepto tem que se apresentar na esquadra da área da sua residência e permanece no interior da esquadra até terminar o jogo.

- f) Por exemplo, considera que se a policia portuguesa tivesse uma prerrogativa como tem a policia britânica de, antes dos jogos notificar um adepto que esteja a provocar desacatos para não ver o jogo, não assistir ao jogo acha uma boa medida?

Acho que é uma boa medida, contribuía muito para afastar os indivíduos que contribuem para a perturbação da ordem pública e para essa violência.

- g) Relativamente aos grupos organizados de adeptos, a obrigação de se constituírem como associações, junto do CESD, veio trazer melhorias para a polícia?

Com certeza que veio trazer, é pena é que não haja um cumprimento integral. Eu dou-vos um exemplo, há claques que nós vemos aí nas ordens de operações, dois mil adeptos da claque X, e depois nós vamos ao registo e estão 500 registados, e onde estão os outros 1500?

Consecutivamente, a informação que nos chega é que da claque X, 2000 adeptos, da claque Y, 600 adeptos, depois vamos aos registos no CESD e o número não corresponde, nem de perto nem de longe, para aqueles que vão e que estão associados e integrados nessa claque, e que, jogo a jogo, estão sempre no mesmo local. Isso é o mal menor. Pior é haver claques que são perfeitamente identificadas, nos recintos desportivos, por nós que vemos os jogos de futebol, presencialmente ou pela televisão, e verificamos um determinado número de adeptos sempre no mesmo local do estádio, e não é considerado uma claque, no entanto, aquilo é claramente um grupo organizado de adeptos sem qualquer tipo de registo.

- h) De quem é que parte essa fiscalização? Ou de quem é que deveria partir essa fiscalização junto das claques? Do promotor, do organizador, da polícia?

O promotor, os clubes, têm uma palavra a dizer no que diz respeito à aplicação de sanções aos seus adeptos aos seus sócios. Não o fazem por diversas razões, mas a fiscalização compete à polícia, a polícia tem feito diversas diligências. Tem feito expediente, tem dado conhecimento da situação às entidades competentes e até agora não tem havido resultados palpáveis dessas situações ilegais.

- i) Em relação ao policiamento desportivo propriamente dito, considera que o actual sistema de remunerados é o mais adequado para a nomeação dos elementos policiais? Ou existe alguma alternativa que considera mais eficaz?

Em termos operacionais sou frontalmente contra. O Euro 2004 correu bem porquê? Porque as equipas eram constituídas sempre pelos mesmos elementos, sempre nos mesmos locais. Eu aprendi que a rotina é inimiga da segurança mas, há situações que a rotina é importante, não naquela rotina do sentido de laxismo (as pessoas estão rotinadas e fazem aquilo mecanicamente e deixam de pensar), a rotina aí é inimiga da segurança. Mas nos desportivos, a rotina não é inimiga da segurança. As pessoas têm de estar

perfeitamente conscientes e conhecedoras daquilo que estão a fazer em termos de missão e local da missão.

Quantas vezes chamo à atenção, especialmente ao pessoal que vem de fora e não está habituado a fazer este policiamento: “Meus senhores, vocês não vão para lado nenhum sem saber qual é o local, qual é a vossa missão, o que é que vão fazer”. Só deve fazer policiamento desportivo quem está habituado e quem por norma faz policiamento desportivo, seria bom nós conseguirmos isso.

Por exemplo, no Porto há um pelotão que só faz policiamento desportivo, são sempre os mesmos a fazer o policiamento. Aqui em Lisboa não, é sempre a mesma divisão mas, por razões de números de elemento não. Desde Junho do ano passado que, sistematicamente, aquilo que era uma excepção, que era nos jogos grandes, ter de pedir reforço a outras divisões, neste momento é uma regra. Até em jogos com números de efectivos reduzido de 70, 80, 100 elementos como o Sporting - Leiria. O Sporting leva menos policiamento em número de efectivos que o Benfica, porque o Sporting tem 4 portas e o Benfica tem 32, portanto, o estádio é maior, tem mais portas o que implica um maior número de efectivos. Além disso o Sporting tem uma média de assistências de 20 mil, no Benfica a média ronda os 50 mil, o que implica um maior número de efectivos. Só que nós temos a fazer remunerados um numero muito limitado. E nós temos muito remunerados na divisão, temos 300 e tal elementos a fazer remunerados. Necessitávamos aí de 500 para fazer os remunerados todos. Nós pedimos reforço em todos os jogos às outras divisões, cerca de 40/50. Nós temos jogos de quase metade do efectivo ser de outras divisões, em termos operacionais é muito mau. Eu só aceito isso por força das circunstâncias, não tenho outro remédio, mas não é bom para o policiamento. Contudo, eu escolho a dedo os oficiais para determinados sítios nos policiamentos, nos policiamentos grandes escolho eu. A escala deixa de rodar e eu é que escolho se quero este ou aquele comigo. E porquê? Porque quem estiver há frente, seja oficial seja chefe, tem que ser dinâmico, senão o pessoal deixa de cumprir e em vez de se manter firme, de avançar, recua. Se está ali numa atitude passiva e lasciva, que ainda é mais grave, eu não quero isso, e é muito mau para um policiamento não haver dinamismo.

j) A 3ª Divisão tem dois dos maiores estádios do país, isso traz vantagens e desvantagens. Quais é que considera que são as maiores vantagens e desvantagens de estarem os dois estádios inseridos na mesma divisão?

A vantagem é que há uma unidade de acção de filosofia de policiamento. Eu estou há vontade para falar nisto pois já fiz parte de diversos grupos de trabalho, e, logo que

cheguei aqui ao comando metropolitano, fiz logo parte de um grupo de trabalho para o estudo das divisões integradas, onde se chegou mais ou menos a um consenso, e o estádio José de Alvalade iria para outra divisão. Depois, por diversas razões, isso não foi avante, até porque íamos perder muitos efectivos e íamos perder muitos remunerados e, portanto, passávamos quase do 80 para o 8. E com uma vantagem, nós temos um núcleo, uma logística já implementada, e temos uma filosofia que aplicamos nos dois estádios e passando para outra divisão provavelmente não ia ser assim. A forma de policiar, de fazer policiamento. Como sabe o policiamento no estádio do dragão é diferente de um policiamento em Alvalade ou na Luz. Íamos, com uma proximidade tão grande, entre os clubes de Lisboa, fazer um policiamento diferente.

Agora a filosofia do policiamento, esse podia ser diferente, ia implicar que essa divisão tivesse de preparar toda uma logística. Ainda, vocês próprios já tiveram oportunidade de ver que não é fácil ser o GOLO⁹³. É preciso ter muita experiência, conhecer perfeitamente bem o estádio (conhece melhor o estádio do que eu), para articular todas aquelas forças, todos aqueles meios, para os direccionar, para os balancear, ora vai para aqui ora vai para ali, portanto, tudo isto é dinamismo dentro do policiamento.

k) Para acabar, quais é que são as soluções que poderiam ser tomadas para reduzir toda esta dinâmica da violência, assim em termos genéricos?

A primeira coisa a fazer era, todos os intervenientes, a começar pela polícia, pelos clubes, os tribunais, o instituto do desporto, todas as entidades que estão envolvidas neste fenómeno, primeiro reunir, ver quais são os instrumentos jurídicos, qual é a forma de actuação, o que é que nós podemos fazer para, precisamente, contrariar a violência. Mas eu penso que a lei tem de ser aplicada de uma forma mais rigorosa senão não conseguimos. Isto não é só um assunto de polícia. A polícia penso que faz a sua parte que é fiscalizar, agir, deter, mas depois é complicado. A acção punitiva é muito lenta, as pessoas têm um sentimento de impunidade.

Eu conto-vos aqui um caso quando foi do Sporting - Atlético de Madrid, houve uma reunião passado dois ou três dias depois dos acontecimentos, a Juve Leo deu-se ao luxo de dizer que nós fomos os culpados que não pusemos o CI ao pé deles, saiu textualmente, portanto eles actuaram porque não houve qualquer tipo repressão da parte da policia em relação a eles, porque se nós tivéssemos actuado em relação a eles, eles não tinham feito aquilo, portanto estão a ver.

⁹³ Elemento policial responsável pela centralização das comunicações durante o policiamento desportivo.

3. Entrevista ao Sr. Comissário Rodrigo Cavaleiro

Nome: Rodrigo Miguel da Costa Cavaleiro

Função: Chefe do Ponto Nacional de Informações sobre Futebol

Entrevistador: Aspirante Bruno Filipe Branco

Data: 29/03/2011

Local: DN/PSP

a) Como classifica a evolução da violência associada ao futebol nos últimos anos?

Se analisarmos os dados registados, verificamos que o número da actividade operacional associada a este tipo de eventos tem vindo a subir e de uma forma mais significativa do que propriamente o número de incidentes. Agora, há também a ponderar o envolvimento de meios que a polícia tem tido e o mediatismo que tem ido dado nos últimos anos às competições desportivas e manifestações de violência associadas. Acho que os incidentes têm sido menos graves do que se verificava há vários anos atrás, em que era habitual existirem notícias de situações graves, embora os de hoje sejam mais divulgados e mediatizados. Lembro-me de um caso de adeptos sportinguistas, no Porto, terem sido esfaqueados, etc. E esses são incidentes de uma gravidade que hoje em dia não se verifica como no passado. Por outro lado dá-me impressão que a todo o aparato ganhou uma dimensão diferente. A mediatização que as coisas atingiram e a percepção que se a polícia não controlar as coisas estas podem degenerar em algo realmente muito grave. Agora, na verdade, os incidentes verificados, e isso poder-se-á ver na análise de dados, não são incidentes dessa dimensão, dessa gravidade.

Agora se vamos falar em termos de acontecimentos gravíssimos, de rixas, de pessoal esfaqueado, de pessoas a ir em estado grave para o hospital, etc, como chegou a acontecer noutros anos, tal não se verifica. De qualquer forma, a percepção que eu tenho é que tem havido uma escalada de meios da polícia, utilizados para controlar os acontecimentos, e em que a tensão e a mediatização do fenómeno leva a que haja a sensação que realmente poderá haver um dia em que as coisas, por algum motivo, se descontrolam e que aconteçam situações muito mais graves. Estou a lembrar-me, por exemplo, dos apedrejamentos aos autocarros nas auto-estradas, como se sabe são episódios que têm acontecido, no caso de se atingir o motorista, pode dar-se um despiste em que resultem mortos.

Acho que a urgência em mudar este fenómeno actualmente é muita, e na minha opinião, deve ser a mesma que devia existir há 10 anos atrás. Mas a situação prolongou-se até hoje, e apesar de não haver uma mudança significativa para pior eu acho que

continua a ser urgente mudar o cenário em que se vive e controlar realmente as coisas. Cortar o mal pela raiz, por assim dizer.

b) Qual a sua opinião acerca da actual Lei 39/2009?

Eu acho que a lei 39/2009 tem potencial e tem muitas medidas que vêm ajudar as autoridades a restringir a violência associada aos fenómenos desportivos, só que ainda é uma lei relativamente recente, e que não está ainda a ser explorada em todo o seu potencial, todas as suas dimensões, e isso é um trabalho que nós temos estado a tentar levar para a frente em conjunto com as Unidades Metropolitanas de Informações Desportivas de Lisboa e Porto. Passa também por uma sensibilização em conjunto do nosso dispositivo territorial, portanto há também responsabilidades da PSP em relação à forma como se pode fazer o expediente e enquadrar com esta legislação, sensibilizar os magistrados para as vantagens que advêm para a actuação das forças de segurança, e também as próprias autoridades administrativas como o Instituto do Desporto de Portugal e o Conselho para a Ética e Segurança no Desporto, porque todos temos responsabilidades na aplicação desta nova lei. Ao nível das autoridades policiais, e pensando no dispositivo territorial, é perfeitamente compreensível que seja complicado, para quem não trabalha a violência associada ao desporto com uma prioridade, estar a par, ou estar muito mais sensibilizado para estas alterações. Então um trabalho conjunto tem de se fazer para a sensibilização sobre estas boas medidas que a lei prevê para as podermos explorar e podermos tirar o máximo rendimento da lei.

Houve recentemente um seminário promovido pela Liga Portuguesa de Futebol em que se debateu precisamente esse ponto. A PSP, nas intervenções que teve, tentou chamar a atenção para isso. Outros intervenientes fizeram a mesma chamada de atenção. Portanto, nós não podemos criticar uma lei da qual não estamos, para já, a tirar todo o rendimento. Primeiro, há que aplicá-la em toda a sua plenitude, e, só depois, podemos fazer uma boa avaliação do que é que se deverá mudar ou não.

c) Considera que, se fossem aplicadas interdições de acesso aos recintos desportivos, a violência nos estádios diminuiria?

Eu estou convencido que sim. Aliás, as experiências de outros países que passaram por situações até muito mais graves do que a nossa apontam nesse sentido e às vezes situações drásticas levam depois à tomada de medidas drásticas, e o maior paradigma, para mim, tem sido precisamente a mudança que se fez em Inglaterra. A Inglaterra é um

país que ainda hoje é muito associado ao hooliganismo. Quando se fala de grandes desastres que aconteceram e que fizeram com que a Europa começasse a pensar na segurança nos espectáculos desportivos de outra forma, como Heysel Park, onde os adeptos ingleses estiveram presentes e tiveram responsabilidades no que se passou, e a tragédia de Hillsborough que também contou com a intervenção de adeptos ingleses, leva-nos sempre a associar o cenário inglês ao hooliganismo.

Os clubes ingleses, na sequência desses problemas, estiveram interditos das competições europeias durante vários anos, e os alarmes soaram. Soaram porque as coisas atingiram uma gravidade tal, que proporcionou um contexto favorável à concertação entre várias autoridades tendo em vista uma mudança efectiva. Houve uma mobilização colectiva, uma consciência da nação em como algo tinha de ser feito para mudar porque, sentia-se algum temor dos países que recebiam adeptos ingleses, quando havia jogos com clubes daquele país. Conjugara-se os esforços de vários actores, desde as autoridades policiais, a vontade política, e outros intervenientes colaboraram nesse sentido.

Claro que também foi dado grande enfoque na alteração das condições de segurança dos estádios na vertente *safety*, porque também foi um dos problemas para as tragédias que aconteceram. Foram questões de *safety* que estiveram na origem do desastre de Hillsborough, por exemplo, pelo que também neste aspecto foram tomadas medidas intensas, no sentido de melhorar as condições de segurança física dos estádios.

Mas a outra medida para mim mais importante que levou a essa melhoria do panorama vivido em Inglaterra, e que leva aquele país hoje a ser um caso de sucesso, foi a interdição nos recintos desportivos. E mais do que isso, retiraram o adepto violento de toda a experiência do futebol, porque não se limita a não o deixar ir ao estádio, limita-se mesmo a não o deixar, por exemplo, ver o jogo pela televisão. O adepto apresenta-se a determinada hora do jogo numa esquadra da polícia e é completamente isolado do futebol e do espectáculo, ou seja, se eles viam aquilo como uma festa que tinham periodicamente, normalmente semanal, em que se juntavam para criar desacatos, deixaram de ser convidados para a festa, e tornaram-se exemplo para os outros.

Actuando sobre aqueles que mais influência tinham sobre as massas ou multidões, deixam de estar lá a influenciar, deixam de ter o papel preponderante a arrastar aqueles que se calhar nem seriam adeptos de risco mas que depois acabam por ser levados, pelas dinâmicas de grupo, a comportar-se de forma violenta e portanto, esses indivíduos que funcionam como alavanca desses grupos e que levam a que os comportamentos degenerem, devem ser os primeiros a ser retirados dos estádios. Depois, aqueles mais moderados, em vez de se juntarem a esses, se calhar juntam-se aos bons, e têm um comportamento mais adequado.

Parece simples de observar que, problemas como os que se passaram, ainda há poucas semanas, em Alvalade, no jogo do Sporting-Benfica, fizeram-nos lidar com a consequência do problema, quando aquele episódio teve origem em meia dúzia de indivíduos que até já tinham historial e simplesmente nem deviam estar no estádio. Já tinham sido detidos dias antes e se não estivessem ali, provavelmente, não se tinham iniciado os desacatos.

d) O PNIF tem a informação das interdições de acesso a recintos desportivos que são aplicadas pelos tribunais?

Bem, em primeiro lugar, até ao momento, as interdições são muito escassas. Em segundo lugar, não estavam a ser informadas a um nível central, isto é, não estavam a ser comunicadas às autoridades policiais que são quem tem a capacidade de fiscalização da lei. Depois das acções que temos desenvolvido, neste seminário da liga, do pedido feito aos comandos territoriais para fazerem uma sensibilização junto do ministério público, das autoridades judiciais, já se começa a ver algumas medidas aplicadas. Eu tenho recebido agora alguma informação e, ainda esta semana, recebi a informação da aplicação de medidas de interdição, a 4 adeptos por parte de um tribunal do Porto. Agora temos de difundir a informação de forma a garantir que essa medida é observada e que eles não conseguem realmente assistir aos jogos de futebol seja no Porto, em Lisboa, ou noutra localidade qualquer. Para além disso estamos a desenvolver esforços junto do Instituto de Desporto de Portugal para que nos comuniquem directamente essas medidas que eles próprios apliquem ou que lhes cheguem por outras vias.

e) Tem uma noção de números de interdições em Portugal?

Tenho noção de que se trata de um número claramente inferior que seria desejável. Até há 15 dias atrás eram conhecidas apenas duas. Mas sei que, para além das 4 que foram informadas pelo Comando Metropolitano do Porto, já há mais que estão para ser informadas pelo Comando Metropolitano de Lisboa, aplicadas pelo DIAP/Lisboa. E havia umas quantas anteriores que nem nunca nos tinham sido comunicadas pelos tribunais.

f) Nos casos que são conhecidos são aplicadas as obrigações de apresentação numa esquadra policial?

Estas 4 medidas de interdição, comunicadas pelo COMETPOR, falam de uma apresentação na esquadra de polícia ao domingo entre as 9 da manhã e as 20 horas.

Agora, não me parece que inviabilizem estes adeptos de ir aos jogos, ou melhor, se nós não garantirmos que eles não entram no recinto, não é a apresentação que vai garantir. A equipa que este adeptos apoiam pode jogar à sexta, ao sábado ou à segunda, pode haver um jogo a meio da semana. Até pode jogar ao domingo, e ele apresentar-se às 9h da manhã e ir ao jogo às 18h.

Portanto aquilo que eu falei há pouco do exemplo inglês, de ele estar naquele período exacto do jogo, onde nem sequer é permitido ver o jogo pela televisão, é de uma eficácia completamente diferente. Mas isto são pormenores que podem ser melhorados. Já fico contente ao ver as medidas a serem aplicadas, isto depois trata-se de pormenores práticos que poderão ser trabalhados, no futuro, a pouco e pouco. De qualquer forma já é um bom sinal ver que a medida começar a ser aplicada com mais frequência, o que já me deixa contente.

g) Quais as principais dificuldades do PNIF na coordenação com as UMID e URID nacionais?

Funciona muito melhor com a UMID de Lisboa e Porto porque tem pessoal especialmente dedicado a estas matérias, especialmente sensibilizado para elas, e em que a prioridade deles é trabalhar para esta área de actuação específica. E quando me é feita a pergunta “principais dificuldades?”, devo responder: “Não vejo dificuldades”. Tem sido muito boa a colaboração que temos tido da parte deles, com disponibilidade total para responder aos pedidos e julgo que tem funcionado bem.

Em relação aos outros comandos, também me parece simples de relativizar, apesar desta ser uma área que nós trabalhamos e queremos o melhor para ela, com a experiência que tive fora da Direcção Nacional, e por aquilo que vivi em termos de realidade em funções diferentes, como foram as de comandante de esquadra de Portimão, Lagos e de Investigação Criminal de Portimão, a minha prioridade também não era o futebol, e depois há que ordenar sempre as prioridades em função da realidade que se tem. Ou seja, eu não posso comparar a prioridade que deve ser dada ao futebol num comando como Braga, actualmente com o Sporting de Braga e o Vitória Sport Clube (de Guimarães) a irem frequentemente a provas da UEFA, contando com alguns grupos organizados de adeptos com alguns incidentes já de relevo registados, e a realidade por exemplo de um comando como o de Santarém. Em termos de futebol não podemos comparar o que não é de comparar, temos de ir especializando as pessoas e dando recursos a esta área em função da prioridade que o trabalho na área do desporto e do futebol, que é aquele que tem dado mais trabalho, constitua nessa área geográfica e nesse comando em particular.

Eu gostaria muito de ter uma estrutura ao nível de uma UMID em cada um dos comandos mas compreendo que não seria racional. Por outro lado, acho que há comandos que já deveriam, pelas exigências que o futebol começa a criar, se calhar já mereceriam uma atenção especial e especializada.

h) No que se refere à coordenação entre os PNIF europeus, quais os principais benefícios para a preparação dos encontros?

Os benefícios são muitos. Em primeiro lugar, devo destacar o facto de os responsáveis dos PNIF's europeus partilharem trabalho em alguns grupos de trabalho da União Europeia e ao facto de haver um conhecimento pessoal. Quem está do lado de lá não é apenas a voz ao telefone, é o facto de haver algum convívio profissional directo em reuniões de trabalho etc. Leva a uma confiança muito maior e quase um compromisso que não haveria de outra forma, ou seja, se eu tenho um colega europeu a ligar a pedir-me alguma informação no âmbito do trabalho que nós desenvolvemos, e apesar de ser minha obrigação dar essa informação (que já o seria se nós nem sequer nos conhecêssemos), há um compromisso muito maior da minha parte em corresponder a essas necessidades, em não ficar mal perante ele e em fornecer essa informação que é necessária. Por outro lado eu também sei se posso confiar e sei em que posso confiar, e do lado deles também farão todos os esforços para passar a informação necessária. Depois como são pontos de informação que trabalham especificamente a área de informações desportivas a linguagem que se fala é comum e a diferença vê-se quando comparados por exemplo no tratamento que é dado aos pedidos por parte dos países que não têm PNIF e que funcionam, por exemplo, com o canal INTERPOL. E mesmo com outros canais que não o PNIF, em que às vezes as respostas que obtemos não vão tão de encontro às nossas necessidades, porque se utilizamos formulários padronizados, se já estamos habituados a que a informação prevaleça sempre a alguns aspectos que consideramos primordiais, quando me chega um pedido, eu já sei o que hei-de responder. Já sei o que é importante para eles, da mesma forma que eles já sabem o que é importante para nós. Quando falamos com estruturas de troca de informações que abrangem várias áreas, tanto tratam, por exemplo, o terrorismo, como tratam criminalidade organizada, como tratam o hooliganismo, esta não será (e compreende-se) a área prioritária de trabalho para eles. Depois, muitas vezes, não é que fiquemos sem resposta, mas os prazos desta acabam por ser muito mais alargados. As próprias respostas já não vão tão de encontro às nossas necessidades como aquelas que obtemos dos PNIF's. Agora, também há PNIF's a funcionar melhor que outros, há que dizê-lo.

Mas a grande vantagem que eu realço, como referi, a confiança e a linguagem comum que se fala em que há quase um entendimento ali subjacente e que nos leva a conhecer bem as necessidades que temos e o quais as ordens de pesquisa e as respostas que queremos promover.

- i) Relativamente aos grupos organizados de adeptos, a obrigação de se constituírem como associações, junto do CESD, veio trazer melhorias para a polícia?

Poderá trazer mais, quando eles sentirem claras vantagens em registarem-se e quando se sentirem marginalizados por não estarem registados. Nós actualmente já temos algumas listagens e temos a constituição de alguns grupos. Agora, não é segredo que muitas dessas listagens estão extremamente incompletas, que se regista números de adeptos que não correspondem depois à totalidade dos que têm. Alguns dos elementos mais emblemáticos e mais conhecidos, até da televisão, não constam oficialmente dessas listagens. São poucos os grupos organizados de adeptos que estão registados e os outros não têm tido os incentivos, positivos e negativos, para saírem de uma situação de marginalização ou não registo para passarem a estar registados. Por um lado, castigando ou fazendo sentir que não devem estar numa situação de não registo, punindo-os e aos clubes a que estão associados por se comportarem como grupo organizado de adeptos. Por outro lado, tem de haver *inputs* positivos para fazer sentir que vale a pena estarem registados, que há vantagens de que poderão beneficiar no caso de se registarem. Nessa altura, quando o registo for um procedimento já generalizado e que abranja a maior parte dos grupos organizados de adeptos, as melhorias para o nosso trabalho poderão ser muito maiores.

Também é necessário que os números de adeptos registados como pertencendo a um determinado grupo organizado de adeptos correspondam efectivamente ao número total. E volto a chamar a atenção para aquilo de que falava há pouco da exploração que deve ser feita da lei 39/2009. Há questões que são levantadas por esta lei que não estão a ser aplicadas ou exploradas na íntegra. Refiro-me agora ao apoio (ainda que camuflado ou dissimulado) que alguns clubes continuam a fazer a grupos não registados, estando sujeitos a punições que ainda não se verificaram. Não estando registados, estes adeptos têm exactamente os mesmos direitos e deveres que um cidadão comum que vá ao estádio. Só devem ter algumas vantagens se estiverem registados. Só isso é que faz sentido. Por outro lado, há também a questão da bilhética. Os bilhetes que vão para os grupos organizados de adeptos deverem ter o nome do adepto a que se destina inscrito, o que também não está a ser cumprido. Portanto, também aqui, em relação à lei 39/2009 julgo que ela tem boas ferramentas e que têm de ser bem aplicadas, e enquanto não

forem bem aplicadas, não estaremos a tirar todo o potencial que o registo dos adeptos nos poderá trazer, e, por sua vez, também não lhes estamos a dar motivos suficientes para mudar o comportamento e para fazer com que tenham a preocupação de se registar.

A continuidade deste cenário poderá levar a um sentimento de que não vale a pena estarem registados, começando a desincentivar os que estão actualmente registados a deixarem de o estar nos anos futuros.

j) Que outras medidas acredita que, ao serem adoptadas, poderiam reduzir os casos de violência e incivildades nos recintos desportivos?

Para já, volto a bater na questão da interdição, e mais do que isso, na tal conjugação depois com uma medida de apresentação às autoridades policiais que vá mais de encontro às nossas necessidades e que faça o adepto sentir que está completamente desligado do futebol. Se é essa a paixão que o leva aos estádios e ao sentimento de pertença a um grupo organizado de adeptos, então que não seja só a proibição de ir ao estádio a medida a aplicar e que a medida vá um bocadinho para além disso, não permitindo sequer que ele se junte com os restantes nas imediações do estádio.

Para além disso, acho que tem de haver também uma responsabilização das outras entidades envolvidas. No fundo, o papel dos clubes é muito importante porque têm uma capacidade de regulação dos próprios adeptos muito superior. Quando sentirem essa obrigatoriedade de controlarem os seus adeptos, sentindo-se verdadeiramente prejudicados com os seus comportamentos, de tal forma que lhes cheguem inclusivamente a retirar o estatuto de associados, essa relação do adepto com o clube constituirá uma primeira linha de prevenção. Ou seja, a primeira responsabilidade, na minha opinião, cabe aos clubes. Numa segunda linha entram então as autoridades administrativas, policiais, entidades públicas. Quando falo da responsabilidade de intervenientes falo também da responsabilização por actos concretos: em entrevistas, em actuações públicas, enquanto pessoas com intervenção na sociedade civil, reconhecidas perante todos, e que podem catalisar os grupos em acções violentas. Há determinadas acções que me parecem inqualificáveis quando praticadas por dirigentes desportivos ou por próprios atletas e que contribuem para uma escalada de tensão e rivalidade entre partes.

Já foram sinalizadas algumas situações, já foram informadas e infelizmente não se vê os resultados desejáveis. Aliás, há sanções que são aplicadas a clubes por incumprimento de algumas medidas que seriam obrigatórias, em que as penas aplicadas, multas, etc, chegam a ser irrisórias e o efeito não é o devido. Quase que já faz parte da gestão corrente do clube pois já sabem que com aquele acto vão sofrer uma punição e

estão dispostos a isso, pelo que não tem o efeito dissuasor pretendido. Estão mais ou menos alerta para o valor que essa punição irá abranger e conformam-se com isso. Trata-se de valores irrisórios, despesas correntes que justificam o incumprimento e o acto ilícito; aceitam-nas perfeitamente. Acho que as sanções deverão tornar-se mais eficazes e fazer com que o panorama geral mude, ainda que devagar, sem que, um dia mais tarde, tenha lugar um incidente grave que faça soar os alarmes, como aconteceu em Inglaterra. Era bom que mudássemos por nós antes que as contingências e a evolução do próprio cenário nos obrigue, depois, a mudar drasticamente, quando alguma situação mais grave se passar.

Para além disto julgo que, mais uma vez, o caminho a trilhar passa por explorar o que está previsto na lei, porque há boas medidas mas têm de ser efectivamente aplicadas. Se essas então falharem teremos que repensar o sistema actual, mas esta legislação foi pensada tendo em conta outros casos de sucesso, lá fora, e importa algumas boas práticas. Se essas medidas contribuíram para uma evolução noutros países, julgo que também poderão ter igual contributo no nosso país, e o nosso esforço deve ir no sentido de potenciar ao máximo as medidas previstas na lei, aproveitar o que de bom já existe, antes de explorarmos a nossa criatividade.

4. Entrevista ao Sr. Comissário João Pestana

Nome: João Franca da Fonseca Pestana

Função: Chefe do Núcleo de Informações Policiais do COMETLIS

Entrevistador: Aspirante Bruno Filipe Branco

Data: 14/03/2011

Local: NIP/COMETLIS

a) Como classifica a evolução da violência associada ao futebol nos últimos anos?

A violência associada ao futebol não tem sido caracterizada cientificamente em Portugal nas últimas épocas. Os dados que temos mais fidedignos remontam de 2004 para a frente.

No entanto, parece-me que houve uma grande evolução nalguns aspectos e, eventualmente, uma estagnação noutros. Houve evolução nos aspectos das infra-estruturas dos estádios, com estádios com mais e melhores condições, a todos os níveis. Houve também uma evolução muito grande na legislação, nos dispositivos policiais. No meu entender, os esforços que a polícia tem feito para acompanhar os adeptos, parece-me que reduziu nalguns casos os actos de violência nas deslocações em território nacional, por exemplo, reduziu em muito os incidentes nas estações de serviço, também fruto da colaboração entre as Forças de Segurança. Mas nos estádios e nas imediações, parece-me que não há alterações significativas. Agora, não há dados, números, que consolidem isso.

b) Qual a sua opinião acerca da actual Lei 39/2009?

É uma lei moderna, actual, bem conseguida e completa, mas penso que há um ou outro aspecto que é passível de melhoria. Mas, no geral, a lei não está a ser avaliada, na medida em que também não está a ser aplicada.

Eu diria que, no que diz respeito aos Grupos Organizados de Adeptos e algumas sanções que os organizadores das competições, os promotores, e mesmo as autoridades administrativas e judiciais têm e que a lei lhes atribui, mais de 60/70% da lei não está a ser aplicada. Como tal também não temos como saber se a sua aplicação é boa ou se é má, porque, pura e simplesmente, ela não está a ser usada.

Parece-me que a lei tem basicamente o essencial para poder ser utilizada. Pode sofrer uma melhoria ou outra na caracterização dos GOA, nas penas que o promotor pode aplicar, eventualmente, melhores definições naquilo que é a sua aplicação territorial e

temporal, porque, algumas vezes há dificuldade em contextualizar comportamentos que, sendo em dia de jogo, são afastados do recinto, ou que não sendo num dia de jogo, se cometa algum comportamento perto dum recinto desportivo. Há coisas que me parecem que não são muito pacíficas. Mas numa forma geral acho que é uma boa lei.

c) Considera que poderia haver mais competências para a polícia?

Podia. A polícia podia emitir ordens cautelares, administrativas, isto é, medidas cautelares de interdição de determinados adeptos ao estádio, antes que o processo judicial ou o processo administrativo estivessem concluídos. Mas isso era completamente desfasado daquilo que é todo o espírito legislativo português, que não atribui aos órgãos de polícia criminal esse tipo de competências. Mas em Inglaterra isso acontece e funciona muito bem.

d) Considera que, se fossem aplicados as interdições de acesso aos recintos desportivos, a violência nos estádios diminuiria?

Acho que sim, e baseio a minha convicção em estatística produzida, nomeadamente pelo Home Office, Ministério do Interior Inglês, que apurou, num estudo feito praticamente em dez anos de *banning orders*, que 92% dos indivíduos a quem foram aplicadas as *banning orders*, não voltaram a cometer actos violentos associados ao desporto.

e) Relativamente aos grupos organizados de adeptos, a obrigação de se constituírem como associações, junto do CESD, veio trazer melhorias para a polícia?

Ainda não, porque esta lei, para funcionar, tem de funcionar de forma integrada. Ou seja, têm de ser aplicados todos os dispositivos que a lei prevê, para que qualquer um dos aspectos da lei faça sentido.

Fazendo uma comparação, é um pouco como atribuir a carta de condução às pessoas, que passam no teste e fazem o exame, e depois não fiscalizar a velocidade ou o álcool. Não é por a pessoa ter a carta que fica isenta de conduzir com álcool ou em excesso de velocidade. Mas o que nós temos neste momento é os GOA "encartados", mas se "beberem ou se conduzirem em excesso de velocidade", ninguém os penaliza. Era como que acabarmos com o código da estrada e, simplesmente, encartarmos as pessoas.

O registo dos GOA é apenas o primeiro passo de todo um sistema de normas e respectivas punições que não está a ser aplicado. Neste momento, para a polícia, é

absolutamente indiferente um elemento pertencer a um GOA ou não pertencer. Não há diferenças, isto é, tanto GOA, como adeptos não filiados a GOA, praticam com o mesmo nível de violência, e agem em comportamentos ilícitos e não são penalizados por isso na mesma medida. Inclusivamente, dá-se alguns casos curiosos que é, os GOA que estão legalizados e têm uma melhor relação com a polícia, acabam por ser mais controlados e mais recatados na sua actividade de fazer a festa ou de querer accionar potes, porque, no fundo, estão cingidos à lei, e a polícia obriga-os a aplicar essa lei, mas os que não estão registados conseguem utilizar os dispositivos e sobretudo artefactos pirotécnicos que, a nenhuns são permitidos, mas o que é certo é que eles aparecem. E isso tem levantado alguns problemas à polícia, porque os GOA registados neste momento, dizem que esse registo prejudicou a sua actividade. É certo que estão dentro da lei, mas é preciso compreender que para além de quererem estar dentro da lei, também querem ter o apoio à sua equipa da forma mais viva possível. Aqui o que vêm é que estão limitados e depois olham para o outro lado do estádio e o que vêm são adeptos que não são legais, que não estão registados, a conseguirem fazer um espectáculo e um apoio à equipa mais forte.

Para que as coisas funcionem é preciso que se apliquem as devidas sanções a quem não está registado e deveriam ser aplicadas todas as premissas que estão na lei, de só existir apoio se o grupo for legalizado. Neste momento, não temos qualquer garantia que assim seja, embora existam alguns indícios e algumas suspeitas, contudo é difícil reunir provas que há promotores que apoiam grupos que não estão organizados, seja um apoio mais explícito, seja um apoio mais encoberto.

Caso contrário, voltamos ao mesmo. É como que obrigar, numa determinada cidade, os condutores a terem carta de condução para poderem conduzir, e noutra cidade eles não serem obrigados. Estão ilegais mas conduzem, e os que estão legais acabam por fazer testes ser orientados dentro de um determinado regime, enquanto outros, na prática, fazem o mesmo ou mais ainda.

f) Qual a entidade que deveria, em primeira instância, fiscalizar esse grupos organizados de adeptos?

Essa fiscalização cabe numa primeira linha ao promotor dos espectáculos desportivos. Parece-me que é o espírito da lei atribuir-lhes competências no controlo e no regulamento dos seus adeptos. Caso o promotor falhe, existem outras instituições que, não sendo a polícia directamente, têm competências no sentido de punir o promotor, através de jogos à porta fechada ou coimas, dependendo também dos regulamentos da própria competição e da Lei 39/2009, nomeadamente, o organizador da competição

desportiva, o CESD ou o IDP. Em último caso, o próprio tribunal tem algumas competências. No entanto, o tribunal tem competências nos comportamentos dos adeptos, tais como a polícia tem competências em documentar o comportamento desses adeptos. Mas o comportamento das organizações, do promotor ou do organizador, devem ser regulados pelo IDP e pelo CESD.

Portanto, numa primeira linha, deve ser o clube que vigia o comportamento dos seus adeptos; numa segunda linha, se o promotor não o fizer, existem penalizações para o promotor; e numa terceira linha, a polícia e os tribunais.

A não ser que seja um comportamento fora dos recintos desportivos, e aí, obviamente, é uma questão de polícia.

g) Como classifica o comportamento dos clubes, principalmente na antevisão dos jogos mais mediáticos? Considera que são responsáveis pelo comportamento dos adeptos?

O futebol é um desporto em que as emoções estão muito vivas e têm uma projecção muito grande no teatro de operações da polícia e no próprio jogo. E portanto, aquilo que é dito por pessoas que têm responsabilidades acrescidas tem um impacto importante. Agora, muitas coisas são às vezes exageradas. Chega-se a um ponto que qualquer coisa que se diga ou que se faça, ainda por menor importância que tenha, tem um impacto exageradamente mediático.

Nós temos que compreender que competição, mesmo que saudável, tem sempre um espírito guerreiro, e é importante que assim se mantenha. Isso acontece em todos os desportos, e há sempre estímulos antes dos jogos, nos encontros entre rivais, seja em que modalidade for, e isso é normal. Claro que a partir de determinado nível deixa de ser normal, e isso pode ser penalizado. Mas penso que também há muito exagero, mas é uma questão da cultura do futebol, não há muito a fazer sobre isso.

Se há um dirigente que se lembra, enfim, de criticar a equipa contra quem vai jogar, seja por dizer que não está a jogar bem, ou coisa parecida, parece que dá logo o direito a uma retaliação com pedras, bolas de golfe e garrafas.

h) Os clubes deveriam ser mais responsabilizados pelos comportamentos dos seus adeptos? De que maneira?

Claramente, porque muitas das vezes o comportamento dos GOA é reflexo do próprio comportamento dos clubes. Ainda recentemente, no jogo entre o Braga e o Benfica, quando a polícia estava a fazer uma carga policial, o *speaker* do estádio pôs a tocar no

sistema sonoro do estádio a musica "Chamem a polícia". E portanto, estava a polícia a fazer uma carga na bancada, onde já haviam feridos, que é sempre uma operação policial muito melindrosa, utilizada em ultima razão, e que, quando estão envolvidas massas, pode ter consequências muito melindrosas e complicadas, a ultima coisa que se quer é que o estádio que acolhe a competição esteja a gozar e a fazer troça da polícia e dos adeptos que estão a sofrer a intervenção. É claro que tem responsabilidades.

i) Na sua opinião, relativamente aos actores de segurança nos estádios, existe um equilíbrio entre Assistentes de Recinto Desportivo e polícias, ou acha que deveria haver um aumento de ARD's, em detrimento do número de polícias?

É uma pergunta cuja resposta depende de outras questões. A polícia é colocada no estádio recorrendo de uma avaliação do risco que se faz e, se tem havido muita polícia no estádio é porque ela é necessária. Apesar de a lei distinguir bem que competências os vários intervenientes têm, na prática foi-se assistindo a uma reafecção de elementos policiais para o interior do estádio, fruto dos vários incidentes que tiveram lugar, e isso originou, por sua vez, a retirada de alguns ARD's. Se o clube está a pagar para a polícia lá estar, é natural que poupe nos ARD's.

Parece-me que o que a lei preconiza é o mínimo dos mínimos de dispositivos policiais no interior do estádio e o controlo e segurança no interior do estádio ser em situação de normalidade, assegurada pelos ARD. Isto parece que decorre da lei e do que ela quis fazer na altura do Euro2004, com a anterior lei 16/2004. Nesse aspecto, não há diferença praticamente nenhuma para a lei 39/2009.

Na prática isto não acontece assim, o que muitas vezes também dificulta a responsabilização. Tanto da polícia como o próprio promotor, não estando definido quem é que no interior do estádio e no recinto toma conta das coisas, acabam por diluir a responsabilidade. Por exemplo, num país onde as coisas funcionam da melhor forma que é possível neste momento, por exemplo em Inglaterra, praticamente não há polícia no estádio. Mesmo fora há muito pouca, mas no interior do estádio praticamente não há polícia. E quando digo praticamente, podem haver 4/6 polícias, que estão, no fundo, a ver. Também é bom de ver que nesse país os ARD entram e saem da bancada, 60/70 vezes num jogo, seja para mandar algum adepto sentar ou para apagar um cigarro. Eles estão constantemente a cruzar a bancada sem qualquer problema. E se há um indivíduo que comete algum comportamento mais grave, os próprios ARD avisam-nos e se for preciso retirá-lo do estádio, eles próprios vão lá e retiram-no.

Em Portugal é completamente diferente. Nas bancadas onde estão os GOA eles não entram. Só entra a polícia e há vezes com alguma dificuldade. Agora, parece-me que a polícia, mais que isto não pode ter, mas o caminho é ter menos polícia. Mas esse caminho não se pode fazer tirando polícia. Primeiro tem de ser baixar os níveis de agressividade no interior do estádio e só depois a polícia pode sair.

j) Em relação ao policiamento desportivo propriamente dito, considera que o sistema de remunerados é o mais adequado para a nomeação dos elementos policiais? Ou existe alguma alternativa que considera mais eficaz?

Eu acho que, em primeiro lugar, deveria haver uma certa uniformização, a nível nacional, da forma como o dispositivo é empenhado, porque ainda está um pouco dependente da sensibilidade dos responsáveis policiais. Muitas vezes, mesmo dentro dum mesmo comando, existem essas discrepâncias.

Parece-me a mim claro que os elementos policiais que estejam no interior do estádio devam ser remunerados. E mesmo alguns que estão no exterior do estádio também. Não podemos deixar de ter em conta que o futebol é um evento desportivo de massas, com muito público, e, portanto, é natural que a polícia tenha que participar sem que para isso tenha de receber uma comparticipação. Tem de haver um equilíbrio, e parece-me que esse equilíbrio é bem conseguido.

O problema não está nas proporções, o problema está nas dimensões totais. Penso que a proporção está bem conseguida, deve reduzir-se, e deveria caminhar-se para uma redução do número total de elementos empenhados. Mas penso que dificilmente se poderá cobrar mais aos promotores. Por outro lado, também temos responsabilidades na via pública, de garantir a segurança que decorre do evento. Existem muitos eventos em Lisboa, e fazem parte da vida da cidade, e a polícia tem de garantir que todos decorrem dentro da normalidade.

k) Em Lisboa, os dois principais estádios estão inseridos na mesma divisão. Seria benéfico separar os estádios da mesma divisão? Que vantagens e desvantagens se poderiam retirar com essa separação?

Uma das vantagens é que se consegue uniformizar, pelo menos em dois estádios, o modelo de policiamento e as decisões. Inclusivamente, sendo os dois estádios rivais de Lisboa e sendo o mesmo comandante de policiamento, a polícia fica de certa forma mais protegida de ser acusada de discriminação ou de ter uma posição diferente relativamente aos clubes, porque é a mesma pessoa que trata as coisas da mesma maneira.

Por outro lado, pese embora estes policiamentos devam estar a ser avaliados e a ser melhorados constantemente, tem o inconveniente de, sendo sempre a mesma pessoa a fazer os mesmos policiamentos, as inovações e as adaptações que se devem fazer e que estes grandes policiamentos tornarem-se um bocadinho mais difíceis. Isso é resultado de ser a mesma pessoa nos dois estádios e, naturalmente, há menos lugar a novas ideias.

Tem também o grande inconveniente de se ter que escalar muita gente da mesma divisão, e é uma questão meramente administrativa e a nível operacional da polícia, o que obriga a que se empenhe sempre muita gente. A 3ª divisão é uma divisão com uma área muito grande, e com grandes níveis de criminalidade, e existem certas áreas da 3ª divisão, nomeadamente a Secção de Operações e a Secção de Escalas, que têm muito trabalho e vivem muito orientadas para o fim-de-semana, e isso acaba por não ser bom. Mas é uma questão que não me parece relevante para a violência no desporto. É uma questão mais logística e administrativa.

l) Que outras medidas acredita que, ao serem adoptadas, poderiam reduzir os casos de violência e incivildades nos recintos desportivos?

Eu acho que uma aplicação eficiente da lei iria concorrer de forma valiosa e eficaz para a diminuição dos níveis de violência. Neste momento, existe uma percepção muito grande de impunidade no seio dos GOA e dos adeptos mais violentos. E existe por, efectivamente, existir mais impunidade agora que existia há alguns anos, pela razão de que, neste momento, está-se a assistir a um fenómeno curioso. Passo a explicar. Actualmente, a polícia tem actuado e tem feito muita documentação de actos contrários à lei (detenções, autos de notícia, participações), e eles sabem isso, são chamados a participar nesses processos, quer seja na qualidade de arguidos ou de suspeitos, e chegam ao fim e percebem que nada é feito. Portanto estamos a pôr a nu uma fragilidade.

No antecedente, a polícia tinha menos resultados em termos de identificações, e os adeptos ficavam sempre com a ideia que se um dia fossem apanhados a coisa poderia correr mal, havia esse receio. Agora são apanhados e percebem que no fim vem o arquivo. E isso conduz a que haja uma acepção de que aquilo que eles fazem até é lícito, ou se não é, está uma confusão de tal maneira nas polícias e nos tribunais e nas entidades administrativas que ninguém se entende e acaba tudo por não dar em nada. E isso penso que é grave. E sentimos que estamos a chegar a este ponto.

Penso que devíamos começar a aplicar a lei que já temos. Sensibilizar a magistratura, a própria polícia tem que trabalhar mais e mais uniforme, em todos os comandos e não só em Lisboa. Lisboa tem contribuído com uma fatia demasiado grande daquilo que são

os resultados operacionais nesta temática da violência no desporto, e importava que isto fosse mais diluído por outros comandos.

Agora se me perguntarem se há mais medidas...há. Por exemplo, ser a própria polícia a notificar as pessoas que não podem ir a um estádio. Isso são boas medidas, e basta ler alguma da legislação anglo-saxónica, e vemos que é muito eficiente nesse domínio.

Penso que poderia ser criado um grupo de trabalho, muito operacional, que pudesse analisar a aplicação da lei e o fenómeno da violência no desporto. E penso que deveria ser nesta fase, em que é necessário dar um impulso à aplicação da lei, penso que isso poderia ter algum resultado. Acho que os grupos de trabalho pecam por ser demasiado teóricos e abstractos, e pouco conhecedores das situações, mas penso que um grupo de trabalho nesta área, com pessoas que lidam com este problema de forma operacional, e muito próxima, iria apresentar resultados úteis para se aferir o que se passa.

5. Entrevista ao Sr. Subcomissário Sérgio Soares

Nome: Sérgio José Duarte Soares

Função: Chefe da Unidade Metropolitana de Informações Desportivas do COMETLIS

Entrevistador: Aspirante Bruno Filipe Branco

Data: 31/03/2011

Local: COMETLIS

a) Como classifica a evolução da violência associada ao futebol nos últimos anos?

Da minha experiência relacionada com a violência associada ao futebol, embora pouca (passa um ano que estou aqui na unidade metropolitana de informações desportivas), o que tenho visto é que a evolução deste tipo de fenómeno, da violência associada ao desporto, tem regredido relativamente às estatísticas que nós temos. No entanto, continuam a acontecer situações graves, como foram a dos incidentes no Atlético de Madrid, e como foram agora o ultimo caso no SCP com o SLB. E estes tipos de acontecimentos são situações inopinadas que acontecem por inúmeras razões. Nestes casos foram duas situações diferentes: uma foi o conflito que aconteceu entre duas claque ou dois grupos de adeptos rivais, Frente Atlético e a Juventude Leonina e os grupos organizados de adeptos do Sporting em geral; e na segunda situação, foi uma situação de um claro confronto com as forças de segurança, depois de uma tentativa de entrada na bancada para intersecção do indivíduo, resultou uma desordem, uma vez que os grupos organizados de adeptos, no caso era a Juventude Leonina, não facilitaram a saída do indivíduo.

No entanto considero que a nível geral tem havido uma evolução no sentido da diminuição destes fenómenos, apesar destes continuarem a acontecer de modo grave mas com menos frequência. Na minha opinião parece-me que embora a PSP, e as forças de segurança em geral, estejam a fazer um grande esforço para pôr cobro a este tipo de fenómeno, parece-me que nem todas as entidades estão a trabalhar em conjunto com as forças de segurança. E aqui refiro-me claramente a autoridades administrativas, como é o caso da autoridade competente para a resolução de processos, no âmbito de ilícitos contra-ordenacionais desta matéria, o Instituto do Desporto de Portugal, e no âmbito criminal, tanto na fase de acusação, na fase do inquérito, da responsabilidade do ministério público, como depois na fase de julgamento, por parte do tribunal em si mesmo, do juiz que, mesmo quando a acusação é feita pelo ministério público, muitas vezes tem dúvidas em aplicar a pena que está prevista na legislação em vigor. E como já disse, o

ministério público, muitas vezes, nem sequer promove a acusação uma vez que arquiva por as mais diversas razões que nós temos tido experiência.

Por outro lado não está a ser aplicado como deveria a aplicação de medidas de interdição que, na minha opinião, julgo que seria a melhor ferramenta para este tipo de situações, até melhor do que aplicar penas de prisão ou penas de multa.

Digo isto porque estamos a falar de indivíduos que vivem o mundo do futebol de uma forma muito importante para eles, vivem isto de forma muito fervorosa, e impedi-los de ir ao estádio, impedi-los de acompanhar a sua equipa e de assistir aos jogos seria uma pena muito superior do que estar a aplicar medidas de prisão ou mesmo pecuniárias.

Mesmo durante a fase de inquérito, enquanto está a decorrer o processo, julgo que deveriam ser aplicadas com mais frequência as medidas de coacção que também estão previstas na legislação em vigor e que até ao momento não estão a ser aplicadas. Portanto isto é o meu ponto de vista.

A nível de estatística o que temos é uma evolução. No número de incidentes, pelo menos na área onde eu trabalho, está a baixar, no entanto, têm havido estes incidentes graves. Penso que poderíamos resolver o assunto se todas as equipas (estou a falar de forças de segurança, clubes, ministério público, tribunais, autoridades administrativas) estivessem a trabalhar em conjunto. Ainda sobre esta questão julgo que os clubes deviam ser mais responsabilizados nesta matéria, e eles próprios tomarem a iniciativa de aplicarem punições aos seus adeptos quando estes entrem em incidentes ou quando não cumpram aquilo que está nos regulamentos e que está na lei em vigor.

b) Qual a sua opinião acerca da actual Lei n.º 39/2009?

Na minha opinião, como já te referi diversas vezes, a lei n.º 39/2009 é uma boa lei, uma lei moderna, uma lei que está ao nível da legislação que vemos pela Europa. Da experiência adquirida nos locais onde já estive, noutros países, a nossa legislação é boa, no entanto, o problema maior é mesmo a aplicação. Se, por um lado, deveria haver mais condenações dos indivíduos, mesmo penas de multa e de prisão, por outro lado, ainda temos uma situação mais grave que é a não aplicação, tanto das medidas de coacção enquanto se está a desenvolver o processo, como depois na aplicação efectiva de medidas de interdição a esses adeptos, caso eles sejam condenados, caso seja feita a prova de que eles cometeram os referidos ilícitos, sejam eles criminais e/ou contra-ordenacionais.

Relativamente aos grupos organizados de adeptos, a obrigação de se constituírem como associações, junto do CESD, veio trazer melhorias para a polícia?

Na minha opinião veio trazer melhorias à polícia. Mas traz melhorias à polícia se eles tiverem realmente registados, agora não as melhorias são muito poucas se, no caso de um grupo organizado de adeptos, como por exemplo, da Juventude Leonina, em que estão registados 195, mas se tu fores ao estádio e te focares e estiveres um bocado na frente deles, vêes que há ali uma massa humana de 300, 400, 500, 800, 900 pessoas, como foi no jogo do Sporting - Benfica, de certeza que não estavam ali 195 adeptos a atirar cadeiras ao Benfica.

Traz vantagens, é bom para nós, temos a identificação deles, temos a listagem, mas traria mais vantagens, eficientes e eficazes a 100%, se as listagens fossem actualizadas, e se aí também o clube fosse responsabilizado. Por exemplo, se quando eles vão para o exterior, para um jogo dentro do território nacional, em que é o Sporting (estou a falar no Sporting porque é o único em Lisboa, com que eu trabalho, com grupo organizado de adeptos) que lhes dá os bilhetes, a lei obriga-os a que sejam nominais, ou seja, para cada indivíduo devia ter o referido nome e o referido número de sócio, e tal não acontece, e, isso sim seria uma mais-valia para nós.

A outra situação era as listagens estarem actualizadas no clube e ser o clube a enviá-las para a polícia. Ou seja, haver uma coordenação maior entre a força de segurança e o promotor do espectáculo responsável por aquele grupo organizado de adeptos, que está registado e que são sócios do referido clube, e aí sim seria uma grande vantagem.

Actualmente, nesta situação, é uma vantagem mas não é uma vantagem a 100%, seria sim se acontecesse essa situação e se fossem respeitados todos os parâmetros que estão previstos na lei.

c) Então considera que os clubes deviam fazer uma pressão maior, por exemplo, na aplicação dos bilhetes nominais?

Sim, e tenho a certeza que é obrigação deles, e estamos a trabalhar nesse sentido para dar conhecimento às entidades responsáveis, neste caso o IDP e o CESD, dessa falha que existe. Estamos a falar aqui apenas no caso do Sporting, porque os do Benfica não estão legalizados. O clube é obrigado, se tiver grupos organizados de adeptos, quando lhes distribui os bilhetes, individualizar os bilhetes, a nominar os bilhetes, e no caso de grupos organizados de adeptos, verificar o número desses grupos organizados de adeptos. E não como acontece neste momento no Sporting em que tu por exemplo tens apenas 195 registados na Juventude Leonina, mas como qualquer pessoa vê, também os responsáveis do Sporting, deveriam ver que não estão ali 195 elementos, mas muitos mais. Deviam ter em conta essa situação de modo a exercer pressão sobre os grupos organizados de adeptos e a sancioná-los dessa situação.

- d) Como classifica o comportamento dos clubes, principalmente na antevisão dos jogos mais mediáticos? Considera que são responsáveis pelo comportamento dos adeptos?

Depende da situação. Têm reacções boas, situações em que são eles próprios a acalmar os adeptos, e têm reacções francamente más. Vou-te dar o exemplo que está a acontecer neste momento. Há cerca de ½ hora tive conhecimento através de um jornalista do jornal “O jogo”, que o Benfica tinha feito uma conferência de imprensa em que tinham sido informados os jornalistas, que tinha sido a polícia a sugerir ao Benfica, que no jogo de domingo, não entrassem tarjas ou bandeiras com a cor do Porto ou dos GOA, quando esta situação é completamente contrária. Quem decidiu tomar esta decisão foi o promotor do espectáculo, como a lei 39/2009 prevê, que é o Benfica. Nunca a polícia se vai meter numa situação destas, nem o deve fazer, nem a lei lhe concede esse direito e nunca o iria fazer pois isto são situações que servem como “arremesso” e como “guerra” entre os clubes. Já quando o Benfica foi ao Porto, o Porto fez exactamente a mesma coisa, agora o Porto vem cá e o Benfica está “a responder com a mesma moeda”. E isto serviu para incentivar logo os adeptos do Porto, até contra a Polícia de Segurança Pública, isto porquê? Porque tivemos logo chamadas de adeptos, inclusivamente do responsável dos Super Dragões do Porto, a querer tirar satisfações da Polícia, e a querer saber porque é que tinha sido a polícia a originar esta situação, e a dizer que a polícia estava associada ao Benfica, e que a polícia não estava a ser isenta e imparcial como o deve ser. E isto é um exemplo de situações em que os clubes falham. Agora, temos também situações, e que aconteceram esta semana, como é o caso, e bem, em que o Benfica emitiu um comunicado, depois de acontecerem aqueles incidentes à saída de Paços de Ferreira, para os seus adeptos não responderem com violência aquando da chegada dos adeptos do Porto. Para não fazerem o mesmo, nem ao autocarro do Porto, nem aos autocarros dos adeptos. E aí sim temos as duas situações. Portanto, uma situação em que realmente o clube serviu para acalmar os adeptos e uma situação que só estava a incitar os adeptos da equipa contrária.

Outra situação e outro exemplo que te dou do Sporting. Depois da nossa reacção e da nossa intervenção nas bancadas, que foi mais que legítima, no jogo do Sporting-Benfica, a direcção do Sporting emitiu um comunicado para os órgãos de comunicação social a criticar a actuação da PSP. Esse comunicado apenas contribui para provocar maior alteração no comportamento dos adeptos e em nada beneficiou o fenómeno que tentamos combater, da violência associada ao desporto, e esse é um exemplo também negativo.

Portanto temos as duas situações, em que os clubes realmente fazem e deveriam fazer sempre, deveriam ser os primeiros interessados em banir de todo e para sempre este fenómeno de violência associada ao desporto, e situações em que é o próprio clube a provocá-la, como quando aparecem comunicados, quando o presidente do clube A se debate com o presidente do clube B em guerras de palavras na comunicação social, ou quando em programas televisivos aparecem uns a criticar outros.

e) Os clubes deveriam ser mais responsabilizados pelos comportamentos dos seus adeptos? De que maneira?

Deveriam ser e a própria polícia tem um papel a fazer para participar alguns casos. Dou-te o exemplo aqui do Comando de Lisboa, em que já não é a primeira vez que fazemos ofícios, tanto para o IDP como para o CESD, a dar conta de algum tipo de situações, e inclusive, para a liga ou para a federação) consoante a competição que estejamos a falar).

f) Como classifica a coordenação entre as diversas valências policiais presentes nos policiamentos desportivos?

Embora tenha conhecimento que, antes de assumir funções como chefe da UMID, houvesse algum atrito entre as forças da UMID com outras forças policiais no terreno, nomeadamente, o corpo de intervenção e, às vezes, as equipas de intervenção rápida, da experiência que fui adquirindo ao longo do último ano, não tive qualquer atrito, nem com elementos do corpo de intervenção, nem com elementos das equipas de intervenção rápida, nem com o comandante do policiamento (com quem me dou extraordinariamente bem), nem com o pessoal da divisão de trânsito. Inclusive, até com o pessoal da Guarda Nacional Republicana, quando fazemos o acompanhamento pelo país fora, principalmente na coordenação nas estações de serviço, temos tido uma boa relação.

Claro que às vezes há algumas situações que correm menos bem. Por falhas de comunicação, do material ou por outra situação, mas, neste momento, julgo que o relacionamento com as diversas valências (informações, ordem pública, trânsito, policiamento uniformizados) é bom e tem corrido da melhor forma. Inclusive, já fizemos vários, e tu assististe a dois, acompanhamentos ao Porto de comboio, já fizemos caixas policiais, também já assististe a algumas com o corpo de intervenção, e a relação tem sido boa.

Entre as diversas valências, baseamos a nossa actuação tendo como princípio haver sempre o primeiro impacto feito pelos *spotters*, na base do diálogo, às vezes com mais

alguma coercibilidade, sem entrarmos na fase de ordem pública, e quando chega à fase de reposição de ordem pública, estão lá eles, e nós passamos para segundo plano de actuação. Portanto considero que tem corrido extremamente bem.

- g) Como considera que tem sido a actuação da UMID nas últimas épocas? Pensa que tem um papel importante na resolução de conflitos?

Eu julgo que sim. Julgo que tem um papel importante, mais mediador, de resolução de conflitos com base no diálogo, na comunicação, e o facto de conhecermos os adeptos pelo nome, e os tratarmos pelo nome, de estarmos mais perto deles, de fazermos, digamos, um policiamento de proximidade junto dos mais problemáticos, de os acompanharmos, de estarmos permanentemente perto deles, faz com que consigamos ganhar também o respeito e uma maior empatia de alguns deles, nomeadamente os líderes, o que faz com que seja mais fácil persuadir e tentar controlar estes indivíduos.

Certo é que há situações que não conseguimos resolver, e quando temos de actuar de forma mais repressiva, mais coerciva e mais reactiva também o fazemos, mas o nosso trabalho é mais pró-activo, é mais preventivo, conforme tu tens visto nos vários acompanhamentos que já fizeste connosco e julgo que tem resultado para evitar muitos conflitos entre GOA rivais e na resolução de incidentes entre eles e as forças de segurança.

- h) A realização de cursos de spotting veio trazer melhorias na actuação dos elementos policiais aquando dos policiamentos desportivos? Quais considera serem os maiores benefícios?

Veio trazer melhorias, na medida em que houve uma uniformização de procedimentos na área de *spotting*, na área de informações policiais e até na área das técnicas de intervenção policial. Infelizmente não temos todos os elementos da bolsa formados, uma vez que ainda só fizemos dois cursos de *spotting*. No entanto, a unidade está toda formada o que originou a que se criasse uma base sólida de conhecimentos, uma base estável, sólida, comum a todos os elementos uniformizando-se os procedimentos a ter com estes indivíduos, sejam eles na área das informações, da recolha do tratamento e análise de informações, na área da primeira intervenção - da comunicação com eles, no diálogo, na forma como devemos estabelecer esse contacto - bem como, na área das técnicas de intervenção em ambiente desportivo - na forma como devem ser feitas extracções, como devem ser feitas as manietações dos indivíduos, se vale a pena, se não vale - na área da cooperação internacional, do conhecimento de explosivos ou do

conhecimento da legislação da segurança privada. Tudo isso é importante para criar uma base sólida de conhecimentos aos indivíduos que trabalham diariamente nesta actividade policial, sendo que neste momento eu faço questão que todos os chefes de equipa de *spotting*, uma vez que não temos hipóteses de ter o pessoal todo formado, mas todos os chefes de equipa são elementos com o curso do *spotting*.

i) O curso está a ser realizado a nível nacional, ou só no COMETLIS?

Não. Já foi realizado também no Comando do Porto. Portanto, o primeiro curso foi para todos os comandos que tenham clubes, na área de responsabilidade, que estejam na primeira liga, depois, houve uma acção de formação de *spotting* no comando do Porto, julgo que mais curta que a nossa mas que terá sido também replicado no Comando do Porto. Penso que é o único comando que estará a trabalhar de forma semelhante à nossa. A meu ver, a realização deste curso é uma boa forma de uniformizar procedimentos.

j) Quais os principais objectivos da UMID para o futuro?

A nível geral os principais objectivos é banir ao máximo os incidentes relacionados com a violência associada ao desporto, sejam eles incidentes de confrontos, desordens, distúrbios entre os GOA rivais, sejam eles também na prevenção e na pro-actividade no âmbito de evitar a deflagração, o uso, a posse de artefactos pirotécnicos/explosivos, sejam eles na intersecção de maior número de indivíduos, no âmbito contra-ordenacional e no âmbito criminal. Portanto, no levantamento de autos de notícia de autos de notícia por detenção de situações de infracções à legislação no âmbito dos explosivos. O nosso principal objectivo é o evitar confrontos, distúrbios, incidentes relacionados com GOA.

Um segundo objectivo é a realização de um estudo analítico daquilo que está a acontecer da evolução do fenómeno da violência no desporto e que é um objectivo essencial para nós, para podermos estar, permanentemente, actualizados no âmbito da evolução do fenómeno e estarmos o mais permanentemente adaptados às novas realidades deste fenómeno.

E por fim, o terceiro objectivo, aperfeiçoar ao máximo a questão da recolha, tratamento e análise de informação policial na vertente desportiva, de forma a podermos dar com maior eficácia e eficiência a informação dita útil a quem dela necessita que em primeiro grau serão os comandantes de policiamento.

k) Que outras medidas acredita que, ao serem adoptadas, poderiam reduzir os casos de violência e incivildades nos recintos desportivos?

Primeiro, uniformizar procedimentos a nível nacional, em segundo, sensibilizar as diversas entidades, que, em teoria vão trabalhar connosco, e que, muitas vezes, não o fazem, nomeadamente as autoridades administrativas, magistratura judicial e do ministério público ou outras forças e serviços de segurança.

Julgo que era importante uma sensibilização de todas estas entidades para que todas elas trabalhassem em conjunto porque, como já te disse há pouco, a lei que temos é uma lei boa, que está actualizada ao fenómeno e à realidade que vivemos neste momento no nosso país, só que não está a ser aplicada nos termos mais correctos e, nesse sentido, julgo que havendo uma maior efectivação na aplicação da lei em todos os seus parâmetros, e havendo um maior trabalho em conjunto entre estas entidades - forças de segurança, magistratura judicial, magistratura do ministério público, autoridades administrativas, concelhos criados para este tipo de situações, os clubes (ponto importantíssimo). Quando os clubes trabalharem em conjunto com as forças de segurança, só assim é que conseguimos diminuir estes incidentes e estes fenómenos que têm vindo a acontecer.

6. Entrevista ao Sr. Daniel Samico

Nome: Daniel Samico

Função: Dirigente da Juventude Leonina

Entrevistador: Aspirante Bruno Filipe Branco

Data: 04/03/2011

Local: 18ªEsquadra PSP - Campo Grande

a) Como é que se deu a sua entrada e o que o motiva a pertencer a uma claque de futebol?

Bom, a minha entrada deu-se com 12 anos. Eu ia com o meu avô à bola e ficava na bancada central, mas sempre gostei da Juve Leo, pelo apoio e pelo espectáculo e as coreografias que dão. No fundo foi isso que me motivou a entrar. Foi o espectáculo que, não só a nível vocal, mas também as coreografias, que eles faziam.

Acho que, acima de tudo, as claques devem ser encaradas como um espectáculo. Muitas vezes aquilo descamba, mas não deixam de ser um factor importante do espectáculo desportivo. Embora muita gente ache que não, que não fazem falta nenhuma, eu pelo contrário, até acho que as claques fazem falta, e muita.

b) Como é que ocorre a maior parte do recrutamento de novos elementos para as claques?

As grandes claques, como a JL, já têm um grande nome, já são muito conhecidas a nível nacional, e as pessoas chegam à nossa sede, querem-se inscrever, e, automaticamente inscrevem-se. Mediante uma quota anual, de 15 euros, e onde lhes é oferecido o cachecol da JL e o cartão de sócio. Normalmente vão porque conhecem a claque em si. Quando se houve falar em JL, toda a gente sabe quem são.

c) Relativamente à liderança dos GOA, como é que se processa a ligação entre os vários dirigentes das claques do SCP e a relação que têm com a direcção do clube?

Em primeiro lugar, dá-se tudo muito bem. Existem reuniões contínuas com o SCP. Apesar de ultimamente não terem havido muitas, também porque não sabemos com quem havemos de reunir, mas as três claques falam perfeitamente, organizam-se entre si. Mesmo quando estamos separadas fisicamente, temos cânticos em comum. É tudo

organizado, com uma média de 2 reuniões por mês. Apesar de, como já disse, actualmente não acontecer, dada a instabilidade que reina no SCP.

d) E com as claques de outros clubes, existe alguma espécie de diálogo ou de cooperação?

Não, não falamos com ninguém. A existir é entre os clubes, não entre GOA.

Quando se aborda o tema da violência associada ao futebol, vem-nos logo à ideia as claques de futebol. Considera que essa é uma associação correcta, isto é, que são realmente as claques que provocam grande parte das acções de violência?

Não posso dizer que não são as claques que provocam mais desacatos. Eu acho que acima de tudo, os dirigentes das claques têm todo o interesse que não haja violência, até por uma série de factores, pois quem é responsabilizado muitas vezes, perante o SCP, somos nós.

Quem provoca a violência, por exemplo contra a polícia, as imagens dizem tudo, são identificados. Agora para o clube, quem paga são os dirigentes das claques. Nós é que ouvimos, enfim. Depois, também acho que é impossível controlar 2000 pessoas. Se uma entra com um petardo, eu não sei. Ou se uma vai com a intenção de pegar numa cadeira e arremessar, eu não me vou pôr à frente para levar com ela. Eu acho que isso já parte um bocado de cada pessoa. Eu, por exemplo, nunca mandei uma cadeira a ninguém. Parte um bocado da formação da pessoa.

e) E como dirigente de uma claque, têm alguma medida para tentar combater o pessoal mais desordeiro?

Nós tentamos, mas não podemos expulsá-lo. Imagine que nós até decretamos não vender mais bilhetes a este ou aquele indivíduo. É fácil, ele vai à bilheteira e compra um ingresso para o nosso sector.

Depois, também não vejo o que é que se pode fazer mais. Talvez apertar mais as medidas de segurança a nível de revista. Porque, quando as revistas dos ARD são mais apertadas não tem havido tochas, nem potes de fumo...

Acho que passa um bocado por aí, muitas vezes nem sabemos o que é que uma pessoa leva. Eu posso estar a entrar e o elemento ao meu lado entrar com petardo e eu nem sei.

- f) Uma das medidas previstas na lei é a implementação do bilhete de jogo com nome do portador. Acha que esta medida vai provocar dificuldades para os elementos das claques?

No caso da nossa claque, as claques legalizadas, acho que não vai haver problema nenhum. As claques legalizadas já entregaram a lista com o nome dos sócios filiais à claque, portanto, as pessoas depois é que têm que decidir.

A direcção da claque tomou uma decisão, legalizou. Agora, as pessoas ou querem pertencer à claque ou não. Mas penso que é capaz de diminuir o número de adeptos.

- g) Sente que a implementação de *Spotters* para o controlo das claques mais numerosas trouxe melhorias no controlo da violência?

A relação claque/*Spotters* é boa. Eles também costumam-nos ajudar. Nós temos que compreender que eles são polícias, e que nós somos adeptos e eles estão lá é para fazer o seu trabalho. Eu tenho que compreender que se algum tiver a prevaricar, a polícia está lá é para intervir. Mas penso que sim, penso que o acompanhamento é benéfico. Esclarecem dúvidas e dão-nos conselhos. Acabam por ser um importante elo de ligação entre a organização dos jogos e as claques.

- h) A sua claque tem alguma espécie de cooperação com alguns elementos dos *Spotters*?

Sim, temos dois elementos com quem falamos regularmente e que nos ajudam, até para esclarecer certas dúvidas, acerca de trajectos, local de passagem e paragem dos autocarros, horas é que saímos. Mais nessa base.

- i) Acha que alguns comentários, mais ofensivos, entre membros da direcção dos clubes provocam reacções nos seus adeptos que os levam a cometer actos mais violentos?

Penso que, actualmente, isso já não interfere muito. Já houve tanta declaração e entrevistas, incendiárias, que já vêm ao longo de anos. Portanto, os adeptos do SCP já não gostam dos adeptos do SLB, mesmo que não se diga nada. Com o FCP a mesma coisa. Acho que ao longo dos tempos veio contribuir para que a rivalidade aumentasse e piorasse.

Agora, principalmente entre os clubes de Lisboa, existe sempre essa rivalidade. Já são muitos e muitos anos e tem de ser.

Com a actual lei, existe a obrigatoriedade de legalizar as claques de futebol, de modo a poderem ter algum tipo de apoio por parte dos clubes. Considera positiva a legalização da JL, ou acha que veio trazer poucos benefícios?

Foi positiva, penso que trouxe benefícios. Mas não falando de nomes de outras claques, no fundo, os benefícios dos que não estão legalizados se calhar são iguais.

O pessoal que vai inscrever-se na nossa claque pensa, "então o que é que me interessa a mim ser legalizado, se os outros que não são legalizados têm os mesmos benefícios?". Porque, vejamos, nós levamos faixas, mas os que não são legalizados também levam.

Agora, no nosso clube, uma das primeiras coisas que a direcção do SCP exigiu, mal isso saiu, numa das reuniões que nós tivemos, foi quererem logo as claques todas legalizadas. E as três claques, numa reunião que fizemos, decidimos ser todas legalizadas. Queremos andar dentro da lei.

Agora, o problema é que, nós também queremos ver que se os outros não andam, nem sequer fazem sentido de existir. Mas eu continuo a vê-las.

Falando no Benfica, que é o mais flagrante, não sendo legalizado, qual é a diferença que se nota? Por exemplo, neste último jogo na Luz, toda a gente sabe que aquela frase que eles colocaram é deles. Toda a gente sabe que as bandeiras que lá estavam são deles. A claque ao nosso lado, abriram fumos, tinham bandeiras...mas não são legalizadas. Penso que é esquisito como é que isso acontece, mas pronto, o que salta à vista é que continuam com os mesmos benefícios que os outros.

Nós cumprimos a nossa parte, mas também sei que não há santinhos. Mas não são todos assim. Uma coisa que me irrita é ver na comunicação social dizerem isto e aquilo da JL, mas não terem a noção que nem todos são desordeiros. A nossa claque tem desde o engenheiro, ao médico,... Mas também não vou dizer que não existe aquele que vai à bola para provocar desacatos.

Mas como grupo legalizado, não vemos diferença nenhuma em relação aos outros grupos. Não estou a falar só em relação ao Benfica. Temos muitos clubes, mesmo de menor dimensão, que as claques não estão legalizadas mas que continuam a ir aos jogos. Por exemplo, se não posso colocar uma faixa a dizer "Mancha Negra", ponho "Académica 72", mas toda a gente sabe que é a "Mancha Negra"; não posso pôr "Diabos Vermelhos", ponho "Diabos 82". E nós só podemos pôr fumos autorizados pela polícia, mas eles continuam a mandar na mesma, e o efeito para quem está a ver na bancada é o mesmo. Nós, que somos legalizados, tivemos direito a 5 potes de fumo⁹⁴, eles que não são legalizados, entram com 20, que até é melhor e dá mais efeito.

⁹⁴ No jogo Sporting-Benfica do dia 21 de Fevereiro de 2011

Agora se têm ou não mais apoio que nós, não faço ideia, não conheço a organização das outras claques.

j) Qual o apoio que a direcção do Sporting vos dá?

O apoio dado pela direcção é bom. Começa logo pelas infra-estruturas. Depois temos um protocolo com o Clube. Penso que até ao momento somos os únicos que têm um protocolo. Já o temos muito antes de sermos legalizados, por iniciativa de ambas as partes, desde 2002. Os três grupos que estão devidamente reconhecidos pelo Sporting, com um conjunto de direitos e deveres, escritos.

Mas temos vários níveis de apoios, desde os bilhetes, aos sectores no estádio.

k) Tem havido algum esforço, da vossa parte, em actualizar os registos de filiados do GOA?

Sim. O próprio Sporting, no início da época, chamou-nos e disse-nos que tínhamos de actualizar aos registos o mais depressa possível. E nós actualizámos. Todos aqueles que ainda lá não estavam e quiseram pertencer, nós fizemos essa actualização.

l) O que acha que deveria melhorar para reduzir a violência e os actos de incivilidade associada ao futebol?

Deveria haver maior controlo, de quem manda no futebol, dos presidentes dos clubes se conterem um bocadinho nas declarações que fazem. Apesar de, a meu ver, já não haver muito a fazer nesse campo.

Depois, e falo pelas claques que conheço, do Sporting, já vi várias vezes as direcções do clube a dizerem-nos para estarmos quietos e pararmos com alguma situação mais grave. Só que às vezes as coisas descambam e ficamos com os braços atados, e não podemos fazer nada. Mas muitas das vezes quem vai acabar por pagar, somos nós Juve Leo, apesar de nem conhecermos os mais desordeiros, e nem pertencerem à claque, só que estão no nosso sector. Em vez de recebermos determinados apoios, são-nos retirados.

ANEXO E - RELATÓRIOS DE OBSERVAÇÃO AOS POLICIAMENTOS DESPORTIVOS

1 - Relatório de Observação do jogo S.L. Benfica vs Lyon Olympique

| Informação Geral | |
|-----------------------|--------------------------------|
| Jogo: | S. L. Benfica - Lyon Olympique |
| Competição: | Liga dos Campeões |
| Data: | 02 de Novembro de 2010 |
| Hora: | 20h45 |
| Local: | Estádio da Luz - Lisboa |
| Início da Observação: | 16h00 |
| Fim da Observação: | 00h30 |
| Unidade acompanhada: | UMID |

| Dados Relativos ao Jogo | |
|--------------------------------------------------|---------------|
| Classificação do Jogo: | Risco Elevado |
| Nº de Espectadores: | 37394 |
| Nº de elementos pertencentes a GOA's visitados: | 36594 |
| Nº de elementos pertencentes a GOA's visitantes: | 800 |

| Dados Relativos à Segurança do Jogo | |
|-------------------------------------------|-----|
| Nº de elementos policiais (sem Spotters): | 202 |
| Nº de Spotters: | 24 |

| Deslocação Grupos Organizados de Adeptos Visitantes | |
|-----------------------------------------------------|------------|
| Nome dos GOA's: | ---- |
| Nº de elementos que viajam organizados: | 150 |
| Meio de transporte utilizado: | Autocarro |
| Nº de polícias a acompanhar o deslocamento: | 8 spotters |

| Comportamento dos Grupos Organizados de Adeptos | |
|-------------------------------------------------|-------------------------|
| GOA's Visitados | |
| Antes do jogo: | Comportamento exemplar. |
| Durante o jogo: | Deflagração de tochas. |
| Depois do jogo: | Comportamento exemplar. |
| GOA's Visitantes | |
| Antes do jogo: | Nada digno de registo. |
| Durante o jogo: | Nada digno de registo. |
| Depois do jogo: | Nada digno de registo. |

| Observação Efectuada |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Acompanhamento dos Spotters durante todo o serviço. |
| Assistência do briefing dos elementos da UMID, no Cometlis. Assistência do briefing no estádio da Luz com o comandante do policiamento. |
| Acompanhamento da claque do Lyon, desde a sua chegada até à entrada do estádio. |
| Visionamento das dinâmicas dos elementos do Spotting no exercício das suas funções de controlo dos GOA's, quer do Benfica (No Name Boys e Diabos Vermelhos), quer do Lyon. |
| Acompanhamentos dos adeptos do Lyon, no final do jogo, até aos autocarros que os conduziam para o aeroporto. |

| Críticas à Segurança do Jogo |
|------------------------------|
| Nada a registar. |

2 - Relatório de Observação do jogo F.C. Porto vs S.L. Benfica

| Informação Geral | |
|-----------------------|-----------------------------|
| Jogo: | F. C. Porto - S. L. Benfica |
| Competição: | Liga BWIN |
| Data: | 07 de Novembro de 2010 |
| Hora: | 20h15 |
| Local: | Estádio das Antas - Porto |
| Início da Observação: | 09h15 |
| Fim da Observação: | 05h00 |
| Unidade acompanhada: | UMID |

| Dados Relativos ao Jogo | |
|--------------------------------------------------|---------------|
| Classificação do Jogo: | Risco Elevado |
| Nº de Espectadores: | ---- |
| Nº de elementos pertencentes a GOA's visitados: | ---- |
| Nº de elementos pertencentes a GOA's visitantes: | 2000 |

| Dados Relativos à Segurança do Jogo | |
|-------------------------------------------|-------------------------------------------|
| Nº de elementos policiais (sem Spotters): | ----- |
| Nº de Spotters: | 50 (apenas contagem aos da UMID/COMETLIS) |

| Deslocação Grupos Organizados de Adeptos Visitantes | |
|-----------------------------------------------------|---------------------------------|
| Nome dos GOA's: | Diabos Vermelhos e No Name Boys |
| Nº de elementos que viajam organizados: | 2000 |
| Meio de transporte utilizado: | comboio |
| Nº de polícias a acompanhar o deslocamento: | 50 |

| Comportamento dos Grupos Organizados de Adeptos | |
|-------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| GOA's Visitados | |
| Antes do jogo: | Nada a registar |
| Durante o jogo: | Nada a registar |
| Depois do jogo: | Nada a registar |
| GOA's Visitantes | |
| Antes do jogo: | <p>Durante a viagem, comportamento dos adeptos não causou problemas;</p> <p>Já no Porto, durante o trajecto para o estádio, os adeptos acataram as ordens impostas pela polícia, havendo apenas alguns distúrbios já na zona de controlo de bilhetes;</p> |
| Durante o jogo: | Deflagração de tochas e petardos; |
| Depois do jogo: | <p>Arremesso de cadeiras, dentro do estádio;</p> <p>A viagem de regresso decorreu sem problemas.</p> |

| Observação Efectuada |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <p>Acompanhamento do comboio que transportava os adeptos do Benfica.</p> <p>Acompanhamento da "caixa de segurança" desde a estação de Campanhã, no Porto, até ao estádio das Antas.</p> <p>Observação da segurança no decorrer do jogo. Foram efectuadas algumas intercepções de adeptos por posse de droga e material pirotécnico.</p> <p>No final do encontro, acompanhamento da "caixa de segurança" do estádio para a estação. Os <i>spotters</i> ladeiam a caixa, fechando as ruas laterais, evitando possíveis confrontos e dispersando grupos de adeptos das claques do Porto.</p> |

| Críticas à Actuação Policial/Segurança do Jogo |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <p>A destacar a entrada de ARD's no meio do público, sem autorização do comandante de policiamento, o que obriga a polícia a ter que intervir para os tirar do meio da claque, uma vez que foram alvos de agressões e de resistência por parte dos adeptos benfiquistas.</p> |

3 - Relatório de Observação do jogo Sporting C.P. vs F.C. Porto

| Informação Geral | |
|-----------------------|------------------------------|
| Jogo: | Sporting C. P. - F. C. Porto |
| Competição: | Liga BWIN |
| Data: | 27 de Novembro de 2010 |
| Hora: | 21h15 |
| Local: | Estádio de Alvalade - Lisboa |
| Início da Observação: | 15h30 |
| Fim da Observação: | 01h00 |
| Unidade acompanhada: | UMID |

| Dados Relativos ao Jogo | |
|--------------------------------------------------|---------------|
| Classificação do Jogo: | Risco Elevado |
| Nº de Espectadores: | 35063 |
| Nº de espectadores visitados: | 32147 |
| Nº de elementos pertencentes a GOA's visitados: | 1000 |
| Nº de espectadores visitantes: | 2916 |
| Nº de elementos pertencentes a GOA's visitantes: | 1750 |

| Dados Relativos à Segurança do Jogo | |
|-------------------------------------------|-----|
| Nº de elementos policiais (sem Spotters): | 192 |
| Nº de Spotters: | 28 |

| Deslocação Grupos Organizados de Adeptos Visitantes | |
|-----------------------------------------------------|----------------------------|
| Nome dos GOA's: | SuperDragões e Colectivo95 |
| Nº de elementos que viajam organizados: | 1000 |
| Meio de transporte utilizado: | 20 autocarros |
| Nº de polícias a acompanhar o deslocamento: | 12 <i>spotters</i> |

| Comportamento dos Grupos Organizados de Adeptos | |
|-------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| GOA's Visitados | |
| Antes do jogo: | Deflagração de tochas e petardos junto da sede da JuveLeo; Forçaram as baias de segurança, tendo, alguns adeptos, conseguido entrar sem pagar |
| Durante o jogo: | Deflagração de potes e tochas |
| Depois do jogo: | Nada a registar |
| GOA's Visitantes | |
| Antes do jogo: | Percurso decorreu dentro da normalidade |
| Durante o jogo: | Deflagração de tochas e petardos; Danificação de um equipamento do Sporting, através de fogo; |
| Depois do jogo: | Arremesso de cadeiras |

| Observação Efectuada |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <p>Foi efectuada observação durante o acompanhamento dos adeptos do Porto, desde a portagem de Alverca até perto do estádio, onde, posteriormente, foi efectuada caixa de segurança aos adeptos portistas, para o estádio.</p> <p>Foi observada a intervenção em vários momentos do jogo, junto da claque do Porto, de modo a identificar adeptos desordeiros.</p> <p>Depois do jogo, acompanhamento dos adeptos até aos autocarros, e destes até às portagens de Alverca.</p> |

| Críticas à Actuação Policial/Segurança do Jogo |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <p>A destacar a boa relação com os líderes da claque portista facilitou muito a intervenção junto destes adeptos, uma vez que, era patente o respeito que os adeptos da claque têm em relação aos seus líderes.</p> |

4 - Relatório de Observação do jogo S.L. Benfica vs Schalke 04

| Informação Geral | |
|-----------------------|----------------------------|
| Jogo: | S. L. Benfica - Schalke 04 |
| Competição: | Liga dos Campeões |
| Data: | 07 de Dezembro de 2010 |
| Hora: | 19h45 |
| Local: | Estádio da Luz - Lisboa |
| Início da Observação: | 14h45 |
| Fim da Observação: | 04h30 |
| Unidade acompanhada: | UMID |

| Dados Relativos ao Jogo | |
|--------------------------------------------------|---------------|
| Classificação do Jogo: | Risco Elevado |
| Nº de Espectadores: | 23348 |
| Nº de espectadores visitaos: | 20264 |
| Nº de elementos pertencentes a GOA's visitados: | 1200 |
| Nº de espectadores visitantes: | 3084 |
| Nº de elementos pertencentes a GOA's visitantes: | ----- |

| Dados Relativos à Segurança do Jogo | |
|-------------------------------------------|-----|
| Nº de elementos policiais (sem Spotters): | 222 |
| Nº de Spotters: | 28 |
| Nº de Stewards: | |

| Deslocação Grupos Organizados de Adeptos Visitantes | |
|-----------------------------------------------------|-------------------------|
| Nome dos GOA's: | ----- |
| Nº de elementos que viajam organizados: | 1300 |
| Meio de transporte utilizado: | Metropolitano de Lisboa |
| Nº de polícias a acompanhar o deslocamento: | 14 <i>spotters</i> |

| Comportamento dos Grupos Organizados de Adeptos | |
|-------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------|
| GOA's Visitados | |
| Antes do jogo: | Sem incidentes. |
| Durante o jogo: | Deflagração de tochas e petardos. |
| Depois do jogo: | Sem incidentes. |
| GOA's Visitantes | |
| Antes do jogo: | Retirada de um adeptos que estava, manifestamente, alcoolizado (tendo acusado 2,88 g/l) |
| Durante o jogo: | Nada digno de registo |
| Depois do jogo: | Nada digno de registo |

| Observação Efectuada |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <p>A nossa observação teve como objectivo verificar o acompanhamento dos adeptos alemães. O percurso desenrolou-se desde a Baixa de Lisboa até ao estádio, utilizando o metropolitano de Lisboa. Destacamos a boa intervenção dos <i>spotters</i>, fazendo um acompanhamento exemplar e sem problemas, necessitando, muitas das vezes, de recorrer à negociação e conversação com os adeptos estrangeiros. Durante o jogo concentrámos a nossa atenção para o comportamento dos adeptos alemães, tendo-se comportado de modo exemplar. No final do jogo fizemos novamente o acompanhamento destes adeptos, pelo metro, até à Baixa de Lisboa.</p> <p>Além desta vertente, tivemos a oportunidade de acompanhar os <i>spotters</i> no, denominado, policiamento "cidade", durante a noite. Desse modo, observámos o modo como mantêm o controlo e monitorização dos adeptos estrangeiros durante a noite, nos locais mais susceptíveis de ocorrerem problemas (exemplo do Bairro Alto e zona de Santos).</p> |

Críticas à Segurança do Jogo

Na nossa opinião, os procedimentos operacionais durante a tarde (na zona da Baixa de Lisboa), aquando do controlo dos adeptos estrangeiros, obedeceram de modo exemplar às técnicas policiais abordadas no modelo de policiamento de "baixo perfil", havendo respeito pela escalada de força e nunca provocando o confronto com o excesso de meios no terreno.

5 - Relatório de Observação do jogo S.L. Benfica vs S.C. Braga

| Informação Geral | |
|-----------------------|-----------------------------|
| Jogo: | S. L. Benfica - S. C. Braga |
| Competição: | Liga BWIN |
| Data: | 12 de Dezembro de 2010 |
| Hora: | 20h15 |
| Local: | Estádio da Luz - Lisboa |
| Início da Observação: | 15h00 |
| Fim da Observação: | 00h45 |
| Unidade acompanhada: | UMID |

| Dados Relativos ao Jogo | |
|--------------------------------------------------|--------------|
| Classificação do Jogo: | Risco Normal |
| Nº de Espectadores: | 23144 |
| Nº de espectadores visitados: | 22744 |
| Nº de elementos pertencentes a GOA's visitados: | 1600 |
| Nº de espectadores visitantes: | 400 |
| Nº de elementos pertencentes a GOA's visitantes: | 200 |

| Dados Relativos à Segurança do Jogo | |
|-------------------------------------------|-----|
| Nº de elementos policiais (sem Spotters): | 202 |
| Nº de Spotters: | 20 |

| Deslocação Grupos Organizados de Adeptos Visitantes | |
|-----------------------------------------------------|--------------------------------------|
| Nome dos GOA's: | Bracara Legion e Red Boys |
| Nº de elementos que viajam organizados: | 150 |
| Meio de transporte utilizado: | Autocarro |
| Nº de polícias a acompanhar o deslocamento: | 4 <i>spotters</i> (Comando de Braga) |

| Comportamento dos Grupos Organizados de Adeptos | |
|-------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| GOA's Visitados | |
| Antes do jogo: | Furtaram uma bandeira da claque do Braga. |
| Durante o jogo: | Deflagração de tochas. |
| Depois do jogo: | Nada digno de registo. |
| GOA's Visitantes | |
| Antes do jogo: | A chegada ao estádio decorreu sem incidentes. |
| Durante o jogo: | Alguns adeptos bracarenses tiveram comportamentos impróprios, com a exibição de órgãos genitais e arremesso de objectos para adeptos benfiquistas. |
| Depois do jogo: | Nada digno de registo. |

| Observação Efectuada |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Antes do jogo procedemos à observação do acompanhamento do autocarro da equipa do Benfica, desde o hotel até ao estádio. |
| Durante o encontro mudámo-nos para a monitorização dos adeptos bracarenses. |

| Críticas à Segurança do Jogo |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Na nossa opinião, a escolta policial ao autocarro do Benfica não deveria ser feita em marcha de urgência, havendo necessidade de parar a normal circulação rodoviária para que o autocarro passe. Pensamos que deveria ser a excepção e não a regra, devendo ser feito apenas quando existe informações de possíveis problemas tendo como alvo o autocarro. |

6 - Relatório de Observação do jogo Sporting C.P. vs Naval 1º de Maio

| Informação Geral | |
|-----------------------|-----------------------------------|
| Jogo: | Sporting C. P. - Naval 1º de Maio |
| Competição: | Taça da Liga |
| Data: | 03 de Janeiro de 2011 |
| Hora: | 19h15 |
| Local: | Estádio de Alvalade - Lisboa |
| Início da Observação: | 16h00 |
| Fim da Observação: | 21h45 |
| Unidade acompanhada: | 3ª Divisão |

| Dados Relativos ao Jogo | |
|--------------------------------------------------|--------------|
| Classificação do Jogo: | Risco Normal |
| Nº de Espectadores (aprox.): | 11293 |
| Nº de espectadores visitados: | 11213 |
| Nº de elementos pertencentes a GOA's visitados: | 300 |
| Nº de espectadores visitantes: | 30 |
| Nº de elementos pertencentes a GOA's visitantes: | 20 |

| Dados Relativos à Segurança do Jogo | |
|-------------------------------------------|-----|
| Nº de elementos policiais (sem Spotters): | 111 |
| Nº de Spotters: | 16 |

| Deslocação Grupos Organizados de Adeptos Visitantes | |
|-----------------------------------------------------|----------------------|
| Nome dos GOA's: | Colectivo Maravilhas |
| Nº de elementos que viajam organizados: | 20 |
| Meio de transporte utilizado: | Autocarro |
| Nº de polícias a acompanhar o deslocamento: | 0 |

| Comportamento dos Grupos Organizados de Adeptos | |
|-------------------------------------------------|---------------------------------------------|
| GOA's Visitados | |
| Antes do jogo: | Comportamento exemplar |
| Durante o jogo: | Comportamento exemplar |
| Depois do jogo: | Comportamento exemplar |
| GOA's Visitantes | |
| Antes do jogo: | Calmos e bem-dispostos, sem nada a registar |
| Durante o jogo: | Calmos e bem-dispostos, sem nada a registar |
| Depois do jogo: | Calmos e bem-dispostos, sem nada a registar |

| Observação Efectuada |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <p>Foi feito o acompanhamento do oficial responsável no policiamento pelo sector Norte do estádio, controlando os acessos na porta 1 e 2 (claque adversária e Directivo XXI).</p> <p>O policiamento decorreu dentro da normalidade, sem quaisquer incidentes dignos de registo.</p> |

| Críticas à Segurança do Jogo |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <p>Jogo decorreu na normalidade.</p> <p>Apenas de mencionar a falta de coordenação dos ARD's na colocação dos adeptos do Naval na bancada, uma vez que os deixaram subir para o 2ºanel, sendo que os seus locais, por serem GOA, seria no 1ºanel.</p> <p>Excesso de polícia destacado para o jogo. A certa altura, chegaram a estar na bancada adstrita aos adeptos do Naval cerca de 15/20 polícias (1 EIR, 1 equipa de Spotters, alguns elementos da porta), sendo que o nº de adeptos deveria rondar os 20 elementos.</p> |

7 - Relatório de Observação do jogo Sporting C.P. vs S.C. Braga

| Informação Geral | |
|-----------------------|----------------------------------|
| Jogo: | Sporting C. P.- S. C. Braga |
| Competição: | Liga BWIN |
| Data: | 08 de Janeiro de 2011 |
| Hora: | 21h15 |
| Local: | Estádio de Alvalade XXI - Lisboa |
| Início da Observação: | 17h00 |
| Fim da Observação: | 00h30 |
| Unidade acompanhada: | UMID |

| Dados Relativos ao Jogo | |
|---------------------------|--------------|
| Classificação do Jogo: | Risco Normal |
| Nº de Espectadores: | 22314 |
| Nº de adeptos visitados: | 21914 |
| Nº de adeptos visitantes: | 400 |

| Dados Relativos à Segurança do Jogo | |
|-------------------------------------------|-----|
| Nº de elementos policiais (sem Spotters): | 126 |
| Nº de Spotters: | 20 |

| Deslocação Grupos Organizados de Adeptos Visitantes | |
|-----------------------------------------------------|-------------------|
| Nome dos GOA's: | Bracara Legion |
| Nº de elementos que viajam organizados: | 110 |
| Meio de transporte utilizado: | 2 autocarros |
| Nº de polícias a acompanhar o deslocamento: | 4 <i>spotters</i> |

| Comportamento dos Grupos Organizados de Adeptos | |
|-------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------|
| GOA's Visitados | |
| Antes do jogo: | Nada a Registrar |
| Durante o jogo: | Deflagração de tochas. Lançamento de objectos para o relvado |
| Depois do jogo: | Nada a registar |
| GOA's Visitantes | |
| Antes do jogo: | Algumas injúrias e ameaças a elementos policiais |
| Durante o jogo: | Rebentamento de petardo |
| Depois do jogo: | Nada a registar |

| Observação Efectuada |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <p>Durante a observação do policiamento desportivo foi-nos possível fazer o acompanhamento dos elementos dos <i>spotters</i> junto da claque da JuveLeo. Nessa observação apercebemo-nos da dinâmica dos contactos entre os elementos policiais e os elementos afectos à claque.</p> <p>Durante o jogo, centrámos a nossa atenção no controlo da claque leonina, com sucessivas entradas na bancada para extrair elementos prevaricadores.</p> |

| Críticas à Segurança do Jogo |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <p>A actuação dos elementos policiais dos <i>spotters</i>, na entrada na bancada para a extracção de elementos prevaricadores deveria ser efectuada apenas e só quando houvesse duas equipas de reforço, ou de intervenção rápida, de reserva, junto aos vomitórios dos locais onde é feita a extracção dos adeptos. Na observação que efectuámos neste jogo, apercebemo-nos que apenas estava de reserva uma equipa de intervenção rápida. Apesar do decorrer do jogo estar bastante calmo, a segurança dos <i>spotters</i> deveria ser assegurada com mais meios de reserva.</p> |

8 - Relatório de Observação do jogo Sporting C.P. vs Paços de Ferreira

| Informação Geral | |
|-----------------------|------------------------------------|
| Jogo: | Sporting C. P. - Paços de Ferreira |
| Competição: | Liga Bwin |
| Data: | 15 de Janeiro de 2011 |
| Hora: | 21h15 |
| Local: | Estádio de Alvalade - Lisboa |
| Início da Observação: | 18h30 |
| Fim da Observação: | 23h30 |
| Unidade acompanhada: | 3ª Divisão |

| Dados Relativos ao Jogo | |
|--------------------------------------------------|--------------|
| Classificação do Jogo: | Risco Normal |
| Nº de Espectadores (aprox.): | 17643 |
| Nº de espectadores visitados: | 17553 |
| Nº de elementos pertencentes a GOA's visitados: | 500 |
| Nº de espectadores visitantes: | 90 |
| Nº de elementos pertencentes a GOA's visitantes: | 50 |

| Dados Relativos à Segurança do Jogo | |
|-------------------------------------------|-----|
| Nº de elementos policiais (sem Spotters): | 126 |
| Nº de Spotters: | 20 |

| Deslocação Grupos Organizados de Adeptos Visitantes | |
|-----------------------------------------------------|-------------|
| Nome dos GOA's: | Yellow Boys |
| Nº de elementos que viajam organizados: | 50 |
| Meio de transporte utilizado: | Autocarro |
| Nº de polícias a acompanhar o deslocamento: | 3 (GNR) |

| Comportamento dos Grupos Organizados de Adeptos | |
|-------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| GOA's Visitados | |
| Antes do jogo: | Nada digno de registo |
| Durante o jogo: | Nada digno de registo |
| Depois do jogo: | Nada digno de registo |
| GOA's Visitantes | |
| Antes do jogo: | Alguns elementos apresentavam-se alcoolizados, sendo que um deles foi proibido de entrar por apresentar uma taxa de 1,24g/l. |
| Durante o jogo: | Comportamento exemplar |
| Depois do jogo: | Comportamento exemplar |

| Observação Efectuada |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <p>Foi feito o acompanhamento do oficial responsável no policiamento pelo sector Norte do estádio, controlando os acessos na porta 1 e 2 (claque adversária e Directivo XXI).</p> <p>O policiamento decorreu dentro da normalidade, sem quaisquer incidentes dignos de registo.</p> |

| Críticas à Segurança do Jogo |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <p>Apenas a criticar o facto de existirem elementos policiais que não conheciam o estádio, o que dificultou a sua distribuição no terreno, e, caso acontecesse alguma alteração da ordem, poderia colocar em causa a rápida resposta da polícia.</p> |

9 - Relatório de Observação do jogo S.L. Benfica vs VFB Estugarda

| Informação Geral | |
|-----------------------|-------------------------------|
| Jogo: | S. L. Benfica - VFB Estugarda |
| Competição: | UEFA Liga Europa |
| Data: | 17 de Fevereiro de 2011 |
| Hora: | 18h00 |
| Local: | Estádio da Luz - Lisboa |
| Início da Observação: | 13h30 |
| Fim da Observação: | 01h00 |
| Unidade acompanhada: | UMID |

| Dados Relativos ao Jogo | |
|--------------------------------------------------|---------------|
| Classificação do Jogo: | Risco Elevado |
| Nº de Espectadores: | 44852 |
| Nº de espectadores visitados: | 43652 |
| Nº de elementos pertencentes a GOA's visitados: | 2025 |
| Nº de espectadores visitantes: | 1200 |
| Nº de elementos pertencentes a GOA's visitantes: | ----- |

| Dados Relativos à Segurança do Jogo | |
|-------------------------------------------|-----|
| Nº de elementos policiais (sem Spotters): | 208 |
| Nº de Spotters: | 29 |

| Deslocação Grupos Organizados de Adeptos Visitantes | |
|-----------------------------------------------------|-------------------------|
| Nome dos GOA's: | ----- |
| Nº de elementos que viajam organizados: | 1000 |
| Meio de transporte utilizado: | Metropolitano de Lisboa |
| Nº de polícias a acompanhar o deslocamento: | 15 |

| Comportamento dos Grupos Organizados de Adeptos | |
|-------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------|
| GOA's Visitados | |
| Antes do jogo: | Nada a registar. |
| Durante o jogo: | Deflagração de tochas e petardos; Arremesso de objectos para o interior do recinto desportivo. |
| Depois do jogo: | Nada a registar. |
| GOA's Visitantes | |
| Antes do jogo: | Nada a registar. |
| Durante o jogo: | Nada a registar. |
| Depois do jogo: | Nada a registar. |

| Observação Efectuada |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <p>Acompanhamento dos Spotters durante todo o serviço.</p> <p>Assistência do briefing dos elementos da UMID, no Cometlis.</p> <p>Acompanhamento dos adeptos do Estugarda, durante a tarde, nas ruas da Baixa de Lisboa.</p> <p>Acompanhamento da deslocação dos adeptos para o estádio, através do Metropolitano de Lisboa.</p> <p>Durante o jogo, acompanhamento dos adeptos nas bancadas.</p> <p>Acompanhamentos dos adeptos do Estugarda, no final do jogo, até à Baixa de Lisboa, através do Metropolitano de Lisboa.</p> |

| Críticas à Actuação Policial/Segurança do Jogo |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <p>Boa actuação policial durante a tarde, na Baixa de Lisboa.</p> <p>No recinto desportivo, pensamos que as tarefas incumbidas aos ARD e polícia não estão muito definidas, havendo uma sobreposição de funções, nomeadamente, no controlo de adeptos adversários no interior do recinto.</p> |

10 - Relatório de Observação do jogo F.C. Porto vs S.L. Benfica

| Informação Geral | |
|-----------------------|-----------------------------|
| Jogo: | F. C. Porto - S. L. Benfica |
| Competição: | Taça de Portugal |
| Data: | 02 de Fevereiro de 2011 |
| Hora: | 20h30 |
| Local: | Estádio das Antas - Porto |
| Início da Observação: | 09h15 |
| Fim da Observação: | 05h00 |
| Unidade acompanhada: | UMID |

| Dados Relativos ao Jogo | |
|--------------------------------------------------|---------------|
| Classificação do Jogo: | Risco Elevado |
| Nº de Espectadores: | ----- |
| Nº de elementos pertencentes a GOA's visitados: | ----- |
| Nº de elementos pertencentes a GOA's visitantes: | 2000 |

| Dados Relativos à Segurança do Jogo | |
|-------------------------------------------|-------------------------------------------|
| Nº de elementos policiais (sem Spotters): | ---- |
| Nº de Spotters: | 50 (apenas contagem aos da UMID/COMETLIS) |

| Deslocação Grupos Organizados de Adeptos Visitantes | |
|-----------------------------------------------------|---------------------------------|
| Nome dos GOA's: | No Name Boys e Diabos Vermelhos |
| Nº de elementos que viajam organizados: | 2000 |
| Meio de transporte utilizado: | Comboio |
| Nº de polícias a acompanhar o deslocamento: | 50 |

| Comportamento dos Grupos Organizados de Adeptos | |
|-------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| GOA's Visitados | |
| Antes do jogo: | Nada a registar |
| Durante o jogo: | Nada a registar |
| Depois do jogo: | Nada a registar |
| GOA's Visitantes | |
| Antes do jogo: | <p>Durante a viagem, comportamento dos adeptos não causou problemas;</p> <p>Já no Porto, durante o trajecto para o estádio, os adeptos acataram as ordens impostas pela polícia, havendo apenas alguns distúrbios já na zona de controlo de bilhetes;</p> <p>Impossibilidade de entrarem com as bandeiras e faixas da claque, alegadamente, por não serem GOA's, causou alguma confusão.</p> |
| Durante o jogo: | Deflagração de tochas e petardos; |
| Depois do jogo: | <p>Arremesso de cadeiras, dentro do estádio;</p> <p>A viagem de regresso decorreu sem problemas.</p> |

| Observação Efectuada |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <p>Acompanhamento do comboio que transportava os adeptos do Benfica. Já no Porto, foi observado o acompanhamento da "caixa de segurança" desde a estação de Campanhã até ao estádio das Antas, sem que tenha ocorrido qualquer incidente.</p> <p>No decorrer do jogo, observação do controlo e monitorização dos adeptos do Benfica, com a entrada na bancada para extracção de adeptos desordeiros.</p> <p>No final do encontro, acompanhamento da "caixa de segurança" do estádio para a estação. Os <i>spotters</i> ladeiam a caixa, fechando as ruas laterais, evitando possíveis confrontos e dispersando grupos de adeptos das claques do Porto.</p> |

Críticas à Segurança do Jogo

Durante o jogo, e no interior do estádio, foi por nós constatado a falta de profissionalismo de alguns ARD's que se mostraram bastante passivos na presença de adeptos portistas desordeiros.

Também a proibição de entrada de faixas e bandeiras, sem qualquer aviso prévio, causou algum mau estar junto da porta de entrada, com a ocorrência de distúrbios, tendo que a polícia intervir.

11 - Relatório de Observação do jogo Sporting C.P. vs S.L. Benfica

| Informação Geral | |
|-----------------------|--------------------------------|
| Jogo: | Sporting C. P. - S. L. Benfica |
| Competição: | Liga BWIN |
| Data: | 21 de Fevereiro de 2011 |
| Hora: | 20h15 |
| Local: | Estádio de Alvalade - Lisboa |
| Início da Observação: | 15h30 |
| Fim da Observação: | 01h00 |
| Unidade acompanhada: | UMID |

| Dados Relativos ao Jogo | |
|--------------------------------------------------|---------------|
| Classificação do Jogo: | Risco Elevado |
| Nº de Espectadores: | 36422 |
| Nº de espectadores visitados: | 33622 |
| Nº de elementos pertencentes a GOA's visitados: | 1050 |
| Nº de espectadores visitantes: | 2800 |
| Nº de elementos pertencentes a GOA's visitantes: | 1600 |

| Dados Relativos à Segurança do Jogo | |
|-------------------------------------------|-----|
| Nº de elementos policiais (sem Spotters): | 261 |
| Nº de Spotters: | 47 |

| Deslocação Grupos Organizados de Adeptos Visitantes | |
|-----------------------------------------------------|---------------------------------|
| Nome dos GOA's: | No Name Boys e Diabos Vermelhos |
| Nº de elementos que viajam organizados: | 1200 |
| Meio de transporte utilizado: | Percurso apeado |
| Nº de polícias a acompanhar o deslocamento: | 1 Grupo do CI + 31 Spotters |

| Comportamento dos Grupos Organizados de Adeptos | |
|-------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| GOA's Visitados | |
| Antes do jogo: | <p>Tentativa de arremessar objectos para o interior da caixa de segurança que protegia as claques do Benfica;</p> <p>Arremesso de pedras e garrafas contra a PSP, principalmente, <i>spotters</i> e EIR's;</p> <p>Injúrias aos elementos policiais</p> |
| Durante o jogo: | <p>Ocorrência de graves confrontos com a polícia nas bancadas;</p> <p>Deflagração de tochas, petardos e very-lights</p> |
| Depois do jogo: | Depois da carga policial ocorrida no decorrer do encontro, o comportamento dos adeptos afectos à Juve Leo melhorou, não se registando ocorrências depois do jogo. |
| GOA's Visitantes | |
| Antes do jogo: | <p>Percurso desde o Estádio da Luz até ao de Alvalade decorreu sem incidentes junto da caixa de segurança;</p> <p>Um pequeno grupo de adeptos afectos a uma das claques benfiquistas tentou dirigir-se para as roulottes, onde adeptos do Sporting costumam reunir-se antes do jogo, a fim de entrar em confronto com os mesmos. Tal não aconteceu pois foram surpreendidos por <i>spotters</i> e elementos das EIR's que os acompanhou para o interior da caixa de segurança;</p> |
| Durante o jogo: | Deflagração de tochas e petardos. |
| Depois do jogo: | A saída dos adeptos decorreu dentro da normalidade, sem incidentes. |

| Observação Efectuada |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <p>Foi realizada observação durante todo o período de trabalho dos elementos dos <i>spotters</i>.</p> <p>Assistiu-se ao acompanhamento dos adeptos do Benfica, desde o Estádio da Luz até ao estádio de Alvalade. O trajecto foi realizado recorrendo a: elementos do CI, que fizeram a denominada "caixa de segurança" aos adeptos; elementos dos <i>spotters</i>, que fazem a <i>limpeza</i> da dianteira, laterais e traseira da caixa, verificando os pontos mais sensíveis e os que são susceptíveis de permitir algum tipo de problemas; elemento da Divisão de Trânsito, que actuam no sentido de cortar o</p> |

trânsito, para que os adeptos não se cruzem com veículos e tenham sempre o caminho desimpedido.

Já no estádio, procedeu-se à entrada dos adeptos do Benfica, vindo em pequenas tranches, desde o local de espera até aos torniquetes. Tal divisão em pequenos grupos permitiu a não sobrecarga sobre os ARD's que procedem à revista.

Durante o jogo, posicionámo-nos junto da bancada dos No Name Boys, onde verificámos a deflagração de petardos e tochas.

Foi-nos ainda possível observar os graves confrontos entre elementos afectos à Juventude Leonina (claque sportinguista) e a polícia, que se viu obrigada a efectuar uma carga policial (recorrendo ao Corpo de Intervenção) nas bancadas onde estavam esses adeptos. Dos confrontos resultaram feridos.

No final do jogo, fizemos o acompanhamento dos adeptos do Benfica, desde o Estádio de Alvalade até ao estádio da Luz, sendo realizado o mesmo sistema, descrito anteriormente.

Críticas à Segurança do Jogo

Na nossa opinião, o percurso entre os estádios deveria ser repensado, uma vez que provocou algum engarrafamento de trânsito, pois foi necessário cortar a 2ª circular, num dos sentidos, numa hora considerada "de ponta".

Durante o percurso, pensamos que deveria ter havido um maior reforço policial, principalmente nas zonas mais perto do estádio de Alvalade, no sentido de fazerem um controlo das ruas adjacentes às da passagem da caixa.

Relativamente aos confrontos ocorridos na bancada, achamos que deveria ter havido uma maior coordenação/comunicação entre o comandante do policiamento e os oficiais que estavam junto aquele sector. Pensamos assim que seria útil os comandantes das diversas valências policiais (CI, EIR's, *spotters*, trânsito) estarem reunidos na sala CCTV de modo a tomarem as decisões mais rapidamente e sem perda de comunicação.

12 - Relatório de Observação do jogo Sporting C.P. vs Rangers F.C.

| Informação Geral | |
|-----------------------|------------------------------|
| Jogo: | Sporting C.P. - Rangers F.C. |
| Competição: | UEFA Liga Europa |
| Data: | 24 de Fevereiro de 2011 |
| Hora: | 18h00 |
| Local: | Estádio de Alvalade - Lisboa |
| Início da Observação: | 13h30 |
| Fim da Observação: | 01h00 |
| Unidade acompanhada: | UMID |

| Dados Relativos ao Jogo | |
|--------------------------------------------------|---------------|
| Classificação do Jogo: | Risco Elevado |
| Nº de Espectadores: | 15375 |
| Nº de espectadores visitados: | 12725 |
| Nº de elementos pertencentes a GOA's visitados: | 1450 |
| Nº de espectadores visitantes: | 2650 |
| Nº de elementos pertencentes a GOA's visitantes: | 1069 |

| Dados Relativos à Segurança do Jogo | |
|-------------------------------------------|-----|
| Nº de elementos policiais (sem Spotters): | 186 |
| Nº de Spotters: | 33 |

| Deslocação Grupos Organizados de Adeptos Visitantes | |
|-----------------------------------------------------|-------------------------|
| Nome dos GOA's: | ----- |
| Nº de elementos que viajam organizados: | 1000 |
| Meio de transporte utilizado: | Metropolitano de Lisboa |
| Nº de polícias a acompanhar o deslocamento: | 16 |

| Comportamento dos Grupos Organizados de Adeptos | |
|-------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------|
| GOA's Visitados | |
| Antes do jogo: | Algumas ofensas e injúrias aos elementos policiais que estavam a efectuar os testes de álcool. |
| Durante o jogo: | Sem nada a registar. |
| Depois do jogo: | Sem nada a registar. |
| GOA's Visitantes | |
| Antes do jogo: | Comportamento exemplar |
| Durante o jogo: | Comportamento exemplar |
| Depois do jogo: | Comportamento exemplar |

| Observação Efectuada |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Acompanhamento dos Spotters durante todo o serviço. Assistência do briefing dos elementos da UMID, no Cometlis. |
| Acompanhamento dos adeptos da JuveLeo, antes da abertura de portas e na entrada do material da claque para o estádio. Na entrada dos adeptos, controlo dos mesmo com a realização de revistas e testes ao consumo de álcool. |
| Durante o encontro, controlo dos adeptos da JuveLeo, na 1ª parte, e controlo dos adeptos dos Rangers, no início da 2ª parte. |
| Nos últimos momentos do jogo, deslocação à sala de cctv. |
| Acompanhamentos dos adeptos do Rangers, no final do jogo, até à Baixa de Lisboa, através do Metropolitano de Lisboa. |

| Críticas à Segurança do Jogo |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Assistimos a uma falta de coordenação e definição das funções dos ARD e da Polícia, havendo duplicação de funções, logo, duplicação de meios. |
| Foi por nós verificado a realização de testes ao álcool, a alguns adeptos afectos à claque da JuveLeo, o que se mostrou ser uma medida eficaz para evitar a entrada de adeptos mais alcoolizado, logo, mais susceptíveis de provocar desacatos (realização de cerca de 40 testes, o que originou cerca de 7 impedimentos de entrada no recinto). |

13 - Relatório de Observação do jogo S.L. Benfica vs Sporting C.P.

| Informação Geral | |
|-----------------------|--------------------------------|
| Jogo: | S. L. Benfica - Sporting C. P. |
| Competição: | Liga BWIN |
| Data: | 02 de Março de 2011 |
| Hora: | 20h45 |
| Local: | Estádio da Luz - Lisboa |
| Início da Observação: | 18h45 |
| Fim da Observação: | 00h15 |
| Unidade acompanhada: | 3ª Divisão |

| Dados Relativos ao Jogo | |
|--------------------------------------------------|---------------|
| Classificação do Jogo: | Risco Elevado |
| Nº de Espectadores: | 49652 |
| Nº de espectadores visitados: | 47856 |
| Nº de elementos pertencentes a GOA's visitados: | 770 |
| Nº de espectadores visitantes: | 1796 |
| Nº de elementos pertencentes a GOA's visitantes: | 700 |

| Dados Relativos à Segurança do Jogo | |
|-------------------------------------------|-----|
| Nº de elementos policiais (sem Spotters): | 188 |
| Nº de Spotters: | 54 |

| Deslocação Grupos Organizados de Adeptos Visitantes | |
|-----------------------------------------------------|---------------------------------------------------------|
| Nome dos GOA's: | Juventude Leonina, Torcida Verde e Directivo Ultras XXI |
| Nº de elementos que viajam organizados: | 700 |
| Meio de transporte utilizado: | Percurso Apeado |
| Nº de polícias a acompanhar o deslocamento: | 1 Grupo do CI + 30 spotters |

| Comportamento dos Grupos Organizados de Adeptos | |
|-------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------|
| GOA's Visitados | |
| Antes do jogo: | Arremesso de bolas de golfe aquando da chegada dos elementos da claque sportinguista à TV Compound. |
| Durante o jogo: | Deflagração de potes de fumo e tochas. |
| Depois do jogo: | Comportamento normal, sem incidentes. |
| GOA's Visitantes | |
| Antes do jogo: | Percurso realizado sem incidentes. |
| Durante o jogo: | Arremesso de objectos para o interior do recinto desportivo, no final do encontro. |
| Depois do jogo: | Percurso normal, sem incidentes. |

| Observação Efectuada |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Acompanhamento do oficial responsável pela piso superior, onde estavam adeptos da claque do Sporting. |
| Antes do início do encontro, protecção da caixa de segurança quando esta estava perto do estádio. Controlo das equipas responsáveis pelas portas de entrada no estádio. Entrada dos adeptos do Sporting sem incidentes, decorrendo dentro da normalidade. |
| Durante o jogo, observação da claque do Sporting, havendo apenas registo de incidentes no final do encontro, com arremesso de objectos para o interior do recinto desportivo. |
| A saída dos adeptos decorreu dentro da normalidade, sem incidentes. |

| Críticas à Segurança do Jogo |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Durante o jogo, os ARD dirigiram-se ao oficial que estava a comandar o piso superior a solicitar que fosse persuadir um indivíduo que não queria sair da cadeira, atribuída no bilhete a outro adepto, a fazê-lo. Tal situação, por ser da responsabilidade dos ARD, provoca que os adeptos não os reconheçam como autoridades no interior do recinto desportivo, visto não resolverem estas situações e, imediatamente, solicitarem a presença policial. |